

III PRÊMIO
**Jonathas
Salathiel**



DE PSICOLOGIA E
RELAÇÕES RACIAIS

CATÁLOGO
DE **OBRAS**
VENCEDORAS



III PRÊMIO
**Jonathas
Salathiel**



DE PSICOLOGIA E
RELAÇÕES RACIAIS

CATÁLOGO
DE **OBRAS**
VENCEDORAS

1ª EDIÇÃO
SÃO PAULO
2025



Conselho Regional de **PSICOLOGIA** SP

Diretoria

Presidenta:

Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)

Vice-Presidenta:

Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)

Secretária:

Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)

Tesoureiro:

Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)

Conselheiras/os Efetivas/os

Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)

Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)

Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)

Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379)

Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)

Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523)

Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384)

Maria da Piedade R. de A. Melo (CRP 06/45952)

Maria da Glória Calado (CRP 06/33194)

Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)

Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP 06/120511)

Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)

Conselheiras/os Suplentes

Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012)

Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980)

Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)

Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258)

Renúncias ao mandato

Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)

Carú de Paula Seabra M. Ribeiro (CRP 06/136173)

Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)

Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)

Lilian Suzuki (CRP 06/27810)

Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)

Sonia Maria Motinho da Silva (CRP 06/12033)

Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)

Valeria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)

Vacância por perda de mandato

Camila Prandini Prandini (CRP 06/157432)

Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)

Comissão Especial Relações Étnico-Raciais (Crer)

Coordenadora:

Maria da Glória Calado (CRP 06/33194)

Membras/os:

Bruna Dias Batista (CRP 06/159849)

Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)

Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)

Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)

Ellidy Oliveira da Silva (CRP 06/166785)

Francine Nunes Pinto (CRP 06/163628)

Hidely do Nascimento (CRP 06/3255)

Julia Vieira da Conceição (CRP 06/176738)

Lais Santos da Silva (CRP 06/140285)

Leticia Souza Marinhos (CRP 06/129978)

Maria dos Prazeres do N. Loureiro (CRP 06/65378)

Maria Sueila da Silva Ferreira (CRP 06/145164)

Mariane Santos Moniz (CRP 06/175254)

Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)

Rocio Del Pilar Bravo Shuna (CRP 06/28518)

Rogério Binow Schmidt Andrade (CRP 06/204851)

Thayna da Silva Costa (CRP 06/149425)

Verônica Victoria Sued F. Lisboa (CRP 06/167839)

Vitória Regina Silva Góes (CRP 06/174451)

Gerência Técnico-Política

Lauren Mariana Mennocchi (CRP 06/90668) | gerente

Coordenação de apoio técnico ao Plenário e Comissões

Camila Cristina Furchi | coordenadora

Bruna Tainá Rodrigues | assessora de projetos

Jéssica Morgana Feijó Batalha | profissional analista superior

Sandra Ribeiro da Cruz Carlucci | profissional analista superior

Alexandre Ribeiro de Almeida | profissional de suporte administrativo

Beatriz Rodrigues Cavalcanti | profissional de suporte administrativo

Caio Vinicius Infante de Melo (CRP 06/129237) | psicólogo especialista técnico

Juliana Crispim dos Santos | profissional de suporte administrativo

Rafael Gomes Camizão Lima | profissional de suporte administrativo

Rodrigo Marques Piva | profissional de suporte administrativo

Sandra Maria de Souza Cruz | profissional de suporte administrativo

Coordenação de Ética

Livia Necchi Firmino Coelho (CRP 06/110889) | coordenadora

Marcelo Antônio Pinheiro (CRP 06/51583) | especialista técnico (psicólogo)

Patricia Gomes Ramalho (CRP 06/65904) | especialista técnica (psicóloga)

Talita Helena Deuber (CRP 06/59257) | especialista técnica (psicóloga)

Diego Carriço | profissional de suporte administrativo

Leandro Felipe Moises | profissional de suporte administrativo

Marcia da Silva Petrocilo Garcia | profissional de suporte administrativo

Maria Luiza Queiroz De Souza Campos | profissional de suporte administrativo

Uberlan Pereira Argolo | profissional de suporte administrativo

Thiago dos Santos Gomes | profissional de suporte administrativo

Coordenação de Orientação e Fiscalização

Andrea Gobato Quintavalle (CRP 06/83364) | coordenadora

Rafael Santos Barboza (CRP 06/142198) | especialista técnico (psicólogo)

Gabriele da Silva Freire | profissional de suporte administrativo

Edileine Gomes Marchewsky | profissional de suporte administrativo

Regina Sampaio Lotti | profissional de suporte administrativo

Gerência de Administração e Tecnologia da Informação

Giane Del Dono Rodrigues | gerente

Adolfo Barros Benevenuto | coordenador de TI

Rodolfo Lima Morandi | profissional de suporte técnico (TI)

Gerência de Relações Institucionais

Edson Ferreira Dias Junior | gerente

Marcia Regina Machado da Silva Garcia | assessora temática

Coordenação de Comunicação

Tais Aparecida de Souza | coordenadora

Arthur Rampazzo Roessle | assessor de projetos

Angelo Henrique Costa Cuissi | analista de gestão (jornalista)

Gislaine Gomes Bueno | analista de gestão (jornalista)

Micael Alves Melchiades do Nascimento | profissional de suporte técnico (designer)

Paulo Henrique do Nascimento Mota | profissional de suporte técnico (designer)

Jeferson Geraldo Rodrigues | profissional de suporte administrativo

Viviane Doneda Martins Marigo | profissional de suporte administrativo

Anisa Feliciano da Silva | estagiária

Kimberly Wilians | estagiária

Layza Vitoria Macedo Araújo | jovem aprendiz

Diagramação

Micael Melchiades



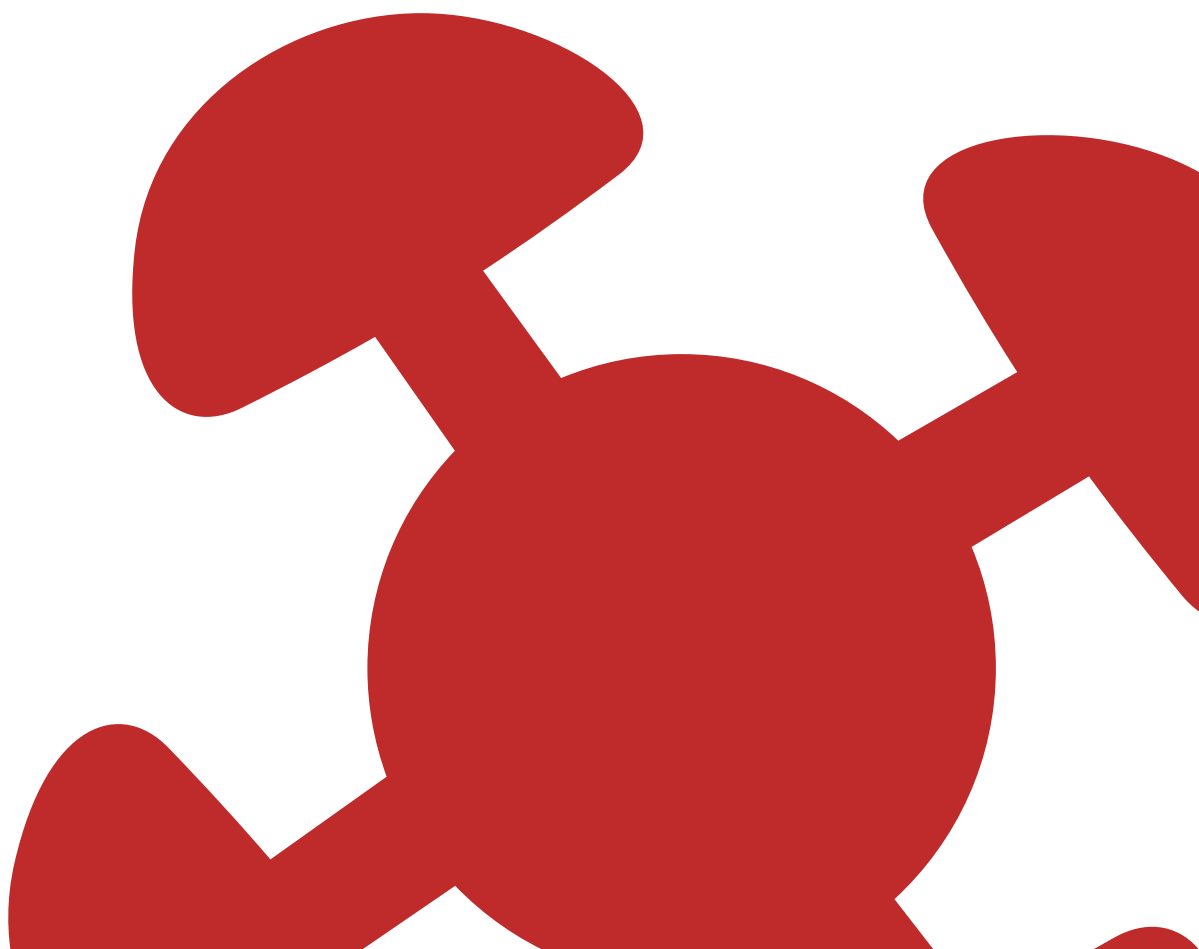
AGRADECIMENTO

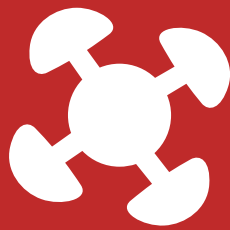
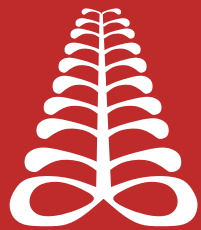
A Comissão Especial de Relações Étnico-Raciais (Crer), do XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP SP), expressa profundo agradecimento à herança ancestral que nos legou resistência, afeto e potência de vida.

Reconhecemos, igualmente, a dedicação das/dos membras/os da Crer, das/dos profissionais da Psicologia, docentes, pesquisadoras/es e militantes que compuseram a Comissão Científica, tornando possível a realização desta terceira edição do prêmio.

De modo especial, o XVII Plenário (2022–2025) agradece à Edna Salathiel, mãe de Jonathas Salathiel, e ao próprio Jonathas, cuja trajetória mantém viva a chama da luta antirracista e inspira novos caminhos.

Estendemos ainda nosso reconhecimento às equipes dos diferentes setores do Conselho Regional de Psicologia, às/aos autoras/es que contribuíram com esta obra e a todas/os participantes da terceira edição do Prêmio Jonathas Salathiel. Nossos passos vêm de longe e devem atravessar as gerações vindouras, pois a humanidade não vive apenas no presente.





1 APRESENTAÇÃO

3 SOBRE O PRÊMIO

4 OBRAS PREMIADAS

6 CATEGORIA PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA PRÁTICAS ACADÊMICAS

..... PAULO VITOR PALMA NAVASCONI
DESOBEDECER PARA EXISTIR: UMA PRÁTICA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA
COMO ATO DE RE-EXISTÊNCIA NEGRA

VANDIA CRISTINA RODRIGUES LEAL
FAMÍLIA ADOATIVA INTER-RACIAL OS OBSTÁCULOS DO RACISMO

GABRIELA DA SILVA BISPO E MARIA INÊS BADARÓ MOREIRA
QUANDO SANKOFA APONTA O CAMINHO: REFLEXÕES ANTIMANICOLONIAIS
PARA A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

62 CATEGORIA ESTUDANTES DE PSICOLOGIA PRÁTICAS ACADÊMICAS

..... DENISE APARECIDA PASSARELLI E JULIO CÉSAR COELHO DE ROSE
RELAÇÕES RACIAIS E ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO:
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA

MARIA LUIZA SOARES RODRIGUES
A CRIMINALIZAÇÃO DA MASCULINIDADE NEGRA E A NATURALIZAÇÃO
DA VIOLÊNCIA

KAREN SOUZA RIBEIRO
O ACESSO NEGADO: O PROUNI PODE SER UM IMPEDIMENTO A UMA
CARREIRA ACADÊMICA?

117 CATEGORIA PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA PRÁTICAS DE CUIDADO

..... LETÍCIA DUARTE DE SENA; NATHALIE DAGLI HERNANDEZ; ISABELA LEITE CONCILIO;
ELISA ZANERATTO ROSA E LUCIANE MARCIANO DE SOUZA DIAS
"É ESSE DESPERTAR QUE A GENTE PRECISA": COLETIVIZANDO O CUIDADO EM SAÚDE
DA POPULAÇÃO NEGRA

BRUNO CORREIA DA MOTA
GINGAS NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: ESTRATÉGIAS PARA EMPRETECER
A GRADUAÇÃO E ENFRENTAMENTO DOS MOVIMENTOS NEGROS

ARARÊ DIAS CALIA
ENTRE A EGÉRIA E O AMACI: A CLÍNICA COMO ESPAÇO DE CUIDADO COM RELIGIÕES
NÃO HEGEMÔNICAS

178 CATEGORIA ESTUDANTES DE PSICOLOGIA PRÁTICAS ACADÊMICAS

..... ANA PAULA MACEIÓ ROCHA; ADRIANA APARECIDA ALMENIDA DE OLIVEIRA;
SALATIEL DA SILVA ROQUE; THIERRY JOSÉ SANTOS MACEDO
RACIALIDADE E GRADUAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES
NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO

"Exu matou um pássaro hoje, com uma pedra que jogou ontem"

Com esse provérbio africano, ressaltamos a importância do III Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais, realizado em 2025. O prêmio colocou o combate ao racismo no centro das reflexões, evidenciando o compromisso da Psicologia antirracista e decolonial.

Do ponto de vista filosófico, o provérbio nos recorda que ações e contribuições não se perdem com o tempo, mas reverberam, influenciando transformações sociais duradouras, como exemplificado pelo legado de Jonathas Salathiel. Nesse sentido, a publicação integra um conjunto de iniciativas da Comissão Especial de Relações Étnico-Raciais (Crer), que vem desenvolvendo ações que visam combater o racismo estrutural no âmbito da categoria profissional.

Entre essas atividades, destacam-se a celebração do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha – Tereza de Benguela, a participação na Marcha da Consciência Negra e a organização da terceira edição do Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais.

O psicólogo Jonathas José Salathiel da Silva (1974-2015) tornou-se referência por sua atuação expressiva na saúde pública e pelo engajamento em movimentos populares voltados ao enfrentamento da discriminação racial. No Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, destacou-se pela implementação de oficinas sobre racismo institucional e pelo papel central na formação do Núcleo de Relações Raciais, considerado o embrião da Comissão Especial de Relações Étnico-Raciais (Crer).

Jonathas também contribuiu de forma significativa para a produção e disseminação de referências técnicas e reflexões sobre questões raciais. Organizou o Caderno Temático 14, *"Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia"*, publicado em 2015, e integrou o grupo de trabalho responsável pelos subsídios das "Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas/os em Relações Raciais", publicadas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 2017.

Em reconhecimento à sua trajetória, o CRP SP instituiu, em 2018, o Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais, que, em sua terceira edição, reafirma o compromisso de incentivar a produção de trabalhos sobre a violência causada pelo racismo e de dar visibilidade a trabalhos que abordam as relações raciais sob a perspectiva da saúde mental.

Na edição de 2025 do III Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais, foram inscritos 30 trabalhos distribuídos em diferentes categorias de participação. Nas Práticas Acadêmicas, voltadas a relatos de pesquisa, ensino ou extensão, participaram 15 profissionais de Psicologia e seis estudantes de Psicologia. Já na categoria de Práticas de Cuidado, que inclui relatos de experiência, foram apresentados oito trabalhos de profissionais de Psicologia e um de estudante de Psicologia.

A premiação ocorreu em 2 de agosto, no X Congresso Latino-Americano de Psicologia – União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (Ulapsi). Os trabalhos laureados abordaram temáticas diversificadas, como ênfase em estratégias de cuidado coletivo em saúde da população negra e nas experiências de estudantes negras/os no espaço universitário. As produções demonstram rigor metodológico, reflexão crítica e comprometimento com a luta antirracista, evidenciando o engajamento da comunidade acadêmica e profissional na promoção de uma Psicologia antirracista e na valorização da saúde mental da população negra.

A difusão desta obra tem como propósito ampliar o diálogo com o Código de Ética Profissional da/do Psicóloga/o, no que se refere à compreensão das relações étnico-raciais, além de oferecer embasamento teórico, técnico e político para o enfrentamento do racismo à brasileira em suas dimensões estruturais, institucionais e comportamentais. Tratam-se de produções que problematizam as múltiplas expressões da discriminação e do preconceito, ao mesmo tempo em que reforçam os princípios éticos fundamentais da profissão, entre os quais se destaca: "A/o psicóloga/o trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão." (Código de Ética Profissional da/do Psicóloga/o, Princípio Fundamental II).

Desse modo, os textos aqui apresentados são configurados com debate, com problematização e reflexões acerca do racismo estrutural, bem como sugerem possibilidades para o entendimento dos mecanismos sofisticados de discriminações raciais, como também apontam para a urgência do cumprimento da resolução CFP nº 18/2002.

Esta terceira edição é resultado do trabalho árduo da Comissão Especial de Relações Étnico-Raciais do Conselho Regional de Psicologia, cujos integrantes foram indicados pelo XVII Plenário, além da participação dos membras/os da Comissão Científica.

Desejamos boa leitura, debates, reflexões e força nas trincheiras de luta antirracista.

Talita Fabiano de Carvalho

Conselheira Presidenta

Maria da Glória Calado

Coordenadora da Comissão Especial de Relações Étnico-Raciais (Crer)

XVII Plenário do Conselho Regional de Psicologia

III Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais



Entre novembro de 2024 e agosto de 2025, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo convidou psicólogas/os, estudantes de Psicologia e coletivos e movimentos sociais a participarem do III Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais.

O psicólogo Jonathas José Salathiel da Silva (1974-2015) se tornou conhecido por sua atuação marcante na área de saúde pública e pela militância em movimentos populares dedicados ao enfrentamento da discriminação racial. No Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, Jonathas se destacou com a implementação de oficinas internas sobre racismo institucional, além de haver atuado para a criação do Núcleo de Relações Raciais do CRP SP, precursor da Comissão Especial Relações Étnico-Raciais (Crer).

Jonathas Salathiel também contribuiu para a divulgação de reflexões e referências técnicas ligadas à temática racial. Junto com Bruno Simões Gonçalves, organizou o Caderno Temático 14, intitulado "Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para a Psicologia" e publicado em 2015. Participou, ainda, de grupo de trabalho responsável pela criação de subsídios para as Referências técnicas para atuação de psicólogas/os em relações raciais, publicadas pelo CFP em 2017.

Em homenagem a ele, o CRP SP instituiu o Prêmio Jonathas Salathiel de Psicologia e Relações Raciais em 2018. Em sua terceira edição, o Prêmio reafirmou sua finalidade de estimular a produção de artigos da área de Psicologia sobre a violência causada pelo racismo e de aumentar a visibilidade da produção sobre as relações raciais da perspectiva da saúde mental.

As diretrizes do concurso e seu edital estão disponíveis em:

<http://www.crp.org.br/PremioJonathas/>



OBRAS **PREMIADAS**



Trabalhos selecionados na categoria

Profissionais da Psicologia - Práticas Acadêmicas

Paulo Vitor Palma Navasconi - Desobedecer para existir: uma prática de estágio em Psicologia como ato de re-existência negra

Vandia Cristina Rodrigues Leal - Família adotiva inter-racial os obstáculos do racismo

Gabriela da Silva Bispo e Maria Inês Badaró Moreira - Quando Sankofa aponta o caminho: reflexões antimanicoloniais para a formação em Psicologia

Trabalhos selecionados na categoria

Estudantes de Psicologia - Práticas Acadêmicas

Denise Aparecida Passarelli e Julio César Coelho de Rose - Relações raciais e análise experimental do comportamento: contribuições para uma sociedade antirracista

Maria Luiza Soares Rodrigues - A criminalização da masculinidade negra e a naturalização da violência

Karen Souza Ribeiro - O acesso negado: o prouni pode ser um impedimento a uma carreira acadêmica?

Trabalhos selecionados na categoria

Profissionais da Psicologia - Práticas de Cuidado

Letícia Duarte de Sena; Nathalie Dagli Hernandez; Isabela Leite Concilio; Elisa Zaneratto Rosa e Luciane Marciano de Souza Dias - "É esse despertar que a gente precisa": coletivizando o cuidado em saúde da população negra

Bruno Correia da Mota - Gingas na formação em psicologia: estratégias para empretecer a graduação e enfrentamento dos movimentos negros

Ararê Dias Calia - Entre a egéria e o amaci: a clínica como espaço de cuidado com religiões não hegemônicas

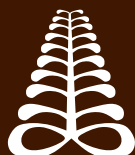
Trabalho selecionado na categoria

Estudantes de Psicologia - Práticas de Cuidado

Ana Paula Maceió Rocha; Adriana Aparecida Almenida de Oliveira; Salatiel Da Silva Roque; Thierry José Santos Macedo - Racialidade e graduação: a experiência de estudantes no espaço universitário

CATEGORIA PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA

PRÁTICAS ACADÊMICAS



PAULO VITOR PALMA NAVASCONI

DESOBEDECER PARA EXISTIR: UMA PRÁTICA DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA COMO ATO DE RE-EXISTÊNCIA NEGRA

Desobedecer para Existir: Uma prática de Estágio em Psicologia como Ato de Re-existência Negra¹

Resumo: Esta proposta apresenta um relato de experiência construído a partir da supervisão de estágio de estudantes negros e negras no curso de Psicologia, no período de 2024 a 2025, em contextos clínicos e da saúde pública como UBS, CAPS AD e Consultório na Rua. A partir da escrevivência como metodologia e das epistemologias negras como horizonte, o estágio se constituiu como espaço de aquilombamento, escuta coletiva, denúncia e invenção. A supervisão foi atravessada pela crítica aos modelos eurocentrados de formação, pela centralidade das relações raciais na clínica e pela afirmação da Psicologia como prática política e antirracista. Mais do que apenas treinar procedimentos, buscou-se construir outras formas de existir como profissionais negros: formas que não se rendem à lógica do embranquecimento, mas que afirmam a vida negra como potência. As narrativas dos estagiários e estagiárias evidenciam o racismo institucional presente na formação e nos serviços, bem como os modos coletivos de resistir e criar cuidado. O estágio revelou que a formação não pode se furtar ao enfrentamento das estruturas que adoecem os corpos negros, e que construir uma Psicologia antirracista exige coragem epistêmica, ética radical e prática coletiva. Este trabalho é, portanto, um convite para que a Psicologia seja reencontrada em sua dimensão de cuidado implicado, onde cuidar também é lutar por justiça e reparação. Supervisão, aqui, é quilombo: espaço de reinvenção, reexistência e resistência.

Palavras-Chaves: Psicologia. Supervisão. Quilombo. Antirracismo. Cuidado.

“Escolher o que ignorar é estudar?”
(MOMBAÇA, 2016)

Antes de apresentar o objetivo central desta proposta, considero necessário explicitar algumas reflexões preliminares que ajudam a contextualizar seu sentido e sua origem. Esta proposta nasce do gesto da desobediência, e assumir a desobediência dentro de uma instituição que se edificou historicamente sobre os pilares da disciplina é, como nos alerta Mombaça (2016), um risco. Um risco de incompreensão, exclusão e silenciamento por meio das engrenagens do saber institucional. Ainda assim, é preciso arriscar-se. E é esse o caminho que venho trilhando desde o ano de 2023 e que sustenta a base desta proposta.

A exposição que aqui se apresenta está fundamentada na escrevivência, e, é deste lugar de encruzilhada entre corpo, história e território que nasce essa escrita. Um lugar nunca neutro, pois carregado de contexto, e contextos são atravessados por corpos e por experiências racializadas. A escrevivência, nesse sentido, é vida que se escreve, mas também é gesto de quem reescreve o mundo que enfrenta.

Assim, recorro às minhas vivências e às narrativas de meus estagiários e estagiárias todos autodeclarados pretos e pardos para tensionar os modos de produção de saber na formação

¹ Este trabalho é dedicado a todas e todos os estudantes negros e negras que compartilham a travessia deste projeto de formação, cuidado e reexistência. Sem vocês, este texto não existiria.

em Psicologia, e, sobretudo, para reivindicar um outro modo de ensinar, de cuidar e de resistir, encarnado na diferença, na coletividade e na pluralidade das existências negras.

Este trabalho, portanto, pretende construir um relato de experiência sobre a formação de um aquilombo em meio à aridez institucional da Psicologia clássica, marcada por sua história de embranquecimento, normatividade e apagamento. Em um espaço construído junto a estudantes negros e negras em estágio, atuando na clínica, na RAPS, na atenção básica e no consultório na rua, temos buscado resgatar práticas ancestrais de cuidado, produzir rupturas epistemológicas e sustentar um fazer psicoterapêutico que seja realmente antirracista e contracolonial. Isso tem exigido, por um lado, inventividade radical, por outro, a resistência diante das instituições que violentam silenciosamente, mas insistentemente, tudo aquilo que não se conforma ao seu projeto normativo de humanidade.

Neste percurso, enfrentamos os percalços de estar dentro de instituições marcadas por um racismo estrutural que frequentemente desqualifica, silencia e violenta mesmo sem assumir explicitamente essa posição. O desafio cotidiano é o de resistir à lógica colonial que espera de nós apenas a reprodução da norma branca, e não a invenção de outras formas de cuidado, ciência e existência. Desta forma, o objetivo geral desta proposta é narrar e analisar a experiência de formação e prática supervisionada desenvolvida com um grupo de estudantes negras e negros em Psicologia, refletindo criticamente sobre os desafios, tensões e potências implicadas na construção de um espaço de aquilombamento e de produção de saberes antirracistas no interior de instituições atravessadas pela colonialidade, pelo epistemicídio e pela sistemática negação da humanidade negra.

O racismo estrutural e a formação em Psicologia: entre silêncios epistêmicos e práticas de embranquecimento

A formação universitária em Psicologia no Brasil, historicamente construída a partir de epistemologias euro-estadunidenses centradas, tem operado como um dos dispositivos de reprodução do racismo estrutural. Esse racismo não se expressa apenas em atitudes individuais, mas enquanto um mecanismo histórico, político e institucional, que naturaliza a exclusão de corpos, saberes e experiências negras dos espaços de produção científica, de cuidado e de decisão. No caso da Psicologia, essa estrutura se revela tanto nos conteúdos curriculares quanto nas práticas pedagógicas, nos modelos de subjetividade difundidos e nos referenciais éticos que orientam a atuação profissional.

A própria consolidação da Psicologia como ciência no Brasil está associada à sua institucionalização em universidades de elite, com forte inspiração positivista e liberal, alheia às realidades sociais das populações negras, indígenas e periféricas. Isso significa que a Psicologia se desenvolveu desconsiderando as marcas do racismo na constituição da subjetividade, na experiência do sofrimento e na construção das relações sociais. Como consequência, sua formação hegemônica tem embranquecido a dor, padronizado modelos clínicos que não reconhecem as diferenças raciais como estruturantes da experiência e ignorado os saberes oriundos de comunidades negras, indígenas, quilombolas e periféricas (Navasconi, 2022).

Mesmo com a criação e ampliação das políticas afirmativas e com o ingresso de estudantes negros e negras nos cursos de Psicologia, pouco se alterou na estrutura curricular. As disciplinas obrigatórias ainda priorizam referenciais brancos, europeus e estadunidenses, enquanto os estudos sobre raça, racismo, negritude, epistemologias negras ou saúde da população negra são relegados a disciplinas optativas (quando existem), semanas temáticas ou seminários pontuais. Este silenciamento curricular configura o que Sueli Carneiro (2005) chama de epistemicídio a morte simbólica e institucional dos saberes produzidos por populações negras e a negação de sua legitimidade como conhecimento válido.

Uma pesquisa voltada à análise da presença das relações étnico-raciais na formação em Psicologia investigou como essa temática é abordada nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) das 10 universidades mais bem colocadas no Ranking Universitário Folha (RUF, 2019). A partir da análise desses documentos institucionais, foi possível identificar um padrão preocupante: as questões étnico-raciais, quando presentes, aparecem majoritariamente em disciplinas optativas ou eletivas, sendo raramente integradas de maneira sistemática às disciplinas obrigatórias dos cursos de Psicologia (Navasconi, 2023).

Além disso, a ausência de referências fundamentais da produção intelectual negra brasileira é alarmante. Autoras como Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira e Maria Aparecida Silva Bento pioneiras na análise das relações raciais e do racismo no campo da Psicologia não aparecem em nenhuma das bibliografias obrigatórias dos cursos analisados. Tal ausência, que não pode ser explicada por desconhecimento ou acaso, é mais um indício da permanência do racismo estrutural que atravessa os currículos universitários, mesmo nas instituições consideradas as mais qualificadas do país.

Não se trata de uma falha pontual ou de uma lacuna ingênua, mas da reprodução sistemática de um projeto de formação que, ao silenciar saberes e epistemologias negras, contribui para a manutenção da Psicologia como um campo embranquecido, normativo e

epistemicamente colonial. Em um país de maioria negra, e em uma profissão que se propõe a cuidar do sofrimento psíquico, é inaceitável que a formação continue desconsiderando o racismo como elemento estruturante da subjetividade, da clínica e das políticas públicas.

Apesar de não abordarem as relações étnico-raciais, apesar de ignorarem os problemas que atravessam os corpos negros, apesar de silenciarem o sofrimento ético-político produzido pela estrutura social racista, essas universidades ainda assim são consideradas "boas". No entanto, é preciso romper com essa lógica distorcida. Não se trata de um "apesar" trata-se exatamente disso. É justamente pela ausência dessas discussões, pela recusa em nomear o racismo como estruturante da formação e da subjetividade, pela omissão sistemática da experiência negra, que essas instituições são legitimadas como espaços de excelência. Sua reputação se constrói não apesar do apagamento, mas a partir dele.

Essa omissão não é neutra. Ao contrário, ela reforça e realimenta uma lógica epistêmica colonial, silenciadora e epistemicida, que persiste nos espaços de produção de saber e de poder. A exclusão das relações étnico-raciais dos currículos e das práticas formativas da Psicologia não é um descuido pedagógico, mas uma operação política e histórica que perpetua a branquitude como medida universal do saber.

Além da invisibilização epistemológica, o racismo estrutural se expressa também nas relações institucionais: poucos professores e pesquisadores negros ocupam espaços de poder nas universidades, os programas de pós-graduação mantêm critérios de avaliação que desconsideram trajetórias racializadas e os espaços de decisão acadêmica seguem concentrados em sujeitos brancos. Estudantes negros frequentemente vivenciam solidão acadêmica, sub-representação e violência simbólica, sendo também os mais atingidos pela evasão por motivos econômicos, emocionais e institucionais.

Na formação em Psicologia, o racismo também se infiltra nos modos de ensinar o sofrimento psíquico. Modelos clínicos que operam com categorias universais de sujeito, desconsiderando que a produção da subjetividade está intrinsecamente ligada à história da escravização, da colonização e da exclusão racial, não são apenas insuficientes são violentos. Ignorar o impacto do racismo na saúde mental é perpetuar a lógica da norma branca como modelo de humanidade e de sanidade. Como falar de "autonomia" ou "autoestima" sem considerar que, para muitas pessoas negras, o próprio reconhecimento como sujeito ainda está em disputa?

A proposta de uma Psicologia antirracista exige, portanto, mais do que incluir conteúdos sobre relações raciais de forma pontual ou simbólica. É preciso revisar profundamente os fundamentos teóricos, éticos e metodológicos da formação psicológica, reconhecendo que o

racismo não é apenas um tema a ser discutido, mas uma estrutura a ser enfrentada. Isso implica não só o reconhecimento da centralidade da raça na constituição do sujeito, mas também a abertura radical para outras formas de produzir saber e cuidado como os saberes afro-brasileiros, ameríndios, das práticas comunitárias e dos movimentos sociais negros.

Além disso, é urgente que a formação em Psicologia assuma a tarefa de formar profissionais comprometidos com a equidade racial em todos os campos de atuação: da clínica à política pública, da educação à saúde coletiva, da pesquisa à extensão universitária. Isso passa pela inclusão obrigatória de disciplinas sobre relações raciais e racismo institucional, pela valorização de pesquisas sobre saúde da população negra, pela escuta ativa de docentes e discentes negros, pela reformulação de ementas e pela revisão crítica dos cânones e da própria ideia de ciência que ainda sustenta a formação. Haja vista que, pensar a formação em Psicologia sob a lente do racismo estrutural é reconhecer que não se trata apenas de combater o preconceito individual, mas de desmontar as engrenagens que mantêm a branquitude como centro da produção de subjetividades, de saberes e de legitimidades. É disputar os sentidos da própria Psicologia, transformando-a em um campo onde a pluralidade epistêmica, a justiça racial e o reconhecimento da diferença não sejam exceções, mas princípios constitutivos.

Por que pensar Psicologia, especialmente Psicologia Clínica e relações étnico-raciais?

No Brasil, o Estado frequentemente induz à produção de vulnerabilidade e precariedade sobre os corpos negros, expondo-os de maneira sistemática à violência, à fome, à morte, e ao abandono, com mínima proteção institucional. Esses mecanismos produzem efeitos diretos sobre os indicadores sociais e de saúde: negros têm menor expectativa de vida, maior mortalidade precoce, menos acesso a atendimentos especializados e condições indignas de trabalho. Essa condição não é natural, mas socialmente construída por meio de estruturas, instituições e dispositivos ideológicos que reiteram a ideia de inferioridade negra e reforçam a normatividade branca.

Por exemplo, apesar de o direito à saúde ser assegurado pela Constituição, negros e negras seguem experienciando desigualdades sistemáticas desde o nascimento até a morte. Dados apontam que os homens negros são mais afetados por mortes relacionadas a transtornos mentais, uso abusivo de substâncias e homicídios (Batista; Escuder; Pereira, 2004). As mulheres negras têm menos acesso ao pré-natal, maior risco de mortalidade materna e são atendidas, muitas vezes, com negligência institucionalizada (Lopes, 2005). No ambiente de

trabalho, episódios de assédio, exclusão e violência simbólica comprometem a saúde mental de trabalhadores negros e geram um dano psíquico persistente (Souza, 2004).

No campo clínico, os efeitos subjetivos do racismo se apresentam frequentemente como queixas de baixa autoestima, angústia difusa, sensação de não pertencimento, tentativas de embranquecimento simbólico e experiências de exclusão que são muitas vezes mal interpretadas, minimizadas ou patologizadas por psicólogos/as que não reconhecem o impacto estrutural do racismo. Daí a urgência de que profissionais da Psicologia enfrentem sua própria racialidade marcada majoritariamente pela branquitude e compreendam como ela atravessa os vínculos terapêuticos, os processos diagnósticos e os protocolos de cuidado.

A omissão da questão racial na formação compromete a qualidade do acolhimento, a eficácia das intervenções e o compromisso ético da Psicologia com a justiça social. Uma clínica que ignora o racismo é, inevitavelmente, uma clínica que produz e reproduz violências. Por isso, enfrentar o racismo na formação e na prática clínica é um imperativo ético e político. Trata-se de afirmar que as relações raciais não podem ser tratadas como temas periféricos ou optativos, mas como conteúdos estruturantes da formação e da atuação profissional (Schucman, Nunes e Costa 2015).

A importância desta proposta se justifica também pela sua relevância social: é preciso reconhecer que estamos em um país que trata seus cidadãos de forma desigual desde a base, e que consolidar marcos de equidade racial depende diretamente do conhecimento produzido sobre os mecanismos de exclusão, bem como da formação crítica de profissionais capazes de intervir nesses processos. Neste sentido, não basta que existam leis e políticas públicas de promoção da igualdade racial. Se as relações intersubjetivas na clínica, na escola, nos serviços de saúde e assistência continuarem a reproduzir as lógicas coloniais de inferiorização e apagamento, o racismo seguirá como matriz invisível das violências cotidianas.

Produzir conhecimento em Psicologia, portanto, não é um ato neutro. É um posicionamento diante do mundo. É preciso desnaturalizar o que foi imposto como universal, verdadeiro e científico. É necessário interrogar as bases epistemológicas da Psicologia tradicional, confrontar a hegemonia do pensamento branco-ocidental e afirmar outras formas de saberes, sentir e cuidar a partir das experiências negras, indígenas, periféricas e dissidentes.

Como afirma Mayorga (2013), pesquisar aquilo que foi apagado, silenciado ou deslegitimado é uma tarefa que exige coragem e ruptura. Implica em romper com as verdades absolutas, questionar as regras do que é considerado válido e criar caminhos insurgentes de produção de conhecimento. Dessa forma, pensar Psicologia Clínica e relações étnico-raciais é, ao mesmo tempo, um gesto de denúncia e de reconstrução. É lutar por uma Psicologia que, em

vez de adoecer, silenciosamente, sujeitos negros, seja capaz de acolher suas dores, reconhecer seus saberes e contribuir para a reparação histórica, ética e existencial que o país ainda deve a essa população.

Objetivo

Narrar e analisar a experiência de formação e prática supervisionada desenvolvida com um grupo de estudantes negras e negros em Psicologia, refletindo criticamente sobre os desafios, tensões e potências implicadas na construção de um espaço de aquilombamento e de produção de saberes antirracistas no interior de instituições atravessadas pela colonialidade, pelo epistemicídio e pela sistemática negação da humanidade negra.

Cenário do estágio com estudantes negros: territorialidades, protagonismos e deslocamentos epistemológicos

A experiência de estágio aqui apresentada se inscreve no campo da formação em Psicologia com ênfase nas relações raciais, interseccionalidades e processos clínicos, desenvolvida ao longo dos anos de 2024 e 2025. Em ambos os anos, o estágio foi composto predominantemente por estudantes autodeclarados negros (pretos e pardos), fato que configurou não apenas um dado estatístico, mas um deslocamento radical nas possibilidades de produzir formação, cuidado e saber em Psicologia.

No ano de 2024, o grupo foi composto por 18 estudantes, dos quais 17 se autodeclararam negros, sendo 10 mulheres negras e 7 homens negros. Já em 2025, o cenário se manteve semelhante, com 17 estudantes autodeclarados negros, dos quais 12 são mulheres negras e 5 homens negros, todos cursando o 4º ou 5º ano da graduação em Psicologia. Essa composição é especialmente significativa num campo historicamente atravessado pela branquitude, onde os saberes, práticas e sujeitos negros foram, por muito tempo, silenciados ou patologizados.

A entrada no estágio ocorre no final do terceiro ano do curso, quando as/os estudantes precisam optar por duas das quatro ênfases disponíveis na formação. O processo de escolha das ênfases, bem como a organização do sorteio e a construção dos critérios de distribuição, é inteiramente protagonizado pelos próprios estudantes, o que fortalece o exercício da autonomia e da autogestão, valores centrais à proposta pedagógica que sustenta essa experiência formativa.

Durante os anos de 2024 e 2025, os campos de estágio incluíram atendimento clínico na Clínica Escola da Universidade (no formato de psicoterapia breve) e atuação em diferentes dispositivos da Rede de Saúde sendo na Atenção Básica e Atenção Psicossocial (RAPS):

Consultório na Rua, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas (CAPS-AD). Cada um desses espaços apresentou desafios singulares, especialmente no que diz respeito à intersecção entre raça, território, saúde mental e cuidado.

Neste relato, destacam-se especialmente as experiências vividas pelas/os estagiárias/os negras/os nesses contextos, pois são elas que tensionam o modelo hegemônico de estágio em Psicologia, ainda marcado por uma lógica de neutralidade, universalismo e distanciamento racial. Ao partilhar essas vivências, buscamos visibilizar não apenas o enfrentamento cotidiano ao racismo institucional, mas também as formas coletivas e criativas que os/as estudantes desenvolveram para construir práticas clínicas e comunitárias atravessadas pela escuta ética, pela memória de si e pela afirmação da vida negra.

Esse cenário de estágio revela o quanto a composição racial do grupo potencializa o processo formativo, tanto nas supervisões quanto nas práticas de campo. As discussões em torno do racismo institucional, da clínica contracolônia, da ética do cuidado e da ancestralidade tornaram-se não apenas temas de leitura, mas experiências encarnadas, compartilhadas em primeira pessoa, em diálogo constante entre saberes acadêmicos, experiências vividas e saberes comunitários.

Ao narrar este percurso, pretende-se sustentar que a presença massiva de estudantes negros e negras no estágio não é apenas uma coincidência demográfica, mas um marco político e epistêmico que convoca a Psicologia a rever seus referenciais, metodologias e práticas de cuidado. É, ao mesmo tempo, denúncia e proposição: um modo de aquilombar a formação e de enunciar que outros modos de ser, cuidar e pensar são possíveis e estão em curso.

Metodologia

A presente proposta parte da *escrevivência*, conceito elaborado por Conceição Evaristo (2008), como ferramenta metodológica e epistêmica para compreender, narrar e tensionar a experiência de formação e prática clínica de estudantes negras e negros de Psicologia. Longe de um simples recurso literário, a *escrevivência* se apresenta aqui como uma metodologia contra-hegemônica de construção do conhecimento, que não apenas rompe com os paradigmas eurocentrados de produção científica, mas afirma a experiência negra como lugar legítimo de enunciação, análise e invenção.

Como apontam Soares e Machado (2017), a *escrevivência* opera no entrelaçamento entre o vivido e o narrado, entre a voz do sujeito que escreve e o corpo coletivo que se inscreve no mundo. Trata-se de uma escrita situada, implicada, insurgente onde a autora ou o autor não

fala apenas de si, mas mobiliza o “eu” como canal de um “nós” compartilhado. Nas palavras de Evaristo (2008), “o sujeito da literatura negra tem sua existência marcada por sua cumplicidade com outros sujeitos. Ao falar de si, fala dos outros; ao falar dos outros, fala de si”. É nesse sentido que escolho narrar o processo de formação e supervisão de estágio com estudantes negras e negros de Psicologia por meio da escrevivência. Não se trata de um relato neutro ou descolado da vida, mas de um testemunho posicionado de uma pessoa negra profissional da psicologia, docente e pesquisadora que caminha junto, escuta, afeta-se e é afetado pelos trajetos e travessias dessas/es estudantes. Falar desse estágio é também falar de mim. Falar do que me atravessa como corpo negro em sala de aula, em clínica, em instituições que operam constantemente a negação da nossa humanidade.

A escrevivência, nesse contexto, permite romper com a dicotomia sujeito-pesquisador e objeto-pesquisado, pois os saberes aqui produzidos não são sobre os estudantes, mas com eles. São construções forjadas na partilha de experiências, no enfrentamento conjunto ao racismo institucional, na escuta coletiva dos silêncios e dos excessos, na elaboração de práticas de cuidado enraizadas em nossa memória, ancestralidade e desejo de transformação.

Ao afirmar a escrevivência como método, reafirmo que o conhecimento não é neutro ele é sempre encarnado, situado e atravessado por relações de poder. Por isso, esse trabalho não busca apenas descrever uma experiência de estágio, mas desestabilizar os critérios que definem o que é “ciência”, “objetividade” ou “método” dentro de um campo historicamente colonizado. Trata-se de uma escolha política e ética. Como afirma Evaristo (2004/2007), “a nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los de seus sonos injustos”. O que escrevo, portanto, não visa apenas atender aos ritos institucionais. Como diz Mombaça (2016), “já não escrevo apenas para obter um título” escrevo para criar frestas, abrir caminhos, fazer vazar saberes que transbordam as grades do sistema. Escrevo para que outras pessoas negras possam se ver, se reconhecer e se levantar também.

Assim, compreendo este processo metodológico como uma ferramenta de desobediência epistêmica e curricular, uma prática que contesta a colonialidade do saber e afirma a pesquisa como gesto coletivo de invenção e insurgência. Como afirmam Navasconi e Moscheta (2017), pensar a pesquisa como prática social nos convoca a adotar uma postura reflexiva diante do que significa produzir conhecimento especialmente quando este conhecimento emerge das margens, das brechas, dos silêncios e das ausências impostas pelo racismo institucional.

Organização do Estágio

O estágio é composto por dois encontros semanais fixos: um destinado à supervisão clínica dos atendimentos individuais realizados na clínica escola da Universidade, e outro voltado à discussão das experiências em campo nos dispositivos públicos: Consultório na Rua, Unidades Básicas de Saúde (UBS) e Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e outras Drogas (CAPS AD). Ambos os espaços funcionam como territórios vivos de elaboração técnica, ética, afetiva e política.

A supervisão clínica operou-se como um espaço de escuta qualificada e compartilhamento dos dilemas subjetivos implicados na clínica com pessoas majoritariamente negras, pobres e periferizados. Já o segundo momento é voltado à análise das experiências nos serviços da UBS, Consultório na Rua e CAPS Ad, organização de atividades, planejamento de ações intersetoriais e elaboração de práticas psicossociais situadas, com base na escuta de territórios profundamente marcados por desigualdade racial e exclusão social, e em ambos os espaços os encontros são atravessados por risos, choro, silêncios e insurgências.

A clínica escola oferece atendimentos individuais com duração média de 6 a 8 meses. Nos campos de atuação dos demais equipamentos, a carga horária presencial em território é de até 4 horas semanais, acrescida de reuniões de equipe, supervisões coletivas e encontros intersetoriais, compondo uma experiência prática densa, plural e implicada.

Marcos Teóricos e Epistemológicos

A base teórico-metodológica do estágio é ancorada em epistemologias negras, indígenas e latino-americanas, com destaque para os estudos contracoloniais, especialmente na contribuição de Nego Bispo, articulados com autores e autoras como Frantz Fanon, Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira, Cida Bento, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Audre Lorde, bell hooks, Deivison Mendes Faustino, Grada Kilomba, Guerreiro Ramos, Hildeberto Vieira Martins, Jeane Saskya Campos Tavares, Jurema Werneck, Mônica Mendes Gonçalves, Emiliano de Camargo David, Rachel Gouveia Passos e tantas outras vozes historicamente silenciadas nos currículos de Psicologia.

Tais referências operam em articulação com as abordagens da Terapia Narrativa e do Construcionismo Social, compondo um arcabouço que permite tensionar os modos hegemônicos de pensar o sofrimento psíquico, o sujeito e a clínica. A interseccionalidade não é apenas um conceito, mas um dispositivo metodológico que orienta as práticas clínicas e

territoriais, reconhecendo a articulação entre racismo, gênero, classe e território na produção da dor e da resistência.

Discussão: A condução da supervisão – Clínica antirracista, ética radical e cuidado insurgente

Desde o início, o processo de supervisão foi pautado pela necessidade de descentrar os modelos clínicos eurocentrados, questionando tanto suas bases normativas quanto sua pretensa universalidade. Em vez de partir da neutralidade teórica, reconhecemos que toda clínica é atravessada por marcadores como cor, classe, território, gênero e história. A prática clínica, portanto, não é neutra é sempre situada e, em contextos marcados pelo racismo estrutural, é inevitavelmente racializada.

Nesse sentido, como dito anteriormente, os debates raciais não foram tratados como temas complementares ou “transversais”, mas como eixo central de análise, formulação e posicionamento clínico e institucional. A branquitude, a colonialidade do saber-poder, a racialização da escuta e os efeitos do racismo na subjetividade foram discutidos como elementos estruturantes da clínica, e não como apêndices teóricos.

Durante as supervisões, as discussões de caso sempre buscaram contemplar o que nomeamos como dimensão ético-política da escuta. Isso significa perguntar, a cada caso, não apenas “o que fazer?”, mas “quem é esse sujeito diante de mim?”, “o que sua história carrega?”, “de que modo o racismo, o sexismo e a precarização da vida atravessam essa queixa?”, “o que essa clínica pode ou não pode oferecer a esse corpo?”

A partir dessas perguntas, as e os estagiárias foram sendo provocados a construir planos de cuidado atentos à materialidade da vida dos usuários incluindo o acesso (ou não) à moradia, alimentação, vínculos comunitários, apoio institucional e redes de afeto. A clínica, assim, se reterritorializou: deixou de estar apenas no consultório e passou a dialogar com a rua, com o território, com os serviços públicos, com a ancestralidade, com o racismo, com os vínculos e com os deslocamentos possíveis.

No contexto dos atendimentos clínicos realizados com crianças, adolescentes, adultos e pessoas idosas, foi possível vivenciar de forma sensível e radical a desconstrução de um imaginário social normativo sobre o que é ser terapeuta. Esse ideal, hegemonicamente branco, cis, burguês e euroestadunidense centrado, muitas vezes se impunha como um fantasma sobre as práticas das/os estagiárias/os negras/os, produzindo tensão, desconforto e deslocamento subjetivo. Desde os primeiros encontros, era comum escutarmos, nas supervisões, perguntas como: “O que devo fazer?”, “E se eu me emocionar?”, “Estou preparado/a para isso?”

questões já esperadas de qualquer processo formativo. Mas havia outras inquietações, muito mais profundas e historicamente racializadas, que atravessavam as falas e os silêncios: “*Será que vão me respeitar?*”, “*Será que vão me ver como profissional?*”, “*Minha roupa está adequada?*”, “*Eu posso errar? Posso falhar?*”

Essas dúvidas, que para alguns corpos jamais se colocam como urgência, são estruturais e permanentes para os corpos negros, que sabem, desde sempre, que precisam performar o dobro para receber metade do reconhecimento isso quando recebem. Como bem sabemos, não se trata apenas da sensação de não pertencimento, mas de algo mais violento e profundo: a rejeição explícita da nossa presença como legítima. O que fazer quando o outro não nos reconhece como profissionais? Suplicamos pelo reconhecimento? Nos desumanizamos para caber? Nos moldamos ao figurino do opressor para sermos aceitos?

É nesse ponto que os ensinamentos de Sofia Favero (2022) e sua Psicologia Suja nos ofereceram uma saída. Ou, como ela mesma diz: “Cansada de pensar linhas de fuga, comecei a viver o fim do mundo. Por que não sujar o pensamento? Psicologia suja não é uma alternativa, não é uma psicoterapia diferente. É uma arte de guerra.” Tomamos para nós essa arte de guerra não como destruição, mas como potência criadora. A supervisão se tornou, então, um espaço de morte e renascimento simbólicos. Lugar de questionamento, mas também de reconstrução. Lugar onde não apenas aprendemos a ser terapeutas, mas desaprendemos os modos colonialmente impostos de ser. Em muitos momentos, foi possível perceber como estar em formação, enquanto corpo negro, é viver uma espécie de clínica da desterritorialização constante: somos, a todo momento, empurrados para fora de nós mesmos, convidados a abandonar nossas expressões, nossas falas, nossos gestos, para caber em uma estética da branquitude.

E isso é psiquicamente devastador. Porque, mesmo quando nos autorizam a estar, nos colocam um figurino. Se performamos como eles esperam na fala, na roupa, no tom: somos tolerados. Mas, se ousamos trazer nossos corpos por inteiro, nossas expressões, nossos atravessamentos, passamos a não ser ninguém. Quando saímos na rua, não somos vistos como psicólogos/as, mas como corpos suspeitos, corpos desviantes. Se a subjetividade depende do reconhecimento do outro, como se constitui o estagiário negro quando o olhar do outro o recusa?

Durante esses dois anos de supervisão, também me vi atravessado por essas questões. Sendo um corpo negro e docente, por vezes me questioneei: “*Estou mesmo fazendo Psicologia? Estou sendo reconhecido como orientador?*” O cansaço da luta cotidiana contra o epistemicídio, a deslegitimação e o silenciamento institucional é real. Mas há também outra

dor: a dor de permanecer de pé, de insistir, de sustentar uma pedagogia do enfrentamento ético em meio à violência simbólica e estrutural.

Como aprendemos com Fanon (2008), Carneiro (2005) e Mbembe (2014), em uma sociedade racista, a autorejeição e o auto-ódio são norma e não desvio. Não podemos ver isso como uma falha moral, mas como uma urgência ética. Tiraram de nós a humanidade. Mas a humanidade não se pede: se afirma. É por isso que repetimos, como um mantra coletivo, como princípio de cuidado e como gesto clínico-político: vidas negras importam.

Essa foi a lição mais profunda que emergiu das supervisões: afirmar a vida negra não é apenas uma postura política, é um imperativo clínico. E, ao fazermos isso, reconstruímos uma Psicologia que não apenas acolhe, mas também repara, denuncia, inventa, e sobretudo, cria condições para que nossas existências não sejam toleradas, mas celebradas.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que as supervisões também se configuraram como espaço de partilha afetiva e elaboração coletiva. Foram momentos de escuta mútua entre estagiárias/os negras/os que vivenciam, no cotidiano da formação e dos serviços, situações de microviolências, deslegitimações e epistemicídios. Falar sobre os casos também era falar de si: da experiência de atender um usuário negro sendo uma mulher negra, da escuta atravessada pela identificação ou pelo cansaço, da clínica que exige resistir às políticas de silenciamento impostas pelas instituições.

Esse processo formativo foi sustentado por uma postura radicalmente ética e racialmente comprometida, que buscou produzir uma supervisão que também fosse aquilombamento, espaço de cuidado e invenção compartilhada. Ao invés de formar apenas para o cumprimento de protocolos, formamos para o posicionamento crítico diante do mundo e, sobretudo, diante das vidas negras que chegam até nós em busca de cuidado.

Por isto, reitero que é evidente que somos, em alguma medida, moldados pelo olhar do outro. Mas quando esse olhar é atravessado pela racialização, o que ele produz não é só imagem, é marca. É fissura. É silêncio. É retração subjetiva. Lembro de uma situação que nos atravessou profundamente em 2024: uma estagiária negra, em seu primeiro atendimento clínico, assumia um caso anteriormente acompanhado por uma estagiária branca. Dedicada, cuidadosa e extremamente comprometida, preparou-se com afinco. Fez anotações, roteiros, checklist. Escolheu a roupa com atenção. Estudou. Estava pronta. Mas ao retornar para a supervisão, notei seu abatimento.

Na escuta cuidadosa daquele espaço de partilha, veio à tona a cena que ainda reverberava: ao encontrá-la pela primeira vez, a paciente disse: *“Você é diferente, né? É mais jovem que a outra estagiária.”* O que estaria sendo dito nas entrelinhas? O que era esse

“diferente”? O que era “ser mais jovem”? A estagiária negra, na realidade, era mais velha que a anterior e estava em sua segunda graduação. Mas, naquele comentário aparentemente inocente, pesava a interrogação não-dita sobre a cor da pele, o cabelo em tranças, a roupa, a forma de falar, o corpo.

A paciente permaneceu por apenas duas sessões. Desmarcou. A justificativa: falta de tempo na rotina. Mas os cacos desse encontro e da rejeição contida naquele olhar ainda hoje ecoam em nossa supervisão. Como supervisor, sinto que sigo junto com ela colando esses fragmentos, ajudando a reconstruir a imagem de si que foi estilhaçada por um olhar que não a reconheceu e que talvez nem a enxergou. Olhar que atravessa gerações de estudantes negros e negras que, no espaço clínico, se perguntam: *“Será que vão me ver como psicóloga(o)? Será que posso errar? Serei respeitada(o)?* “Afinal, não é raro que essa pergunta fundamental retorne: *“Se sou sujeito apenas no olhar do outro, o que faço quando esse olhar não me reconhece?”*

Mas também vivenciamos, na contramão das dores e silenciamentos, experiências profundamente potentes. Em uma dessas situações, uma estagiária negra, ao atender uma adolescente em processo de descoberta de si, inclusive sobre sua identidade racial, foi surpreendida ao ser questionada pela paciente: *“Você está bem?”* Ao final da sessão, já em supervisão, a estagiária compartilhou o quanto se sentiu atravessada por esse encontro. Entrou no setting clínico de um modo, e saiu de outro, com a sensação inesperada de ter sido, ela também, cuidada.

Outro relato marcante foi de uma estagiária negra que, ao atender mulheres negras, identificou um ciclo recorrente: mulheres que cuidam de todos ao seu redor, mas que raramente são cuidadas. Com olhos marejados, disse: *“Talvez, pela primeira vez, através da clínica peripatética, eu esteja entendendo o que é cuidar e ser cuidada. É estranho... eu não sabia que era possível me sentir assim na posição de terapeuta.”*

Essa confissão carrega em si a densidade do que temos construído nesse espaço de estágio. A clínica peripatética que caminha, que se move com os corpos e entre eles, que se descola do setting fixo e da escuta verticalizada não se limita a oferecer cuidado: ela também cuida de quem cuida. Há algo de profundamente revolucionário quando uma mulher negra, inserida num espaço clínico, compreende que ela não é apenas instrumento de cuidado, mas também sujeito dele.

É nesse contexto que a supervisão se tornou mais que técnica se fez lugar de reconstrução, de reinvenção de si e de mundo. Ali, pudemos chorar, rir, narrar, silenciar e gritar juntos. Foi onde resgatamos nossos nomes, revisitamos as marcas e as feridas algumas das quais

ainda latejam, mas aprendemos a vê-las com novos olhos: elas não doem mais como antes. Carregam história, mas também anunciam resistência. Como escreveu bell hooks: “Quando preciso dizer palavras que não se limitam a simplesmente espelhar a realidade dominante ou se referir a ela, falo o vernáculo negro. [...] Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesmo.” (hooks, 2013, p. 233)

A supervisão, então, deixou de ser apenas um espaço de orientação para se tornar um campo político de re-existência. Um lugar de contra-narrativa, onde resistir não é mais lutar por reconhecimento do branco, mas reafirmar nossa humanidade por nós mesmos, por meio do autoamor, da solidariedade, da memória viva e da partilha de saberes. Se a clínica clássica tentou nos ensinar a ser neutros, nós ensinamos a clínica a ser afetiva, comunitária, negra, falante, insurgente. Afirmamos um novo modelo de presença e cuidado: não como adequação, mas como invenção. Não como espelho do outro, mas como potência de si.

Nos espaços da Atenção Básica, especialmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), foi possível desenvolver, junto aos estagiários e profissionais da equipe, grupos, oficinas e rodas de conversa com temáticas diversas e urgentes como masculinidades, luto, autocuidado e fortalecimento de redes de apoio. Nessas experiências, a Psicologia se colocou como prática viva, situada, implicada nos territórios e comprometida com os sujeitos que ali vivem.

Destaco, especialmente, o reconhecimento do papel da Psicologia nas visitas domiciliares: práticas que nos permitiram adentrar espaços íntimos e sagrados a casa do outro, o espaço da vida cotidiana. Nesses momentos, não assumimos a posição da interpretação ou da tutela, mas a disposição ética do encontro, do estar com, de partilhar o cotidiano com cuidado e escuta. Foi possível falar de dores, lutos e frustrações, mas também de sonhos, desejos e possibilidades de recomeço. Em muitos desses encontros, nos deparamos com modos de existir marcados pela precarização e, ao mesmo tempo, pela resistência silenciosa e cotidiana daqueles que historicamente foram esquecidos pelas políticas públicas.

No campo do Consultório na Rua, os desafios ganham contornos ainda mais complexos. A atuação junto à população em situação de rua nos convoca a um tipo de cuidado que é, ao mesmo tempo, clínico, político e institucional. Trata-se de uma prática que exige constante inventividade para responder às emergências, garantir o acesso ao cuidado e afirmar o direito à saúde em um contexto marcado pela desumanização sistemática desses sujeitos.

Durante as supervisões, ao escutarmos os relatos das vivências em campo, muitas vezes nossos corpos ficavam paralisados diante do absurdo. O que ouvíamos gerava incredulidade, e, por vezes, um ódio tão intenso que nos exigia parar. Fazer uma pausa. Respirar. Para que esse ódio não nos consumisse, mas pudesse ser transmutado em raiva uma raiva lúcida,

mobilizadora, que pudesse se tornar força de enfrentamento e de construção. Não se trata de destruir, mas de propor. De fazer do afeto ferido uma ferramenta ética e política de resistência.

Muitas vezes, no entanto, nos deparamos com a fragilidade das redes. Redes que, apesar de desenhadas e institucionalmente organizadas, não sustentam o peso do racismo estrutural e do modelo de sociedade que não reconhece as pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos. Assistimos à reprodução cotidiana de violências institucionais, como no caso acompanhado por uma estagiária, em que uma mulher negra, em situação de rua, teve sua filha retirada por ordem judicial, e encontrava-se sozinha, nua, no frio, em sofrimento intenso, sem acesso a cuidados efetivos. Nesses momentos, a Psicologia é convocada não apenas a intervir, mas a tensionar, denunciar e insistir na criação de espaços ético-políticos de acolhimento e reconstrução dos vínculos sociais rompidos.

Além da atuação direta nos territórios, os estagiários participaram de reuniões intersetoriais, planejamento de ações, discussões de casos e da elaboração de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), fundamentais para uma atenção integral e para a gestão compartilhada do cuidado. Em 2025, iniciamos, em articulação com as políticas públicas municipais, a construção de um instrumento de mapeamento das iniquidades, com o objetivo de conhecer mais profundamente o perfil das pessoas em situação de rua no município, suas especificidades e demandas, para subsidiar políticas públicas mais equânimes e eficazes.

No CAPS AD, no primeiro semestre de 2024, foi possível realizar ações fundamentadas na ética da Redução de Danos e nos princípios da clínica ampliada, com participação ativa dos estagiários em atendimentos individuais e grupais, acolhimentos, elaboração de PTS e atenção em situações de crise. Essa vivência reafirmou a importância de uma Psicologia que não se limita ao setting tradicional, mas que se expande para os territórios da vida, onde os conflitos, as dores e as potências se encontram de forma concreta e complexa.

Contudo, é necessário afirmar: não há atuação possível nesses espaços sem o enfrentamento ao racismo institucional. Ao longo do processo de estágio, tanto nas UBS quanto no CAPS AD e no Consultório na Rua, foi possível perceber como o racismo opera de forma estrutural e cotidiana, atravessando os modos de escuta, de acolhimento, de encaminhamento e, principalmente, de reconhecimento da humanidade dos usuários negros. A presença dos estagiários também negros não apenas provocou deslocamentos, mas também evidenciou tensões, silenciamentos e disputas epistemológicas sobre o que é cuidado, quem cuida e quem é digno de cuidado.

Nesse percurso, a supervisão funcionou como espaço fundamental para elaborar essas experiências, construir estratégias de resistência e repensar os próprios sentidos da atuação

psicológica no SUS. Trata-se de uma formação que não dissocia técnica de ética, nem intervenção de posicionamento político uma formação que busca construir uma Psicologia que se quer antirracista, viva e comprometida com a transformação das realidades nas quais se insere.

Por fim, durante esses dois anos pudemos entender que quando uma pessoa estagiária negra fala muito se coloca em xeque. Tendo em vista quando estes corpos denunciam as contradições e apontam as violências raciais. O que pudemos perceber foi por vezes a tentativa de colocar e inserir uma máscara silenciando, calando e até mesmo fazendo com que por vezes a esperança fosse minada. Mas as supervisões se mostraram espaços para se construir esperanças mesmos em terrenos áridos e possivelmente sem vidas.

Deste modo, as experiências supervisionadas escancararam a urgência de uma Psicologia que compreenda a interseccionalidade como eixo central e não como tema periférico. Foi nesse processo que testemunhei e, por vezes, também reproduzi os efeitos de um pacto de masculinidade cisgênero que atravessa até mesmo os espaços mais críticos. Em momentos em que estagiárias negras apontavam com firmeza e muitas vezes com dor os atravessamentos do racismo institucional, vi seus discursos serem deslegitimados, enquadrados como “exagero”, “drama”, ou até mesmo como “histeria” ecoando o que Lélia Gonzalez (2020) já denunciava. Em contrapartida, vi homens negros serem ouvidos e reconhecidos quando verbalizavam as mesmas críticas. A interseccionalidade, assim, não era apenas um conceito discutido nas supervisões ela se fazia prática, acontecimento, corpo.

Também ficou evidente o peso das imagens de controle, como nos alerta Patricia Hill Collins (2021), quando estagiários e estagiárias negras foram acusados de presunção, imaturidade ou agressividade sempre que ousaram nomear o racismo, os silêncios cúmplices e as incoerências institucionais. Ao expressarem, com tranquilidade e disposição dialógica, posicionamentos éticos, foram vistos como desafiadores da ordem e, não raro, patologizados em suas emoções. Afinal, quem pode falar? E mais: o que pode um estagiário negro dizer e a quem?

Foi nesses momentos que compreendemos a importância da construção coletiva de espaços minimamente seguros, onde os processos de escuta, formação e cuidado pudessem ser partilhados de maneira horizontal. A presença de pessoas brancas aliadas foi fundamental, não como “salvadoras”, mas como coparticipantes de um projeto ético de construção de uma Psicologia antirracista. O compromisso de tensionar o campo clínico, de deslocar os sentidos tradicionais da supervisão e de reposicionar o cuidado como prática política tornou-se um dos maiores aprendizados desses dois anos de experiência.

Em suma, as supervisões e os espaços de atuação supervisionada funcionaram como dispositivos de resistência e de criação de vida não no ideal da clínica tradicional, mas como quilombo, como espaço de cura e denúncia, de acolhimento e politização. Um lugar onde o verbo cuidar passou a se conjugar junto à dignidade, à escuta implicada e à reexistência.

Considerações finais: Entre Ruínas e Re-existências — Testemunhar para (Re)escrever a Psicologia

Dedico este trabalho às e aos estudantes negros que, com coragem e sensibilidade, ousam aquilombar a Psicologia, não apenas para existir, mas para transformar. Cada escuta, cada gesto, cada silêncio e cada palavra vivida nesse percurso é parte vital da construção coletiva aqui narrada.

A experiência aqui apresentada reafirma, de maneira inegociável, a urgência de se constituírem disciplinas, estágios e espaços de supervisão que tenham como eixo estruturante as relações raciais e não como tema periférico ou pontual. A Psicologia, enquanto ciência e prática profissional, não pode mais se furtar à tarefa histórica de reconhecer que o sofrimento psíquico, no Brasil, é indissociável das estruturas de desigualdade que têm cor, classe, território e gênero. O racismo é produtor de subjetividades, de sofrimento, de silenciamentos e de exclusão, sendo, portanto, um tema essencial e inadiável para a formação em Psicologia, especialmente no campo clínico.

Neste contexto, o estágio supervisionado se constituiu como espaço de formação política, clínica e existencial. Não apenas como um momento técnico e instrumental, mas como um quilombo contemporâneo um espaço de reinvenção dos sentidos de ser estudante, estagiário, terapeuta e pesquisador. A supervisão, nesse campo, tornou-se um lugar de escuta coletiva, elaboração crítica, reposicionamento ético e resistência à lógica universalizante da Psicologia eurocentrada, abrindo brechas para a construção de uma Psicologia negra, situada, viva e implicada.

Assumir esse lugar é também escolher outras bases epistemológicas para o cuidado, alicerçadas não apenas na ruptura com os paradigmas coloniais, mas na invenção de novas formas de sentir, pensar e agir no mundo. Aqui, a filosofia do Ubuntu não é mobilizada como metáfora retórica, mas como horizonte político e ético. Se “sou porque somos”, o cuidado em Psicologia não pode ser pensado como ato isolado, tecnicista, descolado da coletividade. Ubuntu nos convida ao reconhecimento de que o sofrimento psíquico é também social, histórico e racializado. Uma Psicologia que não reconhece isso, adoece — e adoece a quem ela pretende cuidar.

A supervisão, neste horizonte, é mais do que um espaço de orientação técnica: é um gesto político de refundação dos vínculos, de produção de presença, de insurgência epistêmica e de reencantamento do cuidado. A Psicologia que desejamos não é neutra, não é cega à cor, nem indiferente à dor. É uma Psicologia comprometida com a transformação das condições que produzem sofrimento e exclusão, e com a afirmação de outras formas de vida, dignas e plenas.

Neste processo, a literatura do testemunho surge como aliada. Não apenas como denúncia ou catarse, mas como escrita de vida. Ela rompe com o silenciamento histórico que recaiu sobre corpos negros, indígenas, periféricos, trans, migrantes. Como afirma Beatriz Nascimento, trata-se de uma escrita que desmascara as máscaras brancas, expõe a pele negra e busca nomear o que nos foi historicamente negado. O testemunho, ao contrário da linguagem oficial, não se pretende universal, neutro ou abstrato: ele escreve a partir do corpo, da dor, da memória, do sangue, da voz. Ele diz: *eu posso, eu existo, e existimos apesar de tudo*.

Em tempos em que o passado colonial se atualiza cotidianamente nas ruas, nas políticas de segurança, nos saberes institucionalizados testemunhar é também resistir. Porque sabemos que a história oficial insiste em negar nossas existências, mas nossos corpos, nossas palavras e nossos mortos continuam a narrar. Recontar nossas histórias com outras palavras, com outros referenciais, com outros afetos, é um ato de insubordinação radical. Não se trata de pedir reconhecimento: trata-se de afirmar a nossa reexistência.

Essa proposta, portanto, é também um convite. Um convite para que a formação em Psicologia se assuma como território de disputa. Que reconheça que vidas negras não podem ser cuidadas com os modelos que historicamente as violentaram. Que compreenda que os saberes forjados nos quilombos, nos terreiros, nas redes de apoio comunitário não são práticas exóticas ou complementares, mas fundamentos epistemológicos potentes para uma Psicologia genuinamente antirracista, anticolonial e comprometida com a vida.

Referências

BATISTA, L.E.; ESCUDER, M. M. L.; Pereira, J.C.R. A cor da morte: estudo de causas de óbito segundo características de raça/cor no Estado de São Paulo, 1999-2001. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 5, p. 630-636, 2004.

CARNEIRO, S. A. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese de Doutorado, USP, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

EVARISTO, C. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, M. A. (Org). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, C. Escrivências da Afro-brasilidade: História e Memória. In: **Releitura**, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, nº 23, novembro 2008.

EVARISTO, C. **Literatura negra**: uma voz quilombola na literatura brasileira. Universidade Federal Fluminense, 2004.

FAVERO, S. **Psicologia suja**. Salvador: Devires, 2022.

GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio Janeiro: Zahar, 2020.

hooks, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

LOPES, F. Experiências desiguais ao nascer, viver, adoecer e morrer: Tópicos em saúde da população negra no Brasil. In: **Saúde da População Negra no Brasil**: contribuições para a promoção da equidade. Brasília, Fundação Nacional de Saúde, 2005b, p. 9-48.

LORDE, A. **Irmã outsider**. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LORDE, A. **Sou sua irmã**: escritos reunidos. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Ubu Editora, 2020. 224p.

MAYORGA, C. Pesquisar a juventude e sua relação com a política – Notas metodológicas. **Estudos de Psicologia**, 18(2), abril-junho, p. 343-350, 2013.

MOMBAÇA, J. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. **Concinnitas**, ano 17 volume 01, número 28, 2016.

NAVASCONI, P. V. P. “**Os nossos passos vêm de longe**”: A contribuição de quatro autoras negras para Psicologia Antirracista Brasileira. Orientador: MOSCHETA, M. S. Tese de Doutorado. Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2022.

NAVASCONI, P. V. P. O tema étnico-racial na psicologia clínica nos cursos de psicologia das universidades públicas paulistas. **Pesquisa trienal**. Unesp. 2023.

NAVASCONI, P. V. P., MOSCHETA, M. S. O existente inexistente: A interseccionalidade de raça, sexualidades e suicídio. Anais: **V Simpósio Internacional de Educação Sexual - SIES**, 2017.

SCHUCMAN, L. V.; NUNES, S. S.; COSTA, E. S. 2015. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicologia USP**, Vol. 28. N.1. p. 144-158.

SOARES, L. V.; MACHADO, P. S. “Escrivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia Política**. vol. 17. nº 39. pp. 203-219. mai. – ago. 2017.

SOUZA, E. M. Raça, Etnia, Condições de Trabalho e Saúde. **Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade**, São Paulo, 2004, 10 p. (mimeo).

VANDIA CRISTINA RODRIGUES LEAL

FAMÍLIA ADOTIVA INTER-RACIAL OS OBSTÁCULOS DO RACISMO

FAMÍLIA ADOTIVA INTER-RACIAL E OS OBSTÁCULOS DO RACISMO

Resumo

O presente artigo nasce do recorte de uma ampla pesquisa de campo qualitativa, a qual teve como propósito analisar o impacto do racismo estrutural no âmbito das famílias adotivas inter-raciais heteroparentais, compostas por mães e pais brancos e seus filhos(as) adotivos(as) negros(as). O artigo visa também discutir, a partir da análise de uma das três famílias adotivas inter-raciais entrevistadas, sobre a importância da transmissão da cultura afro-brasileira para a constituição de uma identidade negra positivada e processo de racialização dos sujeitos brancos no âmbito dessas famílias. Na análise dos dados produzidos, foi possível articular as contribuições teóricas da Psicanálise e Psicologia Social com o intuito de melhor analisar os aspectos conscientes e inconscientes do racismo, os quais atravessam a nossa cultura e influenciam o imaginário social e a própria constituição familiar. Dessa forma, verificou-se como o processo de racialização de mães e pais brancos, quando conscientes dos privilégios raciais da branquitude, surge como o primeiro de muitos passos para o dismantelar do racismo estrutural no âmbito da família adotiva inter-racial, assim como a posituação da negritude da jovem mulher negra entrevistada, ocorreu mediante a sua tomada de consciência sobre todo o processo que hierarquiza racialmente a nossa cultura, o que fez com que essa jovem não ficasse presa aos significados pejorativos atribuídos pela branquitude ao significante “negro” e assim pôde ressignificar a sua negritude.

Palavras-chave: Família inter-racial. Adoção. Racismo. Psicanálise. Psicologia Social.

1. Introdução

O conceito de “raça” presente nesse trabalho é utilizado no sentido de “raça social” como proposto por Guimarães (1999), dessa forma, o conceito de raça parte de “construtos sociais” alicerçados pelo racismo científico dos séculos XVIII e XIX, como o fruto das ideias de um racismo biológico que está presente no imaginário social, sendo somente nesse sentido que nos cabe utilizar tal conceito, pois:

Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos (GUIMARÃES, 1999, p. 153).

De acordo com Almeida (2018), mesmo com os avanços da biologia e da antropologia no início do século XX, o racismo segue a causar as desigualdades sociais, segregação e genocídio de grupos que são sociologicamente entendidos como minoritários. Assim, o preconceito racial se manifestará em nossa cultura por meio de sistemáticas práticas conscientes e inconscientes, as quais constituem os sistemas políticos, religiosos e econômicos, por isso o racismo pode ser entendido como estrutural.

Dessa forma, a sociedade brasileira é aquela que estabelece uma hierarquia racial cujo modelo universal de humanidade é ser branco, fato este que levou a psicanalista Neusa Santos Souza (1983/2021), nos dizer que o negro no Brasil pode ter a sua subjetividade atravessada por um Ideal do Ego branco:

O negro de que estamos falando é aquele cujo Ideal do Ego é branco. O negro que ora tematizamos é aquele que nasce e sobrevive imerso numa ideologia que lhe é imposta pelo branco como ideal a ser atingido e que endossa a luta para realizar este modelo (SOUZA, 1983/2021, p. 65).

Por consequência, todo o processo histórico que escravizou africanos e seus descendentes no Brasil, fez com que a população negra tivesse a cor de sua pele tomada como sinônimo de inferioridade. Logo, se alguns negros por vezes querem embranquecer e não se identificam como negros é porque o racismo estrutural reduziu historicamente a população negra a uma condição sub-humana e ao colocar o homem branco europeu como o criador do mundo civilizado, fez com que os negros tomassem os brancos como um modelo ideal de identificação (SOUZA, 1983/2021).

Dessa maneira, quando nos referimos a diferença racial, é imprescindível compreender sobre como o racismo estrutural afeta as famílias adotivas inter-raciais, afinal, segundo Rufino (2002), pessoas que adotam crianças cujas características raciais diferem das suas, invariavelmente terão que lidar com a discriminação racial no Brasil.

Estarão os sujeitos brancos e negros preparados para lidar com as questões raciais que se estabelecem a partir da adoção inter-racial? Afinal, a partir da adoção inter-racial, pessoas brancas passarão a ter uma descendência negra e a discriminação racial poderá ser vivida no âmbito extra e intrafamiliar.

Neusa Santos Souza (1983/2021) em sua obra “Tornar-se Negro”, ao entrevistar negros em ascensão social no Brasil, analisa o campo do imaginário e simbólico desses sujeitos e conclui ser árduo o processo para que o Ideal do Ego seja descolonizado do desejo de embranquecer, processo esse que passa pela conscientização política. E em relação ao desejo de branquear, diz Frantz Fanon (2008, p. 95): “Enquanto psicanalista, devo ajudar meu cliente a conscientizar seu inconsciente, a não mais tentar um embranquecimento alucinatório, mas sim a agir no sentido de uma mudança das estruturas sociais”. Portanto, em relação aos aspectos inconscientes do desejo de branqueamento, a função do psicanalista não seria a de dissuadir o paciente de tal desejo, mas analisar os aspectos inconscientes do conflito para que finalmente haja um sujeito capaz de fazer escolhas e assim reconhecer que a origem de seu conflito parte das estruturas sociais.

Segundo Grada Kilomba (2019), a opressão racial pode ocasionar traumas no psiquismo de negras e negros, pois em seu cotidiano passam a ter que lidar com situações que reencenam a violência racial do período escravagista. E ainda de acordo com a autora anteriormente citada, o trauma causado pelo racismo tem sido negligenciado pelos psicanalistas e psicólogos, quando incapazes de perceberem que o racismo surge como um trauma histórico que vai além da esfera de vida particular dos sujeitos. Portanto, analisar como se dá ou não o enfrentamento do racismo no seio dessas famílias inter-raciais adotivas e possíveis novos modelos de identificações intrafamiliares, é uma forma de fazer avançar o nosso conhecimento sobre a família adotiva inter-racial no Brasil.

Diante desse contexto, o presente artigo tem o intuito de discutir como o racismo estrutural pode ser reencenado em nosso cotidiano levando os sujeitos negros a reviverem o passado colonial que não cessa em ser reencenado em nossa sociedade racializada, tal como, a importância da transmissão da cultura afro-brasileira no âmbito da família inter-racial adotiva.

2. Método

Esse artigo nasce do recorte de minha pesquisa de mestrado que teve como objetivo geral analisar os aspectos conscientes e inconscientes do racismo presentes no âmbito das famílias adotivas inter-raciais, tendo como objetivos específicos compreender o processo de transmissão da cultura afro-brasileira entre brancos e negros na família adotiva inter-racial; identificar no discurso da família adotiva inter-racial possíveis violências raciais vividas e o impacto do racismo no psiquismo de seus membros, a fim de contribuir para a construção de pesquisa no campo da clínica psicanalítica e sua dimensão sociopolítica referente ao sofrimento derivado da hierarquia racial presente no Brasil.

Essa pesquisa de campo qualitativa utilizou-se do método proposto por Peter Kevin Spink (2003), cujo autor afirma que não se trata mais de pensar o campo como algo distante do pesquisador e propõe o que nomeou de campo-tema. Dessa forma o campo-tema que permeia este trabalho é o racismo, ideologia racial que afeta as famílias adotivas inter-raciais, tal como toda a sociedade brasileira.

Esse artigo sendo fruto de uma ampla pesquisa que entrevistou três famílias adotivas inter-raciais compostas por mães/pais brancos e seus filhos adotivos negros, visa concentrar-se em uma das três famílias entrevistadas, cujos membros são: Ângela(filha), Marta(mãe) e Carlos (pai).

A entrevista foi semiestruturada e aconteceu com todo o grupo familiar e contou com um roteiro de questões disparadoras sobre o processo de adoção, relações raciais e racismo no Brasil. As famílias foram contatadas a partir de indicações de minha rede social e profissional, e os participantes residiam em diferentes cidades do Estado de São Paulo.

O primeiro contato foi realizado via telefone e os participantes informados sobre a pesquisa e quando interessados em participar, foi agendado um encontro com os membros familiares via plataforma Google Meet. Ressalta-se que as entrevistas foram realizadas após a aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da universidade e os nomes dos participantes desse trabalho foram substituídos por nomes fictícios a fim de manter o sigilo de suas identidades.

A entrevista foi conduzida por meio de uma escuta psicanalítica que compreende a importância da dimensão sociopolítica que atravessa os sujeitos e suas subjetividades, portanto, essa pesquisadora fez uso da psicanálise implicada, a qual: “Trata-se de um campo epistemológico ético e político que leva em conta as especificidades dos sujeitos e as vicissitudes de suas demandas em contextos de exclusão e violência e que abre inúmeras questões” (ROSA, 2016, p. 31). Buscou-se, assim, escutar os sujeitos e as especificidades dos

laços sociais construídos no âmbito da família adotiva inter-racial, tal como os efeitos do racismo estrutural.

3. Análise dos resultados

O material produzido pela entrevista foi transcrito e analisado a partir da teoria psicanalítica e teve como fonte os trabalhos de autoras como Lélia Gonzalez (1984/2022), Grada Kilomba (2019), Neusa Santos Souza (1983/2021) entre outras(os), os quais se mostraram essenciais para a compreensão sobre como o racismo atinge as famílias inter-raciais adotivas. Tal como, autores contemporâneos da literatura científica produzida sobre as famílias adotivas e inter-raciais. Após minuciosa leitura do material transcrito, apresento nesse artigo a análise da entrevista a partir dos principais eixos norteadores: família adotiva inter-racial, branquitude, racismo e transmissão da cultura afro-brasileira. Essa estrutura narrativa orientou as escolhas das falas dos participantes a fim de contemplar os objetivos propostos, assim como, deu ênfase a singularidade da família e cada um de seus membros como veremos a seguir.

4. Família adotiva inter-racial, branquitude, racismo e a transmissão da cultura afro-brasileira

A família entrevistada é composta por Marta (mãe, 49 anos); Carlos (pai, 50 anos) e Ângela (filha, 19 anos), os quais, foram indicados por uma psicóloga que atua na Vara de Infância e Juventude e do Idoso na cidade do Rio de Janeiro. A entrevista semiestruturada aconteceu em grupo familiar e, contou com um roteiro de perguntas disparadoras sobre o processo de adoção; racismo; cultura afro-brasileira e família inter-racial.

Marta e Carlos conheceram Ângela quando ela tinha 14 anos e estava em uma instituição de acolhimento no Rio de Janeiro, desde os 12 anos de idade. Após o falecimento dos pais biológicos, Ângela ficou sob os cuidados da madrinha (prima de sua mãe biológica), contudo, essa madrinha lhe agredia fisicamente. E foi ela, madrinha, quem procurou o Conselho Tutelar para dizer que não mais queria cuidar de Ângela, tal como, não havia mais nenhum parente disposto a cuidar da jovem.

A adoção foi concluída quando Ângela tinha 16 anos. Ângela possui 05 irmãos biológicos, mas somente ela foi para a instituição de acolhimento. No momento da entrevista a família residia no Estado de São Paulo, sendo composta também pela filha biológica mais nova de Carlos e Marta, chamada Camila, mas que não foi entrevista devido ao recorte metodológico

proposto, assim como não foram entrevistados os outros 02 filhos biológicos de Carlos, frutos de uma relação anterior. No que tange ao enfoque deste artigo, os entrevistados reconheceram a existência do racismo no Brasil e os privilégios de sujeitos brancos em uma sociedade racializada.

Cabe dizer que a entrevista dessa família do começo ao fim, foi permeada pela discussão sobre as relações raciais e episódios de racismo vividos e narrados por Ângela e família. A jovem é consciente de todo o processo ideológico de domínio da branquitude e do impacto do racismo estrutural em sua vida. Sobre as peculiaridades da construção da negritude de Ângela, nota-se que a sua professora de teatro, Lúcia, exerceu um papel fundamental como veremos a seguir, quando a jovem nos contou sobre o medo de ser adotada:

Eu tinha muito medo de me sentir sozinha. Durante um tempo, principalmente em relação a pessoas negras, eu perdi muito. Tinha a professora de teatro do abrigo que era negra, uma mulher incrível! Ela é até amiga da minha mãe e do meu pai. Conheci ela quando eu tinha 13 anos. Foi ela quem me deu o norte sobre essas questões. Também acho que a vida né? A gente pensa que não, mas quando se nasce negro, você já nasce diferente. Pronto. Já foi determinado ali que seu tratamento não vai ser igual ao de uma criança branca (Ângela).

Lúcia foi quem incentivou Ângela a iniciar seus estudos sobre as relações raciais e o racismo estrutural no Brasil, portanto, Lúcia era uma referência de pessoa negra para essa jovem e Ângela temia perder o vínculo afetivo construído com Lúcia caso fosse adotada por uma família branca. Assim, a professora de teatro positivou a negritude de Ângela, por ir contra ao dito “lugar de negro” (GONZALEZ e HASENBALG, 2022), determinado pela branquitude como sendo o lugar daqueles que são subalternizados, irracionais e sem futuro. E ainda por lhe apresentar a cultura afro-brasileira, portanto, a transmissão dessa cultura aconteceu a partir de Lúcia.

Sobre a construção de uma negritude positivada, ressalta-se que de acordo com André (2007), negritude é um conceito que permite esvaziar o sentido pejorativo da palavra “negro”, lhe dando por meio de uma revolução na linguagem e literatura, sentidos positivos para a construção política de uma identidade negra, não mais marcada pela visão do colonizador que explorou e desumanizou a população africana e seus descendentes e, nesse processo da construção da negritude, destacam-se na década de 30 os intelectuais; poetas e filósofos como: Aimé Césaire, Léopold Sédar Senghor e Cheikl Anta Diop.

Assim, a negritude é uma forma de ressignificar a própria identidade racial negra; a história de africanos e seus descendentes, e suas descobertas científicas, suas criações artísticas e

toda cultura africana omitida a partir da colonização europeia até os dias atuais, pois o racismo está na base da organização do sistema capitalista que beneficia a população branca.

No que se refere a identidade, para Stuart Hall (2014), essa é uma construção social, a qual, envolve processos subjetivos inconscientes que irão constituir o sujeito que se funda a partir da diferença. Dessa forma para o autor, as identidades não são imutáveis e funcionam como um “ponto de apego temporário” com o intuito de suturar a realidade psíquica do sujeito com a realidade social, as quais na verdade nunca coincidem. Assim os sujeitos forjam suas identidades dentro das práticas discursivas e do contexto histórico social de cada época, tal como, a partir das relações de poder. Nesse sentido, podemos dizer que a identidade negra é uma resposta ao período colonial que escravizou africanos e seus descendentes. Mas é importante ressaltar que para Gonzalez (2022), os negros não constituem uma identidade monolítica de características imutáveis, mesmo que a escravidão quisesse igualá-los, pois:

Os diferentes valores culturais trazidos pelos povos africanos que para cá vieram - iorubás ou nagôs, daomeanos, malês ou mulçumanos, angolanos, congoleses, ganeses, moçambicanos etc -, apesar da redução à “igualdade”, imposta pela escravidão, já nos levam a pensar em diversidade...” (GONZALEZ, 2022, p. 25).

Em resposta a uma sociedade que estabelece práticas discursivas pautadas ainda hoje pelo racismo, a constituição da negritude sempre singular para cada sujeito, nos parece como colocado por Hall (2014), ainda ser um importante “ponto de apego temporário”. E como tal, pode suturar por meio de uma identidade racial negra, aquilo que foi negado aos povos africanos e seus descendentes no Brasil, a própria história e humanidade.

Assim, a importância da construção da identidade racial negra surge como uma forma de combater o racismo, proporcionando a criação de políticas públicas antirracistas que permitam inserir a população negra na partilha de bens simbólicos e materiais.

Ângela também relata como nascer negro é a marca da diferença, diferença carregada de sentidos que inferiorizam os sujeitos negros em uma sociedade que se hierarquiza racialmente. Dentro dessas circunstâncias sociais, negros e negras podem ser tomados por sujeitos brancos como sendo a parte indesejada e negada de si mesmos, de acordo com Kilomba (2019), negros tornam-se assim o (a) Outro(a) dos brancos, pois:

O sujeito negro torna-se então tela de projeção daquilo que o sujeito branco teme reconhecer sobre si mesmo, neste caso: a ladra ou o ladrão violenta/o, a/o bandida/o indolente e maliciosa/o. Tais aspectos desonrosos, cuja intensidade causa extrema ansiedade, culpa, vergonha, são projetados para o exterior como um meio de escapar dos mesmos (KILOMBA, 2019, p.37).

Ainda sobre o medo de Ângela em ser adotada por pessoas brancas, Marta inferiu: “Hoje, entendo que tinha muito medo envolvido. Uma adoção de adolescente, família inter-racial, família branquíssima, fora do Estado. Então medo, pavor, pânico!”. Ou seja, Ângela temia sofrer com o racismo agora no âmbito da família “branquíssima” e reviver situações parecidas com a que sofreu quando na convivência da madrinha. Pavor em sofrer com o silenciamento e sentir-se tolhida em sua humanidade, pânico em não ser compreendida, protegida e amparada pelos pais ao sofrer com o racismo cotidiano.

Kilomba (2019) nos diz que o racismo cotidiano é um evento traumático reencenado inúmeras vezes, portanto, uma repetição do passado colonial que não cessa em se fazer presente e lança os sujeitos negros de volta à escravidão. E assim, a família nos relata um episódio de racismo cotidiano vivido por Ângela, o qual aconteceu quando a mesma estava ainda no estágio de convivência com seus pais:

ÂNGELA: Meus pais contrataram um motorista para me levar até a rodoviária, ele me levou até a sala de embarque, mas aí o motorista do ônibus disse que eu não tinha idade para embarcar sozinha, mas eu tinha idade.

CARLOS: Mas ela já tinha, tinha 16 anos completos!

ÂNGELA: E eu já fiquei estatelada. E o motorista que eles contrataram ficou mandando mensagem pra eles, meu pai pegou a lei.

CARLOS: Tá aqui a lei! Vem não!

ÂNGELA: No final o motorista do ônibus falou: -No meu ônibus ela não entra. No meu ônibus ela não sobe!

MARTA: Foi chocante!

PESQUISADORA: E como você identifica racialmente esse motorista?

ÂNGELA: Ah branco, branco. Claro! E chegou num momento que foi uma briga, real, o motorista particular queria bater no motorista do ônibus. Eu fiquei meio de longe e depois eu cheguei e falei: -Eu não subo nesse ônibus!

CARLOS: O motorista particular chamou o supervisor, quando o supervisor chega e vê, disse: -Não, não! Embarca nesse outro aqui.

PESQUISADORA: Então já sabiam que esse motorista era racista?

CARLOS: Eu acho que o supervisor já sabia.

MARTA: No começo eu não acreditava muito, no começo achava que ele estava enganado. Como ela tinha acabado de fazer 16 anos, a gente achava que ele estava desinformado da lei. E aí fica naquele limbo: -O que tá acontecendo aqui? E aí de repente: bum! E aí foi a primeira vez que eu realmente falei: -Que horror! Aí eu mesma falei pra Ângela que ela não iria entrar no ônibus, nenhuma possibilidade.

ÂNGELA: E era a minha primeira viagem.

Ângela nos disse que nunca tinha vivido o racismo dessa maneira, em suas palavras: “Nunca tinha vivido o racismo tão forte, tão explícito, algo que te impede de fazer alguma coisa”.

Segundo Kilomba (2019), trauma do racismo cotidiano é sempre iniciado por uma sensação de choque, no caso de Ângela o choque é vivido pela sensação de estar “estatelada”, enquanto os seus pais tentavam buscar uma explicação racional para a irracionalidade da

violência racial. É interessante como Carlos e Marta tentam apegar-se à lei, e essa atualização da cena do passado colonial era a princípio vista por eles como sendo apenas fruto de desinformação. Estariam os brancos identificados à branquitude, regidos por leis de um passado escravagista, de tal modo que reencenam em nosso presente leis como a do apartheid?

E aí: “de repente, bum!” disse Marta, ao compreender que sua filha acabara de sofrer com o racismo. Adotar uma adolescente negra, fez com que Marta e Carlos vivessem de perto a discriminação racial, pois, enquanto brancos, o racismo parecia algo distante. Marta nos conta:

MARTA: Tínhamos uma mentalidade como a grande maioria branca, ingênua e romântica do racismo. Ângela realmente nos ensinou esse lugar. Óbvio que nunca como o lugar de um negro, mas o entendimento do que é o racismo estrutural. É muito interessante que quando conversamos com as pessoas, nossos amigos mesmo, eles não entendem, as pessoas estão muito fora desse entendimento, mas acham que entendem muito. A gente também fazia parte dessas pessoas que têm boa fé, mas não entendem, não sabem o que é. Isso foi algo muito interessante do nosso amadurecimento, meu e do Carlos, a partir da nossa relação inter-racial com a Ângela. É uma troca muito rica, profunda e complexa.

Cardoso (2010), divide a branquitude em dois tipos: branquitude crítica e branquitude acrítica. A primeira refere-se ao grupo de pessoas que recrimina publicamente o racismo e condena fatos históricos como o nazismo, contudo, por serem brancos em uma sociedade racializada, não deixaram de usufruir de privilégios sociais. Já a branquitude acrítica é aquela que na esfera pública e privada é conhecida como os supremacistas brancos, podendo praticar homicídio contra pessoas negras por se entenderem superiores aos não brancos. Nenhum de nossos entrevistados está dentro da categoria branquitude acrítica, mas a partir da fala de Marta podemos discorrer sobre os privilégios da branquitude crítica.

Segundo Cardoso (2010), a branquitude crítica à priori não pensa ter uma identidade racial branca, pois quem teria identidade racial é sempre o outro não branco. Assim, antes da adoção de Ângela, seus pais brancos não pensavam tanto sobre os efeitos sociais do racismo, tendo segundo Marta, uma visão “ingênua”; “romântica”. Foi a partir da adoção que esses pais se compreenderam como sendo racializados, afinal, Ângela faz seus pais refletirem diariamente sobre os privilégios de serem brancos na sociedade brasileira, como contado:

CARLOS: Eu tenho hoje uma filha com 19, uma com 17 e outra com 14. As mais velhas, que incluí a Ângela, hoje em dia estão na balada né, jovens. E eu falo “vocês têm que andar com spray de pimenta”. Preocupado com a segurança física delas. Ai eu vou e compro um spray de pimenta alemão, entrego pras duas. A Ângela vira pra mim e diz assim: “Não posso usar pai. Não posso nem levar na bolsa”. Eu respondo “Como assim você não pode?”. Ângela: “É proibido spray de pimenta no Brasil, você comprou de um jeito que não rola. Se a polícia me para com isso aqui, eu estou presa”. Isso é uma coisa que na minha cabeça, como branco, nunca passaria. Eu tive

que passar a olhar de outra forma coisas que nunca seriam parte do meu universo, passaram a fazer parte.

Foi Ângela que fez o pai notar como as relações marcadas pela ideologia racial no Brasil, faz com que o uso não legalizado de um spray de pimenta possa ser utilizado somente por aqueles que têm privilégios raciais e, como coloca Cardoso (2010, p. 624):

Os privilégios que resultam do pertencimento a um grupo opressor é um dos conflitos a serem enfrentados, particularmente, pelos brancos antirracistas. Esse conflito pessoal tende a emergir no momento em que se visibiliza a identidade racial branca. Desta forma, a branquitude crítica segue mais um passo em direção à reconstrução de sua identidade racial com vistas à abolição do seu traço racista, mesmo que seja involuntário, mesmo que seja enquanto grupo. A primeira tarefa talvez seja uma dedicação individual cotidiana e, depois, a insistência na crítica e autocrítica quanto aos privilégios do próprio grupo.

Sendo assim, os pais de Ângela ao se racializarem a partir da adoção da jovem, estão em constante reconstrução de sua identidade racial branca, atentos aos privilégios que desfrutam queiram ou não. Todavia, frisamos a fala de Carlos, a qual, despertou indagações: *“Eu tive que passar a olhar de outra forma coisas que nunca seriam parte do meu universo, passaram a fazer parte”*.

Sujeitos brancos acreditariam ainda que o racismo é um problema apenas de negros? Se o racismo é estrutural e estruturante das relações, como o mesmo não faria parte do universo dos brancos? Afinal, como diz Fanon (2018), o branco imerso em seu processo de dominação colonial, foi quem inventou o racismo.

Trazemos outra cena marcante dessa entrevista em que observamos os privilégios raciais em relação a possibilidade de brancos e negros saberem sobre seus ancestrais:

CARLOS: Um dia, Ângela pergunta assim pra mim “Pai, seus ancestrais vieram de onde?”. Eu digo, da Itália. Ela segue: “E os meus?”, respondo que da África. Ela quis saber de onde na África. E eu fique mudo. Naquele momento eu me dei conta, nunca tinha pensado nisso, que ela nunca terá o direito de saber de onde veio. Eu sei a cidade de onde meus ancestrais vieram. A Camila, sabe a cidade onde foram registrados. Ângela nunca vai ter isso, é uma tristeza que eu não sei explicar, entendeu? São coisas que eu nunca tinha pensado sobre.

O processo de escravização no Brasil, faz com que Ângela e afrodescendentes, estejam privados de saberem mais sobre os seus ancestrais, diferentes dos brancos que, usualmente, sabem sobre o continente e cidades que seus ancestrais nasceram. Kilomba (2019) em seu livro Memórias da Plantação, ao analisar suas entrevistas se depara com uma situação semelhante a exposta aqui. Uma mulher negra entrevistada por Grada Kilomba (2019), lhe relatou ser

constantemente incomodada e questionada por brancos sobre a sua ancestralidade e não bastava dizer que havia nascido nos Estados Unidos, era preciso ir até seus ancestrais africanos, mas era impossível saber o país e cidade dos mesmos. A partir desse relatado de sua entrevistada, a autora conclui:

O passado retorna na forma de perguntas invasivas: “Mas e seus avós, de onde são? E suas bisavós? O atrevimento dessas perguntas reside no fato de que elas invocam um passado traumático de ruptura e perda, um passado que ainda define aquelas da Diáspora Africana como identidades fraturadas. Isso revela como o passado está intimamente ligado ao presente (...) essa sensação de atemporalidade é uma característica do trauma clássico (KILOMBA, 2019, p. 181).

No caso de nossa entrevistada é a própria Ângela quem pergunta ao pai sobre aquilo que, de antemão, já sabia que ele não conseguiria responder. O que queria o sujeito Ângela com essa pergunta? O que podemos compreender dessa cena relatada por Carlos a partir da capciosa pergunta de Ângela, é que sua filha lhe dizia sobre o processo de escravização de seus ancestrais, cometido exatamente por ancestrais brancos europeus. Carlos ainda nos disse que Ângela “nunca teria isso”, nunca saberia sobre os seus ancestrais e assim sentiu: “Uma tristeza que eu não sei explicar, entendeu?” (Carlos).

E nos questionamos: É possível que sujeitos brancos sintam uma tristeza difícil de explicar, ao reconhecerem que as chamadas “conquistas”; “descobrimientos” coloniais de seus ancestrais europeus foram feitas a partir do genocídio dos povos indígenas e africanos? Caso sim, o que fazer para cessar o traumático passado que se atualiza em nosso presente e a todos, de diferentes formas, afeta? Como brancos podem contribuir para a luta antirracista? Sobre essa última pergunta, o entrevistado no disse:

CARLOS: Olhando o mundo, olhando quem está atrás do balcão te servindo. Elas eram invisíveis, elas não existiam no meu universo. Perceber o outro, então se a gente chama a atenção pra esse universo, acho que pra mim é uma forma.

Carlos novamente denuncia o racismo estrutural e suas consequências nesse universo dominante da branquitude, o qual estava imerso antes da adoção de Ângela. A realidade que o racismo produz era negada por meio de um não querer ver, até fazer sujeitos negros ficarem invisíveis. Nesse processo da ideologia racial, o que se visibiliza é exatamente a branquidade da pele associada aos signos de poder, como estar à frente e não atrás do balcão, rejeitando a existência daqueles que são agora a parte denegada de si mesmos, a fim de perpetuar privilégios sociais advindos do racismo (KILOMBA, 2019).

A seguir, a visão de Marta sobre a luta antirracista:

MARTA: Pra mim, hoje, essa pergunta que você tá fazendo, só tem um jeito, consciência, consciência do racismo estrutural, consciência desse lugar. Porque é muito complicado um branco que mora em um lugar branco e que vive a vida branca, os privilégios brancos, compreender o que é. Do lugar que eu era antes é o que eu vejo a maioria das pessoas do nosso círculo, um lugar romântico que não vai mudar nada, não tem força para mudar nada. Vai permanecer nesse lugar de empatia, “olha eu sou empático, comigo não tem essa história de racismo, mas eu vivo assim num tipo de relação estagnadora, então nada muda, então pronto.” Então pra mim, a única maneira de haver mudança é se houver uma real consciência, ver a coisa como um todo, ver todo o sistema. Eu acho praticamente impossível que isso aconteça, eu não sei como isso vai acontecer. Quando eu vejo a sociedade do jeito que tá hoje, quando eu vejo o Brasil do jeito que tá hoje, eu não consigo entender.

PESQUISADORA: O que é uma vida branca?

MARTA: É um lugar de privilégios. Vida branca é aquela que tem validação, que é validada.

Marta acredita que a conscientização do processo da ideologia racial é uma forma de combater o racismo, ao mesmo tempo, nos aponta sobre as dificuldades da branquitude em partilhar bens simbólicos e materiais, não tendo força para uma mudança. Não teriam força ou fazem muita força para manter as coisas em um suposto devido lugar da vida branca? Se a vida branca é como diz Marta, percebida socialmente como lugar de privilégios em que a humanidade é validada pela brancura da pele, isso só é possível porque o passado escravagista tem sido como o inconsciente, atemporal.

Tomar consciência do racismo estrutural nos parece parte do processo, contudo, segundo Rolnik (2018), estando o inconsciente também colonizado, isso ainda é pouco. Em suas 10 sugestões para uma possível descolonização do inconsciente, destaco aqui a última:

10. Praticar o pensamento em sua plena função: indissociavelmente ética, estética, política, crítica e clínica. Isto é, reimaginar o mundo em casa gesto, palavra, relação com o outro (humano e não humano), modo de existir – toda vez que a vida assim o exigir (ROLNIK, 2018, p. 37).

Marta e Carlos nos contam a partir da pergunta disparadora, muito mais sobre como eles mudaram a partir da adoção de Ângela do que propriamente sobre um pronto manual inexistente de luta antirracista. No caso desses pais que conviviam exclusivamente com pessoas brancas, os mesmos precisaram rever suas ideias e comportamentos a partir da adoção de uma jovem mulher negra, dessa forma a tensão racial estava presente durante toda a entrevista, como veremos mais adiante e ainda sobre a luta antirracista, Ângela diz:

ÂNGELA: Pra mim tem diversas formas, conscientização é a principal e essa questão de se ver, pra mim, isso é uma coisa muito hum...a maioria das pessoas brancas não se percebem como brancas, são pessoas não racializadas, tipo: “ai esse negócio de diferença pra mim não existe, todo mundo é igual”, na prática isso não funciona. As

peessoas brancas têm que começar a olhar e perceber que, cara, somos diferentes e cada um respeitar a diferença do outro. Aí os brancos que não são racializados, tem um olhar que estão fora disso, mas não. Desde o início de tudo eles fazem parte disso, primeiro que o racismo foi inventado por brancos. Então pra haver uma mudança não adianta nada nós negros ficarmos aqui falando, falando, se os brancos não ouvem e não botam em ação.

É preciso então que sujeitos brancos e não somente sujeitos negros, ajam no mundo a fim de concretizarem ações antirracistas. Para Kilomba (2019), o ato de falar e ser escutado em uma sociedade hierarquizada pela raça, fica muitas vezes restrito aos brancos, pois os mesmos “pertencem” à sociedade dominante, portanto, não ouvir os sujeitos negros invalidando os seus saberes, é mais uma forma de não reconhecer o outro. Assim, sujeitos brancos por medo de “verdades desagradáveis” que negros e negras poderiam enunciar, passam a fazer uso do mecanismo de defesa do ego, a repressão: “Esse é o processo pelo qual ideias – e verdades – desagradáveis se tornam inconscientes, vão para fora da consciência devido à extrema ansiedade, culpa ou vergonha que causam” (KILOMBA, 2019, p. 41). Assim, não ouvir sujeitos negros é uma forma que a branquitude encontra a fim de se manter afastada das verdades inconvenientes do racismo, tão bem manifestadas quando dizem: “não somos racistas” em favor da manutenção do mito da democracia racial.

Para fins de aprimoramento da luta antirracista, Eurico e Passos (2022, p. 134) colocam:

Para o avanço da luta antirracista é fundamental que a apreensão das relações étnico-raciais seja pautada nos espaços das diversas políticas sociais e nas interações cotidianas. A educação para as relações étnico-raciais e as ações, o combate ao preconceito e à discriminação étnico-racial, bem como a responsabilização das instituições e sujeitos pela prática do crime de racismo, são pilares da luta democrática. Esse é o espaço onde os diversos sujeitos individuais e coletivos têm o dever histórico de admitir que a história do desenvolvimento nacional foi e é forjada pela força de trabalho da população negra, alijada do direito de acessar a riqueza socialmente produzida.

E sobre as responsabilizações das instituições, a escola apareceu como um dos primeiros palcos do racismo institucional:

ÂNGELA: Durante muito tempo, quando eu estava no ensino fundamental eu era chamada de neguinha, macaca, peste de macaco. Ah era de capitão caverna. Tinha o capitão caverna e o caverninha né, que é um bicho das cavernas. Era um bicho que o corpo todo era coberto de pelos. E eles me chamavam assim. E depois de um tempo eu comecei a me tornar mais agressiva: “Eu vou então bater nos outros, pra não sofrer bullying.”. E depois que meus pais morreram piorou. Porque ao invés de ser chamada dessas coisas, a zoeira foi dizer que eu não tinha nem pai e nem mãe. Então a questão racial, acho que com o tempo, conforme vamos crescendo, percebemos mais as diferenças. Eu sempre quis fazer Astronomia, sempre. E eu ouvia, com frequência, dos meus professores, que eu não iria conseguir. Isso desde o meu sétimo ano. Agora, por que será que eu não consigo? Será que eu que não sou capaz? Então, é isso. Por

mais que às vezes não temos pessoas, referencias que nos falem sobre o racismo, a vida mostra. É escancarado.

Além do racismo que sofreu por parte dos colegas que animalizavam o seu corpo negro tomado como primitivo, Ângela ainda teve que lidar com o bullying referente à perda dos pais. E como se não bastasse, com o descrédito dos professores em relação a sua capacidade intelectual.

Na mentalidade da branquitude o que fica é: Como poderia uma criança negra ousar pensar em ser astrônoma? O mito negro abordado por Souza (2021) aparece no cenário escolar que reforça os estereótipos raciais, negros e negras como primitivos e associados aos macacos, incapazes intelectualmente, sendo este um “Resquício do período escravista, em que o negro era a ‘besta de carga’, sua decantada resistência física está associada a um destino mítico que lhe garante a necessária competência para as tarefas árduas” (SOUZA, 2021, p. 61).

A transmissão da cultura afro-brasileira deveria fazer parte de toda escola comprometida com a luta antirracista e com a Lei nº 10639/03 (BRASIL, 2003), no entanto a implementação da lei torna-se muitas vezes difícil, exatamente por causa do racismo. Dessa forma, a transmissão da cultura afro-brasileira, no caso de Ângela, aconteceu a partir de sua professora de teatro e outros encontros com pessoas negras no decorrer da vida da jovem, a qual tenta transmitir para os seus pais adotivos brancos. Quando perguntamos sobre o que sabiam da cultura afro-brasileira, Marta nos disse:

MARTA: Assim, se você for ver através da história que vem da escravidão e que isso gera uma cultura da senzala, que vem trazendo as expressões dentro da senzala, que vem trazendo uma cultura do, sei lá, da religião, da capoeira, da feijoada. Tem esse lugar que foi criado como consequência da história e como isso vem vindo através dos tempos. A luta, o que foi gerado quando termina com a escravidão e começa esse lugar da marginalização, de não ter espaço, de não ter lugar. Ai os negros vão ficando pra fora, eles não têm como se inserir ali, o que vai gerando tudo como é hoje, onde mora, o subemprego, a submoradia, subtudo.

Nos cabe questionar: A cultura da senzala não é a cultura da branquitude colonial que ainda gera em nosso presente as condições precárias de moradia, emprego e saúde, as quais atingem a população negra? Neste sentido, a cultura afro-brasileira não seria a contracultura que resistiu e resiste à cultura da senzala?

Marta associa a cultura afro-brasileira como aquela que ao criar a capoeira mostra formas de resistência, contudo, assim como Odete, o que está mais presente em seu discurso sobre a cultura afro-brasileira, é o sofrimento e as consequências da escravização. Assim, o ensino quando não é pautado pela Lei nº 10639/03 (BRASIL, 2003), ao apagar a cultura dos

ancestrais africanos e a influência da mesma no Brasil, não reforçaria o “lugar do negro” como sendo apenas o lugar do marginalizado, escravizado, nunca de uma futura astrônoma?

Como dito anteriormente, a tensão racial esteve presente na entrevista em grupo familiar. A cada vez que Marta e Carlos caíam na armadilha do racismo estrutural, Ângela não se abstinha de argumentar e é o que acontece quando perguntamos se a família acreditava haver ou não, características próprias de uma raça:

MARTA: Sim! Ninguém canta, ninguém dança, ninguém se expressa como o negro. Assim, eu acho que o branco tem uma tendência de ser mais enrustido, mais cabeçudo.

PESQUISADORA: O que é mais cabeçudo?

MARTA: Racionaliza, ele é mais cri cri com as coisas, ele não tem tanta entrega, acho que o negro tem mais entrega, mais paixão.

CARLOS: Pra mim quando eu olho praticamente coisas que eu gosto: esportes! O maior jogador de futebol, o Pelé. O maior jogador da história do basquete é o Michael Jordan, que é negro. Os maiores músicos, talvez exceção à Tom Jobim, Vinicius de Moraes, João Gilberto que eram poetas

MARTA: Então, poetas, entendeu? Uma coisa mais visceral, tudo que é mais visceral vem dos negros.

CARLOS: Miles Davis, sei lá, John Coltrane...

ÂNGELA: Quem inventou o rock foram os negros, o jazz...

CARLOS: O samba, com raras exceções que você tem brancos nessas áreas, você não tem esses talentos.

ÂNGELA: Mas isso não quer dizer que negros estão sempre no lugar de artistas.

CARLOS: Não, não, não! Eu tô dizendo que...

ÂNGELA: Não, eu só tô dizendo isso porque às vezes as pessoas falam: “é negro, é carioca...”

CARLOS: Mas a Djamila Ribeiro é uma intelectual...

ÂNGELA: Não, não tô dizendo que vocês disseram isso. Eu acho que pra mim não tem características. Tipo, tem características, por exemplo, os europeus se adaptaram ao frio da europa, nós negros nos adaptamos ao calor da África e isso...

CARLOS: Que é cor da pele.

ÂNGELA: É a cor da pele, o nariz, mas eu acho que no comportamento não existe comportamento de branco e comportamento de negro.

CARLOS: Estou plenamente de acordo.

ÂNGELA: Aquela questão de o negro ter mais chance de ser criminoso, isso pra mim não existe!

MARTA: Não!

CARLOS: É, isso é uma idiotice, pelo amor de deus. Isso pra mim é educacional, isso vem da educação que você tem.

MARTA: Vê se faz sentido o que eu falo. É como a Ângela falou, comportamento assim de...eu não sei. Eu sinto que nem, por exemplo, o homem e a mulher, entende? A mulher tem uma tendência mais forte para alguns lugares e o homem tem uma tendência mais forte para outros e tem algumas exceções que podem desenvolver isso de outras maneiras, mas eu acho que cada um tem uma especificidade, vamos dizer assim.

ÂNGELA: Mas isso vai além do ser negro, né?!

MARTA: Sim, mas eu acredito, assim, eu acho que o negro pra mim, não sei...Vai numa igreja ver os negros cantando e numa igreja ver os brancos cantando. Tem uma diferença, vai dizer que não? Tem uma diferença expressiva, de maneira de se expressar, eu quero dizer. Agora, é uma coisa de especificidade mesmo do individual, de uma expressão autêntica, mais ligada à...Não sei explicar! Não sei, tô me confundido aqui.

O racismo quando surge a partir dos significantes congelados em significados que inferiorizam o sujeito negro, é mais fácil de ser detectado, mas quando ele está atrelado à valores que positivam uma suposta diferença, o elogio passa a escamotear o racismo estrutural. E como notado por Souza (2021, p. 61):

Alguns estereótipos que constituem a mitologia negra adquirem, no nível do discurso, uma significação aparentemente positiva. O “privilégio da sensibilidade”, que se materializa na musicalidade e ritmicidade do negro, a singular resistência física e a extraordinária potência e desempenho sexuais são atributos que revelam um falso reconhecimento de uma suposta superioridade negra. Todos esses “dons” estão associados à “irracionalidade” e ao “primitivismo” do negro, em oposição à “racionalidade” e ao “refinamento” do branco. Quando se fala na emocionalidade do negro é quase sempre para lhe contrapor a capacidade de raciocínio do branco.

Dessa forma, Marta ao nos dizer que brancos são “cabeçudos”, a mesma coloca a racionalidade e criticidade como uma característica branca, já os negros são mais sensíveis, poetas, viscerais. Atribuir características inatas à uma raça é fruto ainda da influência, mesmo que inconsciente, do racismo.

E ao perguntarmos sobre como é fazer parte de uma família adotiva inter-racial, destacamos:

ÂNGELA: É um pouco difícil, confesso. Porque tem toda essa questão da sociedade, mas no geral eu vejo como algo muito bom! Eu vi a mudança! A mudança que aconteceu principalmente do meu pai e minha mãe. Eu olho isso e vejo que tipo, isso pode acontecer com outras pessoas, sabe? Se as pessoas se abrirem para a adoção inter-racial ou caso se abrirem para ver os negros de outra forma. É possível brancos e negros coexistirem.

MARTA: Nossa, filha! Eu tô impressionada! (Carlos ri).

ÂNGELA: O que foi?

MARTA: Seu comentário!

ÂNGELA: Por mais que eu hoje não queira estar rodeada 100% de brancos, pois, olha o que a gente passa...

PESQUISADORA: Então seus pais, têm feito você perceber que é possível essa convivência. Seus pais brancos!

ÂNGELA: Sim! (risos).

MARTA: Essa permissão que eu sinto que ela tá dando, que ela pode manter tudo isso que ela acredita e que ela vê e, ainda assim, aproveitar o que tem de bom em tudo isso.

CARLOS: Tenho que dizer que não é um processo pra maioria das pessoas, posso dizer 90% das pessoas que eu conheço... não é que elas não têm capacidade, é que elas não querem isso. Não querem ter que se defrontar com essas situações.

Como colocado por Carlos, nem todos estão preparados e tampouco querem ter filhas e filhos negros, seja para não se confrontarem com o racismo presente na sociedade e/ou em si mesmos. Sobre os desafios da adoção, também, inter-racial, Levinzon (2013) nos aponta para a potente contribuição do atendimento psicanalítico durante o processo de preparação dos adotantes e adotados, tal como, o posterior acompanhamento dos mesmos. Portanto, o

tratamento psicanalítico surge como uma medida profilática para diminuir as adoções inter-raciais mal sucedidas, afinal, a diferença racial desses pais para com seus filhos evidencia tal constituição familiar. Ainda no que tange à adoção de sujeitos negros, a autora ressalta que:

Os pais necessitam considerar que precisarão ajudar a criança a desenvolver um sentimento consistente de identidade, que inclua sua especificidade racial. Proporcionar à criança contato com outras pessoas e com modelos de sua raça, dar-lhe acesso a material cultural relacionado com sua etnia, oferecer uma imagem positiva de sua raça são algumas das medidas que podem ajudar a criança a formar uma imagem de si mesma valorizada e integrada (LEVINZON, 2013, p.173).

É igualmente importante que crianças e adolescentes adotados sintam-se acolhidos na família adotiva ampliada. Sobre esta, Ângela nos disse sentir acolhida pela avó materna, sendo que é com ela que pode falar e ser escutada em sua singularidade, no entanto, no que se refere à família paterna, ela diz se sentir “um peixe fora d’água” (Ângela), tanto por ser a única negra como também por ouvir os seus primos falarem que negros e brancos tinham as mesmas oportunidades, pois todos são seres humanos. Percebemos assim, como o mito da democracia racial está presente no contexto da família adotiva ampliada e como este mito cria obstáculos para que Ângela sintasse-se pertencente à família paterna, afinal, os mesmos negam o racismo.

Observamos que a partir da adoção de Ângela, Marta e Carlos tentam diariamente descolonizar os seus pensamentos e desconstruírem os seus preconceitos raciais, o que fez com que a jovem se sentisse pertencente à esta família e nos dissesse que: “viu a mudança” (Ângela), todavia, essa mudança seja no âmbito da família adotiva inter-racial nuclear ou ampliada, não é feita sem conflitos e contradições inerentes ao racismo estrutural.

5. Considerações finais

Quando mães e pais brancos adotam crianças e adolescentes negros, os primeiros passam a ser diretamente confrontados com o racismo estrutural, uma vez que seus filhos(as) negros(as) vivenciaram e vivenciam situações de discriminação racial também no âmbito da própria família adotiva ampliada.

Para Kilomba (2019) continuamos a reencenar o passado escravagista em nosso presente, tal como a branquitude continua no lugar da norma do que vem a ser por ela determinado como humanidade, capaz de definir os não brancos como sendo os Outros e Outras. Assim, quem serão ou não os explorados? Quem poderá falar e ser escutado, quem deverá calar? A partir da adoção de Ângela, Marta e Carlos tentam diariamente descolonizar os seus pensamentos e desconstruírem os seus preconceitos raciais, o que fez com que a jovem se sentisse pertencente à esta família, todavia, essa mudança seja no âmbito da família adotiva inter-racial nuclear ou ampliada, não é feita sem conflitos e contradições inerentes ao racismo estrutural.

Lembremos que todo o processo histórico que escravizou africanos e seus descendentes no Brasil, fez com que a população negra tivesse a cor de sua pele tomada como sinônimo de inferioridade, logo, se alguns negros por vezes querem embranquecer e não se identificam como negros, é porque o racismo estrutural reduziu os mesmos a uma condição sub-humana e ao colocar o homem branco europeu como o criador do mundo civilizado, fez com que os negros tomassem os brancos como modelo de identificação (SOUZA, 1983/2021). No caso de Ângela ressaltamos que a posituação da negritude ocorreu por meio do convívio da jovem com pessoas negras conscientes de todo o processo que hierarquizou racialmente a nossa cultura, o que permitiu que essa jovem não ficasse presa aos significados pejorativos atribuídos pela branquitude ao significante “negro”, o que lhe permitiu assim ressignificar a sua negritude.

Assim, os dados analisados nesse artigo partiram de um recorte metodológico que priorizou as narrativas sobre racismo, branquitude e transmissão da cultura afro-brasileira. E os dados produzidos na pesquisa nos indicaram que, mães e pais adotivos passaram a perceber que a brancura da pele é signo de privilégios materiais e simbólicos em uma sociedade estruturalmente racista. No entanto, para que ocorra a transmissão da cultura afro-brasileira na família inter-racial, não basta que mães e pais brancos tenham uma visão crítica da branquitude, pois precisarão também agir no mundo, transformando os seus pensamentos em ações antirracistas.

6. Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é o racismo estrutural?* Belo Horizonte – MG: Letramento, 2018.

ANDRÉ, Maria da Consolação. (2007). *Psicossociologia e negritude: breve reflexão sobre o "ser negro" no Brasil*. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 27(2), 87-102. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2007000200010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 25 fev. de 2024.

CARDOSO, Lourenço. *Branquitude acrílica e crítica: a supremacia racial e o branco antirracista*. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv* 8(1): 607-630, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf> Acesso em: 22 jan. 2024.

EURICO, Marcia Campos; PASSOS, Rachel Gouveia. *Democracia e lutas antirracistas*. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro - jul/dez 2022 - n.50, v.20, p. 125-136. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/68511/42833> Acesso em: 20 jan. 2024.

FANON, Frantz. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador, Bahia, ed. EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2022.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Raça e os estudos de relações raciais no Brasil*. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 54, p. 147-156, 1999.

HALL, Stuart. *Quem precisa de identidade? Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Katheryn Woodward. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LEVINZON, G. K. *Adoção inter-racial na clínica psicanalítica: a construção de um sentimento de identidade própria*. *Rev. bras. psicanál*, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 166-175, jun. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2013000200015&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 20 jan. 2024.

ROLNIK, Suely. *Esferas da insurreição. Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo: n-1, 2018.

RUFINO, Silvana. *Uma realidade fragmentada: a adoção inter-racial e os desafios da formação de uma família multirracial*. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.5, n.1, p. 79-88, jan./jun. 2002.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. RJ, 1983/2021.

SPINK, P.K. *Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma Perspectiva Pós-construcionista*. Psicologia e Sociedade, v. 15, n. Psicol. Soc, p. 18-42, jul. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/nSkXqD7jKvgdrTFYGmTF8gP/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: 20 jan. 2024.

GABRIELA DA SILVA BISPO E MARIA INÊS BADARÓ MOREIRA

QUANDO SANKOFA APONTA O CAMINHO: REFLEXÕES ANTIMANICOLONIAIS PARA A FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA

**Quando Sankofa aponta o caminho: reflexões antimanicólicas para a formação em
Psicologia**

Resumo: Trata-se de análise sobre a formação em psicologia em uma perspectiva antimanicólica, cuja questão central é a necessidade de reorientação da posição do sujeito negro no trabalho e no cuidado no campo da saúde mental. É Sankofa quem aponta os caminhos deste estudo, que tem por objetivo refletir sobre a formação de psicólogas negras, observando as transformações pessoais e profissionais ocorridas ao longo de sua formação. Para isso, baseamos nossa análise no diálogo entre duas pesquisas, observando-as sob a ótica de Sankofa: voltando ao passado para compreender o presente e guiar o futuro. Como resultado, por meio de relatos, abordamos os atravessamentos do racismo e as microagressões raciais no ambiente acadêmico, seguidos de análise sobre a conexão entre os processos de tornar-se negra e tornar-se psicóloga comprometida com a luta antimanicólica. A pesquisa, com a intencionalidade de olhar para a formação a partir de Sankofa, revela a importância de reorientar as rotas formativas, apresenta a necessidade de permanecer avançando na contramão de uma psicologia que insiste na manutenção e fortalecimento das lógicas manicólicas que desumaniza pessoas e comunidades negras.

INTRODUÇÃO

É necessário voltar ao começo
Quando os caminhos se confundem,
é necessário voltar ao começo
Não sabe pra onde ir?
Tem que voltar pro começo
Pra não perder o rumo,
não pode esquecer do começo.

(Intro (É Necessário Voltar Ao Começo) - Emicida)

Iniciamos esse artigo fazendo menção à música introdutória do Álbum “Pra quem já mordeu um cachorro por comida, até que cheguei longe”, do rapper Emicida (2009). Embora o nome do álbum, em seu sentido literal, seja referência a um acontecimento singular na vida do artista¹, neste trabalho ganha também um sentido metafórico, em que o ato referido diz sobre as possíveis reações

¹ A experiência referida foi apresentada pelo artista em entrevista ao programa Provoações, cujo trecho está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1EpF-mw0MsM>

às faltas, como consequência do racismo, que historicamente acompanham as comunidades negras brasileiras.

O trecho citado aponta a necessidade de voltar, como Sankofa, símbolo Adinkra de origem Acã (África Ocidental), que tem o formato de um pássaro com a cabeça voltada para trás, carregando o significado de “voltar ao passado, compreender o presente e construir o futuro” (Nascimento; Gá, 2022). A imagem do pássaro que alça voos com a cabeça voltada à cauda nos ensina a olhar para o passado para poder seguir em frente. Em ambas as expressões, a ideia de retomada é apresentada como a possibilidade de construir novos caminhos, indicando o papel da retomada de memórias e de pesquisas anteriores realizadas pelas autoras na condução deste trabalho.

Por isso, é imprescindível que para refletir sobre histórias individuais, comecemos pela história coletiva da população negra brasileira. A colonialidade aparece como conceito chave para analisar experiência do negro no Brasil, pois é também a partir dela, como resultado da perpetuação de um modelo colonial eurocêntrico que tem a raça como eixo central (Quijano, 2005), que as estruturas do poder, de exclusão e desigualdades permanecem sendo definidas.

O colonialismo -que se atualiza por meio da colonialidade-, pressupõe uma visão hegemônica da modernidade estruturada no mito do evolucionismo. Este pressuposto coloca a história da civilização humana como uma trajetória linear em que a Europa seria o ponto de chegada do progresso e o mito de que a Europa se distancia do restante do mundo por uma suposta natureza racial, ao invés de considerar a história ligada ao poder e à dominação (Quijano, 2005).

Sueli Carneiro (2023) nos oferece a noção de que a raça está inscrita na dinâmica societal a partir das relações, de modo a articular poderes, saberes e modos de subjetivação. Para essa dinâmica, a autora inaugura o conceito de dispositivo de racialidade. Sendo um dispositivo, a racialidade estrutura a sociedade brasileira, desde a escravização até os dias atuais, demarcando a brancura como representação de humanidade e o negro como representação do “Outro”, estabelecendo também uma hierarquia entre os grupos raciais, que não só reforça o padrão normativo de brancura, como também perpetua a exclusão e a marginalização do negro.

Dentro desse contexto, Rachel Gouveia Passos (2018), propõe a leitura racializada sobre a história da loucura no Brasil como parte indissociável da colonialidade. Comparando o genocídio coletivo na Colônia de Barbacena com os navios negreiros, em contraste com o holocausto nazista, a autora explicita que o modelo manicomial brasileiro pode ser entendido como parte dessa história de violência e exclusão ligada à escravização e ao poder colonial, o que Bárbara Gomes (2019) nomeia como manicolonialidade.

Quando observamos a relação entre a história da loucura no Brasil e a condição de trabalhadoras negras no campo da saúde mental, por meio de análise realizada pela Rachel Gouveia

(2017), notamos que as mulheres negras, na condição de escravizadas, realizavam as tarefas de limpeza e alimentação dentro dos manicômios. Ainda segundo a autora, atualmente, pode-se comparar essas tarefas com a ocupação das cuidadoras nos Serviços Residenciais Terapêuticos, realizado principalmente por mulheres negras. A continuidade do exercício de tais funções como predominantemente femininas e negras, nos informa sobre a manutenção das marcas da manicolonialidade no trabalho no campo da saúde mental.

Nesse cenário, as cotas raciais são marcos importantes. Instituído em 2012 pela Lei nº 12.711 e alterado pela Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023 (Brasil, 2023), o programa que amplia o acesso de estudantes negros nas universidades resultou em um aumento significativo na presença desse grupo nos cursos de graduação em Psicologia. Apesar disso, a formação em Psicologia por vezes ainda carrega marcas da colonialidade, que impactam diretamente no cuidado da população negra. Com isso, nos perguntamos: o aumento de profissionais negras na saúde mental são capazes de reposicionar o sujeito negro, historicamente subjugado neste campo de conhecimento e de trabalho, para além da categoria profissional?

Desde 2002, por meio da campanha “O preconceito racial humilha e a humilhação social faz sofrer”, e a Resolução N.º 018/2002, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tem se manifestado sobre a importância da temática, que inclui reformulações na formação em Psicologia. Essa posição foi novamente enfatizada em 2013, ao lançar, nas contribuições para a formação de psicólogos (CFP, 2013), a necessidade de que nos cursos sejam formados profissionais capacitados para analisar criticamente a realidade brasileira e comprometidos com transformações sociais.

Também como resultado de mobilizações, o CFP lançou em 2017 a primeira edição do documento "Relações Raciais: Referências Técnicas para a Prática da(o) Psicóloga(o)". Nesse documento, destaca-se a responsabilidade da formação do Psicólogo na promoção de reflexões sobre os impactos do racismo para a população negra, além de denunciar a ausência desse assunto em parte das grades curriculares e disciplinas obrigatórias em universidades (CFP, 2017).

Nota-se, portanto, que há a atenção do Conselho Federal de Psicologia, a nível institucional, para o impacto significativo desses debates na formação profissional. Em conjunto deste movimento, outro ponto relevante a ser destacado são os processos vivenciados pelas estudantes em direção ao reconhecimento da própria negritude e seus significados. Para Neusa Santos Souza (2021), esse processo pode ser denominado como “tornar-se negra” e descrito como a tomada de consciência sobre os efeitos do racismo em sua trajetória, que envolve a retomada de sua história e a recriação de possibilidades com base na potência que emerge deste reconhecimento.

Orientando esse trabalho, é Sankofa quem aponta o caminho e, portanto, o resgate de memórias se faz como potente estratégia de compreensão do agora e construção do que virá. É necessário voltar ao começo.

A necessidade de morder a palavra sem pressa para uma escrita contaminada pela realidade da condição de mulher negra, como indica Conceção Evaristo (2017), é parte de uma escrita sensível, como os temas aqui apresentados. Glória Anzaldúa (2000) descreve as mulheres escritoras do terceiro mundo como aquelas que se atrevem a ir além da pele, aquelas dispostas a “revelar a carne humana escondida e sangrar vermelho como os brancos” (p. 231). Para a autora, a escrita se torna parte daquilo que nos humaniza diante da nossa condição, de modo em que não deve existir separação entre a experiência pessoal e a escrita.

Enquanto psicóloga e pesquisadora negra, há uma relação inerente entre a minha trajetória e a trajetória das participantes desta pesquisa, de modo em que as questões evidenciadas e as reflexões aqui empreendidas vão além do mero esforço acadêmico, sendo também um esforço de ressignificação da minha própria história e do meu papel em um campo de saber cujas bases são majoritariamente brancas.

Com isso, na contramão de qualquer neutralidade e distanciamento por vezes atribuídos à escrita acadêmica, afirmamos a intencionalidade política desta pesquisa e a indissociabilidade entre pesquisador e objeto, ao passo em que o próprio processo de pesquisar se faz em atitude de Sankofa, revisitando reflexões, pesquisas e experiências passadas para a construção do presente estudo. É retorno que nos aponta o pássaro-guia.

O caminho apontado por Sankofa para a elaboração deste trabalho tem início em 2019 por meio da pesquisa de iniciação científica denominada “*Narrativas como ferramentas de reflexão sobre a formação de psicólogas para o trabalho no campo da Saúde Mental: mulheres negras e o enfrentamento de discriminações durante a graduação.*”, que em seguida dá origem ao artigo “*Narrativas de mulheres negras na conquista de espaços de representatividade e luta na graduação*”, apresentado como trabalho de conclusão do curso de Psicologia em 2022.

Ainda nesse trajeto, com o ingresso no mestrado em 2023, o tecer da pesquisa “*Sankofa: memórias de cuidado de psicólogos negros em formação*” pôde deixar nítida a percepção que, conforme o pássaro nos indica, voltar também pode significar seguir em frente. Nesse trabalho, apresentamos o momento atual da experiência da pesquisa em ato, representado pela encruzilhada, de onde afirmamos que não há desvio, não há caminho depois da encruzilhada que não seja a partir dela.

Esse trabalho é resultado da confluência entre os estudos que tratam da formação de psicólogas negras em diferentes momentos, com o objetivo de refletir sobre as trajetórias de formação de profissionais negros no campo da saúde mental, considerando as experiências de

discriminação e resistência dentro do contexto acadêmico, intrinsecamente ligadas às dinâmicas históricas da manicolonialidade.

MÉTODO

O trabalho correlaciona os dados de duas pesquisas, ambas realizadas em uma Universidade Federal. A primeira delas, denominada “*Narrativas como ferramentas de reflexão sobre a formação de psicólogas para o trabalho no campo da Saúde Mental: mulheres negras e o enfrentamento de discriminações durante a graduação.*”² (Pesquisa 1), foi realizada no período de 2019 a 2020 e contou com a participação de cinco psicólogas negras formadas na mesma instituição em que a pesquisa foi realizada.

A pesquisa teve como propósito investigar a trajetória de formação profissional de psicólogas negras, explorando os mecanismos de enfrentamento das questões de raça, classe e gênero que surgiram durante a graduação em Psicologia, com base em suas narrativas, coletadas em entrevistas semiestruturadas, gravadas e transcritas.

Já a segunda pesquisa, de título “*Sankofa: memórias de cuidado de psicólogos negros em formação*”³ (Pesquisa 2), inicia-se em 2023 e segue em estágio de conclusão, contando com a participação de quatro estudantes negros do curso de graduação em psicologia da mesma universidade. A pesquisa busca, por uma perspectiva antimanicolonial, o registro de memórias de cuidado presentes em narrativas desses estudantes, obtidas por meio de entrevistas livres, refletindo sobre as transformações para o cuidado em saúde.

Ambas as pesquisas tiveram a análise de conteúdo como método. O intenso contato com os dados e as análises prévias levou à percepção de que não estavam ali apenas informações descritivas sobre o processo de formação em Psicologia, mas, sobretudo, relatos de vivências subjetivas que revelam profundas questões sobre a realidade de mulheres negras em espaços historicamente ocupados por pessoas brancas.

Essa percepção foi profundamente ancorada na escrivência de Conceição Evaristo (2020), que expressa por meio da escrita a experiência vivida da mulher negra. Ao longo das experiências que deram luz à este trabalho, a escrita de Conceição Evaristo esteve presente, por um lado, como aporte metodológico para compreender o modo como as narrativas e histórias de vida poderiam servir como análise. Por outro lado, a perspectiva que nos foi oferecida por seus textos foi também aporte afetivo para a construção de novos significados, possibilitando a elaboração dos atravessamentos do racismo relatados pelas participantes e também experienciados pela pesquisadora no ambiente acadêmico, culminando neste caminho reflexivo.

² Bolsa de Iniciação Científica (CNPQ)

³ Bolsa de Mestrado (CAPES)

Por isso, optamos por apresentar os resultados da pesquisa por meio da criação de relatos literários, que pudesse enfatizar a voz das participantes de maneira mais íntima e pessoal, permitindo que suas experiências narradas possam ser compartilhadas de maneira sensível.

Assim, além da escrevivência de Conceição Evaristo (2020), tomamos como inspiração o estilo de escrita de diários de Carolina Maria de Jesus no livro *Quarto de Despejo* (2015), de modo em que os dados apresentados reúnem múltiplas vozes de mulheres negras ao expressar vivências singulares que podem ser observadas em seu aspecto coletivo dos efeitos do racismo, por isso são nomeados relatos. No total, foram organizados oito relatos. Ao tomar essas duas autoras como referência, evidenciamos também a possibilidade de que a escrita não acadêmica de mulheres negras seja considerada e valorizada no meio científico. Para a reprodução dos resultados nesse formato de apresentação, houve a preocupação e a atenção de manter a essência do que foi dito pelas participantes, de modo a não comprometer a ética e o rigor da pesquisa realizada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados a seguir nos oferecem questões para refletir sobre a presença e alguns dos impactos do racismo na formação em Psicologia, que desafiam a permanência de estudantes negras ao gerar questões como a sensação de não pertencimento e inadequação ligados aos estereótipos negativos atribuídos à comunidade negra. As falas indicam o processo de tornar-se negra somado à afirmação de suas potencialidades para atuação profissional, evidenciando que a formação de psicólogas negras é não apenas uma questão de representação profissional, mas também de transformação de significados, vivências e práticas no campo da saúde mental.

Atravessamentos do racismo e as microagressões raciais

Os relatos destacados são agrupamentos dos episódios marcados por vivências de microagressões raciais apresentados pelas participantes. Nota-se relações com processos de desumanização do negro, por meio de aspectos estéticos, intelectuais e de moradia, sendo o racismo o ponto central, associado de maneira interseccional a outras características, como o gênero e a classe, todos esses ligados a sistemas de hierarquização e exclusão social estruturantes do modelo colonial (Carneiro, 2023; Quijano, 2005). Retomamos a construção do lugar do negro como “outro” do branco (Carneiro, 2023), lógica responsável pela criação de estereótipos negativos destinados à comunidade negra, observável no relato a seguir:

Está fazendo muito calor em Santos. Queria ter vindo de chinelo pra cá, mas olhei no espelho e me senti desconfortável. Não sei como as meninas da minha sala conseguem, mas não acho que elas fiquem desleixadas como me sinto quando saio

assim. Vesti calça e tênis mesmo. Vai ter ensaio da bateria depois da aula, mas até lá meu cabelo já era, vai começar a aparecer a raiz, vou direto pra casa. (Relato 1, pesquisa 1)

Quando o relato aponta o desconforto ao usar chinelo, ilustra a tentativa de fugir da representação do negro como desleixado ou sujo, em contraste com a brancura que simboliza limpeza e organização (Kilomba, 2019). A imagem no espelho, associada à maneira como se sente, se torna alienada pela projeção daquilo que, uma vez negado do sujeito branco, é projetado por estes no sujeito negro (Fanon, 2020). É também o que ocorre quando a necessidade de falar dentro de uma sala de aula se torna um desafio (relato 2, pesquisa 1). O medo de parecer desleixada se aproxima do medo de que sua fala pareça inadequada:

O conteúdo de hoje me fez tanto sentido que fiquei cada vez mais animada. Queria ter conseguido fazer aquela pergunta, mas só de pensar em levantar um dedo, um dedinho, já senti minhas mãos trêmulas. Como pode isso ser tão fácil para a maioria aqui? Às vezes penso que não faz sentido esperar que seja igual, eu ainda sinto medo da minha fala parecer tão inadequada quanto o meu corpo na sala de aula. Quem sabe na próxima. (Relato 2, pesquisa 1)

Apesar da semelhança entre os desafios apresentados, sendo ambos reflexos de sistemas de desumanização, é importante ressaltar que enquanto o primeiro relato refere-se à estética, o segundo diz respeito à negação da intelectualidade da comunidade negra, sobretudo das mulheres negras, processo ligado à colonialidade do saber, que hierarquiza não só os corpos, mas o conhecimento, as epistemes, os saberes não-brancos (Quijano, 2005).

A imagem de si, alienada por esses pressupostos, passa não só pela percepção estética, mas envolve a construção subjetiva do negro pela ideia de desumanização de si, como aponta Neusa Santos Souza (2021). De acordo com a autora, é importante enfatizar que tal construção se faz não somente pelas microagressões raciais e vivência do racismo, mas se torna parte da formação psíquica do sujeito negro em uma sociedade na qual o racismo é um dos elementos estruturais.

Esses processos, ao longo da experiência universitária, desafiam a sensação de pertencimento ao ambiente universitário e à intelectualidade acadêmica, questão que se apresenta com mais nitidez nos relatos 3 e 4 (pesquisa 2):

É engraçado, sabe? Todo mundo aqui fala sobre de onde veio, mas eu nunca pensei que meu bairro poderia assustar as pessoas. Não é normal? Não é todo mundo que viveu o que eu vivia por lá? Outro dia, em uma visita de campo, eles ficaram empolgados para conhecer a realidade daquelas pessoas que moram às margens,

enquanto eu me sinto muito mais próxima dessas pessoas do que de qualquer um da minha sala. Cara, às vezes dá uma sensação de não pertencimento... (Relato 3, pesquisa 2)

Ando preocupado, preciso fazer networking. Não sei como que eu vou ganhar meu dinheiro, não tenho ninguém pra me indicar pra trabalho quando me formar. Eu vou lá conseguir ganhar bem? E olha que eu sempre fui um dos que tiveram as melhores condições financeiras nas escolas por onde passei. Mas quando cheguei aqui... Eles não precisam se preocupar com isso... e o que me assustou foi não ver nenhum negro retinto. Dez vagas para negros e na minha sala sou o de pele mais escura. (Relato 4, pesquisa 2)

É importante perceber que na pesquisa 1, as entrevistadas eram ingressantes dos anos iniciais da lei de cotas e, na pesquisa 2, são estudantes que ingressaram após 10 anos dessa mesma lei. Ao comparar os relatos levando em consideração o tempo entre eles, nota-se que embora haja a sensação de não pertencimento, há uma acentuada diferença na maneira como os acontecimentos são revelados pelas participantes.

Na pesquisa 1, as questões de identidade e desconfortos são apresentadas como percepções internas e reflexões sobre si, de modo em que as participantes demonstraram processos de autodescoberta e de percepções, ainda iniciais, sobre as limitações impostas pelo racismo em sua vivência universitária. Já na pesquisa 2, os relatos são direcionadas às questões externas, sobre a atitude do outro e na explicitação dos impactos das dinâmicas raciais ao longo da formação. Os questionamentos são baseados em reflexões mais consolidadas sobre as relações raciais e a experiência da graduação é vista não apenas pela ótica individual, mas sobretudo por um sistema social produtor de desigualdades.

Essa diferença pode ser lida, entre outras perspectivas, pela apropriação da comunidade negra acerca dos discursos sobre a raça e pela própria lei de cotas, que por meio do aumento quantitativo de alunos negros, tem fortalecido também a ocupação e a reivindicação desse lugar. Desse modo, a sensação de inadequação como questão central cede espaço, na pesquisa 2, para o pensamento crítico sobre a falta de pertencimento, quando questiona-se a reação das outras pessoas diante dos relatos do bairro em que mora (relato 3) ou à necessidade de preocupar-se com a criação de redes de contato, a possibilidade de ter ou não oportunidades de emprego e a ausência de pessoas retintas (relato 4).

Esse movimento aponta para a transição de um momento de enfrentamento interno da identidade para uma postura mais crítica e consciente das estruturas que ainda segregam e marginalizam as pessoas negras. Assim, a percepção de não pertencimento que se apresentava de

forma pessoal na pesquisa 1, na pesquisa 2 se amplia para uma análise mais crítica e social das barreiras raciais, das expectativas e dos espaços que ainda precisam ser conquistados pela comunidade negra dentro da academia. A jornada da sensação de inadequação à consciência crítica das desigualdades reflete transformações ao longo do tempo, marcadas principalmente pelo questionamento crítico sobre seus papéis no contexto acadêmico e, futuramente, no mundo profissional.

Com isso, destaca-se que de ambos os modos, os atravessamentos do racismo e as microagressões raciais se fazem presentes, inscrevendo no estudante negro uma série de signos que remontam as violências coloniais relacionadas ao adoecimento, à manicomialização, à medicalização de pessoas negras no campo da saúde mental, exigindo estratégias de enfrentamento a este cenário, mas sobretudo, de reinvenção de si na dimensão pessoal e profissional, de modo a deslocar-se da perspectiva de um saber que dialoga com a hierarquização e desumanização dos sujeitos. Os relatos seguintes, portanto, apontam os processos reflexivos que acompanham a elaboração dessas violências e o enfrentamento ao racismo na formação em Psicologia.

Tornar-se negra, tornar-se psicóloga

Por meio da análise, foi possível notar dois processos que se alinham em direção ao reconhecimento da própria identidade, história e papel enquanto psicóloga: ao mesmo tempo em que se avança na elaboração das violências raciais, também se avança em direção ao olhar crítico sobre o papel do psicólogo e da psicologia diante de tais violências. Tornar-se negra, bem como tornar-se psicóloga, se apresenta como um esforço de reorientação de caminhos, que passam a ser guiados pelo propósito de romper com as bases históricas que levam à marginalização de pessoas negras, como um compromisso ético da profissão.

“Tanto o discurso que nos vem do senso comum quanto o que se aprende a partir da psicopatologia nos dizem que o louco é muito diferente de nós, os não loucos [...] É por isso que esses saberes não nos convêm, não nos servem. De que poderia nos servir um saber que fomenta e cristaliza preconceitos?” (Neusa Santos Souza, 2021, p. 132)

O trecho de Neusa Santos Souza nos oferece uma importante reflexão para este momento da análise ao apontar um modelo de saber manicolonial que hierarquiza diferenças em prol de processos de exclusão e marginalização, questionando, sobretudo, a utilidade dessa lógica para o cuidado em saúde mental, indicando que a separação hierárquica entre as pessoas loucas e não loucas fortalece preconceitos e estereótipos.

Quando esse modelo de pensamento é associado ao relato 5 (pesquisa 1), nota-se que no trecho destacado há um abrandamento da fronteira entre o “eu-estudante” e o “outro-trabalhador”; o “eu-visitante” e o “outro-morador”; o “eu-psicóloga” e o “outro-usuário do SUS”, que nesse caso se

dá não só pela cor da pele, mas também pelos significados atribuídos pela raça e as dinâmicas sociais que moldam as relações de poder. Repensar a própria identidade e reconhecer tais dinâmicas, então, se torna um dos processos necessários em direção à formação para a luta antimanicolonial:

Andei pelo entorno do campus com mais atenção. Em passos lentos, observei que se trata de um bairro de pessoas negras, marginalizadas, principalmente aquelas que transitam por ali em situação de rua. São essas as pessoas que costumam ser atendidas pelo SUS. Entrei no câmpus e havia uma funcionária terceirizada nova na portaria, talvez fosse o seu primeiro dia. O que não havia de novo era sua cor, parecida com a de quase todos os outros, e com a minha. Qual é o meu papel, então? (Relato 5, pesquisa 1)

A proposta de um fazer em Psicologia capaz de contrariar as lógicas manicoloniai envolve o abrandamento de fronteiras binárias entre o “eu” e o “outro”, que produzem a categorização e a hierarquização dos sujeitos, pois a partir desse movimento pode-se repensar as próprias dinâmicas de poder instauradas pelo fazer profissional. A esse processo reflexivo crítico denominamos tornar-se psicóloga, em associação com o movimento de tornar-se negra, que no relato destacado faz com que a estudante passe a ponderar o seu papel na profissão escolhida, podendo ser esse também um momento propulsor de questionamentos acerca dos pressupostos que sustentam a profissão. Para além da formação técnica, esse processo envolve um comprometimento ético e político em busca de transformações individuais e coletivas.

Na volta pra casa, fiquei pensando que antes eu tinha vergonha desse lugar. Esse lugar aqui, de onde eu vim, onde cresci, onde tive contato com tantas expressões artísticas de gente que faz muito com o pouco que tem. Descobri que é fácil fazer algo quando se tem muito, mas o que é feito aqui... eu tenho mesmo é orgulho, visto a camisa. Já ouvi que só saindo desse lugar é que poderia alcançar alguma coisa na vida, mas me sinto alcançando toda vez que posso voltar e mostrar pra outros que é possível. Cuidado é, também, não precisar se desfazer de quem você é. (Relato 6, pesquisa 2)

O cuidado, conforme ilustrado no relato 6 (pesquisa 2), surge como um elemento que desafia a normatividade ao possibilitar que a pessoa não precise abandonar suas origens ou se desfazer de quem é. A partir da experiência de observar seu lugar de origem sob uma perspectiva que reconhece as diferenças e os mecanismos sociais que geram desigualdades, abre-se espaço para a construção de novos significados que visam o fortalecimento da identidade negra. Assim, o

cuidado está relacionado à valorização, escuta e validação das diversas formas de ser, respeitando e afirmando a pluralidade das experiências e identidades, na contramão das bases que patologizam e hierarquizam a experiência humana.

O modo de pensar o cuidado, no relato 7 (pesquisa 2) também está relacionado com a afirmação da pluralidade e diversidade. A expressão “tá tudo bem ser você” nos aproxima da noção de não precisar se desfazer de sua própria identidade, de modo em que novamente a negritude, por vezes negada, passa a ser elaborada e, sobretudo, reivindicada ao tornar-se negra a partir de redes de apoio. Nesse relato, pode-se notar também a reivindicação do lugar da psicologia enquanto produtora de uma escuta que reconhece experiência da pessoa negra e considera tanto o sofrimento em um contexto social de perpetuação do racismo, como a necessidade de acolhimento, validação e compreensão das experiências:

Não sei se já me senti escutada pela minha psicóloga. Escutada de verdade, sabe? Validada... parecia que raça não era muito um assunto que importava. Entender que sou uma mulher negra foi um trabalho duro, tive apoio de amigas, de livros, fui sendo acolhida... fui percebendo aos poucos, quase como um sussurro: “tá tudo bem ser você”. E agora tô eu aqui, vou ser psicóloga também. E quero mesmo ser, porque quando eu penso em ser psicóloga, penso exatamente em escutar, validar a experiência das pessoas negras. A culpa desse sofrimento não é delas, não é um caso isolado. Olha só pra esse contexto, pra sociedade... (Relato 7, pesquisa 2)

É também deste lugar, por meio do relato, que podemos compreender a maneira como a participante observa o fazer em psicologia, alinhando a necessidade de uma escuta aberta às mais diversas experiências, a valorização do acolhimento e o reconhecimento do impacto das dinâmicas sociais na produção do sofrimento.

Junto disso, o processo de tornar-se negra, conforme apontado por Neusa Santos Souza (2021) envolve reconhecer os atravessamentos do racismo em torno de sua identidade e, a partir disso, recriar-se em suas potencialidades. Já tornar-se psicóloga, no recorte aqui proposto, tem a ver entre outras coisas com o reconhecimento das posições historicamente ocupadas por pessoas negras no trabalho e no cuidado no campo da saúde mental:

Perdi as contas de quantas vezes me perguntam se sou de Serviço Social, parece que é difícil para eles imaginar que essa estudante pode ser uma estudante de Psicologia. No Serviço Social a militância é bem forte, tem uma certa dominância de pessoas pretas e faz sentido ocupar esse lugar na luta por garantia de direitos. Mas parece que até pra mim a ficha demora a cair, sabe? Nem assistente social, nem socióloga... psicóloga! (Relato 8, pesquisa 1)

Tratando-se de psicólogas negras, tais processos ocorrem de maneira conjunta, sendo possível assim também observá-los. Conforme apresentado no relato 8 (pesquisa 1), a atuação no campo da saúde mental exige uma atuação lida como militância, de modo em que a recreação em suas potencialidades enquanto mulher negra na Psicologia passa pela reivindicação da posição de psicóloga e, sobretudo, pelo engajamento com a transformação da história do negro no campo da saúde mental, atitude compreendida como parte da luta antimanicolonial.

A luta antimanicolonial na formação se dá, portanto, de múltiplas formas: tanto na vivência de cada uma das estudantes no reconhecimento de sua história e na afirmação de suas potencialidades, quanto na reivindicação de um lugar capaz de reorientar suas posições dentro desse campo de saberes e práticas.

Ambos os processos estão ligados ao movimento de observar o passado, reconhecer o presente e avançar para o futuro na perspectiva de Sankofa. A mobilização das cotas raciais, o fortalecimento das identidades e o compromisso com a transformação das estruturas sociais e acadêmicas se entrelaçam nesse processo em direção ao cuidado, de modo em que “voltar ao começo”, como afirmado na introdução, é também parte deste fazer.

Destaca-se que a formação de estudantes negras é não só acadêmica, e tampouco direciona-se apenas para o futuro, quando guiado por Sankofa. Tal movimento envolve também uma transformação de si e da sociedade ao concatenar a vivência pessoal de enfrentamento ao racismo, o reposicionamento profissional das mulheres negras no trabalho no campo da saúde mental e ao compromisso de combate às lógicas manicoloniais. Voltar ao passado na formação em Psicologia, portanto, passa pela possibilidade de reorientar caminhos individuais e coletivos em direção à saúde mental da população negra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho, cuja proposta foi tecer reflexões antimanicoloniais para a formação em psicologia pôde, por meio da articulação de resultados das duas pesquisas, apontar questões significativas na vivência de psicólogas negras que contribuem para análise crítica e sensível acerca das questões raciais na formação. É possível notar, nos resultados obtidos, a manicolonialidade no campo da saúde mental como lógica que se expressa também no ambiente acadêmico, impactando a vivência de alunas negras.

Embora os atravessamentos do racismo e as microagressões raciais sejam apontados como desafios, a tomada de consciência racial das psicólogas negras em formação é destacada como um movimento capaz de gerar mudanças significativas. Essas transformações não se limitam à formação profissional, mas também indicam que, apesar da importância das cotas raciais para o aumento do número de ingressantes negros no curso de Psicologia, essa medida sozinha não é

suficiente para reverter as estruturas históricas de exclusão da comunidade negra nesse campo de trabalho e cuidado.

As transformações capazes de produzir rupturas na história de subalternidade do trabalhador negro no campo da saúde mental estão relacionadas à afirmação da própria negritude e à recriação das suas potencialidades enquanto profissional. Esse movimento de tornar-se negra, ao mesmo tempo em que se torna psicóloga, não se dá apenas no plano individual, mas se conecta com uma experiência coletiva de resistência e afirmação da identidade negra, ampliando a percepção de que a formação em Psicologia pode ser um momento rico não somente de aquisição de conhecimento técnico, mas de elaboração de si e da própria história, em conjunto da história coletiva da população negra na saúde mental.

Para as participantes, o processo denominado “tornar-se psicóloga”, para além da aquisição de conhecimentos teóricos, passa por transformações de si e da compreensão acerca das violências raciais em seu campo de atuação, reforçando o compromisso destas com a construção de uma prática em psicologia que seja capaz de atender às demandas específicas da população negra ao considerar os contextos históricos e sociais na produção do sofrimento.

Dada a intencionalidade da pesquisa ao olhar para a formação a partir de Sankofa, o estudo reconhece os avanços conquistados para a formação de psicólogas negras. Pela retomada das vivências relatadas, é possível caminhar para reflexões que intensifiquem a aproximação entre a luta antirracista e a luta antimanicomial, que exige uma reavaliação crítica das estruturas de poder que perpetuam a manicolonialidade por meio de estratégias de fortalecimento de estudantes negros em direção às transformações no cuidado à saúde mental da população negra.

O tecer desta escrita, como já afirmado, foi também um retorno realizado pelas pesquisadoras, de modo em que retornar às pesquisas anteriores nos ofereceu novas possibilidades de análise e de caminho. Sankofa neste estudo, portanto, pode ser lido em múltiplas dimensões, como o resgate da história das comunidades negras no campo da saúde mental, o resgate das experiências vividas pelas participantes e pesquisadoras, o resgate das análises realizadas anteriormente, dos pressupostos éticos que nos guiam até aqui, entre outros, que seguem firmemente em direção à construção de novos horizontes porvir.

Afirmamos, por fim, que voltar ao começo, isso é, realizar o movimento de Sankofa, é tarefa imprescindível para um campo de saber comprometido com o cuidado da população negra. Tal como Exu, o Orixá que matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje, é necessário reorientar as rotas formativas, para que possamos enxergar a pedra lançada a avançar na contramão de uma psicologia que desumanizou e por vezes insiste em desumanizar nossos sujeitos e comunidades pela manutenção das lógicas manicoloniais.

REFERÊNCIAS

- ANZALDÚA, Gloria. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Tradução: Édna M. Revista Estudos Feministas. Florianópolis: UFSC, v.8, n. 1, p. 229-236, 2000.
- BRASIL. **LEI Nº 14.723, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2023**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2023
- CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo da racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- Conselho Federal de Psicologia. **Contribuições do Conselho Federal de Psicologia à Discussão sobre a Formação da (o) psicóloga (o)**. Brasília. Agosto/2013. 1ª Edição. XV Plenário – Gestão 2011/2013, 2013.
- Conselho Federal de Psicologia. **Relações Raciais: Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os**. Brasília, 2017.
- EMICIDA. **Pra quem já mordeu um cachorro por comida, até que eu cheguei longe**. São Paulo: Laboratório Fantasma, 2009.
- EVARISTO, Conceição. **A Escrivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). *Escrivência, a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Cap. 2. p. 26-46.
- EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- GOMES, Barbara dos Santos. **Encontros antimanicolineais nas trilhas desformativas**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2019.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Editora Ática. 10ª ed, 2015.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios do racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- NASCIMENTO, Elisa Larkin; GÁ, Luiz Carlos. **Adinkra: sabedoria em símbolos africanos**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.
- PASSOS, Rachel Gouveia. **“De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de saúde mental brasileira**. O Social em Questão, ano 20, n. 38, p.77-94. maio/ago, 2017.

PASSOS, Rachel Gouveia. **“Holocausto ou navio negreiro?” Inquietações para a Reforma Psiquiátrica brasileira./ Holocaust or “The Ship Nегreiro?”: concerns for the Brazilian Psychiatric Reform.** Argumentum, [S. l.] v. 10, n. 3, p. 10–23, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i3.21483>.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set 2005. p. 117-142.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: Ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CATEGORIA ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

PRÁTICAS ACADÊMICAS



DENISE APARECIDA PASSARELLI E JULIO CÉSAR COELHO DE ROSE

RELAÇÕES RACIAIS E ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA

Relações Raciais e Análise Experimental do Comportamento: Contribuições para uma Sociedade Antirracista

O racismo, enquanto violação dos direitos humanos, gera consequências sociais, psicológicas e políticas que exigem respostas urgentes e fundamentadas. Nesse contexto, a Análise do Comportamento tem investigado esse fenômeno, buscando defini-lo funcionalmente e propor estratégias de intervenção. Este trabalho teórico propõe um diálogo entre pesquisas experimentais da Análise do Comportamento e suas implicações para a construção de uma sociedade antirracista. Conduziu-se uma revisão sistemática sobre dimensões individuais do racismo e descreveram-se estudos experimentais voltados para identificar e intervir em preconceitos implícitos e explícitos. Enquanto medidas explícitas podem ser influenciadas pela desejabilidade social, medidas implícitas capturam respostas privadas enraizadas em históricos de responder relacional. Em uma análise de 10 periódicos especializados, a busca inicial retornou 90 artigos publicados entre 2004 e 2022, dos quais 66 abordaram questões raciais, mas apenas 10 eram estudos experimentais. Intervenções baseadas na equivalência de estímulos, como relacionar indiretamente faces negras a símbolos positivos, demonstraram eficácia na redução de preconceitos explícitos em crianças. Em adultos, encontrou-se apenas um estudo de intervenção, sugerindo que o treino de empatia pode ser um caminho para reduzir o viés racial. Além da notável escassez de estudos experimentais na área, discute-se ainda as implicações desses estudos para a formação de uma mentalidade antirracista.

Palavras-chave: Análise Experimental do Comportamento Racismo. Preconceito Racial. Discriminação Racial. Preferências. Intervenções. Formação em Psicologia

1. INTRODUÇÃO

O racismo é um problema social grave, cujas consequências são amplamente evidentes em esferas sociais, econômicas, políticas e psicológicas, afetando diretamente aqueles que o vivenciam (Cohen et al., 2006; Damasceno & Zanello, 2018). Como afirma Almeida (2019), o racismo é uma forma sistemática de discriminação fundamentada na ‘raça’, manifestando-se através de práticas ‘conscientes’ ou ‘inconscientes’ que resultam em desvantagens ou privilégios dependendo do grupo racial ao qual os indivíduos pertencem.

Reconhecido como uma violação dos direitos humanos, o racismo é combatido tanto por políticas públicas quanto por movimentos sociais, sendo considerado crime no Brasil, com pena de reclusão de até cinco anos (Lei N° 7.716/89). Apesar dos avanços na visibilidade da população negra, como o aumento da presença em universidades e na política, o racismo persiste enraizado na nossa estrutura social. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) indicam desigualdades alarmantes, como o rendimento inferior da população negra em comparação aos brancos, além de taxas desproporcionais de violência física e psicológica contra pessoas pretas e pardas.

A Análise do Comportamento, enquanto ciência, tem se preocupado cada vez mais com questões sociais nos últimos anos (Flores-Junior, et al., 2024). No contexto do racismo, essa ciência tem buscado estabelecer uma definição funcional para esse fenômeno, a fim de facilitar a compreensão e a elaboração de estratégias de intervenção (ver Mizael & de Rose, 2017, ver também Passarelli, Roche et al., 2024).

O racismo é um fenômeno complexo e multifacetado, que envolve práticas comportamentais coletivas (Cavalheiro, 2004). Por esse motivo, há uma dificuldade em isolar as variáveis para estudo no campo experimental. Desse modo, em um artigo teórico, Passarelli et al. (2023) **reuniram as** definições comportamentais do racismo presentes na literatura, considerando três diferentes níveis: Racismo Estrutural, Institucional e Individual. Cabe destacar que o racismo é sempre estrutural, de modo que essa separação é apenas didática e objetiva apenas definir unidades de análise para facilitar identificar variáveis de intervenção.

Nesse trabalho teórico iremos focar no ‘racismo individual’, pois se trata do fenômeno mais comumente investigado no campo experimental e de interesse da Psicologia Clínica. O ‘racismo individual’ se trata do comportamento emitido por um indivíduo e pode ser observado a partir de comportamentos que podem resultar em preconceito racial (atitudes), bem como *preferências e discriminação racial*.

Na psicologia experimental, atitudes são avaliações negativas ou positivas sobre um estímulo relevante (Gawronski, 2007). Portanto, preconceito racial pode ser definido como avaliações negativa em relação à membros de determinada etnia (Mizael & de Rose, 2017; Nogueira, 2006). Um exemplo de preconceito racial seria relacionar negros com estereótipos raciais negativos (e.g., negros são pobres, preguiçosos, ladrões).

Já a preferência está relacionada ao comportamento de escolha (ver Santos & de Rose, 2018, 2019), que pode resultar em favorecimento ou privilégios com base na cor da pele. Por exemplo, na hora de dar uma promoção, o diretor de uma empresa pode escolher frequentemente colaboradores brancos, apesar de concorrentes negros terem desempenho similar. Finalmente, a discriminação racial pode ser entendida como comportamento com reforço diferencial com base no tom da pele (Catania, 2018), resultando em desvantagens para um grupo específico. Um exemplo de discriminação racial seria castigar um comportamento emitido por estudante negro (e.g., sair da sala sem permissão), mas não castigar um aluno branco que emitiu a mesma ação.

Considerando a importância de promover o diálogo entre a produção acadêmica e as práticas aplicadas no enfrentamento ao racismo, o presente artigo busca integrar os avanços teóricos e empíricos da Análise do Comportamento e implicações práticas na construção de uma sociedade antirracista. Com um enfoque didático, o trabalho revisa pesquisas experimentais que investigam o “racismo individual”, seja a partir da identificação de preconceitos, preferências ou discriminação racial ou pela análise de estratégias já desenvolvidas para sua redução. Essa abordagem busca não apenas expandir a compreensão acadêmica sobre o tema, mas também estabelecer um diálogo entre o conhecimento gerado na academia, que pode ser traduzido em práticas sociais.

2. MÉTODO

Este trabalho teórico foi estruturado em duas etapas. Na primeira, realizamos uma revisão sistemática de estudos experimentais publicados em periódicos especializados na área de Análise Experimental do Comportamento, com foco na investigação do “racismo individual”. Foram selecionados artigos que se concentraram em dois aspectos principais: 1) identificação de comportamentos relacionados ao “racismo individual” (preconceito, preferências e discriminação) e 2) intervenções para reduzir o “racismo individual”. Foram excluídos estudos teóricos, propostas de intervenção, revisões, dissertações, teses e trabalhos empíricos voltados para outros temas socialmente relevante (e.g., viés de gênero).

A busca foi conduzida em periódicos como Journal of Experimental Analysis of Behavior (JEAB), Journal of Applied Behavior Analysis (JABA), Behavior and Social Issues, Behavior Analysis in Practice, The Psychological Record, European Journal of Behavior Analysis (EJOBA), Acta Comportamentalia, Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC) e Perspectivas em Análise do Comportamento. As palavras-chave utilizadas para a busca foram “racial bias” OR “racism” OR em inglês, “viés racial” OR “racismo” em português, e “sesgo racial” OR “racismo” em espanhol, abrangendo o período de 2014 a 2024. A busca foi realizada entre novembro e dezembro de 2024. A extração dos resultados foi dividida em dois tópicos: 1) descrição de trabalhos empíricos sobre identificação do racismo individual; 2) descrição de trabalhos empíricos de intervenção.

A segunda etapa deste trabalho teórico consistiu em refletir sobre como os resultados das pesquisas identificadas podem contribuir para construção de uma sociedade antirracista.

3. RESULTADOS

Os cinco trabalhos sobre identificação de viés racial abordavam preconceito racial implícito, quatro publicados em inglês e um em português, não havendo trabalhos sobre medidas comportamentais para identificação de preferências raciais ou discriminação racial. Dentre as intervenções, todas são publicadas língua inglesa, quatro abordam redução do preconceito racial em crianças e um dos trabalhos a redução de viés racial implícito e explícito em adultos.

As revistas *Behavior Analysis in Practice* e *Behavior and Social Issues*, foram as que retornaram maior quantidade de trabalhos sobre racismo (ver Tabela 1). No entanto, a maior parte dos artigos eram revisões, trabalhos teóricos ou propostas de intervenção, não se enquadrando nos critérios definidos nessa etapa. O periódico *The Psychological Record* foi o que apresentou maior número de trabalhos experimentais na temática.

Tabela 1. Resultados das buscas nos diferentes periódicos

Revista	Total	Relacionado ao racismo	Trabalhos experimentais
Behavior Analysis in Practice	40	37	0
Behavior and social issues	19	15	1
The Psychological Record	11	7	7
European Journal of Behavior Analysis	9	2	1
Journal of Applied Behavior Analysis	2	0	0

Journal of Experimental Behavior Analysis	2	0	0
Perspectivas em Análise do Comportamento	5	3	1
Acta Comportamental	1	1	0
Revista Brasileira de Análise do Comportamento	1	1	0
Total	90	66	6

3.1. Definindo e identificando preconceito racial

No campo de Psicologia Experimental, o preconceito racial tem sido definido como atitudes (ou avaliações) negativas em relação a indivíduos com base em sua etnia (Nogueira, 2006; Mizael & de Rose, 2017; Passarelli, Mizael et al., 2024). Essas avaliações podem ser emitidas de forma pública, chamadas de atitudes explícitas, ou por meio de comportamentos privados ou indiretos, denominadas atitudes implícitas.

No contexto da Análise do Comportamento, a diferença entre atitudes explícitas e implícitas é delimitada principalmente pelo caráter temporal (ver Barnes-Holmes et al., 2010; Passarelli, Mizael et al., 2024). Atitudes explícitas são respostas relacionais estendidas, sem restrição de tempo para emitir a resposta (ver Passarelli, Mizael et al., 2024). Nesse caso, o indivíduo dispõe de tempo para analisar as contingências em operação e selecionar a resposta mais provável de ser reforçada. Atitudes explícitas podem ser mensuradas por meio questionamentos diretos, escalas, questionários, entrevistas e testes relacionais. Contudo, como há um tempo estendido para se emitir a resposta, o indivíduo pode responder sob controle das contingências presentes, de forma socialmente desejável. Por exemplo, um estudante de Psicologia que tem posicionamento contrário em relação às cotas, ao ser questionado sobre sua opinião na presença de membros da sua turma, pode considerar desejável expressar uma avaliação positiva e favorável, visando evitar possíveis consequências sociais negativas, como reprovação ou críticas no contexto em que está inserido.

Já atitudes implícitas são respostas relacionais breves e imediatas, onde o indivíduo responde rapidamente, sem a possibilidade de fazer uma leitura do seu ambiente social. Nesse contexto, há ‘um contraste de tempo’ para emitir uma resposta. Portanto, o indivíduo fique sob controle de sua história de responder relacional, invés das contingências presentes, sendo uma medida menos suscetível a desabilidade social. Um exemplo seria verificar rapidamente se o celular ainda está no bolso ao ser ultrapassado por um indivíduo negro durante uma caminhada.

Um instrumento comumente utilizado na Análise do Comportamento para medir atitudes

implícitas é o *Function Acquisition Speed Test* (FAST – O’Reilly et al., 2012; O’Reilly et al., 2013). O FAST mede a força relacional entre um conceito (e.g., raça, gênero) e atributos avaliativos (palavras, imagens, estereótipos). No FAST, cada estímulo é apresentado individualmente na tela e o participante deve pressionar “z” ou “m” para categorizar esse estímulo. Há dois blocos de testes, um consistente com o estereótipo dominante e o outro inconsistente.

Por exemplo, em pesquisas que envolvem preconceito racial, no bloco consistente, o participante deve pressionar a mesma tecla (e.g., “z”) na presença de faces negras e atributos negativos; e a mesma tecla (e.g., “m”) para faces brancas e atributos positivos. Esse seria um padrão de responder relacional consistente com a presença de preconceito racial. Já no bloco inconsistente, essa contingência é invertida; portanto, negros devem ser categorizados com atributos positivos e brancos com negativos. Os participantes têm 2.5 segundos para pressionar as teclas; quando respondem de acordo com a contingência do bloco, recebem o feedback “correto”. Quando não respondem de acordo com a contingência vigente do bloco ou excedem o tempo, recebem o feedback “incorreto”.

No FAST, é analisada a fluência com que as relações funcionais são adquiridas, isto é, a acurácia na resposta em função do tempo. O FAST tem se mostrado um instrumento eficaz para identificar a força das relações em contextos socialmente sensíveis (Cartwright et al., 2016; Passarelli, Mizael et al., 2024; Rodrigues et al., 2022). Com caráter reduzido de tempo para emitir uma resposta, o indivíduo fica menos suscetível às contingências atuais e, provavelmente, expressa sua história de responder relacional.

Um estudo conduzido por Rodrigues et al. (2022) utilizou o FAST para investigar viés racial implícito em 81 estudantes universitários brasileiros. O experimento empregou imagens de rostos de mulheres com diferentes tonalidades de pele, associadas a palavras com valências positivas ou negativas. O objetivo foi examinar se a tonalidade da pele, por si só, poderia eliciar respostas enviesadas, indicando viés racial. Apesar não haver presença de viés racial explícito na amostra, os resultados revelaram que 63% dos participantes apresentaram taxas de aprendizagem mais rápidas nos blocos consistentes em que estereotipadas entre tons de pele mais escuros e palavras negativas foram reforçadas, em comparação com blocos inconsistentes com esses estereótipos. Esses achados sugerem que o FAST é uma ferramenta sensível para mensurar viés racial implícito, contribuindo para a compreensão de como histórias de aprendizagem podem sustentar preconceitos.

Passarelli, Mizael e colaboradores (2024) utilizaram o FAST para investigar preconceito racial implícito em uma amostra de 34 crianças de uma escola pública municipal no Brasil. Foram utilizadas faces negras e imagens com valência afetiva positiva e negativa. Para avaliar a validade de teste e reteste, o FAST foi aplicado três vezes ao longo de uma semana, verificando se ele se mantinha estável durante a reaplicação. Uma escala Likert foi utilizada como medida para verificar a presença de preconceito explícito, bem como a correspondência entre as medidas. Os resultados indicaram ausência de efeitos de reteste, demonstrando que o FAST é uma medida estável quando aplicado em dias espaçados. Onze participantes (32.35% dos participantes) apresentaram desempenho significativamente melhor no bloco consistente comparado ao bloco inconsistente. Esse desempenho se manteve estável ao longo das repetições. Esses achados sugerem que, além do FAST ser uma ferramenta sensível para capturar viés racial implícito, ele também demonstra a estabilidade desse preconceito quando não há intervenção.

Outro instrumento amplamente utilizado é o *Implicit Relational Assessment Procedure* ([IRAP]; Barnes-Holmes et al., 2010). No IRAP, o participante deve responder corretamente relações entre dois estímulos na tela. É apresentada uma relação funcional entre os estímulos, que pode ser semelhança, igualdade, comparação, hierarquia, entre outros. Os participantes devem confirmar ou desconformar essas relações (i.e., sim ou não, verdadeiro ou falso). No IRAP existem três blocos: bloco de prática, um consistente com estereótipo e outro inconsistente.

No IRAP racial, por sua vez, os participantes devem conformar ou não a relação entre negro ou branco, com atributos positivos (e.g., esperto) ou negativo (e.g., estúpido). No bloco consistente, eles receberam feedback correto ao responder verdadeiro diante negro e estúpido; bem como branco e esperto (ver Power et al., 2017a, 2017b). No bloco inconsistente, essa relação é invertida, negro passa ser positivo e branco negativo. A diferença do tempo de resposta entre blocos é utilizada para identificar vieses.

Um estudo conduzido por Drake et al., (2015), por exemplo, utilizou o IRAP racial para avaliar vieses avaliativos entre uma amostra equilibrada de estudantes universitários negros e brancos. O IRAP racial foi administrado duas vezes consecutivas junto com medidas de autorrelato de atitudes raciais. Os resultados mostraram boa confiabilidade e validade convergente. Além disso, os vieses observados refletiram atitudes positivas em relação ao grupo de pertencimento (endo grupo), em vez de atitudes depreciativas em relação ao grupo externo.

Já em um realizado por Power et al., (2017a) investigou o viés racial entre indivíduos brancos na Irlanda, utilizando o IRAP e medindo a atividade neural com eletroencefalogramas (EEGs). Os participantes responderam de maneira pró-branca/antinegra ou anti-branca/pró-negra em diferentes blocos de testes. A diferença nas latências de resposta indicou viés racial antinegro, enquanto os potenciais relacionados a eventos (ERPs) forneceram uma medida da atividade cerebral. Os resultados mostraram um viés antinegro e pró-branco, com maior ativação dos ERPs nas áreas frontais quando os participantes respondiam de maneira pró-negra ou anti-branca. Esses achados estão em consonância com pesquisas anteriores e sugerem que o IRAP é uma metodologia potencialmente útil para estudos de neurociência afetiva.

Finalmente, outro estudo conduzido por Power e colaboradores (2017b) investigou os níveis de viés racial entre indivíduos negros e brancos residentes na Irlanda, utilizando IRAP e uma variedade de medidas de autorrelato. No IRAP, os participantes responderam rapidamente a tarefas no computador. Em alguns blocos, responderam de maneira pró-branca e antinegra, enquanto em outros blocos, responderam de maneira anti-branca e pró-negra. A diferença nas latências de resposta entre esses blocos indicou o viés racial. Os resultados mostraram viés de grupo interno (pro-Branco) e externo (antinegro) para os participantes brancos, mas não para os negros. Os achados apoiam a utilidade do IRAP como medida de viés racial e indicam que esse viés difere entre residentes negros e brancos na Irlanda.

3.2.Intervenções comportamentais para redução do Preconceito Racial

Poucas pesquisas dentro do contexto da Análise do Comportamento investigaram intervenções para reduzir preconceito racial. No contexto de pesquisas realizadas com crianças, Carvalho & de Rose (2014) investigaram eficácia de um treino baseado no paradigma da equivalência de estímulos para reduzir avaliações negativas em relação a faces negras. Quatro crianças (8 a 10 anos) foram treinadas a relacionar um estímulo abstrato (B1) com um estímulo positivo (A1 e, posteriormente, B1 com faces negras (C1). Esperava-se que depois desse treino, haveria formação de classes de equivalência, a partir da transitividade (AC, isto é, face negra relacionada a símbolo positivo) e simetria dessa relação (CA).

Os resultados indicaram que apenas uma criança formou classe de equivalência (emergência das relações AC e CA). Além disso, apenas um participante passou avaliar mais positivamente as faces negras após a intervenção. Esses achados foram discutidos à luz do paradigma das relações conflitantes, onde há maior dificuldade de formar classes de equivalência quando se trata de um estímulo socialmente ou afetivamente carregado (Watt et

al., 1992; Haydu et al., 2015)

Mizael et al., (2016) replicaram o procedimento de Carvalho e De Rose (2014) utilizando parâmetros que a literatura aponta como facilitadores para a formação de equivalência. Foram selecionadas 13 crianças (8 a 10 anos) que: 1) relacionavam frequentemente faces negras com símbolo negativo e faces brancas com símbolo positivo em um teste relacional; 2) avaliaram mais negativamente faces negras comparado às faces brancas. Os resultados demonstraram que todos participantes formaram classes de equivalência. Cabe destacar que participantes deixaram de selecionar faces negras diante do símbolo negativo. Além disso, antes da intervenção faces brancas eram significativamente avaliadas como mais positivas que as faces negras; após a intervenção, essa diferença deixou de ser significativa.

Mizael et al., (2021) replicaram esses resultados, porém alguns desafios permaneceram, como por exemplo o design do estudo, pré e pós-teste, o que não permitiria investigar a estabilidade das medidas antes e depois da intervenção. Outro desafio foi a questão da generalidade dos resultados diante de novas medidas, como por exemplo teste implícito ou medidas mais próximas do ambiente naturalístico das crianças.

Passarelli, Roche et al. (2024) expandiram os achados de Mizael et al. (2016, 2021) usando um delineamento de medidas repetidas para verificar a estabilidade do viés racial antes e após a intervenção. Nove crianças (média de 8,24 anos) com viés racial antinegro estável foram selecionadas. A generalização foi investigada usando o FAST e o Teste da Boneca (Clark & Clark, 1946), onde duas bonecas idênticas, uma branca e uma negra, são apresentadas para a criança escolher diante de atributos positivos e negativos.

Durante a intervenção, os participantes foram ensinados a relacionar símbolos positivos com abstrações (AB) e faces negras com símbolos abstratos (CB). Oito participantes formaram uma classe de equivalência entre faces negras e símbolos positivos (AC). Após a intervenção, a mudança se manteve estável em medidas feitas após dois e quinze dias.

Nas medidas de generalização, três participantes com viés implícito antinegro mostraram redução do viés, e dois mantiveram essa redução após quinze dias. No Teste da Boneca, apenas uma das quatro crianças com viés antinegro mostrou mudanças no padrão de seleção. Os achados replicaram estudos anteriores. No entanto, os resultados das diferentes medidas usadas nem sempre foram consistentes entre si. Por exemplo, no Teste da Boneca, pode-se suspeitar que algumas crianças tenham disfarçado o viés dando respostas socialmente desejáveis na presença da experimentadora. Assim, como tem sido observado na literatura, uma medida

implícita (FAST) apontou vieses antes do treino e sua redução após o treino, mas o exame da generalização deste efeito para uma medida explícita pode ter sido prejudicado pela tendência a responder de modo socialmente desejável.

Nessa revisão, foi encontrada apenas uma pesquisa de intervenção com adultos. Suarez et al. (2024) investigaram impacto de procedimentos comportamentais, como o treino relacional e o treino com múltiplos exemplares, na promoção de respostas empáticas em indivíduos que demonstram viés racial. Participaram cinco adultos e o procedimento consistiu na apresentação quadros relacionais de coordenação (que destacam semelhanças) e distinção (que ressaltam diferenças) entre os valores dos participantes e os valores de uma pessoa pertencente a um grupo alvo de preconceito. O objetivo foi avaliar presença de respostas empáticas diante de quadros de coordenação e distinção.

Os resultados indicaram que as respostas empáticas aumentaram quando foram apresentados quadros relacionais de coordenação e diminuíram diante de quadros de distinção. Esses achados sugerem que o treino relacional pode influenciar padrões de empatia em relação a grupos raciais para os quais os participantes anteriormente manifestavam viés. Destacar similaridade de valores entre grupos raciais parece um caminho promissor para aumentar respostas empáticas em relação à um grupo étnico.

3.3. Reflexões sobre o Impacto dos Dados Experimentais na Construção do Pensamento Antirracista

3.3.1. Reconhecer o Racismo Estrutural como parte de nossa História de Aprendizagem

De acordo com Almeida (2019), a discriminação aparece de duas formas distintas: direta e indireta. A discriminação direta se apresenta por meio de atitude explícitas de preconceito e discriminação, como atos de violência física ou verbal, ou mesmo a exclusão explícita de determinados grupos em função da sua raça. Por outro lado, a discriminação indireta, uma forma velada de racismo individual, é mascarada sob a premissa da “neutralidade racial”, que nega as desigualdades históricas e estruturais presentes na sociedade. Essa visão ignora o legado da escravidão e perpetua a ideia de que todos, independentemente da cor de pele, devem ser tratados igualmente, desconsiderando as profundas disparidades que ainda existem em áreas como educação, saúde e emprego (IBGE, 2022).

O estudo experimental de atitudes implícitas demonstrou que o preconceito racial está enraizado nossa história e, mesmo em populações universitárias com atitudes explícitas favoráveis em relação à faces negras, pode haver preconceito implícito (ver Rodrigues et al.,

2022; ver também, Drake et al., 2015; Power et al., 2017a, 2017b). Mesmo em atitudes explícitas, o preconceito pode aparecer de forma sutil, em ideias contrárias a políticas públicas que promovam equidade racial. Por exemplo, um candidato branco à uma vaga de um concurso público, sente-se injustiçado pela existência de cotas raciais e opina que deveria haver igualdade. No entanto, em contextos diferentes, como viés racial nas abordagens policiais (ver Mizael et al., 2020), esse mesmo indivíduo não emite opinião.

O caminho para a construção de uma sociedade antirracista exige o reconhecimento das desigualdades estruturais profundamente enraizadas em nossa história de aprendizagem e refletidas em nossas atitudes implícitas e explícitas. O racismo estrutural se manifesta cotidianamente: a branquitude é apresentada como padrão de beleza, controla a maior parte da renda, ocupa a maioria das vagas universitárias e posições de prestígio; enquanto a população negra, em sua maioria, enfrenta marginalização, violência e está concentrada em empregos mal remunerados. Essa dinâmica perpetua um ciclo de exclusão e desigualdade que precisa ser rompido.

Reconhecer o racismo estrutural e as formas sutis de preconceito, bem como entender como essas contingências foram moldadas ao longo da história de aprendizagem individual e coletiva, é um passo essencial para promover mudanças. A autoregulação do preconceito e a prevenção de comportamentos discriminatórios começam conscientização de que respostas preconceituosas, muitas vezes, ocorrem rapidamente, sem conseguirmos discriminá-las. Praticar o automonitoramento, aliado à reflexão constante, pode transformar essas respostas e fomentar um comportamento antirracista (ver Monteith et al., 2001).

3.3.2. *Eu simplesmente não gosto da sua cor: É uma questão de Preferência?*

Avaliações negativas implícitas e explícitas em relação às faces negras estão presentes tanto em adultos quanto em crianças (ver Mizael et al., 2016, 2022; Passarelli, Mizael et al., 2024; Passarelli, Roche et al., 2024; Rodrigues et al., 2022). Não obstante, tem-se debatido a importância das pesquisas baseadas em laboratório na compreensão e modificação de avaliações negativas em relação a pessoas negras. Uma das preocupações consiste na manutenção e generalidade dos resultados (ver Lai et al., 2016), que será discutido adiante.

Além disso, uma discussão que vem sendo levantada seria que essas “avaliações negativas” podem ser interpretadas como preferências pessoais, sem necessariamente implicar em consequências práticas de discriminação racial na vida cotidiana (Ajzen, 1991; Devine, 1989; Greenwald & Banaji, 2005; Gaertner & Dovidio, 2005). Em outras palavras, uma

avaliação negativa de um grupo ou indivíduo não necessariamente resulta em discriminação direta ou em comportamentos prejudiciais. No entanto, uma ampla gama de pesquisas na Psicologia Social Experimental demonstra que preconceitos explícitos e implícitos, muitas vezes, apresentado como preferências ou aversões pessoais, estão fortemente associados a comportamentos discriminatórios no mundo real (Bertrand & Mullainathan, 2004; Correll et al., 2002, 2007; Green et al., 2007; Greenwald et al., 2015; Guthrie et al., 2009). Portanto, esses preconceitos não se limitam a questões de gosto pessoal; eles desempenham um papel crucial em decisões importantes, como contratações, promoções e interações sociais, perpetuando privilégios brancos e marginalizando grupos minoritários.

Intervenções baseadas no paradigma da equivalência de estímulos, em que faces negras são relacionadas a estímulos com propriedades positivas, têm se mostrado eficazes na redução de respostas avaliativas negativas em relação a essas faces (Mizael et al., 2016, 2022; Passarelli, Roche et al., 2024). Esses resultados não apenas destacam um caminho promissor para intervenções antirracistas, mas também demonstram que respostas avaliativas relacionadas a estímulos raciais podem ser modificadas por meio de contingências cuidadosamente planejadas. No contexto escolar, essas intervenções podem ser implementadas por meio de atividades lúdicas, como contação de histórias em que personagens negros protagonizam ações valorizadas ou jogos interativos que reforçam relações positivas entre rostos negros e estímulos desejáveis. Essas práticas não apenas promovem aprendizagem, mas também ampliam as oportunidades de exposição a contingências reforçadoras que fortalecem respostas avaliativas positivas e reduzem preconceitos, contribuindo para a formação de um ambiente mais inclusivo.

Desse modo, a ideia de que uma aversão ou preferência por um grupo racial é apenas uma questão de gosto pessoal, acaba por ignorar o impacto profundo e sistemático que essas preferências têm na perpetuação do racismo. Preferências pessoais baseadas em características raciais não são neutras; elas estão imersas em contextos históricos e sociais que reforçam e reproduzem desigualdades (Almeida, 2019). Portanto, é essencial desafiar a ideia de que tais preferências são meramente individuais, pois essa visão desconsidera como as escolhas são moldadas por normas sociais e estruturas de poder. Além disso, reconhecer a possibilidade de mudança dessas preferências abre caminho para intervenções eficazes e transformação social.

3.3.3. *Destacar Semelhanças Pode Fortalecer a Empatia Sem Apagar Diferenças*

Reforçar valores incomum entre grupos étnicos pode aumentar respostas empáticas de um grupo étnico dominante em relação ao grupo alvo de preconceito (ver Suarez et al., 2024).

Uma implicação desses resultados seria o desenvolvimento de programas que promovem empatia ao destacar valores e experiências compartilhadas, sem cair na armadilha da “democracia racial”. Em vez de afirmar que “somos todos iguais”, essas intervenções podem enfatizar pontos de conexão humana, como o desejo por respeito, pertencimento, justiça e segurança, reconhecendo ao mesmo tempo as desigualdades históricas que moldam as vivências de diferentes grupos raciais.

Por exemplo, no caso da pesquisa de Suarez et al. (2024), foi avaliado se a apresentação de valores em relação à saúde semelhantes entre participantes e membros de grupos para os quais existia viés racial afetava as respostas empáticas. Quando eram destacadas semelhanças nos valores – o participante da foto pensa de forma semelhante a você em relação a saúde – as respostas empáticas aumentavam. No entanto, quando as diferenças nos valores eram enfatizadas, as respostas empáticas diminuía.

Esse tipo de intervenção tem o potencial de ser aplicado em diversas áreas, como em treinamentos corporativos, práticas educacionais e serviços públicos. Em um ambiente de trabalho, por exemplo, ao identificar que colegas de diferentes raças compartilham valores como a colaboração, o desejo de reconhecimento ou o senso de responsabilidade, é possível fortalecer a cooperação e reduzir barreiras interpessoais.

A chave dessas intervenções é criar conexões autênticas, construindo pontes que valorizam as semelhanças sem apagar as particularidades raciais e culturais. Ao fazer isso, é possível avançar na construção de uma sociedade mais empática e antirracista, onde as diferenças são respeitadas, mas nunca usadas como barreiras para o reconhecimento da humanidade compartilhada.

3.4.Limitações e Potencialidades das Intervenções baseadas em laboratório

As intervenções baseadas em laboratório desempenham um papel fundamental no entendimento e modificação de comportamentos, pois permitem o controle rigoroso das variáveis envolvidas, oferecendo um ambiente onde relações causais podem ser identificadas com precisão (Critchfield & Reed, 2022; Sidman, 1960; Skinner, 1953). No entanto, essas intervenções apresentam limitações significativas, principalmente no que se refere à manutenção dos efeitos ao longo do tempo e à dificuldade de generalização dos resultados para o contexto real.

Uma das principais limitações das intervenções laboratoriais é a manutenção dos efeitos após a intervenção (ver Lai et al., 2016). Nos ambientes controlados de laboratório, os

participantes são expostos a condições que podem não refletir a complexidade dos contextos do mundo real, tornando difícil garantir que os comportamentos modificados no experimento sejam sustentados a longo prazo. Isso é particularmente relevante quando a intervenção não é acompanhada de estratégias que reforcem os comportamentos desejados ou não é adaptada para a realidade do cotidiano dos participantes, o que pode levar à perda dos efeitos à medida que as circunstâncias externas mudam (Kazdin, 2007).

Outro desafio importante é a generalização dos resultados obtidos em um laboratório para a vida cotidiana. Embora o controle rigoroso das variáveis seja uma vantagem, ele também cria um ambiente artificial que pode não capturar a complexidade das interações sociais e dos fatores contextuais do mundo real. A falta de diversidade nos participantes e a limitada representação de situações cotidianas no laboratório podem afetar a aplicabilidade dos resultados obtidos. Estudos laboratoriais, portanto, precisam ser cuidadosamente analisados para entender até que ponto seus resultados podem ser extrapolados para outros contextos (Stokes & Baer, 1977). A inclusão de múltiplos contextos e participantes diversos durante a fase experimental pode atenuar essa limitação, favorecendo a generalização (Baer et al., 1969).

Destaca-se a importância das pesquisas translacionais para avaliar a aplicabilidade das intervenções laboratoriais no cotidiano. Observa-se uma lacuna significativa de estudos experimentais que abordem o viés racial, ressaltando a necessidade de ampliar investigações que explorem a formação e modificação desse fenômeno. Além disso, é fundamental promover mudanças culturais e políticas públicas em áreas como educação, saúde e segurança, criando condições que favoreçam a manutenção de comportamentos antirracistas na sociedade.

4. CONCLUSÕES

As intervenções baseadas em laboratório, apesar das limitações, oferecem um potencial significativo para o desenvolvimento de políticas públicas e intervenções sociais fundamentadas em evidências. O controle rigoroso das variáveis proporciona uma compreensão aprofundada dos fatores que moldam comportamentos, o que é essencial para formular intervenções eficazes em larga escala. A partir dos achados laboratoriais, podem ser identificados métodos passíveis de adaptação a contextos mais amplos, contribuindo para políticas que visem à redução do preconceito, promoção da inclusão social e transformação de comportamentos em áreas como educação e saúde pública. Além disso, tais intervenções oferecem subsídios para a criação de programas direcionados a diferentes públicos, permitindo personalizar estratégias de mudança.

Embora haja um crescimento nas pesquisas sobre questões raciais na análise do comportamento (Passarelli et al., 2023), a produção empírica ainda é insuficiente (Matsuda et al., 2022; Silva et al., 2022). A predominância de revisões teóricas e propostas de intervenção revela a necessidade urgente de mais estudos experimentais que investiguem, de forma aplicada, os efeitos dessas intervenções. Embora o debate teórico seja indispensável, ampliar a base empírica é crucial para consolidar e validar as práticas propostas.

Este trabalho trouxe reflexões baseadas em estudos experimentais, oferecendo caminhos para fomentar uma sociedade que pensa de uma forma antirracista. Desafiar preferências, reconhecer o racismo estrutural como parte de nossa trajetória de aprendizagem e enfatizar semelhanças sem ignorar as diferenças históricas são estratégias promissoras para impulsionar mudanças individuais. Tais reflexões podem contribuir também para o desenvolvimento pessoal e profissional de diversos atores sociais, incluindo psicólogos, auxiliando na prática diária e na promoção de ambientes mais inclusivos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, S. (2019). Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA.
- Baer, D. M., Wolf, M. M., & Risley, T. R. (1968). Some current dimensions of applied behavior analysis. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 1(1), 91.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Stewart, I., & Boles, S. (2010). A Sketch of the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) and the Relational Elaboration and Coherence (REC) Model. *The Psychological Record*, 60(3), 527–542. <http://dx.doi.org/10.1007/BF03395726>
- Bertrand, M., & Mullainathan, S. (2004). Are Emily and Greg more employable than Lakisha and Jamal? A field experiment on labor market discrimination. *The American Economic Review*, 94(4), 991-1013. <https://doi.org/10.1257/0002828042002561>
- Carvalho, M. P., & de Rose, J. C. (2014). Understanding Racial Attitudes through the Stimulus Equivalence Paradigm. *The Psychological Record*, 64(1), 527-536. <https://doi.org/10.1007/s40732-014-0049-4>
- Cartwright, A., Roche, B., Gogarty, M., O'Reilly, A., & Stewart, I. (2016). Using a Modified Function Acquisition Speed Test (FAST) for Assessing Implicit Gender Stereotypes. *The Psychological Record*, 66, 223–233. <https://doi.org/10.1007/s40732-016-0164-5>

- Catania, A. C. (2018). A behavior analytic perspective on discrimination and prejudice. *En análisis de la conducta en México: Investigación y aplicaciones*, 11-28.
- Clark, K. B., & Clark, M. P. (1950). Emotional factors in racial identification and preference of Negro children. *Journal of Negro Education*, 19(3), 341-350. <http://dx.doi.org/10.2307/2966491>
- Cohen, G. L., Garcia, J., Apfel, N., & Master, A. (2006). Reducing the racial achievement gap: A social-psychological intervention. *Science*, 313(5791), 1307-1310. <https://doi.org/10.1126/science.1128317>
- Correll, J., Park, B., Judd, C. M., & Wittenbrink, B. (2002). The police officer's dilemma: Using ethnicity to disambiguate potentially threatening individuals. *Psychological Science*, 13(3), 260-265. <https://doi.org/10.1111/1467-9280.00447>
- Correll, J., Park, B., & Judd, C. M. (2007). The influence of perceived racial prejudice on the decision to shoot: A meta-analysis of the shooter bias paradigm. *Psychological Bulletin*, 133(5), 723-738. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.133.5.723>
- Critchfield, T. S., & Reed, D. D. (2017). The fuzzy concept of applied behavior analysis research. *The Behavior Analyst*, 40, 123-159. <https://doi.org/10.1007/s40614-017-0093-x>
- Damasceno, M. G., & Zanello, V. M. L. (2018). Saúde mental e racismo contra negros: Produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 450-464. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>
- Devine, P. G. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 5-18. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.56.1.5>
- Drake, C. E., Kramer, S., Sain, T., Swiatek, R., Kohn, K., & Murphy, M. (2015). Exploring the reliability and convergent validity of implicit racial evaluations. *Behavior and Social Issues*, 24, 68-87.
- Flores-Júnior, C. R., Laurenti, C., Borba, A., & Tourinho, E. Z. (2024). Rumo a uma Psicologia Social Comportamentalista Radical. *Acta Comportamentalia*, 32(4), 647-666. <https://doi.org/10.32870/ac.v32i4.88494>
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (2005). Understanding and addressing contemporary racism: From aversive racism to the common ingroup identity model. *Journal of Social issues*, 61(3), 615-639. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2005.00424.x>

- Gawronski, B. (2007). Attitudes can be measured! But what is an attitude?. *Social Cognition*, 25(5), 573-581. <https://doi.org/10.1521/soco.2007.25.5.573>
- Ghezzi, E. L., Funk, J. A., & Houmanfar, R. A. (2022). Restructuring law enforcement agencies to support prosocial values: A behavior-scientific model for addressing police brutality. *Behavior Analysis in Practice*, 1184-1192. <http://dx.doi.org/10.1007/s40617-020-00530-y>
- Gingles, D. (2022). Igniting collective freedom: An integrative behavioral model of acceptance and commitment toward Black liberation. *Behavior Analysis in Practice*, 1050-1065. <http://dx.doi.org/10.1007/s40617-021-00584-6>
- Greenwald, A. G., & Banaji, M. R. (1995). Implicit social cognition: Attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, 102(1), 4-27. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.102.1.4>
- Greenwald, A. G., Poehlman, T. A., Uhlmann, E. L., & Banaji, M. R. (2015). Understanding and interpreting the Implicit Association Test: III. Meta-analysis of predictive validity. *Journal of Personality and Social Psychology*, 105(1), 63-82. <https://doi.org/10.1037/a0038251>
- Green, A. R., Carney, D. R., & Pallin, D. J. (2007). Implicit bias among physicians and its prediction of thrombolysis decisions for Black and White patients. *Journal of General Internal Medicine*, 22(9), 1231-1238. <https://doi.org/10.1007/s11606-007-0258-5>
- Guthrie, J. A., & Sigelman, C. K. (2009). The role of bias in the presentation and reception of stereotypes in the media. *Psychology of Popular Media Culture*, 1(4), 202-212. <https://doi.org/10.1037/a0017310>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf.
- Kazdin, A. E. (2007). Mediators and mechanisms of change in psychotherapy research. *Annual Review Clinical Psychology*, 3(1), 1-27.
- Lai, C. K., Skinner, A. L., Cooley, E., Murrar, S., Brauer, M., Devos, T., Calanchini, J., Xiao, Y. J., Pedram, C., Marshburn, C. K., Simon, S., Blanchar, J. C., Joy-Gaba, J. A., Conway, J., Redford, L., Klein, R. A., Roussos, G., Schellhaas, F. M. H., Burns, M., . . . Nosek, B. A. (2016). Reducing implicit racial preferences: II. Intervention

- effectiveness across time. *Journal of Experimental Psychology: General*, 145(8), 1001–1016. <https://doi.org/10.1037/xge0000179>
- Matsuda, K., Garcia, Y., Catagnus, R., & Brandt, J. (2020). Can behavior analysis help us understand and reduce racism? A review of the current literature. *Behavior Analysis in Practice*, 13(1), 336-347. <https://doi.org/10.1007/s40617-020-00411-4>
- Mizael, T. M., & de Rose, J. C. (2017). Análise do comportamento e preconceito racial: Possibilidades de interpretação e desafios. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 25(3), 365-377.
- Mizael, T. M., & Sampaio, A. A. (2019). Racismo institucional: Aspectos comportamentais e culturais da abordagem policial. *Acta Comportamentalia*, 27(2), 215-231.
- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Roche, B., & de Rose, J. C. (2021). Effectiveness of Different Training and Testing Parameters on the Formation and Maintenance of Equivalence Classes: Investigating Prejudiced Racial Attitudes. *The Psychological Record*, 71(1), 265-277. <https://doi.org/10.1007/s40732-020-00435-w>
- Mizael, T. M., de Almeida, J. H., Silveira, C. C., & de Rose, J. C. (2016). Changing Racial Bias by Transfer of Functions in Equivalence Classes. *The Psychological Record*, 66(1), 451-462. <https://doi.org/10.1007/s40732-016-0185-0>
- Mizael, T. M., Coelho, C. L., Rodrigues, W. C., & de Almeida, J. H. (2021). Racial Issues and Behavior Analysis: Experiences and Contributions from Brazil. *Behavior and Social Issues*, 30(1), 495-513. <http://dx.doi.org/10.1007/s42822-021-00071-1>
- Monteith, M. J., Parker, L. R., & Burns, M. D. (2015). The self-regulation of prejudice. In *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination* (pp. 409-432). Psychology Press.
- Nogueira, O. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Revista de Sociologia da USP*, 19(1), 287-308. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702007000100015>
- O'Reilly, A., Roche, B., Ruiz, M., Tyndall, I., & Gavin, A. (2012). The function acquisition speed test (FAST): a behavior analytic implicit test for assessing stimulus relations. *The Psychological Record*, 62(3), 507–528. <https://doi.org/10.1007/BF03395817>

- O'Reilly, A., Roche, B., Gavin, A., Ruiz, M. R., Ryan, A., & Campion, G. (2013). A function acquisition speed test for equivalence relations (FASTER). *The Psychological Record*, 63, 707-724. <https://doi.org/10.11133/j.tpr.2013.63.4.001>
- Passarelli, D. A., Rico, A. S., & Silvestre, M. H. (2023). Contribuições da Análise do Comportamento para a Compreensão do Racismo. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 19(1).
- Passarelli, D. A., Roche, B., Mizael, T., Silvestre, M., & de Rose, J. C (2024, in press). Reducing Racial Bias Using a Conflicting Relations Paradigm: A Systematic Replication of Mizael et al. (2016). *Accepted on Behavior and Social Issues*.
- Passarelli, D. A., Mizael, T., Silvestre, M., & de Rose, J. C (2024). Examining Implicit and Explicit Anti-Black Racial Bias in Children: A Repeated Measure Design Using the Function Acquisition Speed Test (FAST). *European Journal of Behavior Analysis*. <http://dx.doi.org/10.1080/15021149.2024.2388487>
- Power, P. M., Harte, C., Barnes-Holmes, D., & Barnes-Holmes, Y. (2017a). Combining the implicit relational assessment procedure and the recording of event related potentials in the analysis of racial bias: A preliminary study. *The Psychological Record*, 67, 499-506.
- Power, P. M., Harte, C., Barnes-Holmes, D., & Barnes-Holmes, Y. (2017b). Exploring racial bias in a European country with a recent history of immigration of Black Africans. *The Psychological Record*, 67, 365-375.
- Rodrigues, W. C., Marcelino, M. R., Arantes, A., & Chamel, N. E. (2022). Preconceito racial entre universitários: implicações sobre o uso do FAST no estudo da aprendizagem verbal. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(2), 054-069. <https://doi.org/10.18761/PAC000774.fev22>
- Santos, S. L. D., & Rose, J. C. C. D. (2018). Investigating the impact of stimulus equivalence on children's food choice and preference. *Trends in Psychology*, 26(1), 1-14. <https://doi.org/10.9788/TP2018.1-01>
- dos Santos, S. L., & de Rose, J. C. (2019). Influence of cartoon characters on children's food preference via transfer of functions. *The Psychological Record*, 69(2), 153-163. <https://doi.org/10.1007/s40732-018-0327-7>
- Sidman, M. (1960). *Tactics of scientific research: Evaluating experimental data in psychology*. New York: Basic Books.
- Silva, T. de S., Flandoli, B. R. G. X., & Mizael, T. M. (2022). Questões raciais na análise do

comportamento: Uma análise preliminar sobre a baixa produção da área. *Perspectivas Em Análise Do Comportamento*, 13(1), 371–385.
<https://doi.org/10.18761/VEEM.0077.out21>

Skinner, B. F. (1965). *Science and human behavior* (No. 92904). Simon and Schuster.

Stokes, T. F., & Baer, D. M. (1977). An implicit technology of generalization 1. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 10(2), 349-367.

Suarez, V. D., Najdowski, A. C., Persicke, A., & Tarbox, J. (2024). A Laboratory Evaluation of the Effects of Empathy Training on Racial Bias. *The Psychological Record*, 1-19.
<https://doi.org/10.1007/s40732-024-00606-z>

é o produto de uma operação do sistema de justiça criminal. Logo, o Judiciário desempenha papel expressivo na chancela do aniquilamento dos corpos negros e é atravessado pelo racismo estrutural. Tomando em consideração o conceito de FOUCAULT (1975) a respeito de biopoder, o qual consiste em uma forma de governar a vida de indivíduos e populações, SANTOS (2020) reflete em como o processo de instrumentalização do corpo insere o racismo como mecanismo fundamental de poder. Segundo a autora:

“(...) o racismo de Estado expressa um estado de guerra infindável; uma guerra biológica em que a morte do outro, da raça inferior, do anormal, ou de recorte econômico mais baixo é entendida como uma forma de fazer a vida ser mais segura e pura. É a partir dessa característica do biopoder que entendemos o racismo como mecanismo do Estado, como um meio de segurança, um seguimento das tecnologias de poder para supressão daqueles que são tidos como fora da norma ou que expressam um perigo social para o que a raça dominante julga importante.”
(SANTOS, 2020, p.21)

Considerando que o sistema judiciário regula e normatiza a vida dos indivíduos a partir de leis, penas e discursos de verdade, isto é, ele não apenas pune, mas também classifica, disciplina e normaliza comportamentos, exercendo um poder que vai além da repressão e se estende à gestão da vida social. Ao criminalizar desproporcionalmente a população negra, contribui para a manutenção da ideia social do homem negro como criminoso, perigoso e violento e, conseqüentemente, justifica e normaliza o encarceramento desproporcional de pessoas negras.

O comportamento violento tem, ao longo das últimas décadas, despertado interesse social e científico. KLEIN e FERNANDEZ-CASTILLO (2021) definem a agressão como um comportamento hostil com a intenção de infligir dano. É um fenômeno comportamental e etiológicamente complexo, incluindo características como quebra de regras, violência, delinquência e criminalidade. Há vários fatores descritos na literatura como tendo associação ao comportamento agressivo, sendo que comumente os mesmos são divididos em fatores biológicos e socioambientais (MENDES et al, 2009). Na presente pesquisa será dado enfoque às variáveis socioambientais presentes no contexto de desenvolvimento do indivíduo, em especial às experiências adversas na infância - EAI.

O conceito de experiências adversas na infância foi proposto inicialmente por FELITTI et al (1998) e são definidas como eventos estressantes ou traumáticos vividos por crianças e adolescentes, que podem ter impactos negativos ao longo do ciclo de vida no desenvolvimento emocional, físico e social (PORTWOOD et al, 2023). Segundo a ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS (2019), as EAIs caracterizam-se como: maus tratos (violência física, psicológica, sexual e negligências), ambiente familiar disfuncional (problemas de saúde dos pais, abuso de substâncias, criminalidade e violências), perdas interpessoais (morte dos pais ou cuidadores e divórcio), doenças, dificuldades econômicas, violência entre pares (bullying e cyberbullying) e violência comunitária e coletiva (conflitos e guerras). Recentemente pesquisadores têm argumentado que adversidades vivenciadas por grupos minorizados, tais como discriminação e trauma histórico, também deveriam ser consideradas como EAIs (PORTWOOD et al, 2023).

Evidências científicas obtidas ao longo das duas últimas décadas têm indicado que ao menos um terço dos problemas de saúde mental e comportamental pode ser atribuído às EAIs (PORTWOOD et al, 2023; HARRIS, 2019). Na idade adulta as questões de saúde física e mental (e.g., câncer, infarto, problemas cardíacos, obesidade, diabetes, depressão e suicídio); comportamentos de risco (e.g. tabagismo, alcoolismo e abuso de drogas) e indicadores de bem estar (e.g. baixo desempenho acadêmico, desemprego e encarceramento) tem sido associados ao histórico prévio de EAIs (PORTWOOD et al, 2023). Para tentar identificar um ponto de corte em relação às EAIs, ALHOWAYMEL et al (2023) realizaram uma análise secundária utilizando dados de um estudo transversal realizado com 10.047 adultos que responderam ao Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância (ACE-IQ) e medidas de autorrelato em relação a saúde. Os dados obtidos indicaram que um ponto de corte de quatro ou mais EAIs estava significativamente associado a taxas aumentadas de doenças crônicas.

A relação entre EAI e os problemas de saúde e comportamentais pode ser atribuída às respostas filogenéticas do organismo a uma situação estressante, a intensidade, frequência e duração da situação e a presença de fatores de proteção, isto é, características ou circunstâncias que ajudam a reduzir os impactos negativos dos fatores de risco, promovendo o bem-estar e a resiliência (POLETTI; KOLLER, 2008). A partir desses fatores tem-se uma

probabilidade maior ou menor de o indivíduo apresentar comportamentos mais ou menos desadaptativos.

Além dessa perspectiva, destacam-se três aspectos importantes a serem considerados para a compreensão da manifestação do comportamento violento em homens. O primeiro deles refere-se à socialização de pessoas do gênero masculino. ARCINIEGA et al (2008) definem o machismo tradicional como o comportamento expresso por opiniões e atitudes que recusa a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, favorecendo e enaltecendo o sexo masculino sobre o feminino. Em um estudo realizado com 154 homens verificou-se que o machismo foi relacionado à agressão e comportamento antissocial e maiores níveis de alexitimia — dificuldade ou incapacidade para expressar emoções (CARNEIRO; YOSHIDA, 2009).

A violência é normalizada nos meios sociais predominantemente masculinos e, ainda mais, é incentivada a fim de reafirmar-se como homem “de verdade” diante de outros indivíduos do sexo masculino (BOURDIEU, 1999), além de terem mais chances de serem notados por serem violentos (HOOKS, 2022). A reafirmação da própria identidade de “homem” pode levar o sujeito a uma maior exposição a situações de risco: o homem coloca a si mesmo e aos outros em constante risco a fim de afirmar-se homem, por isso, o comportamento criminoso é, em geral, associado a homens (MINAYO & ASSIS, 2017). Ou seja, criminalizamos a masculinidade ao invés de entendê-la como resultado de processos sociais e vivências subjetivas.

O homem negro ocupa um espaço intersseccional no que diz respeito ao Ser. A partir de recortes de raça, sexualidade e economia nota-se diversas performances de masculinidade. Homens reproduzem a masculinidade a partir da percepção de quais masculinidades obtém maior aceitação e possibilidade de ascensão social (MESSERSCHMIDT, 1993) e, a partir disso, o crime se torna uma forma de performance da masculinidade, no sentido que sua autodeterminação como Eu-Sujeito é negada de outras formas aos homens negros por conta de sua etnia (FANON, 1952). No mais, HOOKS (2022) afirma que

(...) o sistema político patriarcal supremacista branco capitalista imperialista impede a maioria deles de ter acesso a posições socialmente aceitáveis de poder e dominância, então eles

reivindicarão sua masculinidade por meio de canais socialmente inaceitáveis (HOOKS, 2022, p. 116).

Em segundo lugar, a teoria de aprendizagem social proposta por BANDURA (1977) propõe que a modelagem e a observação são essenciais no processo de aprendizagem de comportamentos a partir da imitação do outro. A partir dessa perspectiva teórica, a violência é modelada pela observação de modelos que a pessoa admira e respeita (MINAYO, ASSIS; NJAINE, 2011). Logo, a criança e adolescente exposta à violência na infância tende a aprender e reproduzir comportamentos violentos para se relacionar com as outras pessoas, para lidar com situações de conflito e para resolver problemas. Ao estar imersa em contextos em que a violência é aceita, valorizada e reproduzida, o indivíduo pode naturalizar esse comportamento, tendo uma maior tolerância e aceitação a diversas manifestações de violência (MINAYO, ASSIS; NJAINE, 2011), podendo ter, inclusive, dificuldade em identificar determinadas situações e comportamentos como violentos. Ele pode não se reconhecer como vítima ou autor de violência.

A terceira refere-se ao racismo estrutural, que se define pela concepção de que o preconceito racial é um fator característico da ordem social capitalista (ALMEIDA, 2019). As instituições funcionam a fim de garantir a manutenção de uma ordem social que segue uma estrutura da sociedade. Se a norma social é a desigualdade racial, as instituições, e os próprios indivíduos reproduzem esse raciocínio de maneira sistemática (ALMEIDA, 2019).

A disseminação da crença do “negro violento” baseia-se nos malabarismos “científicos” de LOMBROSO (1876), que pressupunha que o negro era geneticamente predisposto à criminalidade, à violência e à loucura. O racismo científico baseado nos estudos lombrosianos no século XIX foi um dos argumentos para a institucionalização compulsória e em massa da população negra. Desde o fim da escravatura, essa tem sido a maneira pela qual a dinâmica capitalista encontrou de subjugar e estigmatizar sujeitos negros.

Quando o sujeito nasce em miséria, o modo de produção capitalista o apresenta a quatro opções: morrer de fome, a mendigues, a criminalidade ou o suicídio (MARX et al., 2023). A determinação social de corpos negros no modo de produção capitalista cronifica relações de opressão e racismo estrutural. Quando a educação, saúde, cultura, comida e segurança lhe são negados, não surpreende que os jovens encontrem uma saída na

criminalidade. Mais do que isso, a violência estrutural não priva o corpo negro apenas de direitos como cidadão e sujeito, mas também do direito humano de viver.

Assim, a presente pesquisa teve como objetivo realizar um resgate histórico das experiências adversas de homens negros com histórico de privação de liberdade, buscando compreender as variáveis que contribuíram para o comportamento criminoso.

MÉTODO

Participantes

Para este estudo, foram recrutados 4 homens cisgêneros negros (pretos ou pardos) com histórico de privação de liberdade no sistema carcerário brasileiro com idade superior a 18 anos e que não possuíam nenhum tipo de comprometimento cognitivo ou sensorial. Todos estavam cumprindo pena em regime aberto no momento da coleta de dados. A Tabela 1 apresenta os dados de caracterização dos participantes. Todos os nomes são fictícios de modo a garantir o sigilo dos participantes.

Tabela 1. Caracterização dos participantes

Participante	Idade	Orientação sexual	Autodeclaração Racial	Delito
Miguel	32	Heterossexual	Pardo	Tráfico
Rafael	32	Heterossexual	Negro	Roubo
Gabriel	34	Heterossexual	Negro	Crime sexual contra vulnerável
Luciano	30	Homossexual	Pardo	Roubo

Instrumentos

Roteiro de entrevista semiestruturado foi elaborado pela pesquisadora para atingir os objetivos da presente pesquisa e dividido em três tópicos: (1) histórico de vida; (2) criminalidade; e (3) violência.

Questionário Internacional de Experiências Adversas na Infância (EAI-QI) foi elaborado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com o *Center of Disease Control* – CDC. Foi traduzido e adaptado para o Brasil por Pereira e Viana (2021). O instrumento foi elaborado para ser aplicado em adultos (idade ≥ 18 anos), de modo a identificar e avaliar a exposição pregressa a 13 categorias diferentes de EAI: abuso sexual, emocional e físico,

negligência emocional e física, violência familiar, uso de álcool/drogas, doença mental ou suicídio no âmbito domiciliar, envolvimento da família com atividades criminais, separação ou divórcio parental, violência comunitária, violência coletiva e bullying.

Procedimentos

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP da universidade (SUPRIMIDO PARA NÃO IDENTIFICAÇÃO AUTORIA) e da Secretaria de Administração Penitenciária - SAP. O recrutamento dos participantes ocorreu na Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania (CRSC-SP) de uma cidade de médio porte do interior do estado de São Paulo por meio de cartazes e convites pessoais. Todos interessados deram anuência ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e participaram de uma entrevista presencial em uma sala disponibilizada pelo CRSC-SP com duração de cerca de 90 minutos. A entrevista foi gravada em áudio transcrita pela primeira autora para a análise dos dados.

Análise dos dados

As EAIs foram analisadas de acordo com as instruções dos autores do instrumento. Para cada uma das subescala do instrumento era obtido um escore de 0 (ausência) a 1 (presença), sendo que nas questões em que havia frequência da ocorrência de determinada EAI, apenas algumas frequências eram consideradas para pontuar. Ao final, somou-se os escores de cada um das 13 subescalas, obtendo-se o escore total (ACE SCore) de cada participante, o qual poderia variar de 0-13.

Já os dados qualitativos foram analisados pela primeira autora a partir da análise temática. Após a leitura e familiarização com o material, foi realizada a codificação do material (seleção de trechos significativos) com o QualCoder, um *software open source* que auxilia análises de dados qualitativos através da codificação do material e, posteriormente, a elaboração de categorias temáticas a partir dos relatórios finais produzidos pela ferramenta. Finalmente, as categorias foram analisadas e discutidas a partir da literatura da área.

RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta as experiências adversas na infância vivenciadas pelos participantes. Os dados da Tabela 2 indicam que todos os participantes foram expostos a várias experiências adversas durante a infância/adolescência, com escores totais variando de 7 a 10 pontos.

Tabela 2. Experiências adversas na infância (EAIs) vivenciadas pelos participantes

	Miguel	Rafael	Gabriel	Luciano
Abuso físico	1	0	1	1
Abuso emocional	0	0	0	1
Abuso sexual	0	0	1	1
Violência contra membros da família	0	1	1	1
Morar com membros da família que abusavam de substâncias	1	1	0	1
Morar com membros da família que eram doentes mentais ou suicidas	1	0	0	0
Morar com membros da família que estavam presos	1	1	1	1
Ausência de um ou ambos os pais, separação dos pais ou divórcio	1	0	1	0
Negligência emocional	1	0	1	1
Negligência física	0	1	1	1
Bullying	0	1	1	0
Violência comunitária	1	1	1	1
Violência coletiva	1	1	1	1
ACE Score	8	7	10	10

Cumprе destacar que todos relataram ter tido um familiar preso, ter sido exposto a violência comunitária e coletiva. Quanto à violência comunitária, o Miguel relata ter visto brigas na rua, tiroteios, brigas de casal, ameaças, cobranças do crime organizado, além de já ter sido espancado por policiais militares e ter visto dois amigos serem mortos por policiais militares, sendo um deles uma criança de 11 anos de idade. Gabriel relata ter presenciado pessoas sendo ameaçadas e violentadas por arma branca em seu bairro e sua família ter sido ameaçada de morte após um assalto. E, por fim, Luciano relata já ter presenciado pessoas

serem esfaqueadas, sendo vítimas de tiroteio e serem queimadas, além de ter sido levado a agir em legítima defesa ao ter sua casa invadida.

Quanto às EAIs direcionadas diretamente aos participantes, destacam-se abuso físico, negligência física e negligência emocional citadas por 3 dos 4 participantes.

“(...) então tudo^[P]era na base do grito, na base da... Pancada... Aconteceu (ser expulso de casa) algumas vezes até então que ela me agrediu, ela deixou todo marcado e eu fui pra^[P]escola. A professora foi, acionou a diretora, o diretor acionou o Conselho (Tutelar) e eu fiquei^[P]um tempo na casa abrigo, mas foi pouco tempo minha avó correu atrás e conseguiu me tirar de^[P]volta. O juiz me concedeu de volta.” (Luciano)

Dois participantes (Gabriel e Luciano) descrevem ter sofrido violência sexual ao longo da infância: *“Eu acho que quando eu era criança aconteceu mais(...)” (Gabriel); “Eu já fui tocado e estuprado várias vezes. (...) um dos meus primos. Ele era bem mais velho que eu, né. (...) Acho que a pior pra mim foi o trauma do estupro, né? Eu tive que passar com uma cirurgia,^[P]né? Acho que isso daí foi o que mais me traumatizou.” (Luciano)*

Em relação ao contexto familiar, a presença de violência contra membros da família e morar com membros da família que abusavam de substâncias foram relatados por 3 dos 4 participantes.

“Os irmão^[P]da minha mãe, eles brigavam direto, por causa que eles não se entendiam dentro^[P]de casa. (...) Ó, com licença, eu uma vez tomei um chute de uma pessoa que é irmão da minha mãe que eu^[P]quase morri. Essa aí foi uma violência pra mim.” (Rafael)

“Família grande numa casa de três cômodos. (...) Todo mundo brigava com todo mundo. (...) Era mais a minha vó, minha mãe e vô. Já presenciei muitas vezes meu avô agredindo minha avó. Muitas vezes. (...) Foi umas duas vezes só que aconteceu. Minha própria avó mesmo agredindo meu avô, né?^[P]E aí, as facadas nele era pra se defender”. (Luciano)

Em relação à questão racial, todos os participantes relataram situações de preconceito e racismo vivenciados ao longo do desenvolvimento, mesmo que os mesmos não conseguissem nomear as situações como tal. Por exemplo, tanto Rafael quanto Gabriel relataram que eram frequentes piadas a respeito da cor da sua pele, sendo que o Gabriel destacou situações em que foi excluído e zoadado pelos colegas por conta da cor de sua pele e

do seu cabelo. Por outro lado, Miguel não identificou ter sido vítima de racismo: “*Racismo também nunca... nunca sofri, nunca fui. Às vezes, o outro chama disso aqui, mas... Nunca me afetou*”. Quanto à percepção dos participantes em relação ao estereótipo de pessoas negras serem mais violentas, Gabriel descreveu o quanto a expectativa social e o preconceito em relação às pessoas pretas alimentam o sentimento de exclusão e, consequentemente, comportamentos de violência.

Em relação às figuras masculinas presentes na vida dos participantes, foi possível perceber o caráter muitas vezes violento e/ou ausente, que irmãos, pais e avôs tiveram durante sua infância e adolescência. Todos os participantes relataram ter parentes homens com histórico de criminalidade e comportamentos violentos dentro de casa. Além disso, todos os participantes relatam sobre como a falta de uma figura de cuidado masculina ao longo de seu desenvolvimento influenciou na sua trajetória de vida.

“A morte do meu tio. (...) Aí, depois que ele morreu, já era família, foi assim, se dividiu. (...) Eu fico parando pra pensar que se ele tivesse vivo, eu acho que eu não tinha passado por tudo^{[P]_{SEP}}que eu tinha passado. Porque eu cheguei a morar com ele. Ele dava muito conselho pra mim. Eu^{[P]_{SEP}}saía muito com ele, sabe? Tipo, saía em algo de família, estávamos vendo essas coisas. Aí depois^{[P]_{SEP}}que ele morreu, acabou isso aí. Já não tinha... eu não tinha uma pessoa, porque eu nunca tive pai.^{[P]_{SEP}}Não tinha uma pessoa que me levava isso aqui.” (Miguel)

A seguir, os participantes revelam em seus relatos fortes marcadores da socialização binária de gêneros. Gabriel relata com profundidade sobre sua experiência com expectativas de gênero e masculinidade, expressas logo na infância.

“Eu fui criado^{[P]_{SEP}}diferente da relação que eu deveria ser criado, talvez. Eu tinha uma raiva de todos os meus tios^{[P]_{SEP}}que vinham em casa visitar a gente, porque a gente não tinha pai. E aí eles jogaram sobre mim a^{[P]_{SEP}}responsabilidade do meu pai. Você é o homem da casa, você tem que ajudar sua mãe, tem que^{[P]_{SEP}}cuidar de suas irmãs. Era^{[P]_{SEP}}uma criança, minha obrigação deveria ser brincar, aprender na escola, se divertir e não cuidar de^{[P]_{SEP}}irmãs ou ajudar a trazer a alimentação da gente de casa.” (Gabriel)

Quanto aos marcadores socioeconômicos, ou seja, a situação em que os participantes viveram, em relação à segurança alimentar, moradia e pobreza, todos os participantes

descrevem grande insegurança ao longo de suas trajetórias. Luciano descreve ter abandonado os estudos para trabalhar durante a infância.

“Sempre quando necessário, eu trabalhava para poder ajudar dentro de casa. Então geralmente^{[P]_{SEP}}aconteciam muito. Eu não terminava os estudos por conta disso. (...) A gente passou muita dificuldade, não chega a ser fome, mas necessidade sim, de não ter^{[P]_{SEP}}energia, de chegar a ter um corte de água, a gente dependia do vizinho.” (Luciano)

Ademais, estava presente na fala dos participantes Miguel, Rafael e Luciano a descrição de situações características de violência policial e abuso de poder, em especial a fala de Miguel, que cita a realidade dentro das penitenciárias brasileiras e a atuação de esquadrões militarizados, nesse caso, o GIR (Grupo de Intervenção Rápida), que atua nas penitenciárias do Estado de São Paulo.

“Agora o que dava uma tremida era quando a GIR (Grupos de Intervenção Rápida) entrava, sabe? Que era um grupo de operação. Os caras colocam em pânico (...) Hoje em dia eles batem, não agredem. Mas 2010 quando eu peguei uma batida, nossa parecia que o mundo ia acabar (...). Você não chega nem ver, eles não dão tempo para você ver (...) A questão de agredir, eu mesmo nunca fui agredido. Mas eu já presenciei. Gente tomando borrachada. Por esse esquadrão aí (...) Depois que acaba o procedimento, você vê sangue, você vê gente no chão. Até arrepiava mas já viu isso aí, sabe? (Miguel)

Quanto a sua percepção sobre o fenômeno da violência, os participantes Miguel e Gabriel demonstram como a imersão num contexto vulnerável e violento pode acarretar numa naturalização do fenômeno.

“Então, umas coisas que aconteciam lá dentro da cadeia, era algo que^{[P]_{SEP}}eu já tinha visto. Um exemplo, gente apanhando, você já vê na rua gente apanhando.” (Miguel)
“De tantas agressões^{[P]_{SEP}}que eu via, isso se tornou normal pra mim. E aí eu comecei a praticar elas como se não fosse algo^{[P]_{SEP}}errado. Foi onde eu agredi minhas irmãs, agredi minha avó, a minha mãe, até eu tomar^{[P]_{SEP}}consequências disso e aprender o que é certo e o que é errado. Mas foram através do^{[P]_{SEP}}acontecimento diário que tornou isso normal.” (Gabriel)

DISCUSSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo realizar um resgate histórico das experiências adversas de homens negros com histórico de privação de liberdade, buscando compreender as variáveis que contribuíram para o comportamento criminoso. A partir dos resultados obtidos, pode-se verificar que todos os participantes foram expostos a um número significativo de experiências adversas na infância e na adolescência, com o ACE Score variando de 7 a 10 pontos, ou seja, valores muito acima da nota de corte proposta por ALHOWAYMEL et al (2023) que indicaram um ponto de corte de quatro ou mais EAIs como um indicativo de aumento na probabilidade de problemas mais graves em diferentes esferas (bem estar, saúde e comportamental).

Ao analisar os tipos de EAIs vivenciadas pelos participantes, destaca-se que quase todos os participantes (N=03) indicaram abuso físico, negligência emocional e negligência física. Quanto ao abuso físico, uma metanálise conduzida por PAN, CHEN e QU (2024) a partir de 35 estudos, incluindo 144 tamanhos de efeito (com um tamanho total de amostra de 159.213), investigando a associação entre castigo corporal e um espectro de comportamentos violentos denominado Espectro de Comportamento Violento (VBS - *Violent Behavior Spectrum*), indicou que uma relação positiva significativa entre castigo corporal e VBS ($r = 0,238$, IC 95% [0,176, 0,300]), sendo que a severidade do castigo influenciou a força dessa associação, isto é, quanto mais severo o castigo corporal, maior a probabilidade de levar ao VBS.

Embora o questionário de experiências adversas utilizado no presente estudo não permita identificar a severidade do abuso físico vivenciado pelos participantes, a fala do Luciano, por exemplo, demonstra que ele sofreu castigos corporais frequentes e severos, tendo sido levado para acolhimento institucional em decorrência das agressões sofridas: “(...) Então tudo ^[P]_[SEP] era na base do grito, na base da... Pancada... (...) Ela tem vara de marmelo, ela tem um chinelo, um cinto, um soco mesmo, já cheguei a apanhar de soco. É, com bastante frequência. (...) ” (Luciano).

Quanto à negligência, KACPRZAK (2019) destaca a forte associação entre se ter suas necessidades físicas, sociais e emocionais atendidas e a etiologia do comportamento

criminoso. A partir da análise de 36 entrevistas realizadas (28 ex-presidiários do sexo masculino e 8 homens condenados que estavam encarcerados no momento da participação no estudo), O autor considerou que a negligência desempenhou um papel particularmente significativo para o envolvimento no crime, contudo, não determinista. Para o autor, o problema da negligência infantil ganha relevância, sobretudo, quando ocorre em um ambiente com padrões antissociais dominantes, como modelos comportamentais e pessoais, além de valores contrários às normas comumente aceitas.

Nesse sentido, destaca-se que na amostra pesquisada, todos os participantes relataram histórico familiar com envolvimento em criminalidade, em especial de figuras masculinas, e exposição à violência comunitária e a violência coletiva. Tais dados parecem indicar um contexto de desenvolvimento em que a violência era naturalizada, aceita e, até em certo ponto, incentivada como estratégia de resolução de problemas e de enfrentamento. A teoria de aprendizagem social proposta por BANDURA (1977) tem sido reconhecida como uma explicação para a violência intergeracional. De acordo com a teoria, o comportamento violento é aprendido a partir da observação, imitação e modelagem de comportamentos, ou seja, conviver em um ambiente que usa da violência como ferramenta de resolução de conflitos influencia na maneira pela qual o sujeito vai se comportar diante de situações semelhantes no futuro. Assim, acredita-se que o fato dos participantes terem testemunhado e sofrido violência em diferentes contextos de desenvolvimento, pode ter contribuído para a modelação deste tipo de comportamento como forma de se relacionar e resolver conflitos interpessoais.

Ademais, ao estarem expostos à violência em diferentes contextos de desenvolvimento, os indivíduos podem ter passado pelo processo de naturalização da violência, isto é, as práticas violentas passaram a ser vistas como comuns, normais ou aceitáveis; de tal modo que tornou-se parte do cotidiano e do seu repertório sem que haja questionamento ou indignação. Assim, o sujeito que vivencia a violência desde a tenra idade pode passar a reproduzi-la na vida adulta como agressor, e tende a ter uma tolerância maior em relação às situações violentas (MINAYO, ASSIS; NJAINE, 2011).

Para além das EAIs, uma característica marcante dos participantes foi o contexto de vulnerabilidade socioeconômico durante a primeira infância. Todos foram criados em lares

com mães solo que precisavam trabalhar para sustentar os filhos. Crescer em uma família de mãe solo pode ser resultado de diferentes situações: divórcio ou separação dos pais, falecimento de um dos pais ou ter nascido de um único responsável. Em uma revisão sistemática da literatura em cinco bases de dados eletrônicas (Web of Science, PsycINFO, Scopus, SocINDEX e EconLit), na qual foram analisados 48 estudos, KROESE et al (2021) verificaram que crescer em famílias monoparentais estava associado a um risco elevado de envolvimento em atividades criminosas na adolescência (KROESE et al, 2021). Contudo, os autores salientam que não há evidências suficientes para se verificar os efeitos dos diferentes eventos constituintes das famílias monoparentais na criminalidade (KROESE et al, 2021). Tal ressalva é importante de se destacar para não rotular esse tipo de constituição familiar, especialmente no Brasil em que os dados do Censo de 2022 indica que das 72.522.372 unidades domésticas do Brasil, 49.1% tinham responsáveis do sexo feminino. Por um olhar mais crítico, a associação entre vir de lar monoparental e envolvimento com crime pode refletir também em questões estruturais, como, por exemplo, salários menores das mulheres em comparação ao dos homens, ausências de projetos sociais de contraturno para adolescentes, violência comunitária entre tantas outras questões.

Ademais, SALADINO et al (2021) ao revisarem 61 estudos publicados entre 2010 e 2020 verificaram que adolescentes cujos pais têm envolvimento com o sistema de justiça e estão frequentemente ausentes de casa tendem a perceber menor coesão, menos apoio e uma comunicação familiar deficiente. De acordo com os autores, esses fatores podem levá-los a se envolver em atos criminosos e no uso de substâncias. Quanto ao uso de substâncias, dois participantes (Miguel e Luciano) indicaram esse como um fator que contribuiu para a criminalidade.

Dos SANTOS, CORD e SCHNEIDER (2020) realizaram uma revisão da literatura brasileira a respeito do uso de drogas por adolescentes em conflito com a lei e identificaram que todos os estudos (N=30) encontraram uma alta frequência do uso de drogas entre os adolescentes em conflito com a lei. SALADINO et al (2021) identificaram que os crimes mais comuns relacionados a drogas na adolescência são crimes econômicos, porte de armas, roubos, tráfico e posse de entorpecentes.

Três participantes (Miguel, Rafael e Luciano) indicaram que iniciaram na criminalidade como forma de lidar com as necessidades financeiras. STEPNIAK (2001, apud KACPRZAK, 2019) considera que a pobreza, o desemprego, a falta de perspectivas de vida e outras manifestações de exclusão material são considerados na criminologia como “fatores genéticos” do crime. Em uma revisão sistemática da literatura que buscou identificar os mecanismos sociais que vinculam crime e pobreza em contextos urbanos, GAITÁN-ROSSI e GUADARRAMA (2021) analisaram 59 estudos e observaram que as expressões mais evidentes da interseção entre pobreza e crime foram a concentração de desvantagens, a segregação socioeconômica e espacial e os baixos níveis de eficácia coletiva. De acordo com os autores, embora não haja evidências suficientes para concluir que o crime é um determinante da pobreza devido a desafios fundamentais de mensuração, a revisão demonstra várias maneiras pelas quais o crime é um aspecto central das condições e da experiência da pobreza.

Para além das experiências adversas na infância e variáveis que contribuíram para a criminalidade, o presente trabalho buscou trazer um marcador social importante para analisar a trajetória no crime, a racialidade. O mito da democracia racial no Brasil levou a um processo de desconsideração do racismo presente estrutural e institucionalmente no país (BENTO, 2022). O racismo estrutural causa uma determinação social das potencialidades de um corpo negro, sendo negado do seu direito de autodeterminação, o Eu-Sujeito, e, dessa forma, usa de sua negritude como uma característica sub-humana (FANON, 1952). Todos os participantes descreveram a exclusão e chacota sofridas ao longo de sua vida por conta de suas características fenotípicas, mesmo quando não se identificavam enquanto vítimas de racismo (*“Racismo também nunca... nunca sofri, nunca fui. Às vezes, o outro chama disso aqui, mas... Nunca me afetou”* - Miguel). A deficiência do letramento racial de alguns dos participantes pode ser um indicativo de sua relação com a própria racialidade.

Além da categoria de raça, um dos focos de análise da presente pesquisa refere-se ao gênero, mais especificamente à masculinidade, isto é, ao conjunto de características, comportamentos e papéis sociais associados ao que uma determinada sociedade considera "ser homem". Nesse sentido, foi possível observar nas falas dos participantes expectativas de pessoas próximas para que eles performassem nesse papel. Por exemplo, o Gabriel descreve

que mesmo ainda muito criança lhe é incumbida a tarefa de ser o “homem da família”, tendo que assumir todas as responsabilidades e performances sociais que se esperariam de um homem adulto para prover financeiramente sua mãe e irmãos. Na esteira desse papel de provedor, vem o comportamento violento para com as mulheres pertencentes ao seu núcleo familiar.

Ao analisar a inteseccionalidade entre gênero e raça, ou seja, ser homem negro, verifica-se que todos os participantes descrevem figuras masculinas ausentes/violentas e com histórico de encarceramento ao longo de suas vidas. Fica evidente que há uma carência de figura masculina salubre que teria um papel essencial no desenvolvimento dos participantes. Segundo HOOKS (2022), ter modelos masculinos não violentos são fundamentais na formação da percepção de meninos negros sobre sua própria negritude e masculinidade, além de suas potências. Nesse sentido, a autora argumenta:

“Os meninos, em especial, precisam que os homens sejam modelos que os ensinem a negociar o patriarcado de maneira que isso não prejudique sua alma, que lhes mostrem como contornar o sistema e criar autoconceitos alternativos saudáveis.”
(HOOKS, 2022; p. 175)

Somado a isso, a violência estatal é um fator que atinge profundamente a população negra no Brasil, sendo a inegável maioria da população encarcerada preta ou parda. (SENAPPEN, 2024). O Estado é um agente importante na manutenção destas dinâmicas sociais, principalmente quando detém de forças militares a fim de repressão e controle social. Nesse sentido, uma vez que este corpo negro adentra de fato a penitenciária, a violência se torna a principal forma de controle e organização da população encarcerada, como foi citado por Miguel, os Grupos de Intervenção Rápida (GIR), dentre outras medidas que colocam sua integridade física e moral em risco. Nesse sentido, a vivência dentro do cárcere pelos participantes se torna rodeada de relatos que contam com desde negligência à saúde física e mental até a violência física, como as autoras SANTOS e ROSENBURG (2014) comentam: *“a violência no sistema carcerário é ilegal, porém institucionalizada.”* (p. 105)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a trajetória de vida de quatro homens negros em liberdade assitida foi possível identificar como experiências adversas na infância, em especial, abuso físico, negligência física e emocional, ter familiar preso, violência comunitária e violência coletiva, foram frequentes e associados com o ingresso no mundo do crime. Para além das EAls, destaca-se também os contextos de vulnerabilidade socioeconômica, a ausência de figuras masculinas e a revitimização pelo aparato estatal, indicando o quanto são questões complexas que necessitam de uma abordagem multidimensional.

Em relação às limitações que a pesquisa enfrentou, é possível apontar a dificuldade no processo de recrutamento. Além disso, os problemas em relação à grande diversidade entre os participantes sobre a sua trajetória e subjetividade, trazem poucos fatores que atingiram a saturação na análise qualitativa. Nesse sentido, algumas temáticas que surgiram durante as entrevistas não chegaram a ter a oportunidade de receber o destaque devido durante o processo de análise, como a marcante presença da religiosidade como forma de resiliência encontrada pelos participantes em momentos traumáticos, ainda permanecem postas à futuras pesquisas sobre a temática. Ademais, a partir dos resultados, são colocadas outras hipóteses a serem discutidas futuramente, principalmente em relação ao processo de revitimização encontrado pelos participantes no desafio da ressocialização e, por fim, a quebra do contrato social que ocorre em situações de racismo e violência institucionalizada.

Por fim, a presente pesquisa se demonstra importante para pensar em reformas junto ao sistema judiciário e penitenciário, ao ter um olhar mais compreensível no que diz respeito às motivações e trajetórias que levaram o criminoso até o crime. Ademais, é imprescindível o trabalho de prevenção da violência nos âmbitos familiares ao criar, para além de programas assistencialistas, redes fortalecidas de apoio socioeconômico e emocional. E, também, em espaços comunitários, bairros, favelas e vilas, que são marcados pela negligência estatal e violência policial. Desse modo, devemos estar atentos às realidades sociais imersas em violência, sendo necessário refletir sobre quais as infâncias e subjetividades que esperamos que sejam nutridas nestes espaços.

REFERÊNCIAS

- ARCINIEGA, G. M.; ANDERSON, T. C.; TOVAR-BLANK, Z. G.; TRACEY, T. J. G. **Toward a Fuller Conception of Machismo: Development of a Traditional Machismo and Caballerismo Scale.** *Journal of Counseling Psychology*, v. 55, n. 1, p. 19-33, 2008. <https://doi.org/10.1037/0022-0167.55.1.19>.
- ALHOWAYMEL, Fahad M.; ALZAHRANI, Naif S.; ALHARBI, Hanan F.; ALMARWANI, Abdulaziz M. **Healthcare providers screening for childhood abuse among adult patients in Saudi Arabia: A cross-sectional study.** *Journal of Nursing Scholarship*, v. 55, n. 6, p. 1154-1163, 2023. <https://doi.org/10.1111/jnu.12897>.
- ALMEIDA, S. L. D. **Racismo estrutural.** Sueli Carneiro. Pólen Livros, 2019. p. 26-29.
- BAGLIVIO, M. T.; WOLFF, K. T.; PIQUERO, A. R.; EPPS, N. **The relationship between Adverse Childhood Experiences (ACE) and juvenile offending trajectories in a juvenile offender sample.** *Journal of Criminal Justice*, v. 43, n. 3, p. 229-241, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2015.04.012>.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BERNARD, D. L.; SMITH, Q.; LANIER, P. **Racial discrimination and other adverse childhood experiences as risk factors for internalizing mental health concerns among Black youth.** *Journal of Traumatic Stress*, v. 35, n. 2, p. 473-483, 2022. <https://doi.org/10.1002/jts.22760>.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 63-67.
- CARNEIRO, B. V.; YOSHIDA, E. M. P. **Alexitimia: uma revisão do conceito.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 25, n. 1, p. 103-108, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000100012>.
- CARVALHO, S. S. de. **As experiências adversas na infância e sua relação com o desenvolvimento biopsicossocial da criança/adolescente – uma revisão bibliográfica.** 251-277, 2023. Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/index.php/editora/article/view/426>.
- CUADRA, L. E.; JAFFE, A. E.; THOMAS, R.; DILILLO, D. **Child maltreatment and adult criminal behavior: does criminal thinking explain the association?** *Child Abuse & Neglect*, v. 38, n. 8, p. 1399-1408, 2014. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2014.02.005>.
- DOS SANTOS, M.; CORD, D.; SCHNEIDER, D. R. **Adolescência, uso de drogas e prática infracional: reflexões a partir de estudos brasileiros.** *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 15, n. 4, p. 1-17, 2020. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082020000400009.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas.** Ubu Editora, 1952.
- FAUSTINO, Mendes Deivison; RIBEIRO, Alan Augusto de Moraes. **Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora.** *Revista Transversos*, v. 10, p. 163-182, 2017.
- FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **O corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro.** 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2006.
- FELITTI, V. J.; ANDA, R. F.; NORDENBERG, D.; WILLIAMSON, D. F.; SPITZ, A. M.; EDWARDS, V.; KOSS, M. P.; MARKS, J. S. **Relationship of childhood abuse and**

household dysfunction to many of the leading causes of death in adults. The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. American Journal of Preventive Medicine, v. 14, n. 4, p. 245-258, 1998. [https://doi.org/10.1016/s0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/s0749-3797(98)00017-8).

FOUCAULT, M. **A sociedade punitiva: Curso no Collège de France (1972-1973).** Tradução de Ivone C. Benedetti. WMF Martins Fontes, 2016.

FOX, B. H.; PEREZ, N.; CASS, E.; BAGLIVIO, M. T.; EPPS, N. **Trauma changes everything: examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders.** Child Abuse & Neglect, v. 46, p. 163-173, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2015.01.011>.

GAITÁN-ROSSI, Pablo; VELÁZQUEZ GUADARRAMA, César. **A systematic literature review of the mechanisms linking crime and poverty.** Convergencia, v. 28, e14685, 2021. <https://doi.org/10.29101/crcs.v28i0.14685>.

HOOKE, bell. **A gente é da hora: homens negros e masculinidade.** Tradução de Vinícius da Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

KACPRZAK, A. **Child Negligence and Criminal Onset in Ex-Prisoners' Early Life Stories.** Sociologica, Lodz, v. 13, n. 2, p. 1-15, 2019. Disponível em: <https://czasopisma.uni.lodz.pl/sociologica/article/view/6042>.

KLEIN, M.; FERNÁNDEZ-CASTILLO, N. **Editorial: In Search of Mechanisms: Genes, Brains, and Environment in Aggressive Behavior.** Frontiers in Psychiatry, v. 12, 643747, 2021. <https://doi.org/10.3389/fpsy.2021.643747>.

KROESE, J.; BERNASCO, W.; LIEFBROER, A. C.; ROUWENDAL, J. **Growing up in single-parent families and the criminal involvement of adolescents: a systematic review.** Psychology, Crime & Law, v. 27, n. 1, p. 1-15, 2020. <https://doi.org/10.1080/1068316x.2020.1774589>.

MARX, K.; LIMA, D. T.; COSTA, P. H. A. da; BIANCHI, B.; PARSONS, H.; BASAGLIA, F.; COOPER, D. **Marxismo e a loucura.** Organização de P. H. A. da Costa. LavraPalavra, 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** N-1, 2020.

MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinities and Crime: critique and reconceptualization of theory.** Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1993.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G. A. (Org.). **Novas e velhas faces da violência no século XXI: visão da literatura brasileira do campo da saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; NJAINE, K. (Orgs.). **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011. 236 p. ISBN: 978-85-7541-385-2. Disponível em: <http://books.scielo.org>.

PAN, X.; CHEN, Y.; QU, Z. **Castigo corporal e espectro de comportamento violento: uma meta-análise.** Frontiers in Psychology, v. 15, 2024. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1323784>.

PEREIRA, F. G.; VIANA, M. C. **Adaptação transcultural do Adverse Childhood Experiences International Questionnaire.** Revista de Saúde Pública, v. 55, p. 79, 2021. <https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2021055003140>.

POLETO, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. **Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção.** Estudos de Psicologia, Campinas, v. 25, n. 3, p.

- 405-416, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/DycNK6BKd8jJmr5rmJk8P9D/>.
- RODRIGUES, B. S. R. **Mediating effect of executive functioning between adverse childhood experiences and aggressive behavior: A systematic review.** 2021. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/76074/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%2B_B%C3%A1rbara%2BRodrigues.pdf.
- SALADINO, V.; MOSCA, O.; PETRUCCELLI, F.; HOELZLHAMMER, L.; LAURIOLA, M.; VERRASTRO, V.; CABRAS, C. **The Vicious Cycle: Problematic Family Relations, Substance Abuse, and Crime in Adolescence: A Narrative Review.** *Frontiers in Psychology*, v. 12, 673954, 2021. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.673954>.
- SANTOS, B. H. de O. **O biopoder como garantia do racismo de Estado.** *Revista ConTextura*, v. 12, n. 16, p. 14-22, 2020. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistacontextura/article/view/19147>.
- SANTOS, T. M.; ROSENBERG, E. G. **Representações sociais sobre a violência em egressos do sistema prisional.** *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 8, n. 1, 2014. <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/359/166>.
- SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAS. **Relatório de Informações Penais (RELIPEN) 1º semestre de 2024.** São Paulo: Sistema Nacional de Informações Penais (SISDEPEN), 2024. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMDY2ODEzOTgtYmJlMy00ZmVkLWlwMTetMTJjZDQwZWRIYjdhIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>.
- SCHRAIBER, L. B.; BARROS, C. R. dos S.; COUTO, M. T.; FIGUEIREDO, W. S.; ALBUQUERQUE, F. P. de. **Homens, masculinidade e violência: estudo em serviços de atenção primária à saúde.** *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 15, n. 4, p. 790-803, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2012000400011>.

KAREN SOUZA RIBEIRO

O ACESSO NEGADO: O PROUNI PODE SER UM IMPEDIMENTO A UMA CARREIRA ACADÊMICA?

O acesso negado: O Prouni pode ser um impedimento a uma carreira acadêmica?

Resumo

O presente artigo visa, a partir de experiências na formação em psicologia — desde o processo de inserção na graduação até as vivências enquanto estudante, problematizar se o Prouni pode ser um impedimento na construção de uma carreira acadêmica. Articulando a pesquisa bibliográfica com as vivências da autora, majoritariamente suscitadas dentro do campo da atuação do psicólogo. O texto apresenta apontamentos sobre as diversas falhas que ocorrem durante esta trajetória, como os percalços na aplicação de bolsas Prouni e a eurocentricidade presente nos saberes dos cursos de graduação em psicologia — um limitante no repertório teórico dos(as)(es) estudantes, formados(es) sob esses conhecimentos. Conclui-se que, o Prouni como política de ação afirmativa, insere os (as) (es) estudantes negres no espaço universitário privado, mas não garante a permanência, ademais, possibilita as instituições privadas criarem suas próprias políticas de integração e inserção destes (as) estudantes e consequentemente pode viabilizar ou inviabilizar a construção da carreira acadêmica dos (as)(es)prounistas.

Palavras-chave: Formação em psicologia; Prouni; eurocentricidade.

Introdução

O que é aqui escrito, não se limita a prática científica que valoriza as teorias e inviabiliza as experiências. Na tentativa de articular ambas, este artigo foi construído. Não somente como um desabafo das mazelas que sofri e sofro, mas me coloco a mesa como um objeto de estudo, abraçando toda a frieza que vivencio ao escutar em todas as aulas teorias que me excluem enquanto ser humano, que me apagam enquanto existência e me silenciam quando reclamo. Não importa o quanto minha pele preta reluz ao Sol, nunca foi o suficiente para mostrar o brilho que eu carrego, quiçá, possibilita limpar a lente para refletir no espelho a grandiosidade dos meus ancestrais. Muito pelo contrário, sou constantemente marcada, apagada e oprimida. Hoje carrego os traumas geracionais de meus antepassados, mas com a minha psicologia que busca saberes

afrodiaspóricos em afroperspectiva e ameríndios, pretendo a contra gota afagar cada uma das feridas, propor novos tratamentos para nossos traumas e transformar a vida dos meus.

Pensar nas minhas experiências durante a graduação em Psicologia, como estudante negra prounista, possibilita reflexões sobre as realidades que existem anteriores e posteriores. E para além dela, a fim de que criemos uma análise capaz de considerar o contexto social, a identidade e pertencimento étnico-racial dos(as)(es) estudantes que reflete diretamente em suas vivências durante a graduação.

Este texto foi estruturado em três partes a partir de uma linha temporal, tendo como metodologia qualitativa de caráter bibliográfico. A primeira parte, conforme a realidade vivida por quem escreve, retrata a experiência que iniciou antes mesmo da primeira aula, a inserção na faculdade, tendo como seu primeiro marco a aplicação para bolsa integral Prouni. O caminho a partir da aprovação, foi se mostrando extremamente árduo, devido às falhas que o programa possui, tais como: se isentar do contato entre o aprovado e a Instituição de Ensino Privado parceira e as outras falhas de comunicação decorrentes desta.

A segunda parte, na qual a graduação ganha enfoque, oferece um campo de análise sobre as grades curriculares ofertadas pelas faculdades, que se mostram com frequência eurocêtricas, excluindo de suas teorias e ensino daqueles historicamente rejeitados pela sociedade — negros e indígenas. Estes, têm suas cosmovisões excluídas em uma ciência humana cujo objeto de estudo é a subjetividade. Também são excluídos no modo em que os tratamentos psicoterapêuticos são idealizados. O que leva a refletir sobre a quem o cenário atual da Psicologia tem servido.

Além da falta de estudos de autores negros durante as disciplinas, a falta de docentes negros também se faz presente durante o meu ensino. Tal prática, por muitas vezes, faz com que eu não me reconheça dentro desses espaços e limite as discussões étnico-raciais durante a graduação, pois os docentes brancos, confortáveis em sua branquitude (Bento, 2022), se isentam de reflexões que podem deixá-los desconfortáveis.

Já na terceira parte, o número irrisório de docentes negros se articulou diretamente com as experiências que pude (ou melhor) não pude ter enquanto estudante. Na tentativa de engatar em minha desejada carreira acadêmica, fui em busca dos primeiros passos que poderia nortear-me em direção ao da — Iniciação Científica. Porém, a escassez de professores orientadores que tinham em sua linha de pesquisa a temática étnico-racial, restringiu a minha escolha em uma única docente. Contudo, ainda na tentativa de enfrentar estes obstáculos, dei sequência a este processo,

que embora positivo no início, resultou em desistência, devido à sobrecarga de minha professora, que naquele cenário, era a única mulher negra no corpo docente do curso de Psicologia.

Concomitante com essa coletânea de experiências, o artigo traz autores e conceitos a fim de obter um respaldo científico para as reflexões. Figuras como Chimamanda Ngozi Adichie, Martín-Baró e Carter G. Woodson possuem destaque com suas obras e conceitos. A deseducação do negro (2021), O perigo de uma história única (2009) e a Psicologia da libertação (1989), conversam respectivamente com cada parte deste texto.

Estas teorias, articuladas com as situações vivenciadas, explicitam uma solução viável para as diversas falhas, a extensão da Lei 10.639/03 ao ensino superior¹. Deste modo, tornando obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e indígena com a Lei 11.645/08, consequentemente autores pertencentes a este grupo serão incluídos nas grades curriculares, agregando as cosmovisões africanas, indígenas e ameríndias ao repertório teórico das(es)(os) estudantes de psicologia.

O entrelace: entre o Prouni e Psicologia

O Prouni (Programa de Universidade para Todos) é uma Política Pública implementada em 2005 como um dos eixos da Reforma Universitária, na qual se articula a isenção fiscal das instituições privadas (IES) concomita à disponibilização de bolsas estudantis integrais ou parciais, na tentativa de tornar o acesso ao ensino superior mais inclusivo (Carvalho, 2006). Tem como público-alvo candidatos que não possuem diploma de ensino superior, sendo eles: estudantes de baixa renda, estudantes que cursaram a educação básica em escolas públicas, pessoas com deficiência e professores de redes públicas da educação básica que não possuem licenciatura.

O programa possui resultados que o qualificam enquanto ação afirmativa. Desde a sua implementação em 2005, até o ano de 2022, o Prouni já beneficiou mais de três milhões de estudantes com bolsas do programa (MEC, 2022), sendo fator notável na expansão do acesso ao ensino superior no Brasil. Estes estudantes beneficiados apresentam resultados positivos em suas

¹ Há um adendo quanto essa informação: A lei 10.639, obriga o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas brasileiras de educação básica, ou seja, ensino fundamental e médio, públicas e privadas. No ensino superior não há obrigatoriedade para todos os cursos, mas, aqueles destinados à formação de professores devem ter conteúdos direcionados às relações étnico-raciais nas suas grades.

graduações, embora muitas vezes não gozem de auxílios nas instituições, dificultando a permanência durante a graduação (Ribeiro;Guzzo, 2017).

O processo de entrada pelo Prouni em IES se inicia após o estudante realizar o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), o resultado da média das provas dentro deste exame não pode ser inferior a 450 e a redação zerada, caso contrário, este estudante não é qualificado para se inserir no programa. O prazo de inscrições para o Prouni é estipulado pelo governo e anunciado para estes(as) estudantes, a fim de que possam realizar seu cadastro e aplicar para o curso desejado nas instituições parceiras² (MEC, 2025).

Caso este estudante seja aprovado em sua escolha, outro processo se inicia. Este indivíduo deverá se apresentar a instituição, presencialmente ou on-line (tais requisitos variam conforme a instituição), no cronograma estabelecido pela faculdade. Feito isto, é necessário comprovar a elegibilidade da inscrição e as informações fornecidas durante o cadastro. Esta etapa, por depender de um processo seletivo próprio da instituição (MEC, 2025)³, pode variar bastante.

Como estudante prounista, possuo minha própria experiência para relatar e denunciar tópicos discutíveis sobre este programa. Desde o resultado de minha aprovação no curso de Psicologia, experienciei diversos problemas, sendo eles: a comunicação com a instituição para dialogar sobre minha aprovação e a solicitação excessiva de documentos em curtos prazos de tempo. Tais exigências dificultavam a minha inserção, distanciando-me cada vez mais das idealizações acerca de minha trajetória acadêmica. Em um piscar de olhos, a tão sonhada aprovação em Psicologia foi se tornando um pesadelo. A ansiedade e estresse vivido tomou conta deste momento, transformando o que poderia ter sido precioso e prazeroso, afinal, me preparei durante o ano visando tal feito: estudei, realizei as provas dos vestibulares e fui aprovada.

Mobilizações de familiares e até amigos para envio de documentos foram necessárias, pois a aplicação exigia inúmeras solicitações documentais e, a cada solicitação, me sentia cada vez mais exposta e consequentemente humilhada. Ter baixa renda não era mais o suficiente, era necessário correr desesperadamente atrás de comprovações para confirmar e comprovar minha miserabilidade. Esta vivência fez com que um gosto amargo marcasse o meu primeiro passo na faculdade.

Quando finalmente avancei esta etapa e pude iniciar minhas aulas, diversas outras adversidades foram se apresentando: dificuldade para o transporte, descaso nas informações

² Para mais informações acesse: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni> Acesso em: 2 nov.2025.

³ Para mais informações acesse: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni> Acesso em: 2 nov.2025.

direcionadas aos estudantes bolsistas, valor elevado de itens na instituição e o pior de todos, a limitação na participação de atividades acadêmicas extraclasse, tais como: intercâmbios vinculados a instituições parceiras e recebimento de bolsa estudantil durante a Iniciação Científica, por já possuir uma bolsa acadêmica (bolsa Prouni) — regra estabelecida pela instituição. Como se aquela bolsa que me deram fosse benevolência, um benefício e não direito merecido através da luta de muitos movimentos/coletivos e do meu desempenho no ENEM, e que eu, sendo “agraciada” com isto, deveria ser grata e não exigir nada além. Assim, por já ter uma bolsa, deveria me contentar com isso⁴.

A situação não se esgota nisso — Me vi, em um curso que trata de questões da saúde mental, cada vez mais esgotada mentalmente. O medo constante de reprovar nas disciplinas e perder a bolsa acompanha os estudantes beneficiados durante toda a graduação, afinal, reprovações comuns nas universidades públicas, principalmente nos cursos de exatas não são permitidas para as(os)(es) prounistas. Não há espaço para o erro. Isso somente corroborou em mim algo marcado nos corpos de todas as pessoas negras desde o nascimento: “quando se é negro, tem que ser duas vezes melhor” (Racionais MC's, 2006).

A deseducação como forma de perpetuação da opressão

Como estudante prounista e preta, além dos desafios já atrelados à inserção em uma faculdade privada, sendo de baixa renda, sobrevivendo financeiramente (por conta) com transporte e alimentação, também enfrento questões de relações étnico-raciais. A falta de representatividade e presença negra não se limita ao espaço da sala de aula com colegas de classe, também é refletida na composição do corpo docente e consequentemente nos textos e obras discutidos durante a graduação.

E, apesar dos vários obstáculos, ingressei no programa de iniciação científica. Logo no início do processo fui informada que havia uma única professora pertencente à linha que tratava de temáticas étnico-raciais, o que limitou consideravelmente minhas escolhas. Entretanto, decidi

⁴ A problemática deste relato não pretende questionar o PROUNI como Ação Afirmativa que beneficiou e beneficia estudantes negres, oportunizando-os o acesso ao ensino superior. Mas, as questões que envolvem o programa, estas provindas principalmente das universidades parceiras que são adeptas ao programa, que ao aceitá-lo criam também seus próprios regimentos internos aos(as)(es) bolsistas(es) vinculados(es)(as). Estes regulamentos por vezes causam impedimentos a estes estudantes; e, no meu caso, particularmente me causou e causa inúmeras problemáticas na constituição da minha carreira como pesquisadora e acadêmica, reforçando a gramática de que meu ensino deve ser direcionado única e exclusivamente para o mercado de trabalho.

seguir com a iniciação, e, isso me rendeu uma experiência positiva de início, a partir disso escrevi meu projeto e comecei a seleção bibliográfica muito esperançosa de que no final de ano teria um artigo totalmente pronto.

Com o passar do tempo, notei as ausências de minha professora orientadora, devido à sua rotina repleta de atividades que lhe tomavam grande tempo. Consequentemente, não havia mais tempo para a minha orientação, que se tratava, infelizmente, de uma atividade não remunerada. Por conta disso, não pude prosseguir com a minha tão esperada iniciação científica, tal como ocorreu com outros integrantes do grupo de pesquisa. Com a notícia de que ela não mais me orientaria, apenas me restou a pergunta: “Se não ela, quem?” — Considerando que, como informado, ela era a única professora que discutia a temática das relações étnico-raciais no curso de graduação.

Analisando o contexto brasileiro, esta alta demanda de atividades para docentes negros nestes espaços, principalmente se tratando das temáticas étnico-raciais, não se limita a experiência de minha professora. Muitas vezes, é direcionada aos docentes negros e indígenas a responsabilidade de implementar a lei 10.639/03 nos ambientes escolares, e, avançando para o ensino superior, tal situação se perpetua. Isto cria uma sobrecarga além das atividades acadêmicas já exigidas para estes profissionais. São educadores, professores, filhos (as)(es), pais, mães, e, se tratando destes indivíduos no ambiente acadêmico, cumprem o papel de representatividade, afinal são “a personificação das cotas” e, assim, tendem a lidar com altas expectativas de seus superiores e alunos (Oliveira; Souza; Leonardeli, 2024).

Foi neste momento que olhei atentamente para o grupo de professores que compunham minha grade curricular, e mais profundamente ainda, o conteúdo que me era oferecido dentro dessas disciplinas.

Como dito anteriormente, tal situação não é limitada ao corpo docente, que sendo majoritariamente branco, muitas vezes ao selecionar a bibliografia que irá aplicar ao longo de sua disciplina, também tende a escolher autores igualmente brancos. Durante a graduação, somente ouvi teorias que não fossem eurocêntricas na disciplina de Psicologia Social. Uma nova ótica da psicologia me foi apresentada — a psicologia social latinoamericana. Consegui ali, naquela sala, escutar sobre Martin Baró, isso fez eu ter um leve suspiro e concomitantemente, um sentimento de pertencimento.

Estas vivências automaticamente reverberaram em minha consciência a obra de Carter Godwin Woodson, *A deseducação do negro* (2021). Dentro desta obra, Woodson elucida uma nova visão sobre a educação oferecida aos negros, que, sendo educados pelos seus opressores, tendem a reproduzir valores escravocratas, porém agora a um nível intelectual, forjando uma falsa sensação de liberdade enquanto aprisionam a mente da população negra.

Somente pelo estudo cuidadoso do próprio negro e da vida que ele é forçado a levar, podemos chegar ao procedimento adequado nesta crise. A mera transmissão de informações não é educação (Woodson, 2021, p.6).

Após a abolição da escravidão, um abismo de igualdade foi construído entre pretos e brancos. Na tentativa da população negra diminuir essa desigualdade selvagem estabelecida na sociedade, um grande investimento na educação da comunidade foi realizado, no pós-integração, no contexto norte-americano. A busca por conhecimento foi um objetivo legítimo, mas, inserido em uma sociedade que sempre teve como desejo a dominação desses corpos negros, dessa forma, a educação ofertada se tornou uma máquina de opressão.

Por exemplo, a filosofia e a ética resultantes de nosso sistema educacional justificam a escravidão, a escravidão, a segregação e o linchamento. O opressor tem o direito de explorar, prejudicar e matar o oprimido (Woodson, 2018, p. 6).

Um ensino opressor à comunidade negra, perpétua e normaliza as mazelas sofridas ao longo da história. Até mesmo no ensino superior, tais formas de educação são aplicadas, sendo o curso de psicologia incluído no processo. Na minha graduação aprendo sobre Freud, enquanto Cida Bento (2022) não é citada, sou apresentada a Foucault, mas Sueli Carneiro (Carneiro, 2005) ao menos é mencionada, aprendo sobre Lacan e Neusa Souza Santos (Souza, 2021) é completamente esquecida, nem irei mencionar sobre psicanálise sem a pioneira Virgínia Bicudo (Bicudo, 2010). As obras produzidas pelas então autoras citadas, possuem grande impacto na realidade e contexto social no qual estou inserida e consequentemente os pacientes para qual a universidade me prepara para atender. Contudo, há uma contradição lógica, mas que compactua com a lógica do racismo epistêmico — a universidade aparentemente se mune de aportes teóricos e epistemológicos majoritariamente eurocêntricos (Maia, *et al.*, 2018) sendo que o Brasil é majoritariamente negro. As teorias com maior compatibilidade a vivência latino-americana ao menos são citadas.

Uma psicologia baseada somente em teorias eurocêntricas está fadada a contar a visão dos vencedores e replicar a colonização, mesmo que agora modernizada e, isso se institucionaliza no campo psicológico e na psique. Chimamanda Ngozi Adichie, durante sua palestra no TED Talks (2009), que posteriormente se tornou um livro, alerta sobre o perigo de uma história única. Como exemplo, a escritora nigeriana utiliza de sua experiência pessoal em sua ida aos Estados Unidos da América para estudar. Conversando com uma colega de quarto, Chimamanda notou que tudo que aquela garota estadunidense sabia sobre a Nigéria não passava de uma visão estereotipada e holística sobre a África, ela continha uma visão reducionista sobre o continente africano, não se aprofundado nas singularidades de cada nação. Miséria, fome, falta de saneamento básico, falta de escolas e cultura; isso era tudo o que sua colega incorporou através da grande mídia sobre uma pluralidade de povos e etnias.

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são denidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder (Adchie, 2019, pp. 22-23).

A história contada pelos vencedores de uma disputa histórica, estará sempre empenhada a definir o outro, para que assim, um novo controle através da construção da representatividade de certos grupos possa ser estabelecido no imaginário social, esta definição não necessariamente precisa ser verdadeira (Chimamanda, 2009). Através da comunicação e repetição, estereótipos estarão engendrados em nosso inconsciente o suficiente para definir a sua visão e modo de tratamento para determinado grupo (Menin, 2006).

Seja por projeção, por transparência, por adequação a uma fonte de influência, em todas as situações de representações de um grupo por outro se pode inferir a presença de normas que parecem orientar quais representações seriam as mais adequadas, desejáveis em cada situação e que podem produzir modificações, mesmo centrais, nas representações (Menin, 2006, p.50).

A Psicologia, se tratando de uma ciência que tem como objeto de estudo a subjetividade, tem o dever de se atentar à consciência, identidade e representação geradas segundo o contexto social. Somente deste modo, ideais incutidos que aprisionam a nossa mente, poderão ser quebrados.

Martin-Baró, em sua *Psicologia da Libertação*, alerta sobre a alienação presente na episteme da psicologia, consequência do processo de colonização enfrentado pela América Latina e de modo a perpetuar tal domínio nas classes dominadas (Dias, 2020). Algumas teorias estudadas durante a graduação de Psicologia podem não ter eficácia na aplicabilidade em nossa vivência brasileira, o que torna muitas vezes a práxis do psicólogo conflitante. Deste modo, é necessário repensar o modo em que criamos as teorias, Baró intitula que as teorias devem ser desenvolvidas consoante a realidade e não ao contrário, somente assim, poder-se-ia evoluir o cenário de opressão desde os primórdios das sociedades latino-americanas. Neste campo, cabe o questionamento: “Quem são aqueles que estão construindo as teorias?”

Teorias incompletas para aqueles não contemplados

Seguir uma carreira acadêmica pode ser o desejo de alguns estudantes, grupo do qual faço parte, expressa pela minha participação enquanto presidente de uma liga acadêmica. Analisando a comunidade científica negra e suas contribuições, tive grande interesse em contribuir com algo de minha autoria, soube que seria possível dar o primeiro passo através da Iniciação Científica.

Tive grande entusiasmo e logo procurei o edital da minha universidade. Obtive informações importantes como prazos, bolsas acadêmicas e os professores disponíveis para orientação e suas linhas de pesquisa. A primeira experiência negativa foi tomar conhecimento de que eu, enquanto estudante prounista, não poderia receber a bolsa de pesquisa por já ser “beneficiada”; como se a minha opressão ao longo da vida não fosse cumulativa, como se não me negassem oportunidades sucessivamente. Ou seja, o sofrimento pode ser somatizado, mas o “benefício” não. Logo após isso, percebi pelas linhas de pesquisa que as relações étnico-raciais realmente não eram do interesse de muitos docentes, afunilando obrigatoriamente o modo em que minha iniciação se conduziria.

Não sabendo inicialmente do funcionamento interno da atribuição e remuneração dos profissionais da minha instituição, ainda não sabia que não se tratava de uma atividade não remunerada. O único retorno que aqueles orientadores poderiam receber seria mais uma atividade no Currículo Lattes, não reduzindo a importância do Currículo, mas enfatizando a lógica de que

pesquisa não é trabalho, logo não precisa de remuneração equivalente a trabalhos em regime de CLT e/ou estatutários.

Independente disso, ainda esperava uma orientação de qualidade, capaz de encaminhar minhas ideias e projetos de modo satisfatório. Realmente, na primeira etapa do planejamento, definição de objetivos, metodologia e planejamento, tudo ocorreu bem, tive completo apoio de minha orientadora para além do campo acadêmico. Por se tratar de uma mulher negra, tive imediata identificação e representatividade de alguém como eu, em uma carreira na qual almejo.

Questões raciais eram frequentemente discutidas, tanto por conta da temática do meu projeto, quanto pelas vivências experienciadas pelos marcadores sociais de gênero e raça. Minha orientadora frequentemente se queixava de uma sobrecarga, enquanto tentava equilibrar sua vida pessoal e profissional. Tal queixa evidenciava o lugar da mulher negra na base da pirâmide social e todas as implicações que isso agrega. No caso da minha professora, uma docente negra, que mesmo quando alcança espaços acadêmicos tem uma sobrecarga profissional e pessoal que se entrelaçam e fazem perpetuar as altas demandas sobre os ombros das mulheres.

Após um tempo, esta orientação tornou-se cada vez mais espaçada e posteriormente ausente, finalizada com um pedido de desculpas e desistência da Iniciação Científica. Quando notei o rumo que a minha desejada iniciação tomou, me encontrei em um beco sem saída: “quais seriam os outros caminhos que poderia tomar dentro de minha universidade?”. A resposta naquele momento era: nenhum.

Uma estudante preta, independente de sua vontade de estudar — que foi constantemente testada desde a sua aprovação na faculdade — não poderia, agora, desenvolver suas ideias no campo científico-acadêmico, sendo forçada a buscar meios exteriores no intuito de conseguir uma mínima realização.

Mínima, essa é a palavra que constantemente é ecoada na vida de um prounista, desde a renda mínima até a participação mínima estabelecida a estes estudantes em suas atividades universitárias.

Mudanças em diversos âmbitos necessitam serem urgentemente articuladas, a fim de melhorar o cenário da psicologia, indo da graduação até a práxis clínica ou fora dela. A soma de cosmovisões africanas e ameríndias às grades curriculares de psicologia, abarcam maior repertório teórico aos futuros profissionais, que seriam preparados(as)(es) para atender a suas

comunidades e, ofertariam um processo psicoterapêutico de qualidade e de acordo com o contexto social.

Para tal iniciativa ser regulada, é necessária uma extensão da Lei 10.639 — que obriga o ensino de história e cultura afro-brasileira nos ensinos fundamental e médio para ensino superior, especialmente nos cursos da área de humanas, que constantemente tem o ser humano como parte central de seus estudos, mas não nego a importância para exatas e biológicas, por haver contribuições negras apagadas da história da humanidade. Não há possibilidades de continuarmos ignorando a pluralidade e diversidade na sociedade.

Para além da Psicologia, mas ainda tratando da saúde mental, o sistema de inserção dos estudantes do Prouni necessita ser revisado, desde a aprovação até a permanência destes alunas(es)(os) beneficiados(as)(es). O processo, muitas vezes estressante para comprovar as informações fornecidas durante a inscrição, possui consequência direta na saúde mental e adentram o ambiente de sua instituição, se deparando com preços exorbitantes de materiais e equipamentos para comprar que serão usados no decorrer do curso. Não há consideração dos gastos como: transporte, moradia, alimentação e afins, ou seja, não se cria a permanência, somente a inserção.

Muitos estudantes prounistas trabalham e estudam, para poderem complementar a renda em casa. Este modo de sobrevivência exige muito do físico e mental, e, em uma situação em que o aluno tenha que abdicar de uma dessas atividades, o estudo obviamente será a mais viável, por ser necessário o trabalho, que produz renda para a sobrevivência. Caso o aluno abdique desta bolsa, a instituição não tem consequência alguma, recebendo a isenção normalmente (Ribeiro; Guzzo, 2017), sendo assim, não é interessante e nem emergencial que o aquele aluno exista e resista naquele meio.

Uma reforma de tais práticas melhoraria as condições desses estudantes e exigiria maior atividade das IES com políticas de permanência, somente assim, a implementação do Prouni alcançaria de fato a inclusão supostamente almejada.

Considerações finais

Tendo em vista os apontamentos realizados durante o artigo, é possível concluir que o Programa de Universidade para Todos (Prouni), embora eficiente enquanto política pública que

tem como objetivo a inclusão no ensino superior, possui falhas em relação ao processo que o estudante vivencia na inserção e graduação.

Devido a vários fatores: cada IES parceira possui seus próprios critérios no momento de comprovação das informações oferecidas no decorrer da aplicação de bolsas, não há uma padronização a ser seguida. Ademais, a fiscalização desses processos também se torna inexistente, abrindo margem para que instituições peçam documentos abusivamente e tenham descaso com os candidatos.

Já, quando se está na graduação, nenhuma política de permanência para estudantes prounistas é oferecida, além disso, são vetados em outros processos de bolsas dentro da universidade, o que pode ocasionar evasão, visto que, estes muitas vezes gozam deste benefício por conta da baixa renda. Sendo assim, alguns tendo que equilibrar estudos e trabalho e enfrentando sobrecarga, acabam por optar pela atividade com retorno financeiro imediato. Tal fator, por não impactar de maneira alguma a instituição, não cria urgência para a mudança deste cenário, fazendo com que situações como esta se repitam corriqueiramente, pois não é interessante idealizar atividades que melhorem a permanência dos(as)(es) beneficiados(es)(as), se a isenção fiscal já foi tramitada.

Além da permanência, limitações para os prounistas realizarem atividades na instituição, cria obstáculos para os beneficiados seguirem uma carreira acadêmica. A falta de concessão de outras bolsas oferecidas para estudantes pagantes, segrega os alunos e cria, mesmo que indiretamente, uma desvalorização dos candidatos, evidenciando o marcador social de classe.

Ao olharmos para a questão racial neste debate, aprofundamos a discussão e as opressões sentidas. Enquanto mulher negra, que vivenciou este processo, e ainda o vivencia, a falta de representatividade no corpo docente e grades curriculares, opera drasticamente de modo a reduzir as discussões étnico-raciais, enaltecendo epistemes eurocêtricas.

Reitera-se que no presente artigo não se objetiva questionar o quanto o Prouni proveu a inserção de estudantes de baixa renda no ensino superior, entretanto, a inserção não garante que estes(as)(us) estudantes estejam conseguindo se manter financeiramente, psicologicamente, fisicamente nestes ambientes. As hostilidades enfrentadas estão presentes desde o currículo estabelecido pela graduação inserida até mesmo no corpo docente. Sendo assim, a proposta é pensar para além da inserção, como também na permanência, tendo em vista que passar no

vestibular, ou conseguir uma nota acima de 450 não zerando na redação não são os únicos critérios (são aqueles oficialmente estabelecidos).

Há fatores não estabelecidos e não providos na política do Prouni que tendem a ser extremamente exigentes para quem se insere como prounista no ambiente acadêmico universitário privado. Contudo, reconheço a importância e imprescindibilidade da política, desta forma acredito que devemos nos concentrar nas possibilidades de melhoramento, considerando também que este artigo não esgota todas as problemáticas presentes, quiçá as vivências de estudantes negres no ensino superior, centrada na graduação de psicologia.

Portanto, é necessário repensar o sistema de ensino superior no Brasil, principalmente a psicologia que está sendo construída atualmente e a graduação que se é oferecida. Estes futuros profissionais de psicologia, formados em epistemes eurocentradas saberão discutir demandas raciais no processo psicoterapêutico? Saberão identificar em suas escutas quais situações advêm do marcador social de raça? E o mais importante, saberão se foram racistas com seus próprios pacientes?

Tais questionamentos criam urgência na revisão de disciplinas na graduação e a inclusão de cosmovisões africanas e ameríndias no currículo acadêmico. Somente deste modo, haverá a quebra da eurocentricidade presente nos saberes da Psicologia.

Referências bibliográficas

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, C. N. Os perigos de uma história única. Oxford: Conference Annual – Technology, Entertainment and Design — Ted Global, 2009. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso em 3 abr.2025.

BENTO C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

BICUDO, V.L. Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.

BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’, e dá outras

providências. Diário Oficial da União , Brasília , 10 jan. 2003. Disponível em: <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm >. Acesso em: 03 abr.2025.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 14 ago. 2024.

CARTER, G. W. **A deseducação do negro**. [s.l.]: Edipro, 2021.

CARVALHO, C. H. A. DE .. O PROUNI no governo Lula e o jogo político em torno do acesso ao ensino superior. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 96, p. 979–1000, out. 2006.

DIAS, Maria Sara de Lima. O legado de Martin-Baró: a questão da consciencia latino americana. **Psicol. Am. Lat.**, México , n. 33, p. 11-22, jul. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000100003&lng=pt&nrm=iso> .Acesso em: 09 abr. 2025.

MAIA, R. L.A.; SANTOS, A. de O.; SANTOS, M. J;. As relações étnico-raciais no cotidiano de psicólogos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) da cidade de São Paulo. **Atualidades na investigação em psicologia e psicanálise**. Tradução . São Paulo: Blucher, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5151/9788580393101-02>. Acesso em: 09 abr. 2025.

MARTÍN, B. I.. **Psicologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1996.

MEC, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Último dia de Inscrições do Prouni. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2022/ultimo-dia-de-inscicoes-do-prouni#:~:text=Desde%20a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20do%20Prouni%2C%203.076.403%20estudantes,e spec%C3%ADfica%20%20para%20%20estudantes%20sem%20diploma%20de%20n%C3%ADvel>>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MENIN, M. S. DE S.. Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 22, n. 1, p. 43–51, jan. 2006.

OLIVEIRA, D. A. de; SOUZA, T. C.; LEONARDELI, P. B. A DOCÊNCIA SOB A ÓTICA DOS PROFESSORES NEGROS DA REDE PÚBLICA FUNDAMENTAL DE LINHARES. **Revista Contemporânea, [S. l.]**, v. 4, n. 5, p. e4028, 2024. DOI: 10.56083/RCV4N5-057. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/4028>. Acesso em: 9 abr. 2025.

PORTAL DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. Como funciona o Prouni? Disponível em: <<https://prouniportal.mec.gov.br/tire-suas-duvidas-pesquisa/o-prouni/47-como-funciona-o-prouni>>. Acesso em: 5 abr. 2025.

RACIONAIS MC'S. **A vida É Desafio — Nada Como Um Dia Após O Outro Dia (Chora Agora)**. YouTube, 6 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wb3rvC6z5ao>. Acesso em 8 abr. 2025.

RIBEIRO, F. DE M.; GUZZO, R. S. L.. Consciência de Estudantes Prounistas sobre sua Inserção no Ensino Superior. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 418–431, abr. 2017.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

CATEGORIA PROFISSIONAIS DA PSICOLOGIA

PRÁTICAS DE CUIDADO



**LETÍCIA DUARTE DE SENA; NATHALIE DAGLI HERNANDEZ;
ISABELA LEITE CONCILIO; ELISA ZANERATTO ROSA
E LUCIANE MARCIANO DE SOUZA DIAS**
**"É ESSE DESPERTAR QUE A GENTE PRECISA": COLETIVIZANDO O
CUIDADO EM SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA**

*"É esse despertar que a gente precisa": coletivizando o cuidado em saúde da população
negra*

Resumo: Os Determinantes Sociais de Saúde evidenciam que a saúde da população brasileira é indissociável das condições estruturais que moldam o país. Os processos exploratórios e opressores herdados da colonização ainda se reproduzem, afetando distintamente a saúde e a vida dos sujeitos a depender de marcadores como raça, classe, gênero, sexualidade e idade. Em se tratando da população negra, o racismo enquanto violência colonial perpetua desigualdades ao distribuir poder e recursos de forma desigual. Na Brasilândia, distrito majoritariamente negro localizado na Zona Norte de São Paulo, o racismo se concretiza por meio da escassez de ofertas de trabalho e de equipamentos públicos que asseguram direitos universais, em comparação com outras regiões da cidade. Somado às dinâmicas da branquitude, esses fatores agravam os riscos à saúde das pessoas negras e aprofundam iniquidades nos processos de cuidado, fazendo-se urgente a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). O presente trabalho se baseia em uma experiência de estágio de estudantes do último ano graduação em Psicologia da PUC-SP vivenciada no ano de 2024, junto a um coletivo antirracista de uma Unidade Básica de Saúde da Brasilândia, denominado FayolaAyo. O objetivo central das ações desenvolvidas foi o fortalecimento da PNSIPN através da identificação das potencialidades deste território. Para isso, a universidade em conjunto ao coletivo, elaborou ações que envolveram os demais trabalhadores da Unidade, utilizando a memória como principal instrumento para pautar o cuidado em saúde e as relações étnico-raciais. As ações permitiram a sensibilização de profissionais, o fortalecimento da coletividade entre os trabalhadores engajados na pauta étnico-racial e a aproximação de trabalhadores do coletivo, possibilitando vislumbrar novos horizontes para a construção de equidade em saúde.

Introdução

Este artigo surge com a proposta de compartilhar uma experiência de estágio vivenciada por estudantes do último ano da graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) no ano de 2024. A experiência diz respeito à entrada e composição das estudantes a um coletivo antirracista de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) da Brasilândia, distrito localizado na zona norte do município de São Paulo. O estágio compõe o Núcleo de Políticas Públicas, núcleo optativo do quinto ano de graduação desta universidade que proporciona estágios anuais em diferentes campos de políticas públicas, como em equipamentos de cultura, saúde, assistência social e educação.

Ao longo dos anos de existência deste núcleo, criado no ano de 2012 e que permanece como opção da grade curricular do quinto ano da graduação de Psicologia da PUC-SP graças ao interesse de estudantes neste campo, foi sendo fortalecida uma relação institucional entre o Núcleo de Políticas Públicas da PUC-SP e diversos equipamentos públicos da Brasilândia. Assim, com a entrada da universidade em diferentes serviços e com a construção de vínculos com profissionais e moradores do território, passamos a enriquecer nossas leituras coletivas a respeito dos desdobramentos das políticas públicas na Brasilândia, bem como nos aprofundar com uma maior presença em temáticas e ações indicadas como urgentes a partir das diversas experiências em campo ao longo desses anos.

Nos estágios realizados no campo da saúde, concernente à experiência aqui relatada, uma série de movimentações macro e micropolíticas - que serão aprofundadas ao longo do artigo - com as quais nos relacionamos ao longo de toda a existência deste núcleo, foram indicando uma necessidade de direcionarmos as práticas dos estágios na Atenção Básica para o fortalecimento, qualificação e articulação das discussões em torno das relações étnico-raciais e da violência.

Apresentar uma breve contextualização da Brasilândia através de dados, neste sentido, auxilia a compreensão de como a “leitura” desta urgência se relaciona com a realidade viva e dinâmica deste território. Os dados, apesar de seus limites que devem ser reconhecidos, pois não esgotam tampouco se propõem a traduzir as relações construídas em um território em seus diversos âmbitos, apontam para desigualdades que devem ser encaradas como responsabilidade dos diferentes atores políticos-sociais, estejam eles relacionados diretamente à política institucional ou não. Ainda, no contexto que se apresenta, os dados, ao mesmo tempo em que justificam, revelam a importância da experiência de estágio compartilhada.

Os distritos de Freguesia do Ó e Brasilândia, localizados na zona norte de São Paulo, somam 31,5 km² e, no ano de 2023, abrigavam 375.103 moradores, sendo a maior parte na Brasilândia (São Paulo, 2024). A população negra é significativamente mais presente na Brasilândia (50,6%) do que na Freguesia do Ó (29,9%), e as mulheres representam a maioria dos moradores daquele primeiro distrito (Rede Nossa São Paulo, 2023).

Concomitantemente, a Brasilândia apresenta alto índice de vulnerabilidade social, sendo elencada enquanto o quinto distrito com mais famílias beneficiárias do Bolsa Família na cidade de São Paulo em 2022, de acordo com o ObservaSampa (São Paulo, 2024). No ano de 2023, foram identificadas 24.146 famílias em situação de extrema pobreza no território (São Paulo, 2024). Em relação às condições de moradia, a Agência Mural (2024), através do Panorama das Favelas de SP, destaca a Brasilândia como um dos distritos com maior porcentagem de domicílios em favelas dentro do total de residência, cerca de 25%.

Sobre as condições de trabalho, o Mapa da Desigualdade (Rede Nossa São Paulo, 2023) aponta que a taxa de oferta de emprego formal por dez habitantes participantes da população em idade ativa (PIA) na Brasilândia é de 0,48, enquanto distritos como a Barra Funda, para este mesmo indicador, têm uma taxa de 70,06. Ainda, como chamam atenção Gomes, Paulo e Cordeiro (2023), o território da Brasilândia apresenta um dos menores valores de remuneração média mensal do emprego formal e a média da renda familiar mensal é a de um salário-mínimo e meio.

Ao explorar os indicadores do Mapa da Desigualdade (2023) relacionados à cultura, fica evidente a escassez de casas e equipamentos públicos de cultura, cinema e espaços culturais independentes.

No que tange a saúde, a expectativa de vida da Brasilândia é de 65 anos, muito abaixo dos índices de regiões como Itaim Bibi e Jardim Paulista, distritos com baixa quantidade de pessoas pretas e pardas (8,5%), onde a idade média ao morrer é 82 anos (Rede Nossa São Paulo, 2023). Entretanto, importante apontamento sobre a saúde é feito por Gomes, Paulo e Cordeiro (2023), que destacam, segundo a Rede Nossa São Paulo (2020), a Brasilândia como um dos territórios com maior percentual de população coberta por equipes de Estratégia de Saúde da Família e por equipes de Atenção Básica (96,9%).

Esses breves apontamentos intencionam a constatação, a partir dos números e porcentagens, do processo de desigualdade social e suas expressões singulares no território da Brasilândia, um território majoritariamente negro. Os dados apresentados, portanto, destacam os efeitos de um projeto capitalista e neoliberal, fundamentado na necropolítica como

principal estratégia de perpetuação da violência para o controle social e a continuidade do capital.

Esse modelo gera a precarização em seus diversos níveis, ao criar condições que ameaçam a vida à medida que negam direitos essenciais à dignidade humana. Nesse contexto, concretiza-se a falta de acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, lazer, esporte, trabalho formal com salário justo e condições para o descanso, além de cultura, mobilidade e acesso à cidade. Esse processo pode ser compreendido como um dos efeitos das violências de raça e classe que atravessam o território, desafiando a vida dos sujeitos que nele vivem.

Reconhecer a Brasilândia como território forjado pelo contexto da desigualdade social (Concilio, 2024) não significa cristalizá-la na dimensão do sofrimento. É nessa materialidade que se desenha uma Brasilândia com uma trajetória histórica de luta, como pontuam Concilio (2024) e Galvão (2023), um espaço com uma vivacidade política e cultural que se expressa, coletivamente, nos movimentos sociais, na atuação engajada de profissionais de diversos setores e serviços e nas ações de moradores do território que, ainda que inscritas em uma dimensão individual, compõem um quadro mais amplo de resistência.

A experiência de estágio, assim, teve por objetivo a articulação e fortalecimento de ações de profissionais de saúde da Brasilândia rumo ao fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). As estagiárias e a preceptora de estágio compuseram o grupo FayolaAyo da UBS em que estiveram durante o período de um ano. Trata-se de um grupo de trabalhadores que visa criar estratégias para fortalecer a PNSIPN e combater o racismo institucional no âmbito da Atenção Básica. Para maior compreensão do contexto amplo no qual as ações desenvolvidas se efetivaram, nas próximas seções será apresentado um breve percurso histórico da PNSIPN e do Kilombrasa, fórum do território ao qual o grupo FayolaAyo está articulado.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Kilombrasa

Compreender a saúde da população negra envolve reconhecer o racismo enquanto dimensão estrutural de nossa sociedade e indissociável das heranças coloniais, expressas na construção de relações hierárquicas, de exploração e opressão entre grupos raciais. Assim, ao resgatar a escravização como período histórico de exploração e violência contra pessoas negras e indígenas que marca a história de colonização de nosso país, buscamos compreender suas expressões na colonialidade, categoria utilizada para apreender a reprodução da estrutura de poder colonial na modernidade independentemente de seu encerramento enquanto período histórico (Ballestrin, 2019).

Uma vez que raça, racismo e gênero são compreendidos, através da mobilização ativa de movimentos sociais, como “processos de subjetivação em diálogo com os traumas coloniais” (Lima, 2019 *apud* David *et al.*, 2024, p. 02), ações em busca da desnaturalização e superação das desigualdades raciais passam a ser empreendidas em diferentes setores do campo político.

É neste contexto que os debates em torno da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) surgem, a partir da efervescência de mobilizações que visam lançar luz para as iniquidades em saúde. Essas diferenças podem ser lidas como desigualdade de acesso/estado de saúde injustas e evitáveis, relacionadas às condições socioeconômicas de diferentes grupos populacionais.

Essa leitura crítica, portanto, compreende os processos saúde-doença para além de um determinismo biológico, considerando fundamental avaliar dimensões outras da vida dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), como as condições econômicas, habitacionais, territoriais, acesso à educação, esporte, lazer, cultura, e assim por diante. Assim, ao associarmos a afirmação de David (2018, p. 62) de que “diversos estudos evidenciam que os indicadores de saúde referentes à população negra têm relação com o modo como os negros são inseridos na sociedade”, ao dado da ONU Brasil (2017) de que quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra (preta e parda), compreendemos a urgência de fortalecer a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

É fundamental, ao discorrer sobre essa política, resgatá-la em sua historicidade, pois muito mais do que letras frias, este texto concretiza a luta ativa dos movimentos negros engajados no reconhecimento da caracterização racial como dimensão fundamental de uma política de saúde universal (David, 2018; Galvão, 2023). Segundo David (2018), um ganho inicial no que tange a saúde da população negra pode ser localizado já em 1990, momento em que os movimentos negros denunciavam que devido ao fato de os agravos à saúde poderem ser diferentes a depender da racialização, seria fundamental mapear epidemiologicamente as assimetrias raciais em saúde. Com isso, ao passo que as discussões em torno da coleta do quesito raça/cor se fortaleciam, foi criado, em 2004, o Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério de Saúde (Portaria nº 1.678/2004).

Assim, foi a partir da criação deste Comitê que primeiramente foi elaborado um texto sobre a Política de Atenção à Saúde da População Negra (David, 2018), um texto precedente do que viria a ser a PNSIPN aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde em 2006 e instituída em 2009 a partir da Portaria GM/MS nº 992, de 13 de maio de 2009. Como indica Galvão (2023), essa política tem como objetivo geral levar para os serviços públicos a pauta do

enfrentamento ao racismo, o que se evidencia mais detalhadamente no próprio texto da PNSIPN (Brasil, 2017, p. 07):

A partir da publicação dessa Política, o Ministério da Saúde reconhece e assume a necessidade da instituição de mecanismos de promoção da saúde integral da população negra e do enfrentamento ao racismo institucional no SUS, com vistas à superação das barreiras estruturais e cotidianas que incide negativamente nos indicadores de saúde dessa população – precocidade dos óbitos, altas taxas de mortalidade materna e infantil, maior prevalência de doenças crônicas e infecciosas e altos índices de violência.

Um ano após a implementação da PNSIPN é instituído, em 2010, o Estatuto da Igualdade Racial, “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica” (Brasil, 2010, art. 1º), estatuto que, conforme Galvão (2023), aparece como importante impulsionador da PNSIPN.

Assim, fica evidente que no recorte histórico em questão houve uma série de avanços e conquistas possíveis graças às mobilizações e articulações dos movimentos negros. Entretanto, ainda que a formulação de uma política seja um grande marco, sua aprovação não garante, diretamente, sua efetividade. Dito de outro modo, a elaboração de uma política dispõe uma base concreta para reivindicação e transformações institucionais, o que significa que após a sua aprovação, as mobilizações antes direcionadas para o reconhecimento de um direito, passam a focalizar sua implementação.

É como parte desse movimento que surge o Kilombrasa, o qual, alinhado à Política Nacional de Humanização (PNH), à PNSIPN e ao Estatuto da Igualdade Racial (Galvão, 2023), se organiza em torno da concepção de que o quesito raça/cor não apenas evidencia as iniquidades raciais, como deve ser considerado importante ferramenta analítica dos Determinantes Sociais de Saúde (DSS), como sustenta David (2018), e das práticas de cuidado como um todo.

Galvão (2023) remonta a história desse coletivo da Brasilândia a partir da escuta de diversas trabalhadoras e trabalhadores do território. Segundo o autor, o Kilombrasa surgiu como iniciativa do CAPS Infante Juvenil (CAPSij) na região da Brasilândia, que, por volta de 2014, começou a qualificar as discussões sobre relações raciais em âmbito institucional. A partir da escolha por aprofundar criticamente as elaborações sobre essa temática, Galvão (2023, p. 115) aponta que começaram a crescer “tensionamentos em relação às práticas do serviço, ao racismo institucional que incidia também na relação entre a equipe, à naturalização da violência racial, reconhecendo-se a urgência de intervenções frente a essa situação”.

Com o desconforto instalado na equipe, diversas foram as ações interventivas neste serviço, desde a discussão sobre relações étnico-raciais nas reuniões de equipe e a necessidade de considerar raça como analisador dos Projetos Terapêuticos Singulares (PTS), até encontros formativos com o Instituto AMMA Psique e Negritude para qualificar a equipe quanto às discussões sobre racialidade (Instituto AMMA Psique e Negritude, 2008).

Diversas são as mudanças institucionais identificadas por Galvão (2023) a partir desses movimentos, que podem ser resumidas no fato de que as relações étnico-raciais tornaram-se agenda deste serviço. A partir disso, foram empreendidas diversas ações, oficinas e atividades gerais em torno da pauta racial. Uma delas, que remonta ao marco inicial do Kilombrasa, é a Feira de Troca de Tempo (FTT), momento em que ocorre a articulação entre trabalhadores e gestores de diferentes setores do território para a partilha de práticas de cuidado.

Assim, em 2019, com a discussão racial já fortalecida no CAPSij, ocorreu uma aforreferenciação da FTT, edição que foi nomeada como a 1ª Feira Preta de Troca de Tempo (FPTT) da Brasilândia, evento que contou com 321 pessoas de diferentes setores e que teve como foco, “para além de escancarar as vulnerabilidades, destacar as potencialidades que compõem a história da população negra” (Galvão, 2023, p. 116).

A partir deste marco, as discussões étnico-raciais expandiram-se para todo o território da Freguesia do Ó/Brasilândia, envolvendo serviços da Rede de Atenção Psicossocial e a participação de usuários (David, 2018). Após diversas identificações, o coletivo passou a se nomeado, em 2020, como Kilombrasa com a letra K, sob a perspectiva do Kilombo enquanto afirmação política na luta antirracista, cultural e identitária e de resgate e potência da ancestralidade (Galvão, 2023).

A partir de então, o Kilombrasa passou a realizar reuniões mensais com o objetivo de combater o racismo institucional presente nos serviços de saúde. Dessa mesma forma, ampliou-se de modo a abranger a participação de serviços da educação, assistência social, cultura, contando com o apoio também das universidades. Nessas reuniões mensais, são compartilhadas experiências e reflexões dos serviços, visando enfrentar as desigualdades raciais, fortalecer as articulações da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e os movimentos sociais do território, além de qualificar as estratégias de cuidado.

O FayolaAyo

Conforme o Kilombrasa se fortalecia na cena de aquilombamento do município de São Paulo, o coletivo, que passou a se constituir como um fórum da Brasilândia, ganhou ainda mais visibilidade. Neste contexto, em dezembro de 2021, o Instituto AMMA Psique e

Negritude foi contemplado pela emenda parlamentar nº 2020.042.17325 proposta pela ex-deputada Érica Malunguinho, que trazia como objetivo central o fortalecimento da PNSIPN e a qualificação da atuação de profissionais frente ao cuidado da saúde mental da população negra da Brasilândia, como consta na publicação do Diário Oficial do Poder Executivo da época (Brasil, 2021, seção 1).

Assim, o Kilombrasa foi convidado para compor o projeto em parceria com o Instituto AMMA Psique e Negritude, processo vivenciado e relatado por Galvão (2023), que indica que o plano desenvolvido teve como eixo central a construção de espaços de supervisão em serviços selecionados. As supervisões, neste sentido, promoveriam reflexões nas equipes para analisar as lógicas e as práticas de cuidado desenvolvidas no território, no intuito de promover diálogos e ações de enfrentamento ao racismo institucional.

Foram priorizados serviços que já participavam das reuniões do Kilombrasa, em uma perspectiva de “ramificar” as discussões do coletivo para dentro das unidades, garantindo, assim, sua continuidade no cotidiano dos profissionais e usuários. Deste modo, os cinco polos selecionados foram: três Unidades Básicas de Saúde e três Centros de Atenção Psicossociais do território da Brasilândia, sendo que dois desses CAPS formavam um único polo de atuação (Galvão, 2023).

As supervisões em cada um dos serviços foram mediadas por formações a respeito do quesito raça/cor, momentos em que se fizeram presentes reflexões sobre a PNSIPN, sobre o território, sobre as relações interpessoais nos serviços e sentimentos mobilizados com as discussões empreendidas (Galvão, 2023). Assim, a partir dessas formações, em 2022 foi criado, em uma das UBS do território da Brasilândia, o grupo FayolaAyo, expressão do iorubá que significa “caminho da esperança”.

Desde então, visando promover o cuidado qualificado da população negra do território, foram realizadas diversas ações pelo FayolaAyo na Unidade, citando como exemplos rodas de conversa com pessoas do território engajadas na pauta racial, oficinas de turbante e abayomi, além de parcerias com outros equipamentos, como a escolas do território.

Dessa forma, este artigo relata a experiência de estagiárias junto ao grupo FayolaAyo para o fortalecimento da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) em uma UBS na Brasilândia, ao longo do ano de 2024. No contexto atual do SUS, compreendemos a importância de fortalecer essa política e os espaços de reflexão de grupos como o FayolaAyo, que se dedicam à construção coletiva de novas lógicas de cuidado voltados para a população negra.

Caminho metodológico

A integração da universidade à UBS em questão ocorreu de forma articulada às iniciativas do grupo FayolaAyo, considerando as demandas dos profissionais, as particularidades do território e visando a constituição de uma grupalidade que ultrapassasse os limites do próprio coletivo. A atuação das estagiárias foi desenvolvida a partir do grupo, com o propósito de contribuir com a criação e implementação de estratégias que ampliassem as discussões sobre a temática racial no âmbito da UBS.

O grupo FayolaAyo adota o quesito de raça/cor enquanto eixo fundamental para refletir sobre o cuidado à saúde da população do território. Nesse sentido, seu objetivo é promover ações antirracistas e expandir as discussões étnico-raciais tanto no âmbito interno quanto externo à Unidade. Para alcançar esse propósito, o grupo organiza reuniões semanais destinadas à elaboração de estratégias metodológicas que orientem suas práticas.

A proposta do grupo para o ano de 2024 consistiu na construção de um projeto denominado *Da Brasilândia para Brasilândia*, idealizado por uma Agente Comunitária de Saúde que compõe o grupo, uma mulher negra, moradora do território e trabalhadora da UBS há cerca de vinte anos.

Esse projeto emerge do reconhecimento de uma narrativa midiática que destaca a violência como elemento central da história da Brasilândia. A representação que ecoa dos meios de comunicação perpetuando a imagem de um território *perigoso* é um efeito direto do racismo e classismo impulsionados pelo aparelho estatal e seus governos, que perpetuam também concepções negativas de negritude e periferia.

Como forma de contestar e superar a marca negativa historicamente associada às periferias, o projeto busca identificar os movimentos que enfatizavam a potência do território e que promoviam resistência frente a uma estrutura racista que constantemente ameaça a vida, apontando caminhos para a construção de novas realidades possíveis na Brasilândia. Com isso, além de ampliar a noção de cuidado, considerando raça, gênero, território e sexualidade como marcadores essenciais para a promoção e acesso à saúde, cultura e lazer, o projeto também visava aproximar os trabalhadores da área da saúde das discussões sobre raça, contribuindo para o fortalecimento do debate sobre equidade na Atenção Básica.

Para viabilizar a construção da proposta ao longo do primeiro semestre de 2024, encontros semanais foram realizados com o objetivo inicial de resgatar a história do território da Brasilândia. Essas reuniões aconteciam todas as sextas-feiras no período da manhã, em

uma área externa à UBS conhecida como *puxadinho* e inicialmente envolviam somente quatro Agentes Comunitários de Saúde (ACSs) engajados com o debate racial.

O primeiro contato com o contexto histórico da Brasilândia ocorreu por meio das memórias e relatos da ACS idealizadora do projeto, complementados por pesquisas realizadas previamente. A partir dessa introdução, as estagiárias foram levadas pelas agentes comunitárias de saúde a conhecer a região, passando a acompanhá-las em visitas domiciliares. O contato com moradores que compartilharam memórias antigas sobre o território e seus relatos sobre as dificuldades vivenciadas em decorrência das transformações locais guiaram a necessidade de ampliar o conhecimento sobre a história e as potencialidades do território a partir das perspectivas de mais pessoas.

Os caminhos traçados para a elaboração da proposta foram estruturados e reestruturados em acordo com os sentidos atribuídos ao projeto pelo grupo. Em determinado momento, tornou-se evidente a necessidade de expandir a discussão racial para além das reuniões do FayolaAyo. Por isso, foram elaboradas estratégias para aproximar outros profissionais das discussões promovidas pelo grupo, consolidadas enquanto conversas informais com técnicos e agentes comunitários de saúde, que se deram ao final do primeiro semestre, além da organização de duas Educações Permanentes ocorridas entre outubro e novembro.

A primeira Educação Permanente ocorreu no dia 11 de outubro na sala dos ACS, e teve como foco retratar a história da Brasilândia e seus atravessamentos raciais. Por questões da agenda do serviço, os trabalhadores foram divididos em dois horários diferentes, sendo o primeiro grupo de ACS (às 8h) e o segundo de profissionais técnicos (às 10h). Já a segunda Educação Permanente ocorreu no dia 22 de novembro no *puxadinho*, e objetivou a promoção de debates acerca da autodeclaração e das relações étnico-raciais. Também foram organizados dois grupos para este momento, com a diferença de que os grupos foram compostos de profissionais técnicos e ACS.

Análise do desenvolvimento da experiência: resultados e discussão

Vivemos, atualmente, um momento de inflexão das políticas sociais em nosso país, que se expressa, sobretudo, na transformação da lógica estruturante de tais políticas e de seus modelos de financiamento. Concílio (2024), neste sentido, aborda este contexto histórico a partir da leitura de que passamos por um momento de redirecionamento das políticas sociais, em que estas, primeiramente implementadas pela lógica de Bem-Estar Social, rumam para a lógica do sujeito neoliberal. Com isso, podemos observar uma série de movimentos no

contexto das políticas públicas sociais (notas técnicas, portarias, modelos de gestão dos serviços etc.) que traduzem a imposição de uma lógica de cuidado capturante de noções como coletividade, cidadania e da própria concepção de sujeito de direitos.

No âmbito do SUS, mais especificamente da Atenção Básica (AB), uma série de imposições datadas no contexto pós-pandemia se irradiaram com força significativa para o cotidiano dos serviços, alterando violentamente a organização e o fluxo de trabalho e, com isso, impelindo um modelo de cuidado contraditório aos próprios princípios e diretrizes do SUS, como a universalidade, equidade e integralidade.

As Portarias de Metas (Portaria SMS nº 333/2022; Portaria SMS nº 538/2022), neste sentido, instituem uma lógica onde a qualidade dos serviços prestados passa a ser medida por metas pré-definidas constituídas por números de procedimentos, desconsiderando as singularidades do território e da população assistida pelos diferentes equipamentos. São previstas diferentes metas para uma UBS Tradicional e uma UBS ESF (Estratégia Saúde da Família), e o não cumprimento das metas culmina em um menor repasse financeiro para os serviços.

Como analisa Concilio (2024), além de as metas transformarem os usuários em números a serem contabilizados e friamente calculados, também dificultam todas as iniciativas de coletivização e reflexões aprofundadas sobre os processos de trabalho, uma vez que os trabalhadores têm, semana a semana, um número pré-definido de procedimentos para realizar, restando-lhes pouco ou quase nenhum tempo para refletir sobre questões outras que atravessam a produção de cuidado dos usuários e território que assistem:

As metas são fixadas por quantidade de procedimentos e não a partir de indicadores de saúde do território. Essas metas não estão articuladas com as demandas de saúde, não traduzem o estado de saúde médio da população, não permitem traçar o perfil epidemiológico e nem o monitoramento das doenças na sociedade para a elaboração de políticas públicas. Por sinal, instituem o modelo que, inclusive, inviabiliza a realização de um trabalho de promoção e prevenção de saúde mais coletiva, uma vez que fortalecem a demanda por especialidade e números de atendimentos. As metas, sobretudo têm um viés de produção mercadológica, que traz um desgaste e um esvaziamento de sentido ao trabalho, que se torna alheio de si mesmo (Concilio, 2024, p. 116).

Para além das metas, também observamos, neste cenário, o Acesso Avançado enquanto uma política que descaracteriza qualquer coletivização do trabalho. Trata-se de um novo formato de organização da agenda e do fluxo de atendimentos das unidades da AB, onde a equipe tem até 48 horas para resolver as demandas apresentadas pelos usuários. Apesar de uma tecnologia à primeira vista inovadora, Concilio (2024) ressalta que não há uma portaria que regulamenta essa política, evidenciando um processo de imposição de uma lógica de

gestão de trabalho importada de outros países. Assim, devido à verticalização no processo de implementação dessa tecnologia, e por padronizar os fluxos de atendimento sem considerar as singularidades dos territórios e das populações atendidas, Concilio (2024, p. 122) define o Acesso Avançado como uma política do abandono que “induz à execução de um processo de trabalho produtor de alienação, porque embota os sentidos das práticas de cuidado em saúde”.

Ainda, refletimos sobre a Portaria da ONA (Portaria SMS nº 199/2023) nesse processo de ambulatorização do cuidado. A Organização Nacional de Acreditação (ONA) é uma entidade não governamental que estabelece fluxos e atribuições para acreditação dos serviços voltados para o setor da saúde no município de São Paulo. Assim, os serviços devem atender aos requisitos estabelecidos por essa organização para obterem o selo de qualificação ONA. O que vale ser destacado é que este é um modelo pensado para a avaliação de instituições hospitalares e, sendo assim, quando importado para avaliar a qualidade dos serviços da Atenção Básica, exige o cumprimento de requisitos e protocolos que não dialogam com a lógica que engendra a AB. O sistema de acreditação ONA, portanto, por objetivar a padronização de todos os serviços, esteriliza elementos que caracterizam a potencialidade deste nível de atenção à saúde: a coletividade, os vínculos entre trabalhadores e usuários, a criatividade, a diversidade, as singularidades dos serviços e territórios, e assim por diante.

A partir das três novas estratégias no âmbito do AB (as metas, o Acesso Avançado e a ONA), fica evidente um projeto de desmonte da Saúde que se opera por via da ambulatorização do cuidado e da precarização do trabalho. Em um contexto onde o que importa são as metas e o seguimento à risca dos protocolos estabelecidos, a produção coletiva do trabalho e os espaços de reflexão vão perdendo o sentido, ainda que existam profissionais engajados em uma produção de cuidado de fato atrelada aos princípios do SUS. Trata-se, portanto, de uma importante contradição, pois ao mesmo tempo em que a precarização da Saúde está posta, presenciamos diversos movimentos de resistência a esta imposição, como chama atenção Concilio (2024, p. 126) ao formular importantes indagações:

Esses mecanismos minam a construção coletiva de um processo de trabalho. Na contramão desse contexto, os processos formativos entram com uma perspectiva política de tecer parcerias e espaços de reflexão, reduzindo os danos da política do abandono e instigando a possibilidade de ter trocas, refletir e indagar: como produzir fissuras em um cotidiano gerencialista, fomentando um trabalho que faça sentido?

Ao longo de todo o nosso ano de estágio estivemos presenciando o movimento dessa contradição. Chegando à UBS no começo do ano de 2024, nos deparamos com um grupo de profissionais engajados no fortalecimento da PNSIPN, mas que encontrava diversas dificuldades para coletivizar os debates e constituir uma grupalidade pelas razões já

mencionadas (cumprimento das metas, pouco tempo para discussões e planejamento de ações etc.). As conversas, nesse momento, aconteciam nos corredores ou durante outras atividades que estivessem acontecendo, ou seja, não havia um momento da semana reservado para as reuniões do grupo FayolaAyo.

Com o início do estágio e tendo como horizonte o projeto *Da Brasilândia para a Brasilândia*, foi se instituindo a manhã da sexta-feira (período do estágio) como horário das reuniões e atividades do FayolaAyo. Assim, fomos elaborando coletivamente uma leitura que compreende o projeto *Da Brasilândia para a Brasilândia* como via de fortalecimento e ampliação do FayolaAyo, já que o próprio processo de construção do projeto foi uma forma de instituir um espaço de reflexão sobre a temática das relações étnico-raciais e os sentimentos que essa discussão desperta, sobre o serviço, o território, casos acompanhados e assim por diante. Com isso, passamos a elaborar estratégias para que o grupo se fortalecesse nesta Unidade, de modo que fosse reconhecido como lugar de discussão para a construção de práticas antirracistas no cuidado em saúde.

Uma das estratégias adotadas foi promover encontros informais em uma estrutura de bate-papo com os profissionais da Unidade que ainda não participavam das reuniões semanais do grupo. Esses encontros permitiram apresentar o projeto, colher contribuições e aproximar esses profissionais do espaço de reflexão. Nesse processo, a temática racial não era tratada diretamente, porque reconhecia-se uma forte resistência em relação a ela, mas entendia-se que o diálogo sobre memórias do território permitiria uma aproximação gradativa ao tema. Nesse processo, alguns trabalhadores passaram a integrar as reuniões. As discussões também orientaram o direcionamento do projeto, permitindo analisar as políticas públicas para o território, além de identificar potencialidades e desafios.

Paralelamente, à medida em que o grupo se apropriava do processo realizado, tecendo possibilidades de intervenção e incorporando o olhar às relações étnico-raciais enquanto temática fundamental para a saúde, gradualmente se percebeu que o fato de as reuniões do FayolaAyo ocorrerem em um lugar que está à “margem” da estrutura da UBS - o *puxadinho* -, indicava um esforço para deixar essa discussão “de fora” da Unidade. A partir dessa leitura, os encontros passaram a acontecer na sala dos ACS, uma sala localizada dentro da UBS, de modo a reivindicar o lugar de análise e cuidado das relações étnico-raciais para a saúde.

Esse primeiro momento de ampliação do projeto se deu, portanto, principalmente com os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que, por residirem no território, se engajaram ativamente no compartilhamento de memórias, percepções e desejos relacionados à Brasilândia. O movimento realizado nos levou a refletir sobre como poderíamos construir um

espaço de compartilhamento com os demais profissionais da unidade, principalmente com aqueles que possuem somente uma relação de trabalho com o território.

Durante o processo, nos deparamos com as dificuldades de organizar um momento coletivo de conversa com os demais profissionais técnicos. Os membros do FayolaAyo buscavam individualmente os profissionais em um possível momento de pausa de trabalho e, para transformar esse movimento surgiu, em uma das reuniões do grupo, a estratégia de se construir duas Educações Permanentes (EP) até o final do ano. Neste momento, o objetivo da primeira EP seria apresentar aos trabalhadores (ACS e profissionais técnicos) as memórias da Brasilândia que haviam sido compartilhadas e registradas até aquele momento, convidando, neste próprio espaço da EP, todas as pessoas a compartilharem suas lembranças e relações com o território, sob a perspectiva de construção de uma memória coletiva da Brasilândia.

No sentido do que compreende Bosi (1993), trabalhar com memórias é trabalhar o tempo vivido, perpassado pela cultura. Em um contexto em que o tempo dos profissionais da saúde é atravessado pelas constantes cobranças diante de metas a serem atingidas, o processo de resgate de memórias localiza e evidencia as potencialidades dos sujeitos em meio às dinâmicas de trabalho, colocando em perspectiva seus afetos, sua relação com o território e “os tempos marginais e perdidos na vertigem mercantil” (Bosi, 1993, p. 5).

A iniciativa, assim, abordou os processos territoriais marcados pelos determinantes raciais, as transformações do território influenciadas pela desigualdade social e a importância de um cuidado singularizado, alinhado à Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Para melhor conduzir as discussões - e por questões de espaço e da agenda do serviço -, os trabalhadores foram divididos em dois grupos: um formado por Agentes Comunitários de Saúde e outro composto por profissionais técnicos.

No primeiro grupo, predominantemente formado por profissionais negros moradores da Brasilândia, os participantes se envolveram ativamente, compartilhando memórias sobre a infância no território, locais que frequentavam, pessoas que conheciam e o processo de desenvolvimento da região. No segundo grupo, composto principalmente por profissionais técnicos brancos, moradores de outras áreas de São Paulo, o engajamento foi tímido, com discussões mais profundas sobre a construção da saúde no território e as mudanças ocorridas a partir da chegada do SUS.

Segundo Bosi (1993), o compartilhamento de memórias produz o rebaixamento da individualidade e incita uma percepção coletiva, que abrange também aquilo que é singular do sujeito. No movimento de rememorar coletivamente, as vivências são reagrupadas e ressignificadas, modificando-se constantemente diante da realidade que se impõe.

Compartilhar memórias, portanto, significa lançar uma perspectiva positiva sobre a Brasilândia ao destacar aspectos singulares que foram se consolidando no território, como atividades culturais, de lazer e experiências da infância. Em se tratando de um território majoritariamente negro, significa também perceber os efeitos do racismo e classismo naquele espaço.

Nesse sentido, o encontro revelou as transformações vividas no território, com falas que exaltavam a infância na região, como *"A minha infância aqui eu não troco pela de ninguém"*, contrastando com relatos sobre a precarização atual, marcada pela redução de espaços de convivência e de lazer para os jovens. Esse movimento expõe as contradições vividas no território, levantando questionamentos e produzindo, assim, reflexões mais aprofundadas sobre uma estrutura social produtora de tal precarização.

Assim, esse encontro proporcionou interesse pelas reuniões do grupo FayolaAyo à medida em que foi apresentada a oportunidade de pensar a Brasilândia, as relações estabelecidas, os avanços e retrocessos que atingiram o território e possibilidades de construção de uma nova realidade. Nesse sentido, houve um aumento da composição do coletivo a partir da presença de novos membros que passaram a se implicar com a elaboração da Educação Permanente que ocorreria na semana do dia da Consciência Negra.

A chegada de novos membros ao grupo significou também a abertura para conversas antes não efetuadas, como discussões sobre a coleta da autodeclaração, raça, e relações étnico-raciais. Esse movimento criou espaço para elucidar dúvidas e confrontar diferentes perspectivas sobre os temas, evidenciando a importância de promover discussões teórico-práticas dentro do grupo para o desenvolvimento de estratégias de cuidado em saúde, sem perder de vista os sentimentos que essas discussões mobilizam em cada participante. Temas como a branquitude, os processos e dificuldades envolvidos na coleta do quesito raça/cor e a relação entre a ancestralidade, raça e cor, foram abordados nos encontros finais, trazendo à tona questões que até então não haviam sido discutidas. Além disso, esse movimento gerou reflexões sobre a origem do FayolaAyo e seu propósito.

A partir dessas discussões, passamos a refletir com maior profundidade sobre uma questão que por vezes apareceu no grupo ao longo do ano, relacionada à dificuldade que os profissionais encontram no processo de suas autodeclarações. Uma fala expressa durante uma de nossas reuniões de avaliação da primeira Educação Permanente resume bem essa percepção: *"Se não sabemos de que lugar falamos, fazemos um cuidado que muito facilmente recai na violência"*. Isso se articula diretamente a uma necessidade posta no FayolaAyo desde

o começo do estágio, isto é, a de que o grupo não focalizasse somente a negritude, mas que se comprometesse também com discussões na Unidade acerca da branquitude.

Embora essa demanda tenha nos acompanhado ao longo de todo o ano - seja através de relatos trazidos para as reuniões do Fayola, seja por questões observadas na própria dinâmica do grupo (um grupo interracial, mas que em sua grande parte foi composto por uma maioria branca) - somente através da primeira Educação Permanente conseguimos construir novas leituras e aproximações da temática da branquitude na Unidade. Como esta primeira EP focalizou as memórias e registros da Brasilândia através de imagens e resgate de figuras importantes para a história do bairro, principalmente no grupo de ACS ouvimos falas como: *“Ué, só tem gente branca na história da Brasilândia?”*; *“Cadê os comerciantes negros da Parapuã?”*.

Essas percepções foram importantes porque apontaram para novas reflexões e leituras das relações interpessoais dentro da própria Unidade. Passamos a tecer discussões no FayolaAyo, a partir de então, reconhecendo que havia uma urgência de contextualizar a própria UBS na história da Brasilândia, uma Unidade localizada na região central, próxima à Parapuã, avenida que concretiza os efeitos da operacionalização do racismo no território, pois como uma ACS chamou atenção em um dos grupos da primeira Educação Permanente, *“ao mesmo tempo em que os brancos foram chegando e assumindo o comércio, os negros foram sendo empurrados para as regiões mais marginalizadas do território”*.

Nas reuniões do FayolaAyo reservadas para o planejamento da segunda EP, então, começaram a aparecer discussões mais coletivizadas sobre algumas questões antes discutidas isoladamente entre alguns membros ou entre nós estagiárias nos espaços de supervisão, desde o entendimento de que *“existem muitas Brasilândias dentro da Brasilândia”* (fala que ouvimos com frequência), até falas de ACS que disseram morar próximos à Unidade e que em suas ruas havia uma maioria de moradores brancos. Houve, neste sentido, um importante questionamento feito por um dos membros a nós estagiárias, que em dado momento de uma dessas discussões, perguntou-nos: *“mas afinal, onde é que vocês moram? E depois que este estágio acabar, o que vocês vão fazer com tudo isso? Porque tem uma galera que vem aqui, observa, e isso não muda nada em suas atuações”*.

Compreendemos a importância desse questionamento, uma vez que a partir deste momento começamos a discutir classe e branquitude de modo mais qualificado no grupo. Com isso, avançamos para o reconhecimento de que, historicamente, pessoas brancas construíram o conceito de *raça* para racializar o outro a partir do contraste: enquanto a branquitude é universal e natural, sujeitos não-brancos são compreendidos como diferentes.

Essa dinâmica, atravessada por processos de classe, coloca uma hierarquia entre raças que culmina em relações de opressão, dominação e exploração (Brambilla e Kahhale, 2022), de modo que sujeitos brancos possuem privilégios de todas as ordens, sendo um deles o não reconhecimento de sua própria branquitude, uma vez que branco não é visto como raça/cor nessa estrutura de opressão.

É exatamente pelo fato de o “não precisar falar sobre raça” constituir um privilégio branco, que percebemos uma forte resistência das pessoas se engajarem ativamente nas discussões acerca das relações étnico-raciais, como discute Bento (2016, s/p):

Evitar focalizar o branco é evitar discutir as diferentes dimensões do privilégio. Mesmo em situação de pobreza, o branco tem o privilégio simbólico da brancura, o que não é pouca coisa. Assim, tentar diluir o debate sobre raça analisando apenas a classe social é uma saída de emergência permanentemente utilizada, embora todos os mapas que comparem a situação de trabalhadores negros e brancos, nos últimos vinte anos, explicitem que entre os explorados, entre os pobres, os negros encontram um déficit muito maior em todas as dimensões da vida, na saúde, na educação, no trabalho.

Assim, se a princípio tínhamos como planejamento geral para a segunda Educação Permanente a continuidade do trabalho com as memórias do território, com a chegada de novos membros para o FayolaAyo e a emergência de novas discussões, compreendemos que seria fundamental trabalhar de modo mais focalizado com a temática da autodeclaração dos profissionais da Unidade. Analisamos, neste sentido, a mudança de planejamento e dos métodos que haviam sido utilizados na primeira EP como importantes indicadores de um movimento coletivo de reflexão, sendo este um dos principais objetivos do próprio processo de construção da Educação Permanente. Em um contexto de Atenção Básica que prioriza os protocolos, a padronização e a previsibilidade, a flexibilidade neste processo de construção de uma Educação Permanente foi compreendida como importante fator de fortalecimento da grupalidade.

Na segunda Educação Permanente, para viabilizar discussões sobre autodeclaração, trabalhamos com uma atividade experienciada anteriormente no Kilombrasa por alguns participantes do grupo, cujo objetivo central era que as pessoas presentes misturassem diferentes tintas até chegarem na cor que mais se aproximasse à cor de sua pele. Vale mencionar que antes desta Educação Permanente realizamos essa atividade entre os membros do FayolaAyo, seguindo a própria ideia que nos mobilizou para essa ação, isto é, que soubéssemos nos autodeclarar e saber “de onde falamos” para, assim, qualificarmos o quesito raça/cor enquanto analisador de todas as práticas profissionais.

Com o grupo mais fortalecido, pudemos observar, nesta segunda EP, um maior engajamento e coletivização das tarefas entre os membros do grupo. Diferentemente da primeira EP, em que houve uma maior dificuldade na organização das tarefas e até mesmo a insegurança por parte de muitos participantes em apresentar o material elaborado e coordenar a discussão, na segunda EP essa organização se deu de modo espontâneo. Alguns membros ficaram mais responsáveis pelos materiais necessários para a atividade (tintas, copinhos, palitos de madeira, cartolina etc.), outros se empenharam na logística do encontro (onde e como aconteceria, o tempo destinado a cada passo da atividade, encerramento) e na coordenação das discussões elaboradas. Novamente, compreendemos esse dado como mais um indicador que evidencia como o projeto *Da Brasilândia para a Brasilândia* funcionou como via para a constituição e fortalecimento do FayolaAyo.

Tendo ocorrido na mesma semana do 20 de novembro, dia da Consciência Negra, essa Educação Permanente foi marcante por diversos motivos. Conseguimos iniciar uma discussão sobre branquitude em grupos mistos de ACS e trabalhadores técnicos, o que vinha sendo anunciado como impossível de acontecer nesta UBS. Além disso, novas pessoas participaram das discussões, trazendo relatos pessoais para compor essa construção coletiva. Nesta linha, presenciamos pessoas que já haviam participado do FayolaAyo no começo do ano retornando para o grupo, evidenciando novas possibilidades de trabalhar com a perspectiva do cuidado dentro do próprio coletivo.

Considerações finais

Os caminhos trilhados ao longo do ano buscaram inserir as discussões raciais na Unidade, aproximando os trabalhadores do debate racial por meio da relação com o território, da afetividade e dos processos de trabalho. Em meio a esse processo, o grupo FayolaAyo emerge como a possibilidade de repensar os trajetos traçados por esses profissionais no sentido do cuidado proporcionado ao território, viabilizando a discussão sobre estratégias de cuidado voltadas para a população negra e contribuindo para a construção de caminhos em direção à equidade.

Com isso, concluímos que o trabalho construído em direção à consolidação do projeto *Da Brasilândia para a Brasilândia*, se concretizou como importante estratégia de enfrentamento ao racismo institucional. A educação permanente, o resgate de memórias e a ampliação das discussões sobre relações étnico-raciais no próprio grupo constituíram uma oportunidade de aprofundar as temáticas abordadas, criando possibilidades para expandi-las em outras direções. Além disso, esses processos geraram movimentos significativos na

Unidade, aproximando os profissionais do grupo e fortalecendo a conexão entre a universidade e o serviço, promovendo a integração dessas instâncias em um trabalho conjunto orientado pelo princípio da equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA MURAL. *Várias Quebradas: Especial Panorama das Favelas de SP*. Disponível em: <https://agenciamural.org.br/especiais/favelas-de-sao-paulo/>. Acesso em: 29 nov. 2024.

BALLESTRIN, Luciana. Colonialidade e democracia. *Revista de Estudos Políticos*, v. 5, n. 1, 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (Orgs.). *Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 25-58.

BOSI, Ecléa. *A pesquisa em memória social*. Psicol. USP, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BRAMBILLA, Beatriz Borges; KAHHALE, Edna Maria Peters. O nó exploração-dominação-opressão e a fusão classe-raça/etnia-gênero segundo a Psicologia Sócio-Histórica. In: BOCK, Ana M. B.; ROSA, Elisa Z.; GOLÇALVES, Maria G. M.; AGUIAR, Wanda M. J. (orgs.). *Psicologia Sócio-Histórica: contribuições à leitura de questões sociais*. São Paulo: EDUC, p. 81-106, 2022.

BRASIL. *Estatuto da Igualdade Racial*. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra - Uma política do SUS*. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017a.

BRASIL. *Diário Oficial da União: Poder Executivo – Seção 1*, n. 45, p. 12-15, 9 mar. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 22 nov. 2024.

CONCILIO, Isabela Leite. *A produção do cuidado no contexto de inflexão das políticas públicas: análise das práticas dos serviços da Atenção Básica*. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Psicologia Social, São Paulo, 2024.

DAVID, Emiliano de Camargo. Desnortear, aquilombar e o antimanicolonial: três ideias-força para radicalizar a Reforma Psiquiátrica Brasileira. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, v. 29, n.3, 2024.

DAVID, Emiliano de Camargo. *Saúde mental e racismo: a atuação de um Centro de Atenção Psicossocial II Infantojuvenil*. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social, São Paulo, 2018.

GALRÃO, Henrique Almeida Silva. *O KilomBrasa: processos de um coletivo antirracista nos serviços de saúde da FÓ/Brasilândia*. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia

Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

GOMES, José Agnaldo; PAULO, Rodrigo Lucas; CORDEIRO, Carlos. *Brasilândia em contexto: delineamentos sociopolíticos em tempos de pandemia*. In: ROSA, Elisa Z.; PAPARELLI, Renata; SERENO, Deborah (Orgs.). *Do Brasil à Brasilândia: desmontes e resistências no contexto da pandemia Covid-19*. São Paulo: Educ, 2023. p. 69-88.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Quase 80% da população brasileira que depende do SUS se autodeclara negra*. 2017. Disponível em: [https://brasil.un.org/pt-br/78576-quase-80-da-popula%C3%A7%C3%A3o-brasileira-que-depnde-do-sus-se-autodeclara-negra#:~:text=Quase%2080%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20que%20depende%20do%20Sistema%20%C3%9Anico,negra%20\(pr eta%20e%20parda\)](https://brasil.un.org/pt-br/78576-quase-80-da-popula%C3%A7%C3%A3o-brasileira-que-depnde-do-sus-se-autodeclara-negra#:~:text=Quase%2080%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20brasileira%20que%20depende%20do%20Sistema%20%C3%9Anico,negra%20(pr eta%20e%20parda)). Acesso em: 29 nov. 2024.

INSTITUTO AMMA PSIQUE E NEGRITUDE. *Os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

REDE NOSSA SÃO PAULO. *Mapa da Desigualdade 2023*. Indicador Trabalho e Renda. 2023.

SÃO PAULO (SP). Subprefeitura Freguesia Ó/Brasilândia. *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras: Quadro Analítico*. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 2016.

SÃO PAULO (SP). Subprefeitura Freguesia Brasilândia. *Conheça um pouco da História dos bairros da Freguesia do Ó e Vila Brasilândia*. São Paulo, Prefeitura de São Paulo, 30 mai 2019. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/freguesia_brasilandia/historico/index.php?p=142. Acesso em: 28 nov. 2024.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal da Saúde. *Portaria SMS n° 333*, de 31 de maio de 2022. Atualiza os indicadores de qualidade e produção e institui indicadores de monitoramento para os contratos de gestão celebrados pela Secretaria Municipal da Saúde com organizações sociais, bem como dispõe sobre o acompanhamento assistencial desses contratos. Diário Oficial da Cidade de São Paulo, São Paulo, 31 maio 2022.

SÃO PAULO (SP). *Observa Sampa*. Observatório de Indicadores da Cidade de São Paulo. Prefeitura de São Paulo, 2024.

Gingas na Formação em Psicologia: Estratégias para Empretecer a Graduação e Enfrentamento dos Movimentos Negros

RESUMO: O artigo aborda os desafios e estratégias para promover uma formação antirracista na graduação em Psicologia a partir da vivência do autor, homem negro, psicólogo e professor. Utilizando a escrevivência como método, o texto denuncia o racismo presente no currículo e na docência, que privilegia saberes eurocêntricos e silencia epistemologias negras. Relata também o enfrentamento em sala de aula e estratégias práticas como a inclusão de autoras negras na bibliografia obrigatória, rodas de conversas com as estudantes, visita técnica em instituições que atuam no campo das relações raciais e de gênero. O Movimento Negro é destacado como agente político fundamental para a valorização e resistência do corpo negro na formação acadêmica, visando descolonizar e empoderar estudantes em um contexto marcado pela desigualdade racial.

Palavras chaves: Movimento Negro; Psicologia; Currículo de Psicologia; Relações Raciais; Epistemologias negras

INTRODUÇÃO

Este texto é fundamentado na minha vivência pessoal como homem negro, psicólogo, ativista em movimentos negros e professor universitário em um curso de graduação em Psicologia, em uma instituição de ensino particular no município de São Paulo – SP. Nele, tenho o objetivo de descrever os desafios e dilemas enfrentados na promoção da luta antirracista durante a formação de estudantes de Psicologia na universidade em que atuo. Também abordo as estratégias que desenvolvi, em parceria com coletivos de pessoas negras da área da Psicologia na cidade de São Paulo – SP, com o intuito de promover uma formação política antirracista junto às (aos) estudantes.

Com o objetivo de sustentar uma escrita contracolonial, ancorada na memória, nas vivências e nas práticas de pesquisadoras negras, este artigo adota a escrevivência como orientação metodológica. A escrevivência propõe uma escrita subjetiva que desafia e busca transcender as estruturas coloniais que cerceiam a subjetividade. Essa perspectiva estabelece uma ligação entre o ato de escrever e as experiências das (os) pesquisadoras (es), moldadas pelo sofrimento, pela luta coletiva, pela ancestralidade e pelas diversas formas de resistência, promovendo, assim, uma metodologia que valoriza a autenticidade e a diversidade no campo da Psicologia (Lima, 2021; Bispo, 2023; Pires; Xavier, 2024).

Isto posto, a psicologia brasileira espelha uma das facetas da desigualdade social. Conforme o Censo da Psicologia de 2022, realizado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), 64% das(os) psicólogas(os) são pessoas brancas (CFP, 2022). Esse índice de maioria branca na

psicologia indica uma relação inversa com os dados da população brasileira, composta por 56% — conforme os dados do Censo 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — (pardos - 45,3% e pretos - 10,6%) de pessoas negras (IBGE, 2022).

Em relação à docência no ensino superior, os índices do Censo da Educação Superior de 2023 revelam que somente 21% das(os) professoras(es) nas Instituições de Ensino Superior (IES) se declaram pretas(os) (2,9%) ou pardas(os) (18,1%), enquanto 59,2% são brancas(os) (Brasil, 2024).

A hierarquia racial garante a permanência do domínio material e simbólico por parte da população branca. Essa estrutura racial no Brasil evidencia uma forma de expropriação que abrange aspectos econômicos, educacionais, psicológicos, culturais, sociais e políticos. Dessa forma, o racismo se infiltra em todas as esferas da vida das pessoas negras. Trata-se de um sistema de violências que se expressa por meio de uma hegemonia branca, tanto no controle do capital quanto na manutenção do sentimento de superioridade racial.

O racismo está presente na estrutura do país e nas instituições. Conforme sintetiza a ativista negra e médica Jurema Werneck, “[...] o racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial.” (2013, p. 17). Logo, o racismo institucional opera em um nível que invisibiliza corpos e agendas políticas voltadas à promoção de pautas relacionadas à saúde integral da população negra, aos impactos psicossociais do racismo, à branquitude, ao sexismo, à transfobia, entre outras. Como questiona uma campanha do Conselho Federal de Psicologia, em 2020: “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”.

Epistemicídio na Formação em Psicologia: Outros Corpos

Na formação acadêmica dos cursos de Psicologia, a ideia de uma ciência neutra e de fenômenos universais contribui para o apagamento dos saberes produzidos por psicólogas indígenas e negras, silenciando perspectivas que dialogam com a realidade brasileira. Essa abordagem de neutralidade e universalidade reforça uma prática psicológica centrada em uma lógica individualizante, que atribui o sofrimento e o adoecimento exclusivamente à responsabilidade do sujeito, interpretando-os como resultado de falhas ou insuficiências pessoais. Em outras palavras, a ausência ou falha estaria nos Outros — pessoas negras,

indígenas, trans — e não na limitação das profissionais de saúde mental em considerar os contextos político, histórico e social dessas populações, tampouco os impactos da violência racial e de gênero.

Conforme o sociólogo negro Alberto Guerreiro Ramos (1915–1982), as pesquisas sobre pessoas negras tradicionalmente se organizam a partir da noção do "negro-objeto", ou seja, do "problema do negro", formulado pelo próprio pesquisador brasileiro — em geral, um homem branco, cisgênero e heteronormativo. Segundo o autor: “[...] uma minoria de ‘brancos’ letrados que criou esse ‘problema’, adotando critérios de trabalho intelectual não induzidos de suas circunstâncias naturais diretas” (Ramos, 1995, p. 236). Essa categoria do negro como objeto de pesquisa precisa ser transformada, sobretudo com a presença representativa de pesquisadoras (es) negras (os) nas universidades, conscientes de seu papel político e atuando coletivamente para tensionar os espaços de formação na Psicologia.

Assim sendo, a matriz curricular dos cursos de graduação em Psicologia tende a privilegiar conhecimentos produzidos no continente europeu e nos Estados Unidos da América (Santos *et al.*, 2020). O currículo dos cursos de Psicologia é o insumo de um projeto político que evidencia o silenciamento de outros corpos e epistemologias.

A máscara do silenciamento – instrumento de tortura utilizado durante o período escravagista – representa, ainda hoje, uma poderosa metáfora das políticas de dominação e estratégias sádicas de repressão voltadas ao silenciamento de vozes (Kilomba, 2019, p. 33). Para nós, docentes e estudantes negras(os), permanecem questões urgentes: *Quem tem o direito de falar? O que nos é permitido dizer? O que nos é possível expressar?*

No artigo de 2020 – *Publicações nas revistas de psicologia e relações raciais* – (Santos *et al.*, 2020), as autoras realizaram um levantamento de artigos publicados em periódicos científicos brasileiros, no período de 2012 a 2015, que relacionassem psicologia e relações raciais. Os resultados das autoras revelaram um número reduzido de publicações sobre o tema das relações étnico-raciais na psicologia. A partir disso, as autoras concluem que a psicologia, de modo geral, não reconhece a população que constitui seu principal público no Brasil. Segundo elas, a área ignora a cor dos corpos que se dirigem à prática psicológica, que buscam escuta e cuidado, e demonstra desconhecimento sobre o contexto demográfico, histórico, cultural e social das pessoas com quem atua ou para quem se destina (Santos *et al.*, 2020, p. 8). À vista disso, o espaço da sala de aula e a formação em Psicologia são locais de disputa de narrativas e agendas políticas

Para nós, docentes negras(os), é comum sermos catalogadas(os) como emocionais e identitárias(os) por transversalizarmos raça, gênero, classe e orientação sexual em uma disciplina — o que representa uma forma de invalidar nossos corpos em sala de aula. Outro elemento são os famosos testes de conhecimento — utilizados para averiguar se a(o) professora(or) domina a matéria —, comuns no espaço da educação, que são aplicados a nós, pessoas negras(os) na docência.

De acordo com Franz Fanon (2008, p. 26), a zona de não-ser é o espaço simbólico e existencial marcado pela objetificação, desumanização e coisificação dos corpos das pessoas negras. Logo, o que contribui para a manutenção de uma relação de subalternidade, refletida nos desafios enfrentados por professoras(es) negras(os) para impor o acúmulo de saber técnico e prático em sala de aula.

Em conformidade com Grada Kilomba (2019), o racismo força a pessoa negra a existir como a “Outra/o” e, no caso da mulher negra – outra de outras/os. Já a filósofa negra Sueli Carneiro (2023, p. 88) reforça, que o epistemicídio deslegitima a pessoa negra como portador e produtor de conhecimento, sendo que o desqualifica a sua produção científica.

Isto posto, Carneiro (2023, p. 89) afirma que o epistemicídio é “[...] uma forma de sequestro da razão em duplo sentido: pela negação da racionalidade do Outro ou pela assimilação cultural que, em outros casos, lhe é imposta”. Já Fanon (2008, p. 90) diz que é o colonizador quem cria o inferiorizado — esse Outro — e que o constructo de raça, como dispositivo de poder, é formado pelo mundo racista. Portanto, a arena de raça e racismo para a docência exige elaborar, tanto em nível simbólico quanto material, as assombrações constantes do racismo dentro das universidades. Como expulsar os fantasmas racistas para referenciar ancestrais negras(os) no exercício da docência em Psicologia?

Nesse contexto, os dispositivos coletivos voltados para e entre pessoas negras constituem espaços de validação e reconhecimento do corpo negro, especialmente no que diz respeito à permanência de estudantes e docentes negras(os) nas universidades. O espaço coletivo de pessoas negras representa uma das estratégias de enfrentamento possíveis ao racismo institucional nas salas de aula.

MÉTODO

Conforme mencionei no segundo parágrafo desse texto: para descrever estes enfrentamentos e desafios que tive/tenho, enquanto professor em uma universidade popular localizada na região da Avenida Paulista, parto do método de mulheres negras para fomentar minha escrita – a escrevivência.

Este método de pesquisa nos ajuda a nos aproximar de uma escrita que permite a memória ancestral das pessoas negras, especialmente das mulheres negras, com base no conceito de escrevivência proposto pela escritora Conceição Evaristo:

“[...] pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno. E por isso é uma escrita que não se esgota em si, mas aprofunda, amplia, abarca a história de uma coletividade. Não se restringe, pois, a uma escrita de si, a uma pintura de si.” (Evaristo, 2020, p. 35).

A escrevivência legitima a vivência pessoal (memória) e coletiva (experiências compartilhadas e oficializadas pelas pessoas negras), com base em narrativas que organizam a memória ancestral do povo negro na diáspora. A psicóloga social negra Thais Fernanda Lima (2021) aponta que, ao registrar a memória das pessoas negras, podemos legitimar a produção subjetiva e coletiva, especialmente das mulheres negras. Segunda ela:

[...] a escrevivência é um processo particular, mas não se encerra aí, uma vez que se amplia na coletividade com outras mulheres negras. Além disso, reconhecer que a metodologia desta perspectiva possibilita, entre protagonista, pesquisa e pesquisadora, a transformação das narrativas discursivas de mulheres negras, estarem na posicionalidade de primeira pessoa (Lima, 2021, p. 39).

Adotar a escrita em primeira pessoa e incorporar narrativas de pessoas negras no âmbito da pesquisa abre caminho para a insurgência contra um dos muitos campos racistas e eugenistas presentes na área da Psicologia. Conforme aponta o psicólogo negro e pesquisador Fábio Bispo (2023), a prática da escrevivência propõe que a pesquisa vá além de um mero exercício intelectual, tornando-se uma atividade profundamente enraizada na vida das pessoas negras.

A escrita, nesse contexto, transforma-se em um instrumento de amplificação de vozes e experiências, desafiando as práticas tradicionais que frequentemente negligenciam a

subjetividade. O corpo negro constitui uma epistemologia contra a hegemonia universitária, sendo que nossa potência de vida se intensifica no coletivo, a fim de dismantelar, com estratégia e precisão, a atmosfera racista da sala de aula (Lima, 2021; Bispo, 2023; Carneiro, 2023; Pires; Xavier, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Movimentos Negros: Narrativas Pessoais e Coletivas

A pesquisadora e educadora negra Nilma Gomes (2017) destaca que o Movimento Negro se configura como um dos principais agentes políticos, ao nos ensinar a adotar um compromisso ético e político no enfrentamento do racismo. Esse movimento politizou a questão racial e revelou as relações de poder historicamente hierarquizadas, rompendo com a visão distorcida, estereotipada e naturalizada da população negra.

O Movimento Negro¹ busca a libertação e valorização do corpo negro nas diásporas, promovendo também o reconhecimento e o respeito às diversas identidades de gênero, orientações sexuais, faixas etárias e assim por diante. Esses movimentos desempenham um papel educador, incentivando a emancipação das pessoas negras por meio da conscientização sobre os contextos culturais, políticos, sociais e históricos. Trata-se de um processo de reflexão crítica e dialógica sobre a realidade, com foco nas estruturas de poder que moldam subjetividades e regulam as relações interpessoais.

As práticas de bem-viver, cuidado e autocuidado promovidas pelos movimentos negros têm um papel importante na elaboração e ressignificação das experiências marcadas pela violência racial. O aquilombamento é a manutenção da saúde mental da população negra e o

¹ **Movimento Negro:** Entende-se como Movimento Negro as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos políticos, acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial, de valorização e afirmação da história e da cultura negra no Brasil, de rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e às negras na ocupação dos diferentes espaços e lugares na sociedade. Trata-se de um movimento que não se reporta de forma romântica à relação entre os negros brasileiros, à ancestralidade africana e ao continente africano da atualidade, mas reconhece os vínculos históricos, políticos e culturais dessa relação, compreendendo-a como integrante da complexa diáspora africana. Portanto, não basta apenas valorizar a presença e a participação dos negros na história, na cultura e louvar a ancestralidade negra e africana para que um coletivo seja considerado como Movimento Negro. É preciso que nas ações desse coletivo *se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo*. Postura essa que não os possíveis enfrentamentos no contexto de uma sociedade hierarquizada, patriarcal, capitalista, LGBTfóbica e racista (GOMES, 2017, p. 23, grifo da autora).

enfrentamento ao racismo. Revoltas, revoluções, passeatas, manifestações e guerras são elementos comuns utilizados para realizar contra-ataques à contínua opressão.

Logo, a história da organização política negra demonstra essa insígnia da luta: “*Se Palmares não vive mais, faremos Palmares de novo*”, essa construção de tornar-se negra(o).

No campo da história, cabe destacar a iniciativa da Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 16 de setembro de 1931, que encerrou suas atividades em 1937. A FNB foi um movimento político de âmbito nacional, com repercussão internacional. Essa organização criou vários símbolos de negritude para o grupo: bandeira, hino, documento de identidade e até grupos paramilitares. A Frente Negra Carioca desenvolveu diversas ações para suprir a demanda educacional da população negra, uma vez que havia um sério problema de analfabetismo entre as pessoas negras. Como solução, foi criada uma escola pela iniciativa da FNB na Rua Itaúba, 37, Madureira, Rio de Janeiro - RJ (Domingues, 2008).

Em 1944, no Rio de Janeiro, Abdias Nascimento fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN). O TEN teve como objetivo reforçar a negritude e denunciar o racismo por meio de práticas culturais, educacionais e artísticas, utilizando o teatro para espelhar aspectos sociais e raciais (Nascimento, 2004). Ele foi a liderança negra que ocupou um assento no Senado no Congresso Nacional, o que acentuou o espaço institucional para a discussão política das pautas raciais do Movimento Negro. Em sua produção intelectual, Nascimento (1980) mencionou o genocídio do povo negro por meio de políticas de embranquecimento da população e da introdução do ideal branco como sinônimo de beleza.

Nascimento (1980, p. 80) destaca a tessitura psicológica do trauma causado pelo racismo, bem como a capacidade criativa da comunidade negra de elaborar simbolicamente marcas da violência e das (re) existência coletiva.

A atuação coletiva dentro das organizações políticas dos movimentos negros pode desempenhar um papel crucial na promoção da saúde mental, pois contribui para ressignificar os significados associados ao contexto social marcado pelo racismo. Em outras palavras, esses espaços coletivos reforçam que o racismo não é uma falha pessoal, e sim um problema estrutural; ao partilhar experiências negras, fortalecem-se os vínculos comunitários e ocorre um processo de aquilombamento.

Beatriz Nascimento, outra figura importante na formação do Movimento Negro nos anos 70, defende que as investigações sobre o negro devem começar pela própria pessoa negra. De acordo com Nascimento (2018), o corpo negro é um documento vivo, tendo em sua história

camadas sensíveis que somente outras pessoas negras podem acessar, caso estejam em consonância com os cuidados relativos à raça, gênero, idade etc:

A memória são conteúdo de um continente, de sua vida, de sua história e do seu passado. Como se o corpo fosse documento. Não é a toa que a dança para o negro é um momento de libertação, o homem negro não pode estar liberto enquanto ele não esquecer o cativo, não esquecer no gesto, que ele não é mais cativo. A linguagem do transe é a linguagem da memória. Tudo isso não resgata a dor de um corpo histórico. Aquela matéria se distende, mas, ao mesmo tempo, ela traz com mais intensidade a história, a memória, o desejo de não ter vivido a experiência do cativo. A escravidão é uma coisa que está presente no corpo, no nosso sangue, nas nossas veias. (Nascimento, 2018, p. 334).

Dessa forma, começo a registrar e a buscar essa memória ancestral a partir de algumas lembranças da minha vida pessoal e familiar. Fui uma criança negra mais retraída e, ao longo da vida escolar, surgiam algumas breves fantasias, como a ideia de que tornar-me branco poderia ser uma solução para ser mais aceito pelos colegas de classe. Lembro-me de algumas ocasiões em que alguns garotos diziam que meu cabelo era de bombril ou ninho de pombo. O racismo institucionalizado na escola leva a um distanciamento em relação à nossa realidade particular de negritude.

Na minha casa, durante o período do ensino fundamental, o único indivíduo que tinha consciência racial e política era meu tio, Adalberto. Ele discutia a luta negra e a discriminação que sofria ao caminhar em shoppings, tendo até mesmo evitado visitar locais com grande concentração de pessoas brancas. Naquela época, minha mãe considerava que meu tio exagerava nas queixas, sendo considerado persecutório por ver racismo em tudo. No entanto, eu sabia que havia algo estranho nessa postura defensiva da minha mãe, Cássia, pois, quando íamos sair para comprar algo nas lojas, lembro-me de como ela ficava reativa e discutia com seguranças por ser seguida nos corredores. Ela discutia e reagia às situações racistas que enfrentava na rua. Em casa, a ideia de racismo era abafada como exagero do meu tio.

À vista disso, minha consciência racial e política como ativista se consolidou durante o curso de mestrado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), uma vez que, nessa universidade, tive a oportunidade de conviver com mais estudantes e professoras(es) negras(os). Meu orientador de mestrado, Nilton Sousa da Silva, homem negro e ativista de movimentos negros, me proporcionou reinterpretar a experiência na academia. Ao ser reconhecido e autorizado como pesquisador, cujo tema de pesquisa era trauma e racismo, tive a oportunidade de ampliar minha consciência e construir mais ousadia. Enquanto estava

retraído, o professor Nilton me incentivava a assumir o protagonismo enquanto jovem preto. Nossa história e memória precisam ser registradas pelo corpo negro em movimento (Nascimento, 2007; Gomes, 2017; Carneiro, 2023).

Ao longo do meu curso de mestrado, revisitei a trajetória da minha família, compreendendo as variações do racismo e das revoltas. Os encontros com estudantes negros(as), professores(as) e ativistas do Movimento Negro desde a década de 1970 permitiram a retomada de uma informação oculta da minha memória ancestral. A respeito disso, Beatriz afirma o seguinte:

[...] 1974 marca o nascimento do Movimento Negro e, do meu ponto de vista, a busca do Eu sou. Na verdade, eu sabia quem era. Eu sabia que o Eu sou estava inteiro. Mas desagregado numa vivência de mundo extremamente repressiva. Daí a possibilidade de sair disso foi a reflexão, voltar pra dentro. Tirar de dentro a potência para que houvesse possibilidade de abertura, de liberdade. E esta abertura é a abertura da nacionalidade brasileira. (Nascimento, 2018, p. 342).

A participação política com lideranças negras despertou em mim o sentimento de pertencimento. Participava do grupo de pesquisa e estudo — Conjuntura Nacional e Luta Contra o Racismo, coordenado pelo professor Amauri Mendes Pereira, militante desde a fundação do Movimento Negro Unificado². Mestre Amauri, um tipo de griot (contador de histórias e guardião das palavras de uma comunidade), narrava vivamente as histórias de lideranças negras do Movimento Negro Unificado, como Abdias Nascimento, Clóvis Moura, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Joel Rufino, Joselina da Silva, Sueli Carneiro, Maria Aparecida Silva e tantas outras lideranças. Era como ouvir os contos de orixás, de pessoas que tiveram uma vida dedicada à luta coletiva e às ancestralidades negras. Algumas de suas palavras ainda estão presentes no meu corpo, como: “O Movimento Negro é o motor e a ponta de lança na luta contra o racismo”.

Não é necessário romantizar nenhum espaço social ou movimento social, marcados por contradições, mas sustentar os conflitos internos nos grupos. É essa sutileza que torna os movimentos negros a ponta de lança para a transformação social.

² **Movimento Negro Unificado:** Conforme a ativista negra e liderança Lélia Gonzalez (2020, p. 119), “O MNU se define como um movimento político de reivindicação sem distinção de raça, sexo, educação crença política ou religiosa e sem fins lucrativos. Seu objetivo é a mobilização e organização da população negra brasileira em sua luta pela emancipação política, social, econômica e cultural, que tem sido obstada pelo preconceito racial e suas práticas. Ao mesmo tempo, o MNU também se propõe denunciar as diferentes formas de opressão e exploração do povo brasileiro como um todo. Tendo como ponto de partida seu programa de ação, tenta articular os problemas específicos dos negros com os problemas gerais do povo brasileiro.

Quando terminei o mestrado, voltei para a cidade de São Paulo-SP, trazendo toda a bagagem material e espiritual adquirida durante minha formação política no Rio de Janeiro. Retornar para sampa representou novos desafios em busca de empregos e outras adversidades. No entanto, reencontrei-me no campo da militância ao participar de uma das reuniões do Movimento Negro da Psicologia, no Núcleo de São Paulo, da Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) — ANPSINEP. Essa é a organização em que atuo em diferentes regiões do país, juntamente com outros ativistas, visando exercer uma incidência prática e política a partir de uma agenda voltada para as relações raciais e a saúde mental da população na Psicologia. Trata-se de uma organização de mulheres negras, tendo como referência intelectuais como Maria Lúcia da Silva, Maria Jesus Moura, Maria Conceição Costa, Jussara Dias, Veridiana Machado, Gioconda Sousa, Simone Cruz, Elci Pereira, Igo Ribeiro, Robenilson Barreto e tantas outras psicólogas (os) negras (os) que marcaram o rumo da Psicologia no enfrentamento ao racismo e na construção de práticas antirracistas.

Em São Paulo-SP, tive a oportunidade de conhecer Maria Lúcia, uma das fundadoras da ANPSINEP³, que é uma das principais referências em ativismo e militância, e que nos mostrou, a partir da filosofia de Sankofa⁴, caminhos possíveis para articulações políticas e práticas de cuidado e autocuidado em espaços coletivos.

Meu engajamento na ANPSINEP fortalece meu espírito para um propósito coletivo: influenciar os espaços institucionais da Psicologia com questões raciais. Essa saga e essas encruzilhadas narram a minha trajetória de formação política no Rio de Janeiro, que me proporcionou autoestima e segurança quando entrei na docência, em 2020, nos cursos de graduação em Psicologia. A segurança consistia em saber que eu não andava só e que minha rede de afeto e de ativismo me amparava nas encruzilhadas da luta contra o racismo.

³ **ANPSINEP:** Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras (es) é uma organização política, fundada em 2010, como Movimento Negro, tendo como missão articular e realizar intervenções políticas no campo da psicologia acerca dos impactos do racismo na construção das subjetividades, na saúde mental e nas relações raciais, a partir da organização política de psicólogas (os) negras(os). À vista disso entende-se a prática psicológica como um fazer comprometido com as questões sociais, e alinhado ao objetivo de superação da dívida histórica que marca permanentemente não apenas a psique, mas também os lugares, posições, cargos e corpos das pessoas negras em nosso país.

⁴ **SANKOFA:** Se wo were fi na wosankofaa yenkyi. Provérbio Akan, cuja tradução é - Nunca é tarde para voltar atrás e apanhar o que ficou para trás (Nogueira, 2019, p. 63). Segundo o filósofo negro Renato Nogueira (2019, p. 63), na cultura do tronco linguístico Akan, é possível encontrar símbolos Adinkra entre as imagens do Sankofa, que é a sabedoria e o conhecimento que precisamos adquirir do passado para seguir adiante no presente e no futuro. Essa ideia é representada pela imagem de um pássaro olhando para sua cauda.

Docência em Insurgência: Memórias de Resistência

Eu comecei a dar aula em 2020, em uma universidade popular da Região Leste de São Paulo-SP. Foi um período de aprendizado para ajustar a didática e afirmar minha imagem como “autoridade” na docência. Pela minha idade — jovem — e por ser um homem negro, eu me paralisava com fantasias de insuficiência, situações em que encarava os olhares das turmas e pensava: “*Será que estão me julgando? Estou falando certo? Sou uma farsa?*”. Pensamentos intrusivos, mobilizados pelo racismo, me levavam a gaguejar, falar rápido e ter lapsos de memória. São estressores de minorias que fomentam a hipervigilância, a internalização da discriminação racial e a vivência de violência direta.

Nessa universidade, eu era o único professor preto do curso de Psicologia. Dei uma disciplina de Psicologia da Diversidade e da Saúde, e, em ambas, colocava como bibliografia obrigatória e complementar, no plano de aula, textos de pessoas negras. Me recordo de que, durante as aulas de Psicologia da Diversidade, tive enfrentamentos em sala de aula, dado o período da ascensão da extrema-direita nos governos federal e estaduais — conflitos necessários para tensionar a naturalização da barbárie, do desmonte de políticas públicas e das garantias de direitos básicos.

Em uma aula a respeito de Psicologia das Relações Raciais, senti o desconforto de parte da turma, percebido pelas feições de desaprovação. Isso não me causava incômodo, pois já havia me acostumado com o desdém vindo de alunas (os) e demais colegas brancas (os) em relação à minha postura de interseccionar raça, gênero e classe em todas as disciplinas. Porém, quando apresentei para a turma o tema da branquitude e os impactos psicossociais do racismo — a partir de imagens como o linchamento de pessoas negras no período da segregação racial estadunidense e demais atos que apontam para a violência promovida por pessoas brancas —, o desconforto se intensificou. Ou, como diria Ramos (1995), a patologia social do branco.

Uma estudante levantou a mão para dizer que eu estava muito nervoso ao abordar o tema das narrativas religiosas do racismo; segundo ela, meu tom de voz e expressão soavam agressivos. Nesse dia, não consegui manter a diplomacia e o sorriso amarelo. Respondi que a presença dela, com perguntas e expressões de desdém, também me incomodava, dado que, durante as aulas, ela havia feito falas racistas, transfóbicas e homofóbicas. Todavia, eu precisava aparentar paciência para não me envolver em conflitos e não correr o risco de perder o emprego.

No relato que compartilho, não consegui sorrir. Além de rebater, solicitei que ela se retirasse da sala de aula. A partir desse dia, a tensão e a minha permanência nessa universidade

tornaram-se mais insuportáveis, somadas à postura do coordenador, que passou a me sondar junto às turmas acerca da minha postura em sala, tendo como devolutiva a crítica de que eu era emocional e militante. Não faziam uma leitura técnica das minhas aulas.

A avaliação era de que minhas falas se reduziam à militância, apesar de eu ressaltar que me respaldava no Código de Ética para trazer pautas de direitos humanos e diversidade, bem como nas diversas resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP), como a Resolução CFP nº 018/2002 (relações raciais), a Resolução CFP nº 01/2018 (discriminação contra a população LGBTQIAP+ e população trans), a Resolução CFP nº 01/1999 (homofobia) e a resolução CFP nº 07/2023 (laicidade no exercício da Psicologia). Além de citar diversos autores e autoras técnicos nessas agendas dentro da Psicologia, a tendência era reduzir o meu saber a uma fala ativista identitária, desprovida de fundamentação técnica da Psicologia.

Nesse requisito, Kilomba (2019, p. 51-52, grifo da autora) pontua sobre a compreensão da pessoa branca em relação à nossa produção, percebida como demasiadamente subjetiva e deslocada de uma fazer científico: “Eles permitem que o *sujeito branco* posicione nossos discursos de volta nas margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico.” Fanon (2008) reforça a ideia do aniquilamento material e simbólico promovido pelo mundo colonial.

Em 2023, saí dessa universidade e fui convidado a trabalhar em outra, também popular, localizada na região da Avenida Paulista. A coordenadora mencionou que eu teria flexibilidade para apresentar temáticas relacionadas às relações étnico raciais.

A experiência negativa na primeira universidade me deixou em estado de alerta e desconfiança. Contudo, as ações pedagógicas decorrentes dessa experiência negativa me permitiram produzir novas histórias e saberes. Nessa nova universidade, aliei-me a colegas brancos com perspectivas progressistas e a outro professor negro, Mauro Sérgio, maranhense e da abordagem sócio-histórica. Reconhecer-me no olhar de outro docente foi um momento de afirmação e empatia, possibilitando a elaboração de estratégias institucionais e o fortalecimento da afetividade entre pessoas negras.

Nas encruzilhadas, traçamos políticas, rotas e estratégias de enfrentamento!

Nessa universidade, na região da Paulista, mantive o compromisso de utilizar a interseccionalidade como a mola propulsora para as disciplinas que ministro. Essa atitude permite aos estudantes compreenderem as complexidades sociais e seus atravessamentos, a título de exemplo, a iniquidade em saúde no atendimento de pessoas negras e os efeitos da letalidade policial no campo psíquico, com seus correlatos, como estados depressivos e/ou ansiedade no grupo familiar das pessoas vitimizadas pela violência de Estado. Esses dados afetam aspectos do desenvolvimento de crianças e adolescentes, provocam adoecimentos psicofísicos, entre outras implicações na Psicologia, que requerem sensibilidade para racializar a discussão junto a outras (os) teóricas (os) e epistemologias.

Uma das estratégias foi sugerir, para os planos de ensino das disciplinas, a inclusão de referenciais de pessoas negras na bibliografia obrigatória. Com a liberdade para acrescentar diretamente textos complementares, tenho o hábito de inserir pesquisadoras(es) negras(os) nos planos de aula, posicionando essas referências como obrigatórias e colocando as exigidas (tradicionalmente brancas) como complementares.

A fim de evitar complicações no plano pedagógico com as referências obrigatórias de pessoas brancas, busco contextualizar os textos a partir de uma perspectiva racializada, crítica social, interseccional e utilizando dados estatísticos objetivos de instituições públicas ou de autoridade nacional/internacional, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); o Ministério da Saúde; e o Conselho Federal de Psicologia (CFP), entre outros.

Quando comecei a lecionar nesta universidade, o Prof. Mauro já havia solicitado, junto com demais estudantes negras (os), mais livros de autoras (es) negras (es) para compor a biblioteca. Essa demanda foi atendida e efetivada pela coordenação, dado que a instituição solicita aos docentes sugestões de novos livros para compor o acervo, sendo que, geralmente, é necessário que esses livros estejam fisicamente na biblioteca caso sejam bibliografia obrigatória.

Assim, cabe a nós, docentes negras (os), nos apropriarmos dos fluxos burocráticos – chamado de "hackear o sistema branco" – para utilizá-los a nosso favor, a título de exemplo, nas solicitações de novos livros para a biblioteca. Uma das justificativas válidas é a nova Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023, que institui as Diretrizes Curriculares

Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Isto posto, o Art. 24 afirma que a formação de professores de Psicologia deve articular competências em torno de variados tópicos, sendo que dois deles remetem às nossas relações raciais:

VII - História da África e História Indígena, conforme disposto nas Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008, para ampliação dos conhecimentos relativos à história e à cultura brasileiras e ao enfrentamento do racismo e do preconceito; e VIII - Transversalidade temática, que prepare o estudante para abordar temas no currículo que envolvam conhecimentos, vivências e reflexões sistematizadas, como Direitos Humanos, Educação Ambiental, Educação das Relações Étnico-raciais, entre outras (Brasil, 2023, p. 9).

Em detrimento da primeira universidade em que lecionei, esta atual me permite mais flexibilidade, especialmente a partir da rede de apoio afetiva de colegas progressistas brancos, como o colega Prof. Alan Osmo, que dividia comigo e com o Prof. Mauro as disciplinas de Psicologia Social, Estágio de Ações Comunitárias e Psicologia do Trabalho.

Outro elemento necessário de destacar em relação ao meu sentimento de pertencimento é a representatividade de estudantes negras (os) e pessoas brancas periféricas. Apesar do desafio diário dos incômodos e da resistência à pauta racial em sala de aula — que afeta cada pessoa de maneira diferente —, nesta universidade, o retorno positivo e o sentimento de representatividade por parte de alunas (os), diante de um docente negro com essas interseções, são mais gratificantes.

Além da insegurança de algumas estudantes negras, que relataram incômodos com a suposta neutralidade da prática profissional — ou seja, com os corpos ociosos das avenidas das interseccionalidades —, entre os comentários mais comuns das estudantes está o de colegas que diminuem a pauta das relações raciais durante apresentações de trabalhos e em sala de aula.

Um dos casos ocorreu em uma apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo objeto de pesquisa era a prática psicoterapêutica racializada. Nessa exposição, realizada por alunas negras, a docente divergiu dos dados apresentados porque as estudantes não mencionaram os aspectos do sofrimento do povo judeu no Brasil.

Em outros termos, a docente buscou equiparar as desigualdades raciais em nossa sociedade — que envolvem aspectos objetivos como desvantagem socioeconômica e genocídio das juventudes negras pela letalidade policial — à pauta judaica de pessoas brancas. Evidentemente, o Holocausto foi uma tática de extermínio e o antissemitismo é real. No entanto,

diminuir o trabalho de mulheres negras acerca do racismo na prática clínica reforça que a questão racial deve vir primeiro em todas as discussões no campo acadêmico. No caso da docente, sua tentativa de sinalizar sua dor como mulher branca judia, nesse contexto específico, reforça a proposição de Kilomba (2019, p. 55, grifo da autora): “[...] é a mulher *branca* que irracionaliza meu pensamento e, ao fazê-lo, ela define para uma mulher negra o que é o conhecimento ‘real’ e como ele deveria ser expresso. Isso revela as complexas dinâmicas entre ‘raça’, gênero e poder [...]”. O espaço acadêmico é um dos insumos da violência ontológica contra a produção intelectual de mulheres negras. Esse olhar de desconsideração representa uma espécie de migalha de carência, que permite à branquitude manter seu protagonismo — mesmo que isso signifique diminuir um grupo de mulheres negras em sala de aula.

Naquele período, houve acolhimento às estudantes e incentivo aos encaminhamentos institucionais, além da ênfase de que, enquanto pessoas negras em coletivo, nossa rede afetiva de cuidado é uma ferramenta construída por mulheres negras lideranças dos movimentos negros. Reconhecer que essa força não é solitária é o que possibilita a manutenção dos nossos corpos produtores de vida, voltados para uma agenda coletiva.

Quanto a outras (os) colegas docentes que tendem a assumir um discurso de neutralidade na prática psicológica — ou seja, a ausência ou superficialidade ao contextualizar aspectos históricos, culturais, sociais e políticos —, para nós, ativistas, o tom do racismo em determinadas falas e posturas é mais gritante do que para pessoas não racializadas. Já escutei de colegas falas como: “E a causa judaica!?” (uma colega comentou com a intenção de equiparar as causas judaica e racial no Brasil); “Pra que isso de gênero neutro!?”; “Isso é exagerado” (referindo-se à ênfase em temas raciais nos trabalhos), entre outros comentários.

Atuo na educação com o propósito ético e político dos movimentos negros. Conforme a ativista negra Lélia Gonzalez (2020, p. 71): “[...] o movimento negro tem um potencial revolucionário muito mais rico do que outros movimentos semelhantes que também se propõem lutar por uma sociedade justa e igualitária.” É o branco quem inventa o identitarismo, como aponta o velho ativista negro Marcos Aurore Romão (1953–2018). O Movimento Negro não é um movimento identitário; pelo contrário, busca a defesa da pluralidade étnica, da multiculturalidade e da equidade. Somos antirracistas.

Essa perspectiva, enquanto ativismo, é o que me movimenta na prática docente, a qual requer coragem e ousadia para expor eventos e contextos pela voz de intelectuais negras (os) em sala de aula.

Utilizo o espaço da sala de aula para mobilizar a criticidade entre as estudantes e promover a formação política, dado que alguns estudantes comentam que conseguem compreender melhor a leitura dos textos para a aula e o vigor da narrativa de um militante negro. Foi a militância que me proporcionou a segurança de ultrapassar os limites institucionais, pois sei que respondo a uma base política que me ampara por meio dos afetos e das discussões com incidência prática nos espaços institucionais. Em outras palavras, é a afetividade em coletividade que fortalece meu corpo para não temer atos de insurgência.

Em vista disso, incluo nos meus planos de aula determinados dias para atividades externas com as (os) estudantes — como visitas técnicas, observações de campo e rodas de conversa com ativistas negras (os). É necessário verificar de forma organizada os fluxos institucionais para registrarmos, por meio da burocracia, a agenda política de nossas pautas.

Assim, meu programa prevê essas ações, entre as quais destaco: (I) a formação política com lideranças da Frente de Luta por Moradia (FLM) dentro da Ocupação 9 de Julho, na região central. Esse encontro foi realizado com três turmas dentro da Ocupação, promovendo uma leitura psicossocial dos territórios e a manutenção de parcerias com profissionais da saúde mental; (II) a participação em atividades como a Roda de Masculinidades Negras e Saúde Mental nas Periferias, no Instituto Afro Amparo Saúde. Esse encontro possibilitou às estudantes uma compreensão prática sobre os manejos técnicos e afetivos no atendimento de pessoas negras. Ambos os eventos foram abertos a pessoas brancas, já que o racismo não é uma pauta exclusiva das pessoas negras. Pelo contrário, é necessário implicar as pessoas brancas no debate e nas ações. Assim, algumas estudantes brancas relataram, posteriormente, em sala de aula, o desconforto de se verem como minoria em espaços majoritariamente negros. Elas foram tensionadas nos debates a compreender a responsabilidade da branquitude e os cuidados éticos no atendimento a pessoas negras.

Como fruto dessas atividades e em parceria com o Instituto Afro Amparo e Saúde, consegui articular um novo campo de estágio, nesta faculdade: o atendimento grupal na Ocupação 9 de Julho, com a capacitação da equipe multiprofissional em saúde de pessoas negras, junto com as estudantes.

Outras atividades que desenvolvo incluem convidar pessoas externas para rodas de conversa durante o horário de aula. Convido psicólogas (os) negras (os) e demais lideranças com atuação ativista no território de São Paulo-SP para compor esses encontros temáticos, de acordo com o tema da disciplina.

O intuito dessas visitas é capacitar as (os) estudantes por meio do letramento racial, de modo que as discussões sobre Psicologia das Relações Raciais não fiquem individualizadas apenas para docentes negras (os). Amplia-se a discussão para diversas atuações profissionais, com diferentes formas de atuação terapêutica no contexto de uma prática psicoterapêutica racializada.

Nesse sentido, convidei lideranças como: Aline Campos Carneiro (psicóloga negra, cofundadora e integrante do Coletivo Roda Terapêutica das Pretas); Paulo Romualdo (educador físico e presidente do Instituto Afro Amparo e Saúde); Daniel Souza (historiador, gestor cultural e presidente da Biblioteca Comunitária Império de Candaces); Rodrigo Franco (psicólogo da saúde, com experiência no atendimento a pessoas em situação de rua e com dependência química); Lais Mendes dos Santos (psicóloga, que trabalha com grupos terapêuticos com mulheres que vivenciaram violência) e outras (os) profissionais negras (os) com notória vivência com a pauta das relações raciais, gênero, orientação sexual etc.

O envolvimento de estudantes no fortalecimento da agenda política das relações raciais é fundamental para a manutenção e legitimidade de atividades com essas temáticas, juntamente com uma relação harmoniosa com a coordenação — ainda que essa relação tensione e provoque ações antirracistas no espaço de sala de aula. Uma das realizações dessas articulações entre estudantes, coordenação e docentes da área de Psicologia Social — eu, Mauro e Alan — foi a construção da Liga de Psicologia Social e Relações Raciais, que possibilitou a escuta ativa das fissuras do nosso espaço acadêmico, bem como a formulação de possíveis estratégias. A sobrecarga de trabalho nos impediu de realizar encontros mais frequentes da Liga; todavia, o espaço permanece ativo e registrado, o que também possibilitou uma ação efetiva, como a construção coletiva de um simpósio.

Portanto, no dia 3 de maio de 2024, foi criado o primeiro evento com pautas raciais, o qual foi uma iniciativa minha, em parceria com estudantes do Centro Acadêmico e com o apoio do professor Mauro. O nome do evento foi *Simpósio Social – A Escuta Psicossocial nos Territórios Periféricos*, que teve como objetivo proporcionar um espaço de discussão sobre as relações raciais, a saúde mental da população negra e as vivências nas periferias.

Entre as pessoas convidadas estavam o Coletivo Roda Terapêutica das Pretas, o Instituto Afro Amparo e Saúde, além de estudantes negras, como Priscila Cordeiro, Raquel Tavares, Luiza Helena, entre outras alunas negras com falas potentes e práticas de enfrentamento ao racismo. Esse evento proporcionou o empoderamento das(os) estudantes

negras(os) e fortaleceu nosso propósito para uma psicologia comprometida com as pautas raciais. A presença de coletivos de pessoas negras na psicologia garantiu a máxima de que não andamos sós na promoção de estratégias e ações antirracistas.

Por fim, abaixo resumo essas gingas pedagógicas que vivenciei:

- Inclusão de autoras e autores negros na bibliografia obrigatória;
- Realização de rodas de conversa e espaços de diálogo;
- Visitas técnicas a instituições comprometidas com as questões raciais e de gênero;
- Criação da Liga de Psicologia Social e Relações Raciais;
- Aproveitamento dos fluxos burocráticos ("hackear o sistema branco");
- Adoção da metodologia da escrivência;
- Engajamento de estudantes negras(os) e docentes em militância acadêmica e políticas antirracistas.

CONCLUSÃO

Em síntese, procurei demonstrar neste texto que a formação em Psicologia no Brasil ainda é fortemente influenciada por um currículo e por práticas docentes centrados em saberes eurocêtricos, os quais invisibilizam as epistemologias negras e ignoram as vivências e subjetividades das pessoas negras. Superar essa realidade demanda o reconhecimento e a problematização do racismo institucional presente nas universidades, bem como a inserção de conteúdos e referências que abordem as relações raciais e fortaleçam a luta antirracista. Trata-se de promover uma educação mais diversa, crítica e coerente com as políticas públicas de combate ao racismo, conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Psicologia.

As ações implementadas — como a inclusão de autoras e autores negros na bibliografia obrigatória, a realização de rodas de conversa, visitas técnicas a instituições comprometidas com as questões raciais e de gênero, além do fortalecimento de redes de apoio entre estudantes e docentes negros(as) — evidenciam o papel fundamental do engajamento coletivo e da militância acadêmica no empoderamento da população negra e na construção de uma pedagogia decolonial na Psicologia. Nesse contexto, o Movimento Negro se destaca como um agente político indispensável para valorizar as experiências negras e promover resistência no espaço acadêmico, contribuindo significativamente para decolonizar a formação e expandir o campo epistemológico da Psicologia brasileira.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BISPO, Fábio. **Escrevivência como metodologia de pesquisa em psicanálise**. *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 26, e273037. <https://doi.org/10.1590/1809-4414-2023-016>, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023**, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Psicologia, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cne/ces-n-1-de-11-de-outubro-de-2023-518120795>. Acesso em: 24.abr. 2025.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2023**. Brasília, DF: Inep, 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Censo da Psicologia Brasileira. Quem faz a psicologia brasileira? Volume 2: Condições de trabalho, fazeres profissionais e engajamento social. Conselho Federal de Psicologia, 2022. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil/apresentacao/30000-uncategorised/91151-resolucoes-cne-ces-2023>. Acesso em: 24.abr. 2025.

DOMINGUES, Petrônio. “Tudo pelo Brasil; Tudo pela Raça”: A Frente Negra Carioca. **STUDOS HISTÓRICOS**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 327-348, 2018.

EVARISTO, Conceição. **A escrevivência e seus subtextos**. In. Duarte, C. L. & Nunes, I. R. (Org.). *Escrevivência a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 26-47.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis, RJ:Vozes, 2017.154p.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação** – Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro:

COBOGÓ, 2019.

LIMA, Thaís Fernanda Gonçalves de. **Vieira das flores na Vila Missionária: as escrevivências de um território violentado pelo estado e a configuração da subjetividade**. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____. **Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões**. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, n. 50, jan./abr. 2004.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NOGUERA, Renato. **Infância em afroperspectiva: articulações entre sankofa, ndaw e terrixistir**. Re-vista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 31: mai.-out./2019, p.53-70. DOI: <https://doi.org/10.26512/resafe.vi31.28256>

PIRES, Anderson Moraes; XAVIER, Raquel de Souza. **Escrevivências de Psicólogos Negros sobre a Graduação em Psicologia: Tudo que nós tem é nós**. In: MOTA, Bruno; SOUSA, Gioconda; COSTA, Maria Conceição (Orgs.). **Psicologia, saúde mental e relações raciais**. São Paulo: Editora Devires, 2024.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. p. 215-236.

SANTOS, Abrahão de Oliveira et al. **Publicações nas revistas de psicologia e relações raciais**. *Arq. bras. psicol.* [online]. 2020, vol.72, n.spe [citado 2025-04-24], pp.6-17. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1809-5267. <https://doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.6-17>.

WERNECK, Jurema; GELEDÉS-INSTITUTO DA MULHER NEGRA; CFEMEACENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. Rio de Janeiro: Instituto Geledés, 2013.

ARARÊ DIAS CALIA

ENTRE A EGÉRIA E O AMACI: A CLÍNICA COMO ESPAÇO DE CUIDADO COM RELIGIÕES NÃO HEGEMÔNICAS

Entre a Egéria e o Amaci: A Clínica como Espaço de Cuidado com Religiões Não-hegemônicas

Resumo: A prática de cuidado aqui relatada, circunscreve-se no âmbito clínico e foi uma das mais marcantes experiências vividas pelo psicólogo. O caso decorre de uma história sobre como a intolerância religiosa mostrou sua potência destruidora, marcando a vida de um paciente. Para captar as sensações e o desenrolar desse encontro, optamos pela metodologia de Narrativas de Experiência e nossas análises foram fundamentadas a partir da fenomenologia-hermenêutica. Compreendemos que ao tratarmos de demandas que invocam religiosidades não-hegemônicas, caso da umbanda, na clínica psicológica brasileira, é necessário se atentar a quatro pontos básicos: i. sua diversidade é tamanha que mesmo entre praticantes da mesma fé, há diferenças significativas, pois em muitas não há um livro sagrado que oriente a conduta; ii. estar aberto para aprender com o próprio paciente, sobre o modo como cada um deles vive o sagrado; iii. nossa sociedade experimenta um forte sentimento de religiosidade expresso por meio de múltiplas religiões, uma aproximação a esse universo é complexa e intimamente relacional, pois pode despertar noções pré-concebidas e intolerâncias apreendidas; e iv. há marginalizações, preconceitos e uma história de muito sofrimento reduzida às nesgas de uma pretensa história oficial do país, desde o início, a respeito dessas manifestações. Por fim, compreendemos que a clínica psicológica e o exercício da psicoterapia, talvez sejam mesmo um lugar do entre; de onde a vida também pode florescer - mesmo em brotos eivados de pesticidas - com a água certa que ajuda a morrer e a nascer (de novo). Se regada(s) sempre... O presente escrito foi incentivado pelo Encruza Instituto de Psicologia e Pesquisa.

Palavras chave: Clínica Psicológica. Saberes Não-Hegemônicos. Religiosidade. Umbanda.

Introdução

A prática de cuidado aqui relatada, circunscreve-se no âmbito clínico e ocorreu há mais de uma década.

A narrativa do acontecimento deriva-se, também, de uma investigação de doutorado concluída, fomentada pela CAPES, que possui como tema central a interlocução entre psicologia, sobretudo nos âmbitos clínico e formativo, com as diferentes manifestações de umbanda.

Tendo em nosso horizonte a lacuna na formação de psicólogos em relação a temas religiosos (Zangari e Machado, 2018; Cunha e Scorsolini-Comin, 2019, 2019a; Calia, 2025, Calia e Bassani, 2025), sobretudo do idiossincrático abismo em relação às religiões não-hegemônicas (Calia, 2025), caso da umbanda que aqui nos deteremos, optamos, entretanto, em inverter a lógica de um escrito científico. Narramos a experiência com um paciente que se tornou umbandista, todavia, a base de análise não será o caso em si, mas a ponte que ele propicia ao próprio psicólogo.

Para tanto, apoiamo-nos em Calia e Bassani (2025), seguindo caminho pela metodologia de Narrativas de Experiência e procurando, a partir de uma análise fenomenológica-hermenêutica, alguma ponte de sentido.

As seções seguintes foram organizadas da seguinte maneira, qual seja, uma breve reflexão sobre a importância da religiosidade na clínica psicológica, considerações sobre o universo umbandista, a metodologia de narrativas de experiência, o caso clínico, as reflexões possíveis e as considerações finais.

Religiosidades Não-Hegemônicas na Clínica

Desde o início da profissão e formação de psicólogos no Brasil em 1962 (Brasil, 1962a) e do currículo mínimo para a preparação dos futuros profissionais psicólogos (Brasil, 1962) a clínica, modelo tido como tradicional, carrega a estiva do que podemos chamar de uma pré-formação de psicólogos que inicia-se nos anos 1920 em laboratórios de Psicologia, que estanciavam, em sua maioria, em hospitais psiquiátricos (Souza e Barbosa, 2020). A forte presença de uma visão médico clínica, positivista e reducionista, fornecida pelas ciências naturais, fundamentaram o nascedouro da psicologia e da clínica.

Devemos nos lembrar que a partir da década de 1920, a ideologia eugênica era predominante na escola psiquiátrica, através da Liga de Higiene Mental que acabou por também influenciar mormente a escola psicológica (Costa, 2006).

Influenciador e contemporâneo a esse movimento são, respectivamente, os estudos de Rodrigues (1986/2014) e Ramos (1934/1988). As Religiões Afro-brasileiras, sobretudo as de matriz banto, como a umbanda que já despontava herdeira da quase findada macumba, sofriam o desterro das compreensões raciais, culturais e patológicas dos modelos científicos e da própria psicologia e, portanto, ascendentemente eurocêntrica, como expõem Neubern (2013).

Algumas décadas percorridas de braços dados com o Estado Novo, chegamos em um novo quartel de profundas transformações sociais. De acordo com Souza e Barbosa (2020), havia influência da ditadura “civil militar que inicia nos anos 1960 e, perdura até meados dos anos 1980, [que] é uma marca que se amalgama nos contextos formativos e também nas práticas profissionais desse período” (p. 29, grifo nosso).

A partir de 1980 com o início de uma abertura política, década a década, caminhamos com as 'caras pintadas', vivenciamos o início dos computadores e chegamos a um ambiente de outras compreensões em saúde mental.

Na primeira década dos anos 2000, com a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial houve um abalo nas estruturas até então instituídas. Começa a haver maior

interesse de propostas em redes comunitárias e estimula-se na psicologia o “atendimento grupal, comunitário e não-excludente” (Souza e Barbosa, 2020, p. 35). À clínica psicológica desse período e doravante, preconiza-se o questionamento em direção à compreensão social e coletiva.

Podemos refletir que o modelo de atuação clínico alterou-se de maneira contumaz desde os seus primórdios. Todavia, seria ingênuo compreender a clínica, formada de e por pessoas, articulada na e pela malha cultural brasileira, como um ambiente salvaguardado desses atravessamentos sociais, que impactam (in)diretamente nos modos de ser de cada um, afinal, muitos carregam aspectos religiosos e espirituais em seu existir.

Concordamos, portanto, com Safra (2005), que é o terreno da clínica um dos espaços privilegiados em que se torna possível o processo de transcendência e compreensão de si, em que a experiência religiosa de cada pessoa pode brotar e assestar significados terapêuticos.

Transcendência nesse conjunto é compreendida a partir da fenomenologia hermenêutica de Heidegger (1927/2015), que nos orienta ao entendimento sobre a necessidade de remeter-se ao mundo. “O ser é o transcendens pura e simplesmente. A transcendência do ser do Dasein é privilegiada porque nela reside a possibilidade e a necessidade da individuação mais radical” (Heidegger, 1927/2015, §7 p.78).

Não se trata, portanto, de enveredarmos pela definição mais comum que o termo transcendência pode despertar. Mas sim de podermos compreender a condição abissal de estar lançado, aberto, sem uma base de sustentação para além do próprio existir, de cada ser-aí que, necessariamente, terá que dar conta de ser si mesmo.

De acordo com Schuck (2015), ao definir a religião como parte da vida fática, “Heidegger coloca o homem no centro da produção da experiência de Deus (p. 200), e como tal, encarregado dessa relação experiencial mais particular que desvela-se na cotidianidade do aí-ser. O existir, fundamentalmente, somente é possível em uma experiência fática de mundo, radicalmente singular em que há um espaço referencial, disposto e comum, que transborda como ponte aos/de sentidos e significados (Heidegger, 1927/2015).

E é nesse mundo radicalmente singular e comum a todos, que religião, psicologia, clínica e umbanda são entes-habitantes familiares. Fenomenologicamente podemos entender que o horizonte que está em voga na terapia ou análise é sempre possível, apenas a partir da experiência do próprio paciente em seu mundo. E todo dasein, todo paciente, existe em um horizonte histórico; em um contexto que manifesta-se e interpela à própria experiência em suas possibilidades e não outras.

É nesse sentido que compreendemos a clínica como espaço que se abre à possibilidade da manifestação da religiosidade. E religiosidade aqui, compreende-se pelo modo como pessoas e instituições manifestam sua religião: “Pessoas e instituições que orientam seu fazer social tendo por referência a religião o fazem, a partir de um pressuposto que reflete suas crenças e, portanto, sua religiosidade” (CFP, 2013, p. 2).

Nela (a clínica), (des)anuvia-se o sagrado como privilégio de troca e experiencialidade; os saberes psicológicos e os saberes religiosos ou espirituais, não sem complexidades e dificuldades, podem se encontrar velada, declarada e misteriosamente. O modo como cada um vive a experiência religiosa nos interessa. Isto é, a compreensão sobre religiosidade é imprescindível ao clínico, desde que aceitemos o convite para aprender sobre o mais indizível de cada um a cada palavra, encontro, gesto e experiência. Afinal, em sua mostra que se retrai, o ser é mistério e o existir em sua essência, tem seus caminhos indissolivelmente misteriosos.

A(s) Umbanda(s): Breves apontamentos

Em nossa compreensão, a umbanda instituída no Brasil não é única. É um plural de manifestações que remontam o período escravocrata, com os primeiros povos raptados bantos, de onde a expressão *mbanda* tem origem e significa cura, desvendamento...

O linguista Heli Chatelain pode ter sido o primeiro autor a grafar o vocábulo umbanda e descrevê-lo em sua origem etimológica. Em seu estudo ‘Grammatica elementar do Kimbundo ou Lingua de Angola’, de 1888, encontra-se: “Umbanda, arte de curar, art of healing” (p. 123). O autor nos explica que “os nomes (...) caracterizados pelo prefixo u -, são quasi todos abstratos e designam officio, classe, estado, qualidade abstracta” (p. 123, *ipsis litteris*).

Para Castro (2005) o termo possui origem banto, no quicongo, quimbundo e umbundo *mbanda*, “tabu, coisa sagrada, bruxedo - bandala, invocar os espíritos, suplicar” (p. 347).

Já para Lopes (2012), “Umbanda, s. f.: ocorre no umbundo e no quimbundo significando arte de curandeiro, magia, ciência médica, medicina, em derivação talvez vinda do quimbundo ‘banda’, desvendar” (p. 250).

No campo umbandista, contudo, inicia-se um processo de disputa que atribui outras origens ao vocábulo, que ora se afastam, intencionalmente e com muitas deturpações de sua raiz Centro-Africana, e ora se aproximam, mas não será foco deste escrito.

Voltando às manifestações umbandistas, sua história é longínqua e permeada de muitas lutas, contradições, apagamentos, reafirmações e mitos. Remonta o período da colonização, consolida-se e assenta-se das e nas tradições dos mais diferentes povos e chega à

contemporaneidade opulenta por essa complexidade cultural, social e religiosa que também é característica do Brasil.

A história cultural brasileira pode ser aprendida e apreendida não apenas em livros de história, mas também em terreiros de umbanda. A umbanda reinterpreta os valores, as visões históricas e os acontecimentos nacionais, dialogando com a realidade. As classes de pertença de seus espíritos reflete também grupos que geralmente sofrem ou sofreram exclusão social, uma marca de resistência e preservação de um modo de dialogar com a realidade social de forma a articular, pelos rituais, a inclusão social (Bairrão, 2011, p. 86).

É assim que as umbandas e seus ancestrais, os exus, as pomba-giras, boiadeiros(as), baianos(as), caboclos(as), marinheiros(as), pretos(as)-velhos(as) e outros, invertem a lógica dominante que os marginalizaram.

O que não podemos conceber, contudo, é que apesar de constituir e fazer parte da história do Brasil e ter em sua cosmovisão e ritualística, a composição de entidades que representam as diferentes populações, figuras históricas e a pluralidade de realidades sociais do país, cultuadas em 'linhas', as umbandas sejam tratadas como a síntese de nossa formação social. Afinal, "sínteses pressupõem resumos acabados de ideias e essências presentes em algum texto ou mesmo uma composição, ou das diversas partes de um todo em uma unidade" (Simas, 2021, p. 10).

Entender umbanda como síntese percorre o perigoso caminho de apagar as dinâmicas de suas práticas reelaborações, contradições, tensionamentos, pluralidades e soluções criativas de mundo. Ao mesmo tempo, esbarra na crença de que possível sintetizar o Brasil de alguma maneira é fechada e conclusiva, desconsiderando a complexidade da formação do Estado-Nação brasileiro e da profunda dificuldade de se pensar alguma identidade fixa e unívoca para um processo histórico marcado pela extrema violência da colonialidade contra corpos e saberes não brancos. Se por um lado é erigido esse projeto de espoliação, por outro ocorrem criações incessantes de alternativas de vida - nas fissuras do horror - que esses corpos e saberes atacados produziram como resistência e, mais do que isso, invenção de vida diante da aniquilação e da morte (Simas, 2021, p. 10).

Assim, concordamos com o autor em que a(s) umbanda(s) se (re)afirmam como um "modo brasileiro de insistir - a partir da interação com os ancestrais e antepassados e com tudo que nos cerca como um país que é veneno e remédio ao mesmo tempo". Em uma espantosa beleza "presente em rituais de afirmação, não da morte, mas da vida" (Simas, 2021, p.10), e portanto, (in)acabadamente aberta como o próprio existir.

Como Simas (2021), compreendemos que existem muitas umbandas, todas fundadas em tradições que se expressam em vertentes das mais diversas.

Não obstante, apesar de sua não-homogeneidade, não quer dizer que não podemos observar aspectos comuns entre as muitas umbandas. Simas (2021), expõe, por exemplo, alguns deles:

(...) que caracterizam as mais diversas umbandas. Um dos mais relevantes é a crença nas conexões que existem, ao longo dos tempos, entre o nosso mundo material visível, palpável - e o invisível. O mundo material é composto das pessoas e do ambiente que as cerca: as folhas, as frutas, as águas, as pedras, as árvores, os bichos, as terras, as ruas, as esquinas, as encruzilhadas, as comidas etc. (...) para interagir com a família ou a comunidade, receitam remédios, preparam banhos com as folhas, dançam, brincam, expelem fumaças de cachimbos e, fundamentalmente, curam. (pp. 8-9).

Para Dandara e Ligiéro (2013), além de sua inexorável característica heterogênea, seria a caridade um dos fatores observados entre as diferentes vertentes de umbanda. Cabe-se, entretanto, uma ressalva, pois, o mote da caridade como um dos pontos comuns ou principais, nos parece ser uma das influências espírita-kardecistas que nem todos os terreiros ou manifestações umbandistas seguem; e dentre aqueles que seguem, não necessariamente se exortam outros ideais kardequianos em suas cosmovisão e prática, nem mesmo o entendimento sobre serem cristãos.

Muito foi discutido sobre a origem da(s) umbanda(s) na literatura umbandista e científica. As disputas e clivagens que arrogam sobre seu surgimento e história parece ser um traço comum dos escritos. Não obstante, visitando a literatura com algum empenho, percebemos que alguns elementos que podem ser vistos na atualidade de suas manifestações advêm do período seiscentista e dos rituais da santidade, como o uso da erva santa (tabaco), as defumações, transe ritualístico, altares com elementos católicos, entre outros.

Também se pode observar nos calundus coloniais, amalgamados com os saberes da tradição Banto e a força de sua imensidão vital, firmadas e sopradas com *mpemba*, abençoada pelos Ancestrais e pelos Inquices, uma profusão de similaridades. Além de ter sido, nos calundus, que possivelmente se inaugurou a presença e louvação aos Voduns e a benção da tradição Jeje.

Essa força também estruturou as mesas cabulistas, junto da sabedoria que pulsava da tradição Maometana e a importância atribuída por eles ao uso ritualístico da água, as cores das vestimentas, os alás, os turbantes, os patuás, os dias celebrativos e a simbologia ancestral dos pontos riscados. Isso tudo, somado aos nomes designativos de e em seu universo: *embanda*, *cambone*, *engira*, entre outros.

Chegamos às macumbas... e à vastidão de saberes seculares que pulsavam em suas manifestações, adiciona-se a rica e pujante tradição Ioruba. Os orixás, a designação das roças ou terreiros, o (re)cuidado e a devoção às ervas sagradas, as oferendas às divindades, as

celebrações e a importância da conduta para a convivência em comunidade. Além dela, houve ampla influência da visão espírita Kardecista de caridade, evolução, mediunidade e codificação, baseadas nos arcabouço científicos do Pentateuco.

A quimbanda surge evidenciada por uma parcela da umbanda cooptada pela efervescência cultural, ideológica, social e política, tendo em seus batuques exusíacos o cultivo das ervas-cultos que a antecederam, justamente, contudo, no período de "consolidação de uma sociedade urbano-industrial e de classes" (Ortiz, 1978/1999, p. 15), constituindo-se como a grande força estruturante, porém opositora da umbanda - ou como o grande depósito das tradições enjeitadas por ela, das afecções biológicas que os transes alardeavam, do culto que impossibilitava a tranquila democracia cultural e racial, da esquerda que poderia corrompê-la, e ao país, pois curava e cuidava dos marginalizados; da morte de um beligerante nacionalismo e da ameaça de não tornar-se aceita socialmente.

É nesse período que também a umbanda se legitima "na medida em que ela integra os valores propostos pela sociedade global" (Ortiz, 1978/1999, p. 15). Prandi (1998) declara-nos que nesse movimento houve um apagamento deliberado das "características de origem africana e sistemático ajustamento à cultura nacional de preponderância europeia (...)" (p. 156).

A(s) umbanda(s), portanto, desponta(m) no cenário brasileiro no início século XX e se desenvolve(m) predominantemente no sudeste, em São Paulo e no Rio de Janeiro (Filho, 2021) em suas quatro primeiras décadas, (des)carregando em seu fulcro séculos de sedimentação histórica - atemporais - de outros cultos, tradições, religiões, cultura e povos e isso nos importa para as compreensões aqui propostas.

Narrativas de Experiência: procedimentos metodológicos

Compreendemos que os complexos sistemas que estão presentes em diversas - para não dizer todas - as culturas, a que chamamos de religiões, orientam "as ações humanas de forma significativa. Por isso, o reconhecimento do valor da religião e da religiosidade na constituição das subjetividades" (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP-SP, 2014, p. 11).

Depreendemos que Psicologia e Religião "além de transitarem em campo comum da produção de significados, transitam, ainda, no campo da produção de subjetividades" (CRP-SP, 2014, p. 11). Mantendo-se a laicidade como fundamento pétreo, acreditamos na essencialidade de um diálogo entre esses saberes, sobretudo no que tange a rememoração de experiências que possuem em sua quididade possíveis interfaces entre a ciência e as religiões - psicologia e saberes tradicionais (CRP, 2014)

Este relato de experiência e cuidado nasce, assim como a investigação raiz de sua origem,

justamente desse ambiente e da necessidade de ambientação; e passa a ter sentido na projeção de mundo, de inquietação e tentativa de aproximação do fenômeno que incomoda o pesquisador-psicólogo: a experiência de insegurança, sensação de insuficiência e falta de aporte teórico/formativo em atendimentos na inter-relação temática psicologia e religião, principalmente com pacientes umbandistas (Calia e Bassani, 2025, p. 7)

Deixamos claro, de antemão, que optamos pelo resgate escrito da narrativa, que neste capítulo ganha acréscimos em relação àquela exposta na tese de doutoramento, com a revisitação das anotações, havidas no decorrer dos atendimentos (encerrados há uma década) e mais aprofundamento nas reflexões.

Acreditamos que a importância da escolha pela metodologia de narrativas de experiências pode auxiliar a assestar uma aproximação ao próprio fenômeno a partir de sua mostração. Ao narrar uma história, a história de si em relação ao tema, o psicólogo pode desvelar sentidos, significados e compreensões antes encobertos. Procuraremos retomar aqui o “tornar manifesto aquilo de que ‘se discorre’ no discurso” (Heidegger, 1927/2012, p. 113). A possibilidade de narrar a própria vivência pressupõe entender-se como uma entidade que vive em uma rede de significados e sentidos absolutamente orgânica, mutável em sua própria historicidade.

Acompanhamos Calia (2025) ao revelar que a formação em psicologia, por vezes, não é suficiente ao explorar conteúdos sobre religião, religiosidade e espiritualidade, principalmente em se tratando de religiões marginalizadas ou não oficiais como as matriciais afro-indígenas, caso da umbanda.

As narrativas de experiência foram elaboradas e acompanham a estiva da linguagem vivencial em que aconteceram, isto é, o universo umbandista, acompanhando o caminho metodológico proposto por (Calia e Bassani, 2025): i. Escolha e delimitação do ambiente em que os relatos narrados aconteceram, em qual ambiente e de que forma foram resgatados. Etapas de 'procedimentos da coleta de dados' e 'critérios de inclusão dos participantes', denominadas de *Encruzilhadas*; ii. Escrita das narrativas, correção, acréscimo e/ou subtração de elementos em função da adaptação à linguagem escrita, organização temática de sua apresentação ao desencadeamento da pesquisa propriamente dita e formatação. Etapa de 'procedimentos éticos' e 'resultados', denominada de *Pemba*; e iii. Análise e reflexão dos conteúdos realizada individualmente, com a orientadora da pesquisa e a partir da literatura. Etapa de 'discussão', nomeada de *Gira*.

Para que se possam aproximar sentidos, explicitamos brevemente os termos utilizados.

Encruzilhada - Coleta de dados - Escolha da narrativa de experiência: Nomeamos essa etapa de encruzilhadas em alusão ao entendimento de seu significado para o adepto umbandista atendido. As encruzilhadas são o ponto crítico. São a possibilidade de (des)encontros de si mesmo. Consideradas, também, lar de Exu, a divindade Ioruba que dinamiza a vida e é o início. *Pemba* - Escrita, organização e revisão da narrativa - A etapa de escrita e organização formal da narrativa foi denominada de pemba em alusão ao giz ritualístico que, utilizado por muitos umbandistas, é riscado nos chãos dos terreiros e deixam à mostra o símbolo, a força, a proteção, a cura, a ética e a presença dos ancestrais. *Gira* - Análise e reflexão do conjunto - As giras são o momento da reunião, da sessão ou encontro em muitos terreiros de umbanda. Tempo de festa, exaltação, reflexão, cura, análise e consideração sobre a própria vida.

Encruzilhada: A Imposição de Fé pode ser uma Estratégia Psicoterapêutica!?

A narrativa escolhida tem grande significado na vida profissional do psicólogo, marcando prementemente sua trajetória profissional.

Originalmente, no decurso do doutoramento, foi nomeada de *Imposição de Fé a outra Fé*. Neste conjunto, entretanto, a partir da revisitação da narrativa escrita, da rememoração e da consulta às anotações do período, alteramos o nome para uma exclamação que questiona: *A Imposição de Fé pode ser uma Estratégia Psicoterapêutica!?*

Pemba: O Caso Clínico

Certa vez, atendi um homem, de 35 anos, que havia começado a ir a um terreiro por convite de sua namorada, que era umbandista.

À época, descobri durante as sessões, que não apenas pelo relacionamento, mas também, para se consultar com as entidades e pedir ajuda em sua vida profissional. O terreiro que ele frequentava não se declarava cristão, assim como ele explicava.

Não havia imagens católicas nos altares. Nomes do universo católico não apareciam. Não havia sequer quadros de Santos, mas, por outro lado, o espaço físico daquela casa era rodeado por um vasto jardim, com quadros de Divindades estranhas a ele nas paredes. No altar central havia apenas velas... Às vezes de muitas cores.

Apesar do estranhamento com toda aquela novidade, o paciente se sentia muito bem quando participava das giras.

Tempos depois, após ter se estabelecido no trabalho, começou a ter dificuldades no relacionamento, principalmente, porque, ele queria se casar antes de ir morar junto com ela.

Contudo ela não se importava com esse enredo e não enxergava o casamento como um balizador da decisão sobre dividirem um teto.

Após algum tempo, o paciente foi buscar ajuda psicológica. A profissional que o atendeu por cerca de 6 meses, sugeriu que o problema no relacionamento era baseado na diferença de valores religiosos que existiam entre ele e sua namorada. Com isso, sugeriu que o paciente pudesse começar a ler a bíblia, pois todas as religiões teriam em Jesus um parâmetro de conduta a ser seguido. Sua justificativa, aparentemente, era de que religiões não cristãs não poderiam compreender nossa sociedade e os relacionamentos deveriam se basear nas orientações estabelecidas na escritura sagrada católica.

Assim ele o fez, mas não encontrou suas respostas. Pouco tempo depois, terminou o relacionamento e parou de ir ao terreiro. Mudou-se de trabalho e de estado. Passou a receber um salário portentoso, mas não se sentia feliz, momento no qual me procurou.

Ao contar sua história, me disse sentir um pesar muito grande, principalmente pelo modo como aconteceu o término de seu relacionamento anterior. Se perguntava muitas vezes se a ex-namorada e sua comunidade religiosa realizavam 'trabalhos, despachos e macumbas' que estavam impedindo-o de estar bem e que justificassem sua sensação de estar desanimado, carregado e, como ele dizia, sem vida, depressivo.

Conversando comigo sobre essas sensações, me disse que estava pensando em ir a outro terreiro, que ficava perto de sua nova residência para receber orientações e ajuda, uma vez que, durante nossos atendimentos, estabelecemos que eu não poderia decidir por ele algo tão importante e tão cheio de significados em sua história. Mas poderíamos caminhar juntos tentando compreender o que se apresentava a cada vez em sua experiência e o sentido das decisões em sua vida.

Ele foi... Em um dia em que a lembrança da ex-namorada o assaltou de maneira muito forte e persistente. Lá, foi orientado que não havia nenhum carrego, demanda, despacho ou trabalho contra ele. Foi-lhe feito um *amaci*¹ de ervas para se banhar em prol de conseguir seguir com sua vida em paz.

Seu quadro depressivo perdurou algum tempo. Procuramos, também, ajuda psiquiátrica.

¹ Preparo de ervas comumente feito com água para fins de lavagem de cabeça ou banho. Prática observada em muitos terreiros e tradições matriciais afroindígenas. De acordo com Cacciatore (1977), o termo amaci tem origem provável no ioruba: "amáa - hábito, costume; sí - por para dentro" (pp. 46-47). Termos relacionados: Amazi: "Água purificadora da fonte sagrada do terreiro. Do zulu amanzi, água" (Lopes, 2015, p. 31). "Banto. Água, rio, fonte, regato" (Castro, 2005, p. 151). Amazim: "Infusão de ervas e folhas sagradas usadas nos banhos propiciatórios e nos ritos fúnebres (axexé), quando ela é posta em uma cabaça, à porta da entrada do terreiro, para que seus participantes possam molhar os pulsos e as mãos, após o que o restante é atirado à rua, na crença de livrá-los de qualquer contato com a morte". (Castro, 2005, p. 151). Axé-de-folha: "Banho ritual preparado com folhas e água do axé" (Castro, 2005, p. 161).

Quando encerramos a psicoterapia, o paciente possuía uma rede de proteção significativa e se declarava adepto da umbanda. Vez ou outra ia tomar passe no terreiro e consultava-se com a mãe de santo (sacerdotisa) da casa com frequência, ocasiões nas quais dizia que melhorava muito; continuou com o auxílio psiquiátrico e estava namorando uma moça que frequentava o kardecismo.

Gira: Análise da Narrativa de Experiência e Cuidado

Iniciamos pelas considerações sobre o universo umbandista, isso, porque, na miríade das diferentes vertentes de umbanda, que se observa no decurso de sua história e contemporaneamente, encontram-se aquelas que não detém-se em sincretismos católicos e que, tão pouco, são cristãs.

Nota-se que a dicotomia expressa pela solicitação da leitura bíblica - bem e mal, Deus e o Diabo -, por ser proselitista de um lado e induzir apostasia de outro, não permite enxergar as múltiplas manifestações do sagrado que permeiam a sociedade brasileira. Nesse movimento, alega-se a impossibilidade de se sentir ou aproximar-se da costura da tessitura social expressa por ela e seu particular desenho: é-se em um viver heterogêneo e diverso.

Quando ouvi sobre a postura da profissional e seu serviço de aconselhamento bíblico, lembrei-me, de pronto, da gruta da ninfa Egéria e de sua história de compartilhamento com Numa Pompílio na construção das leis e rituais religiosos de Roma.

Conta-se que Numa, segundo Rei de Roma, era favorecido por essa ninfa com encontros secretos, durante os quais ela lhe dava lições de sabedoria e direito, que foram concretizadas nas instituições da jovem nação. Depois da morte de Numa, a ninfa definhou de pesar e transformou-se numa fonte (Bulfinch, 2002, p.15)

Se bem que na história de Egéria e Numa há alguma beleza. Desprovida no atendimento clínico narrado... Talvez nele, uma história às avessas da gruta. Ainda assim, um pedaço da história vaticínada em nosso país pela religião oficial àquelas consideradas marginalizadas.

Nesse sentido, como acolher uma demanda que funda-se nesse universo?

Na medida em que o espaço psicoterapêutico se define e se realiza a partir da demanda feita por pessoas que se encontram em situação de sofrimentos e dilemas humanos para os quais não encontram estratégias psíquicas capazes de reduzir e minorar suas angústias pessoais, existenciais, relacionais e por vezes religiosas e espirituais, há que se incluir nesse espaço de ajuda todas as dimensões de sua vida (Fontes, 2017, p.38)

E a autora continua:

Mas, como fazê-lo se os psicoterapeutas e psiquiatras, muitas vezes, tendem a se apresentar receosos dessa inclusão, seja por razões teórico-metodológicas, por conflitos espirituais/religiosos vividos e nem sempre elaborados em sua própria

biografia, ou por preconceitos construídos sobre o sistema de crenças de seus clientes? Nos piores casos, contrariando a conduta terapêutica prescrita no código de ética das duas profissões, pode-se considerar psicoterapeutas e psiquiatras que se aproveitam das vulnerabilidades emocionais de seus clientes e fazem proselitismo religioso de suas próprias crenças, uma falta profissional grave, passível de perda do direito de exercer a profissão, caso haja denúncia (Fontes, 2017, p. 39).

O paciente, após conversas com outra psicóloga, que o acompanhou por um curto período antes de iniciarmos, preferiu não dar queixa da profissional, pois, à época, em seu modo de compreender, concordou com sua visão.

Eis um dos perversos aspectos desta falta ética: imputar ao outro, fragilizado e em sofrimento, a culpabilização por ter escolhido a saída - única oferecida - que lhe foi apresentada.

Sabe-se que o preconceito com a umbanda e outras religiões matriciais afro-indígenas acompanham-nas desde seus primórdios. Associam-nas ao demônio em conluio ao ultrapassado conceito de raça que enaltece a cultura européia e diminui a nativa indígena e a africana (Simas, 2021; Filho, 2021, Silva, 2022).

O primeiro estudo científico sobre as religiões afro-brasileiras que se tem registro, é do médico-legista Nina Rodrigues (1896/2014)². Sua obra, "de indubitável conteúdo racista, foi resultado do conhecimento científico da psiquiatria e do evolucionismo da época (...) acabou servindo de marco ou modelo obrigatório de interlocução aos novos textos que se seguiram a ela" (Silva, 2022, p. 41).

Rodrigues (1896/2014) ao estudar os núcleos fetichistas (terreiros de candomblé de origem sudanesa - nagôs-iorubas) constatou o atraso que havia nos grupos negros e sua influência no desenvolvimento social brasileiro. Ramos (1934/1988) seguiu seu 'mestre', mas focalizou seus estudos na cultura dos povos negros, e não na 'raça' como fez seu antecessor. Sua compreensão aponta, contudo, assim como a de Rodrigues, para certa hierarquia de valores entre as diferentes tradições afro-religiosas, colocando as manifestações bantos na base da pirâmide e as de origem nagô-ioruba no cume, além de atribuir compreensões atravessadas por psicologismos, baseadas nas ciências naturais e nas ciências médicas da época, aos fenômenos comumente observados nas comunidades de terreiro, atribuindo, principalmente, às manifestações bantos, uma carga maior de psicopatologismos ou psicopatológicas.

² *Animismo Fetichista*, obra de divulgação médico-científica dedicada a Société Médico-psychologique de Paris, foi publicado em francês ao ano de 1900 (Silva, 2022). De acordo com Lépine (2015)) "As pesquisas de Nina Rodrigues nos terreiros de candomblé de Salvador e, em particular, no terreiro do Gantois, foram realizadas no final do século XIX e os textos correspondentes foram publicados numa sequência de capítulos, na Revista Brasileira, no decorrer do ano de 1896. Após a morte prematura do autor, Arthur Ramos publicou o texto integral em 1935 na Biblioteca de Divulgação Científica da Civilização Brasileira" (p.50).

Deste ponto em diante, a umbanda, que possui em seu bojo a pluralidade ritualística das macumbas e uma estruturação eminentemente banto, além da marginalização social imputada pela religião oficial, em séculos de exercício, e pelo terreno de disputa em busca de sua legitimação por uma parcela de seus aderentes auto denominada de 'espiritismo de umbanda' - com a ideologia kardecista da época, eminentemente euro-centradas - sofre desprestígio também dos cientistas-pesquisadores. Mais especificamente, o imaginário popular sobre essa religião, influenciado pelas obras de Nina Rodrigues e formulado por décadas na pesquisa por seus sucessores, faz-se ver de muitas maneiras. Essas influências acabam por fornecer algumas pistas ao se analisar determinados acontecimentos, pois expõem os conceitos que a subjazem, como na narrativa.

De modo algum procura-se dirimir ou justificar a conduta da profissional, mas sim, compreendê-la a partir de uma necessária ampliação: a vivência narrada ao passo que expõe a falta ética no exercício profissional, expõe um dos modos constitutivos da sociedade na qual, tanto a clínica psicológica quanto a umbanda fazem morada.

Faz-se necessário explicitar, também, como expõe Sampaio (2007), que durante as décadas de 1940 e 1960, havia um discurso eclesiástico muito difundido em jornais, revistas e livros especializados que granjeavam defraudar e combater em um primeiro momento tanto as religiões que compartilhavam algum ponto em comum, qual seja, o contato com o sobrenatural na forma de espíritos (feitiçarias) – momento em que espiritismo e umbanda eram sinônimos - e em um segundo momento um combate fervoroso direcionado especificamente à umbanda. Destacamos nesse ínterim o jornal chamado *O Lampadário*, a *Revista Eclesiástica Brasileira*, a *Vozes*, revista católica de cultura e os livros publicados por um dos autores mais ferrenhos e opositores da umbanda, o Frei Boaventura Kloppenburg, autor e chefe da seção ‘Anti-espírita’ do ‘Secretariado Nacional de Defesa da Fé da Conferência Nacional de Bispos do Brasil’, a CNBB.

Assim comunica o autor sobre o posicionamento do catolicismo aos terreiros, aos umbandistas e à umbanda:

Em vista do espírito de proselitismo que os anima e do evidente perigo de contágio, não convém aos católicos procurar ou fomentar amizades ou intimidades naqueles meios. É sobretudo aconselhável afastar a infância inexperiente e a juventude aventureira do contacto habitual com estas pessoas (...) O melhor ato de caridade que podemos fazer em favor deles, é rezar, suplicando a Deus a graça da conversão (...) Perante as sessões de Umbanda, a atitude do católico é de completa abstenção. Nem mesmo "apenas para ver" irá participar em atos de tão manifesta revolta contra as claras determinações de Deus, que interditou rigorosamente a necromancia e a magia, o politeísmo e a demonolatria. Assistir a uma sessão de Umbanda ou de Espiritismo seria pecado grave de desobediência contra o Criador (Kloppenburg, 1961, pp. 219-221, *passim*).

A atuação da profissional parece carregar-se imbuída do que já foi tendenciosamente apontado como a postura esperada pelo bom ou verdadeiro Católico Apostólico Romano frente à umbanda e outras religiões matriciais afro-indígenas.

Condutas dessa ordem, que trazem a um espaço laico o fundamentalismo religioso, aviltam a pedra basilar do exercício profissional. As diretrizes para atuação dos psicólogos, exigidas pelo código de ética profissional (Conselho Federal de Psicologia, 2005) são claras e a normativa de 2023 também (CFP, 2023). Para além delas, existem algumas produções do sistema conselhos, como os três ‘cadernos’ do DIVERPSI (Diversidade Epistemológica Não-Hegemônica, Laicidade e o Diálogo com os Saberes Tradicionais) lançados em 2016, além de notas técnicas.

O paciente chegou a trazer como tema de nossas sessões a possibilidade de denunciar a psicologia, mas todas as vezes em que tematizamos a importância deste acontecimento para a continuidade de sua vida, ele dizia que não era certo, até mesmo justo, pois à época acreditou na análise da profissional. E mostrava, a cada vez, não querer insistir no assunto; como se esperasse que eu o dissuadisse ou instiga-se de alguma forma.

Analisar essa narrativa reviveu a sensação de impotência que tive ao entrar em contato com a história pela primeira vez. E história "não é o somatório de fatos, mas sim a busca do que é significativo, de acordo com a possibilidade que a compreensão humana tem, em cada momento, de abarcar a totalidade deles" (Pompéia e Sapienza, 2011, p. 97).

Nossa intenção não é analisar o caso, mas sim aquilo de mais próprio que ele despertou no pesquisador-psicólogo. Por isso, ater-nos-emos apenas ao necessário de sua explicitação, assestando sentido em nossa análise.

Munido da possibilidade de considerar o psicólogo como um oportunizador ou facilitador, encontrei a ação que se fazia possível ao horizonte terapêutico, que procurou, para além do discutido até aqui, auxiliar o paciente no enfrentamento daquilo que o motivou a procurar ajuda: estar sem vida, depressivo, nas palavras dele.

De fato, sua abertura de mundo, fomos compreendendo, era experimentada por restrição, em um modo de ser restringido, entre outras situações, ao sentimento de culpa que ele carregava consigo em função do modo como o término de seu relacionamento se deu.

Era como se ele estivesse andando de modo automático para frente, mas com o pescoço voltado para trás, temendo enxergar um mínimo vislumbre dos caminhos e possibilidades que se abriam ao caminhar. De fato, encontrar(-se) (n)as encruzilhadas pode ser temível...

De acordo com Heidegger (1927/2012) o ser-aí encontra-se sempre no jogo de sua (im)permanente (in)conclusão no abismo angustiante frente ao já sabido e antecipado encerramento.

Assim, para além da culpabilização pelo fundamentalismo proselitista imposto, a culpa pelo término assolava o paciente e ele precisava dar conta disso.

A culpa funda-se na falta. Em uma falta que fia-se pela falha de não ter sido como se desejava. De não ter feito o melhor possível. Há um buraco entre o sonho que se sonha e a realidade vivida que afastou sua concretização (Pompéia e Sapienza, 2011).

Compreendo sua decisão de retorno ao terreiro como uma legítima possibilidade terapêutica de ressignificação e até resgate. Talvez de poder enterrar a gruta e a intolerância racista da falsa Egéria. Afinal, é no desterro que se pode plantar os brotos que, com alguma sorte, vingarão.

Um banho de ervas maceradas para lavar o Orí (em Ioruba, a cabeça ou a divindade que nela habita - em cada um), assim como indicado no terreiro para o seu tratamento, ao passo que nos indica uma noção de cuidado de saúde completamente diferente da habitualmente produzida e contemplada no campo psicológico, nos ensina, também, sobre a indigência do alcance e do saber do psicólogo neste contexto.

Como àquela altura eu sabia sobre psicologia, mas quase nada sobre seu amaci, pedi para que ele me ensinasse sobre o que era aquilo, como ele se sentia, qual a frequência, quais eram as ervas, o cheiro...

Pouco a pouco, parecia haver abertura e possibilidade de enfrentamento na ação do paciente. Refletindo agora, entendo que o terreiro foi um dos espaços escolhidos - na encruzilhada de sua vida -, que permitiu a ele ir ao encontro de si mesmo. E a cada vez que ele procurava aquele espaço e as pessoas que faziam-no acontecer, parecia voltar mais leve... Contava planos futuros... sonhava... Dizia que *refrescar a cabeça* - o jeito dele de nomear o amaci de ervas - ajudava-o.

Acredito sinceramente que o acompanhamento psiquiátrico junto da medicação regular e os encontros semanais comigo ajudavam-no. Mas não apenas isso.

Lavar a cabeça, os pensamentos, a alma de pesos históricos que ele carregava, muitas vezes sem consciência de si mesmo ou dos acontecimentos de sua vida, com ervas colhidas e preparadas com água por alguém que se dispunha a cuidar dele, é um dispositivo de saúde formidável e inalcançável como proposta factível à psicologia, mas que se mostra presente, tangível e articulável no espaço clínico quando há o diálogo com outros saberes. Se nos

permitirmos ao mistério da ancestralidade do outro que nos convida para participar, brevemente, de sua experiência de viver.

Coube a mim como psicólogo dimensionar tanto os limites da terapia quanto o meu próprio enquanto profissional, podendo articular entre a crença do paciente e os saberes não-hegemônicos que ao brotarem no espaço sagrado da clínica, auxiliaram-no, pouco a pouco, a descarregar o peso que o impedia de olhar à frente e, insistentemente, mantinha-o restringido ao passado.

Considerações Finais

Deslindar sobre um caso de intolerância religiosa, isto é, de racismo religioso, ao modo como aconteceu, nos faz pensar em tratarmos de demandas que invocam religiosidades não-hegemônicas na clínica psicológica brasileira de maneiras diferentes.

Nesse sentido, refletindo sobre a experiência vivida e a rememoração em forma de narrativa, abre-se uma possibilidade de atinência a quatro pontos básicos: i. A diversidade de algumas manifestações religiosas, como a umbanda, é tamanha que mesmo entre praticantes da mesma fé, há diferenças significativas, pois em muitas não há um livro sagrado que oriente a conduta; ii. Estar aberto para aprender com o próprio paciente, sobre o modo como cada um deles a vive é uma oportunidade factível. O que implica em uma mudança de postura secularmente instituída: o psicólogo pode e deve tornar-se aluno acerca do existir daquele que o procura, a fim de poder se aproximar de alguma compreensão; iii. A sociedade brasileira experimenta um “forte sentimento de religiosidade expresso por meio de múltiplas formas de adesão religiosa, dadas as suas raízes indígenas, europeias e africanas” (Conselho Regional de Psicologia de São Paulo [CRP-SP], 2014, p. 15), uma aproximação a esse universo é complexa e intimamente relacional, pois pode despertar noções pré-concebidas e intolerâncias apreendidas; e iv. Há marginalizações, preconceitos e uma história de muito sofrimento reduzida às nesgas de uma pretensa história oficial do país, desde o início em nossa sociedade a respeito dessas manifestações, culminando em epistemicídios. Acreditamos ser imperativo nos atentarmos a essa - verdadeira - constituição.

Ademais, condutas da ordem que aqui narramos podem se tornar cada vez mais frequentes, se não houver um preparo e uma aproximação desses temas no processo formativo dos psicólogos. É preciso fazer valer problematizações, provocações e convites, para que a demanda exigida pelas Leis no 10.639/03 e no 11.645/08 (Brasil, 2003; Brasil, 2008) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino

de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP001/2004) (Brasil, 2004) sejam amplamente divulgadas e implementadas.

Por fim, e todo fim des-fecha, isto é, (re)abre, compreendemos que a clínica psicológica e o exercício da psicoterapia, talvez sejam mesmo um lugar do *entre*; de onde a vida também pode florescer - mesmo em brotos eivados de pesticidas - com a água certa que ajuda a morrer e a nascer (de novo). Se regada(s) sempre...

Referências Bibliográficas

BAIRRÃO, J. F. M. H. A Força Social da Umbanda. [Entrevista Concedida a] Carlos Haag.

Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, n. 188, 2011, p. 85 – 89.

BRASIL. Conselho Federal de Educação - **Parecer No 403/62 de 19 de dezembro de 1962.**

Dispõe sobre o currículo de Psicologia. Diário Oficial da União, Brasília, 1962.

BRASIL. **Lei Federal No 4.119 de 27/08/1962.** Dispõe sobre os cursos de formação em

Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Diário Oficial da União, Brasília, 1962a.

BRASIL. **Lei No 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei 9394/96 para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-

brasileira”, 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e**

para o ensino da História afro-brasileira e africana. Brasília/DF: Ministério da Educação/Secad, 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/ptbr/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temasinterdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>.

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de Março de 2008.** Altera a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, 2008. Disponível

em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1010-1-lei-11645-10-03-2008&Itemid=30192.

BULFINCH, T. **O livro de ouro da mitologia: histórias de deuses e heróis.** 26. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

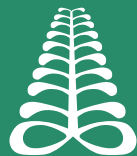
- CACCIATORE, O. G. Dicionário de cultos afro-brasileiros: com a indicação da origem das palavras. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
- CHATELAIN, H. Grammatica elementar do Kimbundo ou Lingua de Angola. Genebra: TYP. de Charles Schuchardt, 1888-1889.
- CALIA, A. D. A Formação em Psicologia: Insubmissões Contemporâneas nos Lastros da Tradição Banto. **Revista Debates Insubmissos**, [S. l.], v. 7, n. 26, p. 231–264, 2025. DOI: 10.32359/debin2024.v7.n26.p231-264. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/debatesinsubmissos/article/view/262135>.
- CALIA, A. D., & BASSANI M. A. A pesquisa psicológica com saberes não-hegemônicos: possibilidades de (re)aprender narrando experiências. **Caderno Pedagógico**, 21(8), e6731, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n8-124>.
- CASTRO, Y. P. de **Falares Africanos na Bahia: um vocabulário Afro-Brasileiro**. 2ªed. Rio de Janeiro; Topbooks, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Código de Ética profissional dos psicólogos**, 2005. Disponível em: <content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) **Posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia para a Questão da Psicologia, Religião e Espiritualidade**, 2013. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/documentos/posicionamentodo-sistema-conselhos-de-psicologia-para-a-questao-da-psicologia-religiao-e-espiritualidade/>.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP) **Resolução nº 7, de 06 de abril de 2023** **Estabelece normas para o exercício profissional em relação ao caráter laico da prática psicológica**. Disponível <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-7-2023estabelece-normas-para-o-exercicio-profissional-em-relacao-ao-carater-laico-dapratica-psicologica?origin=instituicao>.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP-SP) **Laicidade, Religião, Direitos Humanos e Políticas Públicas – Volume 1**. São Paulo: CRP - SP, 2016.
- CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (CRP-SP) **Psicologia, Laicidade, espiritualidade, Religião e os Saberes Tradicionais: Referências básicas para atuação profissional**, 2014.

- COSTA, J. F. **História da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. 5ª ed. rev. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- CUNHA, V. F.; SCORSOLINI-COMIN, F. A Dimensão Espiritualidade/Espiritualidade na Prática Clínica: Revisão Integrativa da Literatura Científica. A Dimensão Religiosidade/Espiritualidade na Prática Clínica: Revisão Integrativa da Literatura Científica. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília , v. 35, e35419, 2019 . DOI: <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35419>.
- CUNHA, V. F.; SCORSOLINI-COMIN, F. A religiosidade/espiritualidade (R/E) como componente curricular na graduação em Psicologia: relato de experiência. **Psic. Rev.** São Paulo, volume 28, n1, 193-214, 2019a. Disponível em: 536 <https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/39837/0>.
- DANDARA e LIGIÉRO, Z. **Iniciação à umbanda**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- FILHO, M. A. S. **Religião Afro-Brasileira: Breve estudo sobre as religiões importadas da África**. São Paulo: Lafonte, 2021.
- FONTES, F. Religiosidade e prática psicoterapêutica clínica contribuições à Psicologia da Religião. **Revista de Estudos da Religião**. Vol. 17, Nº. 2, 2017, pp. 37-49. DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/1677-1222.2017vol17i2a3>.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Tradução: Márcia Sá Cavalcante Schuback. 10ªed. – Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, Sp: Editora Universitária São Francisco, 1927/2015.
- KLOPPENBURG, B. **Umbanda no Brasil: orientação para os católicos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1961.
- LÉPINE, C. Transe e possessão no culto dos orixás: uma revisão das interpretações. In: BAIRRÃO, F. M. H.; COELHO, M. T. A. D. (Orgs.) **Etnopsicologia no Brasil: teorias, procedimentos, resultados**. Salvador : EDUFBA, 2015, pp. 41-80.
- LOPES, N. **Dicionário Banto do Brasil: Repertório etimológico de vocábulos brasileiros originários do Centro, Sul, Leste e Sudoeste Africanos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Rio de Janeiro. Centro Cultural José Bonifácio, 2012.
- LOPES, N. **Dicionário Escolar Afro-brasileiro**. 2ªed. São Paulo: Selo Negro, 2015.
- NEUBERN, M. S. O que significa acolher a espiritualidade do outro? Considerações de uma clínica Ethnopsy. In: FREITAS, M. H. de; PAIVA, G. J. de.; MORAES, C. **Psicologia**

- da religião no mundo ocidental contemporâneo: desafios da interdisciplinaridade.** Brasília, DF: Universa, 2013.
- ORTIZ, R. **A Morte Branca do Feiticeiro Negro: Umbanda e Sociedade Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1979/1999.
- POMPEIA, J. A. e SAPIENZA, B. T. **Os dois nascimentos do homem: escritos sobre terapia e educação na era da técnica.** Rio de Janeiro: Editora Via Verita, 2011.
- RAMOS, A. **O Negro Brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise.** 2ª ed. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1940/1988.
- RODRIGUES, R. N. **O Animismo Feitichista dos Negros Baianos.** 2. ed. Salvador: P55 Edições, 1896/2014.
- SAFRA, G. Espiritualidade e Religiosidade na Clínica Contemporânea. In: AMATUZZI, M. M. (org.). **Psicologia e Espiritualidade.** São Paulo: Paulus, 2005, pp. 205-2012.
- SAMPAIO, D. S. **“De Fora do Terreiro”: O discurso católico e kardecista sobre a umbanda entre 1940 e 1965.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007, 225p.
- SCHUCK, N. **O Conceito de Religião em Heidegger: uma possibilidade de superação pela fenomenologia da religião.** 2015. Tese (doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, 2015, 210p.
- SILVA, V. G. da. **Orixás da Metrópole.** 2. ed. – São Paulo: FEUSP, 2022. (Coleção Viramundo).
- SIMAS, L. A. **Umbandas: Uma História do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- SOUZA, M. P. R. de. e BARBOSA, D. R. Formação de Psicólogos e Diretrizes Curriculares Nacionais em Psicologia. In: SOUZA, M. P. R. de; CHECCHIA, A. K. A.; RAMOS, C. J. M.; TOASSA, G.; SILVA, S. M. C. da e BRASILEIRO, T. S. A. (Orgs.) **Diretrizes Curriculares e Processos Educativos: Desafios para a Formação do Psicólogo Escolar.** Curitiba, CRV, 2020.
- ZANGARI, W.; MACHADO, F, R. (orgs) **Cartilha Virtual Psicologia & Religião: Histórico, subjetividade, saúde mental, manejo, ética profissional e direitos humanos.** Realização: Inter Psi – Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais. Departamento de Psicologia Social e do trabalho – Instituto de Psicologia – Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.usp.br/interpsi/?page_id=368.

CATEGORIA ESTUDANTES DE PSICOLOGIA

PRÁTICAS DE CUIDADO



**ANA PAULA MACEIÓ ROCHA; ADRIANA APARECIDA
ALMENIDA DE OLIVEIRA; SALATIEL DA SILVA
ROQUE; THIERRY JOSÉ SANTOS MACEDO**
**RACIALIDADE E GRADUAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES
NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO**

**RACIALIDADE E GRADUAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DE ESTUDANTES NO ESPAÇO
UNIVERSITÁRIO**

O racismo tende a banir a vida psíquica do negro todo prazer de pensar e todo pensamento de prazer. (SOUZA, 1983/1990, p. 10).

RESUMO

O racismo estrutural está relacionado a uma ordem de desigualdade racial enraizada nas estruturas sociais, econômicas e políticas, que perpetuam constantemente a discriminação e o tratamento desigual de grupos raciais. O objetivo deste trabalho foi problematizar e pesquisar a partir de perspectivas teóricas fundamentadas em saberes da Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise sobre o racismo e articular tais conhecimentos junto a experiência de três estudantes negros, sendo dois homens e uma mulher, da graduação de Psicologia, em uma faculdade particular do interior de São Paulo. A pesquisa se deu pela realização de buscas nas bases de dados: SciELO, Google Acadêmico, Lilacs e Pepsic. Também foram levantadas reportagens relacionadas ao tema de pesquisa, assim como dados do “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (IBGE) e livros relacionados ao tema. Para a realização desta pesquisa utilizaram-se de modo especial as contribuições dos autores: Grada Kilomba e Frantz Fanon. O encontro entre as experiências coletadas e as fontes pesquisadas trouxe ferramentas para maior compreensão sobre os efeitos do racismo na saúde mental dos estudantes e a percepção de que psicopatologias são desencadeadas diante desta violência.

Palavras-Chave: Universidade, Questões Raciais, Curso de Psicologia e Saúde Mental.

1. Introdução

Em relação às universidades e a população negra no Brasil, Silva (2020), pontua em seus estudos que a educação superior continua a ser uma fase que ainda não é muito acessível em se tratando da educação no país. O registro na década de 1960 impressiona ao destacar que, por exemplo, 95% da população que havia concluído o ensino superior se tratava de pessoas brancas. Ao relacionar a população negra, mesmo mais recentemente o ingresso sempre foi mais limitado, sendo que apenas dois em cada cem jovens negros de 18 a 24 anos chegavam ao ensino superior em 1995.

Pesquisas mais recentes apresentadas pelo, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) e Spindola (2022), sobre o estudo da Desigualdade Social no Brasil, por Cor e Raça, demonstram que estudantes pretos ou pardos constituem a grande parte, sendo (50,3%) das universidades públicas brasileiras e (46,6%) ligados às universidades privadas. Apesar de negros e pardos serem representados por cerca de 50% das universidades do país, estima-se que há uma representação insuficiente no ensino superior dessa população negra, visto que 56,2% dos brasileiros são pretos ou pardos.

É importante ressaltar que no ano de 2007 foi implantada por meio da Portaria GR nº 695/07 a reserva de vagas para admissão de indivíduos de grupos socialmente vulneráveis para o ingresso a cursos de graduação. Sendo que grande parte destes grupos é representada pela população negra e parda. Destaca-se que essa conquista deu-se através das lutas pelos direitos sociais, tendo em vista que na sociedade tanto dentro como fora a população preta é atravessada pelo racismo estrutural (Spindola 2022).

De acordo com o Manual Antirracismo (2021) o Racismo e o Racismo estrutural estão relacionados a uma prática de discriminação que oprime baseado nas características ético-raciais: sendo um olhar, uma ação de pré-julgamento, todo tipo de pensamento, imagem, comportamento e atitude que desmereça o indivíduo negro por sua cor. O Racismo estrutural está relacionado a uma ordem de desigualdade racial enraizada nas estruturas sociais, econômicas e políticas, que perpetuam constantemente a discriminação e o tratamento desigual de grupos raciais.

Ao se tratar de um olhar histórico para a construção do curso de graduação em psicologia no Brasil, Vilela (2024), afirma que no início do século XIX, o mesmo era centrado na racionalidade científica, influenciado pelo modo capitalista de produção, previamente eurocêntrico e depois estadunidense, com um olhar para outros povos e indivíduos com

objetivo de estudo. Desta forma, em sua constituição inicial quem tinha a fala, era o homem branco, com alta escolaridade, e de grupos elitizados.

Conforme afirmam Santana, Daltro e Castelo (2018), tratando-se do curso de formação em psicologia, os desafios encontrados são discutir as repercussões em ser preto e seus impactos na autoestima e autoimagem do indivíduo. Pesquisar as consequências do racismo vivenciado, nos mais diversos espaços organizacionais e institucionais, seja de forma encoberta ou explícita. Priorizando-se tais questionamentos nos cursos de ensino superior onde se realiza a formação acadêmica e profissional em psicologia.

A reprodução do racismo estruturante no Brasil pode ser constatada diante do baixo número de docentes e discentes negros no país. Visto conforme citado acima que embora a população negra predomine em número nas regiões brasileiras no cenário universitário tal realidade não é encontrada.

De acordo com Kilomba (2019) e Essed (1999/1991) as negligências e violências experienciadas pelos negros, nas esferas públicas acadêmicas, só se tornam visíveis quando os sistemas da cultura branca sentem-se incomodados, somente quando as experiências sofridas, ameaçam o conforto da sociedade branca. Entretanto ao ser vítima do racismo o sujeito é atravessado em sua subjetividade, na forma como lê e lida com as realidades interna e externa, como interpreta a si mesmo e desta forma são produzidas cicatrizes psíquicas.

As cicatrizes psíquicas não se referem apenas ao pensamento intelectual formal e da capacidade de aprendizagem escolar. Abrangem também as condições do indivíduo de processar e demonstrar afetos, emoções e sentimentos (HONORATO, p 60, 2020). Ainda em relação à saúde mental da população negra, o racismo é considerado um fator de influência direta na saúde mental individual e coletiva.

Dados apresentados no Boletim Temático da Biblioteca do Ministério da Saúde: Saúde da População Negra (2022), relatam danos significativos e impactos psicológicos e psicossociais. Entre estes predominam: o sentimento de não pertencimento, a exclusão, a não aceitação de si mesmo e a depressão.

O objetivo deste trabalho foi problematizar e pesquisar os efeitos do racismo no ambiente universitário. A metodologia utilizada foi a revisão de literatura e bibliográfica, a pesquisa de material nas áreas: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise e o levantamento das experiências vivenciadas por dois graduandos negros e uma estudante negra¹ em relação ao enfrentamento do racismo em uma universidade particular do interior de São Paulo.

¹ Neste artigo não problematizamos a questão do atravessamento de gênero, que é algo que pode ser trabalhado posteriormente em outro trabalho.

A graduação em Psicologia é um curso que carrega em seu bojo diversos desafios, o que pode desencadear no estudante intenso sofrimento psíquico. A jornada, que contabiliza cinco anos, pode trazer diversas marcas na subjetividade do estudante. Entretanto, ressalta-se que caso as diferentes condições como raça e classe não sejam nomeadas, o que pode ocorrer é o adoecimento psíquico do aluno ao invés da construção de uma identidade profissional. O processo de desenvolvimento ao longo do curso por vezes pode ser árduo, o que faz parte desta jornada, entretanto, graduações que apenas infligem cobranças ou negam fatores sociais agem em desencontro ao objetivo da formação do aluno.

Por vezes ocorrem frustrações nas dinâmicas relacionais: professor-aluno; grupos de trabalho; alta exigência quanto ao rigor científico e a linguagem acadêmica, grande conteúdo bibliográfico, demanda por boa capacidade de interpretação de textos, adaptação da rotina e a quase inexistente presença de professores e universitários negros entre outros. Ao longo deste trabalho buscou-se problematizar tais questões e seus efeitos na vida de universitários negros (as).

Torna-se cada vez mais importante levantar essas reflexões a partir da discussão sobre o tema proposto, no que tange ao racismo nas universidades e problematizar os efeitos profundos e contínuos que atravessam a saúde mental da população negra neste contexto. Ao discutir sobre essa realidade presente no Brasil, busca-se tornar cada vez mais visível essa situação que afeta pessoas que são invisibilizadas. Este trabalho também objetiva ser instrumento de conscientização para que psicólogos e professores compreendam as nuances e as dificuldades experienciadas pela população negra e servir como material de apoio para estudantes negros.

2. Metodologia

O plano metodológico para a construção dessa pesquisa foi constituído a partir do estudo exploratório de modo descritivo através de revisão de literatura e bibliográfica. As bases de dados utilizadas foram: Scielo, Google Acadêmico, Lilacs e Pepsic. Levantou-se reportagens associadas ao tema de pesquisa, assim como, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e material bibliográfico nas áreas de psicologia, psicanálise e psiquiatria, para a compreensão da identidade do sujeito negro e as violências sofridas resultando no sujeito o quadro de intenso sofrimento psíquico.

Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória possibilita maior familiaridade com o problema, o que torna mais visível a possibilidade de construir hipóteses. Tendo como objetivo principal o alinhamento de ideias ou descobertas de instruções, possibilita um planejamento bem versátil, porém na maior parte dos casos desenvolve-se dentro desta modalidade a pesquisa bibliográfica.

Sobre a pesquisa descritiva Gil (2002, p. 42) afirma que o objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis:

São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental etc.

A coleta de dados, tratando-se de uma revisão bibliográfica relacionada ao Racismo, geralmente se dá pela coleta da história de vida, estudo de uma população, cultura e sociedade. No presente trabalho deu-se pela leitura de autoras e autores negros. Ressalta-se que tal levantamento deve dar-se considerando a singularidade do sujeito e seus atravessamentos vivenciados.

Assim sendo nos escritos de Kilomba (2019), em *Memória de uma Plantação*, a psicanalista retrata que é de extrema importância, considerar essa perspectiva bibliográfica, com o fenômeno do racismo, porque a experiência do mesmo não é algo momentâneo ou pontual, e sim continua que atravessa a vida e a biografia do indivíduo, envolvendo uma memória histórica de escravidão e opressão racial.

De modo especial, para a construção desta pesquisa, utilizaram-se as construções da literatura dos autores Grada Kilomba e Frantz Fanon.

Segundo Lima (2021) Grada Kilomba é uma mulher negra, nascida em Lisboa, Psicóloga, Psicanalista teórica e artista. A autora escreveu o livro “*Memórias da Plantação: Episódio de Racismo Cotidiano*”. O livro traz o relato do racismo vivenciado pela mesma, o que representa a continuidade da violência colonial². *Memórias da Plantação* examina a temporalidade do racismo cotidiano. A combinação dessas duas palavras, “*Plantação e*

² O termo colonial refere-se de acordo com Quijano (2005) a uma perspectiva de conhecimento que desvalida a subjetividade não-europeia. Destitui de valor os povos colonizados pelo povo Europeu.

Memória”, descreve o racismo cotidiano não apenas como a reencarnação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática constituída pelo medo.

De acordo com Elias (2022) Frantz Fanon, (1925/1961), médico, psiquiatra e ativista principalmente em questões raciais, é considerado como referência na área de estudos críticos em relações raciais. Escreveu extensa literatura, no livro “Pele Negra, Máscaras Brancas” (1951) evidencia as formas de opressão e as consequências do racismo. Na obra “Os Condenados da Terra” (1961) defende as lutas anticoloniais em curso naquele período.

3. Resultados e Discussões

Durante a realização da pesquisa foram encontrados diversos dados em artigos e livros. Devido a grande quantidade de material encontrado nas próximas páginas os resultados e discussões foram divididos em tópicos: Questões Raciais no Brasil; Racismo e seus Atravessamentos na Saúde Mental e Psicopatologias desenvolvidas pelo Racismo.

3.1 Questões Raciais no Brasil.

Discutir sobre questões raciais no Brasil, se faz necessário e é de grande urgência ainda hoje, mesmo depois de 136 anos desde a abolição da escravidão no Brasil. Tendo em vista os absurdos de desigualdade, o preconceito reproduzido pelo racismo vivenciado e invisibilizado pela população negra.

Historicamente, a abolição da escravatura, segundo Silva e Silva (2024), aconteceu em 13 de maio de 1888. O negro por lei deixou de ser escravo, porém não era visto como um cidadão. Juridicamente, a escravatura aconteceu, mas, na prática, e ação do estado, não houve nenhum amparo. A população negra ficou por si própria, excluída do acesso a serviços pagos e marginalizada pela sociedade. Mesmo sendo libertos, não eram bem vistos pelas comunidades brasileiras, sendo perseguidos e injustiçados socialmente, pela prática da violência e preconceito.

A abolição não significou inclusão, muito pelo contrário, significou a criação de uma massa marginal (SILVA 2024 & COSTA 198p. 8). Ainda hoje, passados mais de um século, há uma grande dificuldade de reconhecer essa massa marginal que permanece sob os grupos de poder instituído na sociedade, o que afeta todas as áreas da vida do indivíduo negro (a), sendo essas: social, profissional, educacional, física e psíquica.

Com base na leitura do livro “Por um Feminismo Afro Latino Americano: ensaios, intervenções e diálogos” (2020) escrito por Lélia Gonzalez, pode-se compreender que o racismo não é somente um assunto relacionado à discriminação individual, é algo que atinge estruturalmente o sistema econômico e social. Sendo realizado por grupos que definem quais oportunidades de trabalho a pessoa negra terá. Essa força de trabalho frequentemente tornou-se marginalizada, ou com uma posição de menos privilégio, ou temporária, contribuindo para que o trabalho negro tenha uma condição de vulnerabilidade.

Lélia Gonzalez, no livro acima citado, aborda a opressão racial, que influencia a discussão sobre o racismo e a luta pelo direito dos indivíduos (a) negros (a). Leva a reflexão sobre a condição de vulnerabilidade que a população negra se encontra, a autora escreve sobre as consequências psicológicas, desencadeadas pelo racismo, aponta como o mesmo atua de forma inconsciente na saúde mental dos indivíduos.

De maneira direta, podemos observar, conforme pontua SPINDOLA (2022, p. 10), como o racismo tem um impacto profundo na formação da identidade de um indivíduo (a) negro (a).

O racismo como ideologia molda o inconsciente e constrói subjetividade de modo a alinhar essa ideologia às práticas sociais. Nesse sentido, o racismo não necessita de ações conscientes para existir. O racismo produz um imaginário social que é a todo momento reforçado pelos meios de comunicação, educacionais e pela indústria cultural.

A partir da contribuição do autor, pode-se compreender, que, as formas como as pessoas negras entendem a si mesmas e aos outros, muitas vezes está relacionada por preconceitos sociais e culturais que perduram em relação à discriminação racial.

Sendo assim, os autores, Sá *et. al.* (2022) e Inácio (2019), apontam um aumento na probabilidade da população negra de desenvolver problemas relacionados à saúde mental, se comparado a outros povos. A depressão é uma das principais psicopatologias desencadeadas pelo racismo, entretanto, não é facilmente identificada pelos profissionais. Há também o estresse crônico devido ao acúmulo das experiências vivenciadas.

Segundo Pinto e Ferreira (2014) o racismo, no Brasil, é um acontecimento complexo, de difícil compreensão e que deve ser enfrentado. Muitos indivíduos, tendem a acreditar que é algo inexistente que já passou, sendo pontual no contexto privado e não em um ambiente público. E falar de raça no Brasil, ainda não faz sentido para muitas pessoas, ainda pelo pensamento de que não é uma boa linguagem e nem tido como educação.

3.2 Racismo e Atravessamentos na Saúde Mental

Em 2017, o jornal “Estadão” relatou o caso de um promotor de Justiça de São Paulo que afirmou: “Negro, em geral, é catinguento, fede demais”, justificando posteriormente que se tratava de “ironia”.

Em junho de 2023, o programa de televisão “Fantástico” exibiu uma reportagem sobre uma médica ginecologista que, durante a primeira audiência com o juiz, declarou que mulheres negras possuem “cheiros mais fortes” em suas partes íntimas. A médica foi indiciada e está respondendo na Justiça.

Também em 2017, o jornal “O Globo” noticiou um caso de pichações no Centro de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UniRio). Entre as mensagens encontradas, estava a frase “Pretos fedem” e as siglas de uma organização de supremacia branca americana, a Ku Klux Klan.

As características e estereótipos em situações como essas apontados às pessoas negras ao longo dos contextos vividos possuem forte representatividade não apenas em termos biológicos, mas também sociais, refletindo a forma como a sociedade foi construída e impactando a maneira como essas pessoas são vistas e idealizadas a partir de recortes históricos.

Nesse sentido, a historiadora cultural Constance Classen (2002), especialista em história dos sentidos, discorre que a percepção dos cheiros envolve mais do que a simples sensação dos odores; ela está associada a experiências e emoções, tornando o olfato não apenas um fenômeno biológico e psicológico, mas também cultural, social e histórico. Assim, os odores são imputados de valores culturais e utilizados por um meio social como uma forma de definir, validar e interagir com o mundo, sendo interiorizados de maneira profundamente pessoal devido ao seu valor íntimo e emocional que relaciona esses aspectos e características.

“Não que eu buscasse respostas para tudo. Na maior parte da minha infância e adolescência, não tinha consciência de mim. Não sabia por que sentia vergonha de levantar a mão quando a professora fazia uma pergunta já supondo que eu não saberia a resposta. Por que eu ficava isolada na hora do recreio. Por que os meninos diziam na minha cara que não queriam formar par com a “neguinha” na festa junina. Eu me sentia estranha e inadequada, e, na maioria das vezes, fazia as coisas no automático, me esforçando para não ser notada” (RIBEIRO, 2018, p.6).

Fanon (1952/2008) conecta-se às questões raciais e de subjetividade discutidas neste artigo, particularmente em seu texto “Pele Negra, Máscaras Brancas”, ao relatar um caso em que um homem negro tem um sonho no qual caminha por muito tempo e sente-se cansado,

ultrapassando muros e barreiras. Após esse longo percurso, ele vê uma porta à sua frente e, embora hesite, decide entrar. Lá dentro, encontra-se rodeado por homens brancos e, ao observar-se, percebe-se também branco. Para Fanon, que analisa o caso no contexto psicanalítico, esse sonho expressa o desejo inconsciente do paciente de apropriar-se da branquitude para sentir-se pertencente ao meio social. Para entender porque esse desejo ocorre, é necessário considerar o contexto de inferiorização em que esse homem está inserido.

Segundo Fanon, a estrutura psíquica do paciente está em risco de dissolução devido ao complexo de inferioridade internalizado. É essencial preservar sua identidade de maneira gradual para que ele possa libertar-se desse desejo inconsciente, pois a imersão no desejo de ser branco reflete uma sociedade que reforça e sustenta esse complexo. Essa sociedade não apenas dificulta a vivência desse homem negro, mas também se afirma como superior, perpetuando a ideia de inferioridade racial e colocando-o em uma posição neurótica. Em suas palavras (1952/2008, p. 71):

o negro não deve mais se ver colocado diante deste dilema: branquear-se ou desaparecer, mas deve poder tomar consciência de uma possibilidade de existir; dito de outra maneira, se a sociedade lhe cria dificuldades em razão da sua cor, se constato em seus sonhos a expressão de um desejo inconsciente de mudar de cor, meu objetivo não será dissuadi-lo, aconselhando-o a 'manter distância'; ao contrário, meu objetivo será, uma vez elucidados os motivos, colocá-lo em condições de escolher a ação (ou a passividade) diante da verdadeira fonte conflitual – isto é, diante das estruturas sociais.

A partir do pensamento de Fanon (op. cit.), podemos refletir se a psicanálise e os estudos sobre neuroses, que se originam em ambientes específicos e são influenciados pela forma como a civilização se constrói, podem servir para explicar a visão que o homem negro tem do mundo. Até que ponto os conceitos de Freud e Adler podem ser aplicados para entender as percepções e a subjetividade do negro?

Quando se trata de uma neurose vivenciada por um adulto, a tarefa do analista é encontrar, na nova estrutura psíquica, uma analogia com alguns elementos infantis, uma repetição, uma cópia dos conflitos surgidos no seio da constelação familiar. Em todos os casos, a família deve ser considerada 'um objeto e uma circunstância psíquicos' (FANON, p. 99, 1952/2008).

Nessa perspectiva, Fanon (1952/2008, p. 103) argumenta que um negro, quando cresce em sua terra originária, como na África, desenvolve uma estrutura psíquica semelhante à de uma criança branca. No entanto, ao crescer em um ambiente europeu, por exemplo, ele pode

sentir-se inferiorizado e, ao conviver em um ambiente branco, tenta se adaptar para ser aceito. Nesse contexto, o homem negro sente-se forçado a escolher entre os costumes originários de sua família e os valores da sociedade branca, que ele associa à civilização. Isso o coloca em uma posição de conflito entre sua família, que está enraizada em seu "id", e a sociedade.

Refletindo sobre a vida acadêmica de uma pessoa negra, é possível ver paralelos com essa experiência. A história demonstra que negros são uma minoria nas universidades, especialmente aqueles que vêm de comunidades periféricas. Esse ambiente pode ser percebido como hostil, assim como a Europa para o negro no exemplo de Fanon. A sensação de deslocamento e a pressão para adaptar-se, abdicando de suas próprias origens, levam a pessoa negra a experiência de intenso sofrimento psíquico. No entanto, esse esforço de adaptação pode ser insuficiente, pois sua cor ainda chega antes de suas palavras.

3.3 Psicopatologias desenvolvidas pelo Racismo

Com base nos estudos realizados pode-se notar que em relação à população negra e às universidades o curso superior ainda é vivenciado por diversos enfrentamentos, relacionados a vulnerabilidades e o que envolve diretamente a questão racial em se tratando da educação no país. Sendo assim, a partir de recortes históricos, apresentados no trabalho, pode-se observar o quanto o racismo constitui-se como ato de violência.

Pensar nessa violência e tendo a reflexão de todos os enfrentamentos apresentados para que a população negra chega ao âmbito acadêmico, tantas barreiras, vulnerabilidades, que norteiam a vida de indivíduos negros (as). Ao chegar nesse espaço, são grandes os desafios e exigências, todas pautadas por essa construção de relação racial, o que afeta diretamente, em todo o sentido, o qual foi atravessado pela experiência, tendo como consequência uma certa cobrança e uma constante sensação de medo.

De maneira direta podemos observar, conforme pontua, SILVA, COELHO E HEIDEMANN (2024, p, 255), sobre a experiências no âmbito universitário:

percebemos como corpos negros vivenciam a exclusão, os esteriotipos e o medo de não errar, sabendo que um passo em falso já encobre toda a trajetória acadêmica, pois enquanto pessoas negras não somos possíveis ao erro... A negação do erro e da vulnerabilidade, necessária ao aprendizado ao longo da formação, ideia já descrita na frase do Rap do Racionais MC's: "[...] Desde de cedo a mãe da gente fala assim: filho, por você ser preto, você tem que ser duas vezes melhor".

A citação acima, bem apresentada pelas autoras, influenciou a discussão sobre as exigências vivenciadas no espaço acadêmico, parte relacionada à construção do ser negro e ao estereótipo de que o negro deve ser sempre melhor no que faz. Entre os colegas na escrita deste texto pode-se levantar o mesmo sentimento de cobrança ao longo do curso de graduação.

A exigência desumana de perfeição e a intolerância com a existência fora de estereótipos raciais produzem sofrimento nos espaços universitários histórica e culturalmente funcionais (SILVA COELHO e HEIDEMANN. 2024, p. 255).

O percurso acadêmico exige alta compreensão de leitura e interpretação de texto, escrita acadêmica. Os trabalhos acadêmicos são desafiadores, todos pautados pelas normas da ABNT, que para muitos, naquele espaço, é o primeiro contato que se tem com tal linguagem. A comunicação, docente e discente, por vezes é angustiante, pois experiencia-se a pressão para que as tarefas sejam realizadas, entretanto tal exigência soma-se a cobrança internalizada de perfeição e o resultado muitas vezes é o adoecimento do estudante.

Muitas vezes a experiência de não pertencimento invade o sujeito, a vivência de que aquele ambiente universitário não é seu direito. A falta de docentes negras (os) e uma minoria de universitárias (os) negras (os) corrobora tal percepção.

Silva, Coelho e Heidemann (2024) apresentam em seus estudos uma época em que foi instituída a Lei n. 1, de 1837, e o Decreto n. 15, de 1839 que proibia os escravos pretos e africanos, ainda que fossem livres ou libertos, de frequentar escolas públicas. O que leva a questionar essa realidade ainda hoje, num país no qual pessoas negras ainda são proibidas de estudar, ter moradia, de existir, devido às vulnerabilidades em relação às políticas públicas no que tange às questões raciais. Ainda podemos ver isso em uma pós-abolição, marcados pela desigualdade social, falta de acesso e uma existência digna, nos âmbitos institucionais.

Tudo começa pelo medo, de estar dentro desse espaço, o medo e a negação da vivência do racismo. A autocobrança de que é preciso que sejamos os melhores e o sentimento de inadequação, por se sentir insuficiente, incapaz, ou não acreditar em seu potencial, tudo relacionado à produção do racismo existente.

Essas produções são feitas na maioria das vezes por indivíduos brancos, formados que utilizam seu poder de fala para minimizar e agredir a população negra, contribuindo para além do adoecimento físico, desenvolvendo-se adoecimento psíquico. Para maior compreensão deste atravessamento na saúde mental, utilizou-se o olhar psicanalítico.

Podemos observar através da contribuição de Sá *et. al.* (2022) & Santos (2022), que o racismo por sua vez, se apresenta como um agravo que ocasiona o sentimento de inferioridade. A população negra sofre rebaixamento e coerção diretamente do contexto socioeconômico e político do país, de modo que essa opressão é internalizada e reflete-se na experiência emocional de desvalia. Esse mal correlacionado à discriminação social afeta o indivíduo, o qual suporta ofensas, humilhações e dor, repercutindo assim na saúde psíquica.

Grada Kilomba (2019) em “Memórias da Plantação: episódio de um racismo cotidiano” explica que o nome para o livro examina a temporalidade do racismo cotidiano, vivenciado por um indivíduo (a) negro, tendo como combinação das duas palavras: “*Plantação*” e “*Memória*”. O racismo cotidiano não apenas retrata um racismo colonial, e sim uma realidade traumática, que tem sido negligenciada até hoje, sendo um choque violento.

Kilomba neste livro relata que ao vivenciar o racismo cotidiano diretamente, sendo uma mulher negra que mora em Berlim, conta que ganhou uma bolsa de estudos do governo alemão para um doutorado, relatou ter sido a única estudante negra no departamento de psicologia e psicanálise. No hospital, onde trabalhou durante e após o curso, relata que era normal ser confundida com a funcionária da limpeza, e por vezes os pacientes se recusaram a serem avaliados por ela ou ficarem na mesma sala.

Este escrito é um reflexo da experiência vivenciada por grande parte da população negra, e se tratando das universidades tal realidade intensifica-se.

Os recortes que serão apresentados do livro de “Grada Kilomba” trazem uma representação do indivíduo negro com sua singularidade e subjetividade ao pensar no racismo e sua construção como sujeito.

A autora (op. cit.) propõe a ideia de que o sujeito negro desenvolve uma sequência de mecanismos de defesa do ego para lidar com sua negritude e o enfrentamento do racismo cotidiano. De acordo com a mesma trata-se de uma designação geral para as diversas situações que o ego utiliza no intuito de dominar a realidade exterior.

Segundo Grada Kilomba existem cinco mecanismos diferentes de defesa do ego: negação; frustração; ambivalência; identificação e descolonização. Neste texto priorizou-se descrever a negação e a frustração. A negação é o mecanismo de defesa do ego no qual uma experiência só é admitida no consciente em uma forma negativa. De acordo com a autora embora o sujeito negro vivencie o racismo, as declarações contidas como “eu vivenciei o racismo” e “eu sou negro” ou “eu sou tratada de maneira diferente” causam tanta ansiedade que elas são formuladas no negativo.

A frustração é um estado seguinte de ser ou ter sido recusada/iludida, ou decepcionada. O indivíduo negro conclui que há uma privação no mundo conceitual branco. Essas privações resultam na insatisfação e incapacidade de alcançar objetivos pessoais. A frustração concerne logo à falta de oportunidade necessária para o contentamento, o indivíduo negro sente-se insatisfeito, por perceber que não tem a mesma chance que o consenso branco.

Neuza Santos Souza, em “Tornar-se Negro”, contribui com o pensamento da frustração, afirmando que:

A reação do pensamento negro frente a violência do ideal branco não é um resposta ao desprazer da frustração, elemento periférico do conflito, mas uma replica á dor. O sujeito negro diante da “ferida” que é a representação da sua imagem corporal, tenta, sobretudo, cicatrizar o que sangra. O tributo pago pelo negro á espoliação racista de seu direito a identidade é o de ter de conviver com um pensamento incapaz de formular enunciados de prazer sobre a identidade do sujeito. O racismo tende a banir a vida psíquica do negro todo prazer de pensar e todo pensamento de prazer. (SOUZA, 1983/1990, p. 10).

Pensar e buscar a compreensão da identidade negra sempre resulta em sofrimento, como bem visto na literatura aqui apresentada pelas autoras Grada Kilomba e Neuza Santos Souza. Entretanto, nomear e escrever sobre tal realidade pode ofertar instrumentos para a construção de novas formas de enfrentamento e a criação de novos lugares para a população negra.

Kilomba (2019) discorre sobre o relato de casos de suicídio cometido por mulheres negras, relacionados ao isolamento, devido à busca de performance da condição do sujeito negro em uma sociedade branca, na qual o indivíduo negro, além de todo o sofrimento e feridas, é invisibilizado.

Em seus escritos, retrata-se a conexão entre o racismo e a morte, já que o racismo pode ser efetivamente retratado como assassinato racista do eu. O suicídio pode, assim, de fato ser visto como um ato performático da própria existência imperceptível.

Nesse sentido, o suicídio pode também emergir como um ato de tornar-se sujeito. “Decidir não mais viver sobre a condição do senhor branco é uma performance final” (KILOMBA. 2019, p. 189).

Pensar na saúde mental da população negra, os traumas, as angústias, e tantos sofrimentos psíquicos que geram impactos profundos pela vivência do racismo, como descrito no decorrer do trabalho, resultando em ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, e em última consequência: o suicídio. Tais dados podem ser observados no documento citado abaixo.

No ano de 2018 foi publicado o documento “Óbitos por Suicídio entre adolescentes e jovens negros (a) 2012 a 2016” de autoria do Ministério da Saúde e da Universidade de Brasília. Nesta obra os autores reconhecem, no que tange a população negra e o suicídio, que o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional são determinantes sociais das condições de saúde. E que os grupos mais afetados pelo suicídio são os jovens negros.

Nota-se pelo exposto que a questão do *racismo*, é um fator desencadeante trágico e impactante na vida de um indivíduo negro (a). E mesmo assim não encontram-se espaços de reflexão e orientação para mudar tal realidade.

Ao buscar no “Manual Diagnóstico E Estatístico de Transtorno Mentais” - DSM -5 não foi encontrado transtorno específico dedicado exclusivamente ao atravessamento na saúde mental da população negra devido ao racismo. Apenas foram encontradas questões relacionadas a traumas e estresses, no que tange a fatores de exposições de discriminação racial e étnica e outros fatores culturais, tendo como exemplo, estressores aculturativos em migrantes. O código de tal doença: CID F43.10. TEPT “Transtornos de Estresse Pós-Traumático.

4. Conclusão.

Conclui-se que, mesmo com a implantação da lei, que garante reservas de vagas a admissão de indivíduos de grupos socialmente vulneráveis para o ingresso a curso de graduação, sendo esse grupo grande parte a população negra e parda, a educação superior continua a ser uma fase que ainda é muito elitizada em se tratando a educação no país e levantando-se a participação da população negra. Mesmo com a implantação das cotas e tendo um aumento de universitários negros ingressos no curso de graduação, é possível ver neste contexto a reprodução do racismo estruturante do Brasil, como o baixo número de docentes e discentes negros e as violências raciais.

Este trabalho apontou, em relação à questão racial, o que contribui para o atravessamento na saúde mental, que é um problema, infelizmente, invisibilizado na contemporaneidade: o desemprego, a criminalização, a falta de educação e os serviços minorizados. O indivíduo negro, as dimensões de vulnerabilidades, estão relacionadas em uma noção multidimensional, uma vez que representado pela população negra, pensando em grupos e comunidades em planos distintos de seu bem-estar, de diferentes formas e intensidades.

Ser negro (a) no Brasil não se limita a falta de renda e recursos, que envolvem linha de pobreza, bem como as composições familiares, as condições de acesso ao sistema educacional, a possibilidade de conseguir trabalho com remuneração adequada, às existências de garantias legais e políticas. Outro ponto essencial é o de se pensar na vulnerabilidade vivenciada devido ao enfrentamento da violência pelo racismo.

É importante frisar, quanto à importância de se pensar na vulnerabilidade emocional devido aos danos significativos e os impactos psicológicos e psicossociais, como prejuízo causado pelo racismo. Gerador de efeitos que incidem diretamente nos indivíduos negros, que estão relacionados à humilhação racial e à negação, que são causadores de diversas consequências na vida do sujeito negro. Sentimento de não pertencimento, exclusão e não aceitação de si e a depressão. E tantos outros sofrimentos psíquicos, gerador de feridas e traumas que impactam diretamente a identidade do indivíduo negro (a).

No decorrer da revisão de literatura, houve dificuldade para encontrar artigos científicos que relataram experiências vivenciadas por graduandos especificamente do curso de psicologia, o que pode estar relacionada a negação da experiência e a falta de discussão do problema nas universidades

Como crítica, é de grande importância discutir sobre racismo nas universidades, devido aos efeitos profundos e duradouros que atravessam a saúde mental da população negra. Essa compreensão do problema, ao se discutir o racismo, contribui para o reconhecimento de que é uma realidade que afeta muitas pessoas que são invisibilizadas. Essa conscientização é fundamental para ocorrer a transformação social, para que todos os sujeitos possam existir na sociedade.

5. Referências Bibliográficas.

AFONSO, Julia Macedo Fausto. **‘Negro em geral é catinguento, fede demais’**: diz promotor de SP que afirma feito “ironia”. Estadão. 03 de outubro de 2017. Acesso em 03/11/2024.

Boletim Temático da Biblioteca do Ministério da Saúde: **Saúde Pública da População Negra**. Secretaria Executiva/Ministério da Saúde. Vol. 02. 2022. Acesso em 01/11/2024

DE SÁ, Itamara Carvalho et al. **Impactos na Saúde Mental da População Negra Provocadas pelo Racismo**. Revista Brasileira de Relatos de Casos, v. 2, n. Suplemento 3, pág. 112-117, 2022. Acesso em 01/11/2024.

DSM-5. **Manual Diagnóstico E Estatístico DE Transtornos Mentais:** Texto Revisado 5 edição. DSM-5-TR. Artmed. Porto Alegre. 2023.

DVD Álbum 1000 Trutas, 1000 Tretas, por **RACIONAIS MC'S**, de 2006. Acesso em 15/11/2024.

ELIAS, Alice. **Nascimento de Frantz Fanon.** Faculdade de Filosofia, Letras e Economia Humanas. Universidade de São Paulo. (USP). Hoje na História. 20 de Julho de 2022. Acesso em 15/11/2024. <https://www.fflch.usp.br/34657>.

FANTÁSTICO, **Caso de Racismo em Consulta Médica:** ‘a negra tem cheiro mais forte’, diz ginecologista durante 1 audiência com juiz. Fantástico. G. 12 de junho de 2022. Acesso em 15/11/2024. <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2023/06/12/caso-de-racismo-em-consulta-medica-a-negra-tem-um-cheiro-mais-forte-diz-ginecologista-durante-1-a-audiencia-com-juiz.g.html>

FANON, Frantz. **Pele Negra Máscaras Brancas.** EDUFBA. Tradução de Renato da Silveira - Salvador, 2008, p. 71, 99, 103. [Fanon, F. \(2008\). Pele negra, máscaras brancas. \(R. da Silveira, Trad.\). EDUFBA.](#)

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa.** Atlas S. A. São Paulo, p. 41. 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano:** ensaios, intervenções e diálogos. ZAHAR. 2020

HONORATO, Mayra da Cruz et al. **Racismo, saúde mental e território:** percepções e vivências de lideranças do movimento Negro de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2020, p. 60. Acesso.

01/11/2024. https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/iciet/46192/mayra_cruz_honorato_e_nsp_mest_2020.pdf?sequence=2&isAllowed=y

JACÓ-VILELA, Ana Maria. **A Psicologia no Brasil:** Formação e Institucionalização. Psicologia, Ciência e Profissão, v. 44. Rio de Janeiro. 2024. Acesso em 04/11/2024. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/XmdwcMFLTjHZzNL3KG7pC9D/?format=pdf>

LAURITZEN, Jessica. SZPACENKOPF, Marta. **'Pretos Fedem:** mensagem racista em paredes da UniRio causam revolta. Jornal Globo.G. 23 de Junho de 2017. Acesso em 01/11/2024. ['Pretos fedem': mensagens racistas em paredes da UniRio causam revolta - Jornal O Globo](#)

LIMA, Juliana, Domingues. **A dismantelar o poder:** Grada Kilomba. Ecoa. Vol. 14 de Março de 2021. Acesso em 15/11/2024. <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/grada-kilomba-todas-as-cries-que-temos-sao-baseadas-em-600-anos-de-historia-colonial/#page5>

Ministério da Saúde Universidade de Brasília. **Óbitos por Suicídio entre Adolescentes e Jovens Negros.** 20120 a 2016. Editora MS. Brasília - DF. 2018. Acesso em 01/11/2024. https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó. Rio de Janeiro. 2019, p. 189.

WILLIAMS, Nelson. **Cartilha Manual Anterracista:** diversidade etno-racial. 2021. Acesso em 28/11/2024. Ministério Da Saúde Universidade De Brasília. **Óbito por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016.** Brasília - Distrito Federal. 2018. Acesso em 12/11/2024.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra.** Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 2. São João Del Rei. 2014. Acesso em 03/11/2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem Medo do Feminismo Negro?** SCHWARCZ. SA. São Paulo. 2018, p. 06. Acesso em 03/11/2024. [Ribeiro, D. \(2018\). Quem Tem Medo do Feminismo Negro? Companhia das Letras.](#)

SILVA, Karin Juliana Daffinyn da; COELHO, Camila Trindade; HEIDEMANN, Ivonete Teresinha Schuler Buss. **Carta a várias mãos para uma educação antirracista:** a você, colega de universidade. **Série-Estudos**, v. 29, n. 66, p. 249-265, 2024. P. 255. Campo Grande. Acesso em 10/11/2024. <http://educa.fcc.org.br/pdf/sest/v29n66/1414-5138-sest-29-66-0249.pdf>

SILVA, S. R. da; SILVA, T. C. da. **Orígenes de los problemas étnico-raciales de Brasil y la importancia de la implementación de Lei 10.639 en la educación básica como política pública afirmativa.** Cuadernos de Educación y Desarrollo, [S. l.], v. 16, n. 5, pág. e 4276, 2024

SILVA, Tatiana Dias. **Ação afirmativa e população negra na educação superior.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília. 2020. acesso 28/10/2024.

SOUSA, Neusa, Santos. **Tornar-se Negro:** as vicissitudes da idade do negro brasileiro em ascensão social. Gaal. Rio de Janeiro. 1983/1990, p. 10. Acesso em 28/10/2024.

SPINDOLA, Carine dos Santos. **Resistência e negritude:** experiências de enfrentamento ao racismo de jovens negros universitários. Repositório Institucional UFSCAR. São Carlos 2022, p. 13. Acesso em 28/10/2024 <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16187/Monografia%20-%20Carine%20dos%20Santos%20Spindola%20-%202021-2%C2%BA%20-%20ENPE4%20-%20Para%20reposit%C3%B3rio.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



Conselho Regional de **PSICOLOGIA** SP